

MARIA STELA LEMOS BORGES

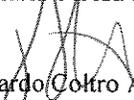
**A CONSIGNAÇÃO DA VIOLÊNCIA:
A PEONAGEM NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS-MS**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Sales
de Melo Suarez.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em
26/03/2002

BANCA


Profa. Dra. Maria Teresa Sales de Melo Suarez (orientadora)


Prof. Dr. Ricardo Coltro Antunes


Prof. Dr. Fernando Lourenço


Profa. Dra. Neide Esterci


Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

UNIDADE BC
Nº CHAMADA 7/UNICAMP
3644c
V EX
TOMBO BC/ 48998
PROC 16-837/02
C DX
PREÇO R\$ 11,00
DATA 15/05/02
Nº CPD _____

CM00167266-3

BIB ID 240130

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B 644 c Borges, Maria Stela Lemos
 A consagração da violência: a peonagem na Região de Três Lagoas
 - MS / Maria Stela Lemos Borges . - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

 Orientador: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 I. Memória. 2. Trabalho. 3. Subjetividade. 4. Violência. I.
 Suarez, Maria Teresa Sales de Melo . II. Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas — mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

Guimarães Rosa
Grande sertão, veredas

Atrás da esperança
alguém corre e se desespera.
Nem paciência há!

Flora Thomé

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

01/11/2010

AGRADECIMENTOS

A todos os entrevistados, peões e não-peões, que trouxeram sua vivência e seu conhecimento para o universo da pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Educação/Campus de Três Lagoas/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo apoio e solidariedade.

Ao José Tadeu Cordeiro, que participou das etapas iniciais da pesquisa.

À Teresa Sales, pela orientação e pela lição de compromisso e coragem.

Aos colegas e amigos, pelo estímulo continuado, pela troca de idéias, pelas leituras críticas do texto em construção. Cumpre nomear de forma especial: Teresinha D'Aquino, Maria Aparecida de Moraes Silva, Marisa de Fátima Lomba de Farias, Damião Duque de Farias, Luiza Luciana Salvi Sakamoto que, leitora na fase inicial, orientou a parte cartográfica, gentilmente elaborada por Paulo Afonso dos Santos, Rosemeire Aparecida de Almeida, Maria Celma Borges, Vitor Wagner Neto de Oliveira, Jodenir Calixto Teixeira, Luís Alfredo Chinali.

À Flora Egidio Thomé, que enriqueceu o trabalho com a sua poesia.

Aos professores Ricardo Coltro Antunes, Fernando Lourenço e Thomas Dwyer, pelas sugestões na banca de qualificação.

Às alunas Graziela Gonçalves Silva, Mayre Márcia dos Santos Jurado e Zélia Dupim Casado Chagas, que participaram da pesquisa de campo.

À Társila Lemos Borges e ao Plínio Marcos Volponi Leal, que compartilharam conhecimentos de inglês e de informática. na etapa final do trabalho.

Aos familiares pelo apoio contínuo e reiterado. Um reconhecimento especial ao Eduardo e aos nossos filhos, Lucy, Dudu, Fernando e Stelinha, que se desdobraram, estimulando e se suprimindo em minha ausência.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo um estudo da peonagem, relação de trabalho marcada pela violência. Partindo de uma reflexão teórica sobre a peonagem no mundo do trabalho, busca, a partir de uma reconstituição das relações de trabalho na sociedade capitalista, adentrar, numa perspectiva histórica, as formas manifestas da peonagem em Mato Grosso do Sul e atualizadas na região de Três Lagoas, em trabalhos de abertura e conservação de fazendas até chegar ao trabalho nas carvoarias. O peão-do-trecho, protagonista dessas relações de trabalho, é estudado na sua subjetividade, o que implicou na busca, por meio das suas lembranças, do seu vivido como um espaço para sua manifestação. A valorização da memória está intimamente ligada à valorização da sua subjetividade, pautada pelo princípio de se adotar, diante do objeto de pesquisa, uma postura que seja capaz de apanhá-lo na sua complexidade, decorrente não só do contexto em que ele se encontra e com o qual interage, mas também da sua história pessoal, ultrapassando os limites das relações estruturais para enriquecê-las com o conhecimento das marcas das individualidades/singularidades que a constituem.

Palavras-chave: memória, peonagem, relações de trabalho, subjetividade, violência.

ABSTRACT: Resume: The present paper aims to study of *peonagem*, relation of work marked by violence. Starting up from a theoretical analysis about the *peonagem* in the world of work and using a reconstitution of the relations of work in the capitalist society, it tries to get into the different types of *peonagem* existing in Mato Grosso do Sul and updated in Três Lagoas in start opening a conservation work of farms until the coal work, in a historical perspective. The *peão-do-trecho*, who is the protagonist of these relations of work, is studied in his subjectivity, which made the search, through the memory, for his life experience as a space for his manifestation. The value of the memory is closely linked to the value of the subjectivity, lined by the principle of adopting, for the object of study, a posture that is able to surround it on it's complexity, not only because of the context in which he is found and with which he interacts, but also because of his personal story, overtaking the limits of the structural relations to make them richer with the knowledge of the individualities/singularities signs that are part of it.

Keywords: memory, *peonagem*, relations of work, subjectivity, violence.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I | |
| PRECARIZAÇÃO, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA: | |
| A PEONAGEM NO MUNDO DO TRABALHO | 29 |
| A peonagem no mundo do trabalho | 32 |
| Trabalho precário: uma nova face do trabalho em tempos de globalização? | 43 |
| O trabalho e sua situação no contexto do capitalismo atual | 43 |
| As várias faces da precariedade e suas manifestações na peonagem | 51 |
| Peonagem e exclusão social: uma falácia? | 61 |
| A marca da violência na peonagem | 74 |
| CAPÍTULO II | |
| A PEONAGEM EM MATO GROSSO DO SUL | |
| Violência e peonagem em mato grosso do sul | 83 |
| A peonagem na história de mato grosso do sul | 87 |
| O contexto sócio-econômico-político da peonagem na Região de Três Lagoas | 96 |
| A peonagem e o trabalho nas fazendas | 108 |
| A peonagem nas carvoarias | 114 |
| CAPÍTULO III | |
| PEÃO-DO-TRECHO: A MEMÓRIA E O RESGATE DA SUBJETIVIDADE | |
| A memória e o resgate da subjetividade | 131 |
| Os primeiros peões se dão a conhecer | 134 |
| Pensão, ponto de passagem: o começo da dívida? | 147 |

| | |
|---|-----|
| O álcool e a pedra no meio do caminho | 163 |
| CAPÍTULO IV | |
| VIOLÊNCIA E CRIME NA PEONAGEM | |
| Violência, crime e morte: as faces da violência na peonagem | 175 |
| A violência revelada nos processos e inquéritos policiais | 180 |
| Réus e vítimas | 180 |
| A configuração do trabalho escravo | 192 |
| O peão como vítima de não-peões | 204 |
| Quando a morte comove | 207 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 221 |
| BIBLIOGRAFIA | 235 |

INTRODUÇÃO

... de fato, se se despoja a riqueza de sua limitada forma burguesa, que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal? Que, senão o desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais, tanto sobre as da assim chamada natureza como sobre sua própria natureza? Que, senão a elaboração absoluta de suas disposições criadoras, sem outro pressuposto que o desenvolvimento histórico prévio, que converte em objetivo a esta plenitude total do desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não medidas com um padrão *preestabelecido*? Que, senão uma elaboração como resultado da qual o homem não se reproduz em seu caráter determinado, mas que produz sua plenitude total? Como resultado da qual não busca permanecer como algo devido, mas que está no movimento absoluto do vir a ser? Na economia burguesa — e na época da produção que a ela corresponde — esta elaboração plena do *interno* aparece como esvaziamento pleno, esta objetivação universal, como *alienação* total, e a destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do objetivo próprio frente a um objetivo completamente externo.

Karl Marx
Gundrisse

O trabalho que ora se apresenta tem como objetivo desvendar as relações da peonagem na região de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. O intuito inicial do projeto era apenas analisar de que forma se realiza a consignação da violência no circuito da peonagem. A pesquisa de campo, iniciada em meados de 1992, para preparação do projeto original e coleta das primeiras informações sobre o trabalho dos peões, sua trajetória e sua condição de vida, permitiu observar, desde as primeiras entrevistas, uma articulação entre o trabalho do peão e o mercado de trabalho nacional: onde à primeira vista poder-se-ia pensar em dissociação profunda, marginalização, na verdade, tratava-se de uma forma definida para a locação de um tipo específico de força de trabalho, perfeitamente funcional para o conjunto do processo de acumulação, uma vez que a maior parte daqueles que estavam trabalhando como peões o fazia por falta de alternativas no mercado de trabalho, principalmente urbano, muitos vindos de grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, outros de centros menores e mesmo da zona rural de outros estados, notadamente do Nordeste. Quase todos vinham de uma trajetória de migração, há muito iniciada, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, alguns alentados pela esperança de que o mercado aquecesse e de que pudessem voltar para trabalhar em emprego fixo, com carteira assinada, já que o trabalho na peonagem era um trabalho temporário, desprovido de vínculos legais e das garantias daí advindas.

O universo de pesquisa é constituído pelos municípios de Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, que integram, de acordo com critérios do IBGE, a Microrregião Homogênea de Três Lagoas formada pelos seguintes municípios: Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo (que no Censo de 1985 achava-se agregado a

Brasilândia, como distrito) e Três Lagoas¹.

O município de Brasilândia, sede da Destilaria de Álcool DEBRASA, traz na sua história uma série de denúncias comprovadas de violência, inclusive de trabalho escravo, envolvendo trabalhadores braçais, entre os quais se encontravam até índios recrutados em tribos do Mato Grosso do Sul e Paraná. Dado o forte aparato de segurança em torno da empresa, o que à época do início da pesquisa constituía um grande obstáculo ao contato com os peões e à possibilidade de entrevistá-los, recurso metodológico essencial para a realização do trabalho, decidiu-se não colocá-lo no como referência básica no presente estudo². Este restringiu-se, na pesquisa de campo, à região que corresponde ao maciço florestal, localizada nos três municípios assinalados, marcada por grandes projetos de reflorestamento de *pinus* e eucalipto.

A pesquisa estendeu-se, em etapas delimitadas, pelos anos de 1995, 1997, 1998 e 2000. A primeira etapa constou de entrevistas realizadas no município de Três Lagoas, junto a peões encontrados em pensões que, à época, se disseminavam pela cidade³. Localizadas, na sua maioria, nas imediações do Mercado Municipal, constituíam uma referência importante para quem quisesse adentrar o universo da peonagem. Foram entrevistados também empreiteiros (gatos), donos de pensão e uma mulher de empreiteiro que havia trabalhado com a família, desde muito jovem, em empresas de reflorestamento. Saindo das pensões, encontrou-se, ainda em 1992, quatro peões na rodoviária de Três Lagoas, de passagem, em busca de novo

¹ A figura 1, ao final desta introdução, possibilita uma visualização da sua localização no contexto do estado.

² Nessa época, além de informações esparsas sobre a questão, documentos da CPT davam conta da situação, posteriormente apontada em estudos de Esterici, 1994, e Sutton, 1994.

³ Os contatos iniciais para as entrevistas, foram feitos por José Tadeu Cordeiro que participando de muitas delas, tanto na etapa inicial, ainda nas pensões de Três Lagoas, quanto nos primeiros contatos feitos em Água Clara e Ribas do Rio Pardo, em 1997, quando saímos à procura de peões pelas ruas e bares das duas cidades.

trabalho, todos trabalhando em fazendas na região, um deles na colheita de braquiária, outros três em trabalhos gerais de conservação em plantações de eucalipto, matando formigas. Aí foi encontrado também um agrimensor, trabalhando na região e sempre em contato com peões. Nessa etapa, portanto, foram entrevistados 5 peões, 1 empreiteiro, 1 dona de pensão, 1 mulher de empreiteiro e o agrimensor.

Em 1995, em Três Lagoas, a situação já havia mudado um pouco. Ainda havia peões em pensões, mas a dificuldade de achar trabalho aumentava. Restava a saída das carvoarias. Mesmo assim, foram entrevistados 8 peões encontrados numa pensão, em que se entrevistou também a proprietária. Dois anos depois, em 1997, havia apenas uma pensão funcionando em Três Lagoas, mas dos peões que aí se hospedavam apenas um ou outro aparecia de vez em quando; a maioria havia ido para Água Clara e Ribas do Rio Pardo, trabalhar nas carvoarias, como informou o proprietário, entrevistado na ocasião. Outros, porém, foram encontrados como mendigos, alojados na praça principal da cidade, dormindo em vagões na estação ferroviária, alguns deles ainda esperando uma chance de trabalho por ali mesmo, ou de buscá-lo em outras paragens. Dois dos peões então entrevistados estavam acompanhados de suas mulheres, uma delas grávida, outra doente, donde a dificuldade, para eles, de encontrar trabalho. O problema que avultava, entretanto, é que estavam reduzidos à condição de mendigos.

Diante desse quadro, impôs-se uma ampliação das reflexões sobre as relações de trabalho. Havia uma mudança no cenário e o que ocorria não era um fato local, isolado do contexto mais amplo da sociedade brasileira. Entender as mudanças nas relações de trabalho passou a ser mais uma referência, pois, junto com as transformações no processo de acumulação capitalista, tanto em nível de sociedade global, como em nível regional, surgem

necessariamente as transformações no modo de vida e trabalho da população. O processo de modernização da sociedade brasileira redimensionou as relações campo-cidade por meio de novas articulações entre indústria e agricultura, mediadas pelo setor de serviços e, no caso da peonagem, pelos empreiteiros de mão-de-obra, donos de pensão, donos de bares e até de bordéis.

Ao observar as mudanças nas relações de trabalho, decorrência do grande avanço tecnológico e de mudanças fundamentais nos processos produtivos, buscou-se avaliar até que ponto a peonagem, graças às diferentes formas que assume historicamente, torna-se, ainda hoje, uma alternativa ao desemprego em massa e à nova pobreza que se instalam onde apótem as conseqüências da modernização globalizante. A essa altura, uma nova questão já se colocava: a questão da exclusão, vista como continuação do processo de expropriação que ao longo do tempo vinham sofrendo esses trabalhadores, agora na sua forma mais profunda, adentrando a sua subjetividade, ou seja, expropriação da sua dignidade ao tirar deles o direito ao trabalho, à higiene, à moradia, à própria família. A discussão dessas questões implicou em uma reflexão sobre o seu alcance na sociedade capitalista e recuperação das origens históricas do processo na sociedade brasileira, o que se fez no primeiro capítulo, trabalhando a peonagem no mundo do trabalho, onde precarização, exclusão e violência fazem parte de um processo que traz no seu bojo a relação dialética inclusão-exclusão, própria do capitalismo. Nesta mesma perspectiva trabalhou-se o segundo capítulo, considerando-se as raízes da peonagem em Mato Grosso do Sul, o que possibilitou um resgate histórico do universo de pesquisa e a reconstituição da trama da violência como manifestação da dominação, presente nas formas de organização social, econômica e política e expressa pelo nó (Saffioti, 1999)

representativo da dominação de classe e étnico-racial, a comportar também a face do gênero, nem sempre visível, mas sempre presente.

No próximo momento da pesquisa, ainda em 1997, foi-se buscar, em Ribas do Rio Pardo e Água Clara, os peões que trabalhavam em carvoarias, então o principal reduto do trabalho oferecido aos peões na região. Essas entrevistas envolveram, novamente, não apenas peões, mas uma série de pessoas ligadas a eles: empreiteiros, donos de pensão, donos de bares freqüentados por eles. Foram entrevistados, em Ribas do Rio Pardo, 5 peões, 1 dona de pensão, hoje bar, 1 dono de lanchonete para peões e 2 participantes do Sindicato dos Carvoeiros, hoje desativado. Em Água Clara, foram entrevistados 8 peões, 1 dona de pensão, 1 dona de lanchonete freqüentada por peões e 3 pessoas ligadas a igrejas, 1 à Igreja Católica e 3 a uma Igreja Evangélica que mantém um trabalho de recuperação de peões alcoólatras ou drogados. Aí foram entrevistados também 1 empreiteiro e 1 dono de hotel que já havia trabalhado com peões.

Privilegiou-se a busca dos peões fora do ambiente de trabalho, onde têm autonomia para abrir-se a um diálogo com gente fora da sua esfera de circulação. Apenas uma vez se fez contato com eles dentro de uma carvoaria. Seu chefe, o empreiteiro, permitiu que fossem entrevistados, mas eles praticamente se negaram a falar. Estavam cortando madeira, carregando o caminhão para encher os fornos. Chegaram para o almoço, feito pela mulher do empreiteiro e servido em uma espécie de varanda da casa, comeram rapidamente e se foram; não estavam à vontade, talvez intimidados por um grupo de pessoas estranhas⁴ que visitavam a

⁴ Esse encontro deu-se em 1997, quando participamos de uma das visitas da *Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul* a algumas carvoarias da região. Participaram da equipe representantes da Secretaria de Saúde, da Delegacia Regional do Trabalho, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e da Polícia Florestal.

carvoaria e, além do mais, era trabalho de empreita e havia que andar rápido.

Havia um outro dado que chamava a atenção e que reforçava a tese da expropriação da dignidade: poucas vezes encontrou-se na cidade um peão que não estivesse bêbado. O álcool parece incorporado à sua vida, principalmente após o período de trabalho, o que constitui um fator muito problemático, principalmente porque muitas vezes incentivado no próprio ambiente de trabalho pelo gato, como nos revelavam vários depoimentos, de peões ou não-peões, desde as entrevistas iniciais, ainda em 1992, em Três Lagoas. Tal fato pôde ser confirmado a partir das análises das entrevistas feitas também em Água Clara e Ribas do Rio Pardo, onde o problema é agravado quando o peão, ao fim de uma empreita, volta à cidade: sem família e sem outra perspectiva que retornar ao trabalho nas carvoarias, entrega-se ao álcool e às mulheres, terminando no que denominam *na pedra*⁵, estágio final da degradação. Esses dados foram trabalhados no terceiro capítulo.

Um aspecto, porém, permanecia como desafio: a possibilidade de comprovar a violência em seus desdobramentos mais visíveis. Quando indagados sobre coação e trabalho forçado, elementos que apontam para a existência de formas de trabalho escravo, os peões e outros depoentes eram evasivos, calavam-se, diziam não saber muita coisa, ou não saber ao certo. O mesmo ocorria em relação às denúncias de crimes, de morte ou lesão corporal, e mesmo de sevícia. Diante dessa dificuldade, optou-se por uma pesquisa documental em processos criminais, nas Comarcas de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, as duas existentes à

⁵ *Na pedra* é uma expressão utilizada pelos peões de Água Clara e Ribas do Rio Pardo para designar a situação daqueles que se encontram sem dinheiro, sem trabalho, sem para onde ir, muitas vezes apenas com a roupa do corpo, bêbados, largados pelas calçadas da cidade, vivendo praticamente de esmolas, utilizadas principalmente para garantir o quinhão de pinga. É utilizada também para se referirem à situação de espera pelo pagamento que às vezes não vem, para dizerem que estão na sarjeta, grande parte das vezes sem documentos — que afirmam quase sempre terem sido roubados —, enfim, na miséria, sem saída: *e agora eu tô aqui na pedra*, é o que eles dizem.

época. objetivando levantar crimes envolvendo peões-do-trecho, bem como levantar na Junta de Conciliação e Julgamento e junto ao Ministério Público Estadual, dados que comprovassem a precarização das relações de trabalho e que apontassem mesmo para a existência de trabalho escravo na região.

Esse procedimento, julgado essencial para um aprofundamento da análise e para completar o estudo proposto, iniciou-se em 1999 e implicou na opção por um levantamento junto ao Ministério Público e aos Fóruns das comarcas de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, visando, a partir de seleção e análise de processos criminais e ligados à justiça do trabalho, coletar dados que permitissem a comprovação da violência, tanto no que se refere aos crimes envolvendo os peões, quanto no que se refere à esfera trabalhista.

No fórum e junto ao Ministério Público, em Três Lagoas, pouco se conseguiu do levantamento de processos envolvendo peões. O avanço do trabalho, tornou-se possível em Água Clara e Ribas do Rio Pardo, onde novos contatos foram feitos, não só no Fórum local, mas na Polícia Militar e na Polícia Civil. Como os processos judiciais eram abertos a partir dos inquéritos policiais, optou-se pelo levantamento nas delegacias de polícia de Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Em Três Lagoas, não se conseguiu acesso aos mesmos. Nessa etapa contou-se com a colaboração de três alunas do curso de direito, orientandas de Iniciação Científica⁶, cujos planos de trabalho se assentaram na questão da violência no circuito da peonagem.

Até o final de 2000, ainda foram feitas 6 entrevistas com peões, tanto em Água Clara, como em Ribas do Rio Pardo. O principal, porém, foi o levantamento dos processos jurídicos

⁶ As alunas foram: Graziela Gonçalves Silva, Mayre Márcia dos Santos Jurado e Zélia Dupim Casado Chagas.

e inquéritos policiais, precedidos por entrevistas com a Juíza de Ribas do Rio Pardo e com os 2 escrivães de polícia dos dois municípios, já nomeados acima. Este estendeu-se até 2001.

O acesso aos processos judiciais, tanto na Comarca de Três Lagoas, como na Comarca de Ribas do Rio Pardo, foi muito dificultado pelo número reduzido de funcionários em cartórios abarrotados de processos. O mesmo ocorreu em Ribas do Rio Pardo. Em decorrência, o acesso ficou restrito aos processos não arquivados, o que em Três Lagoas implicou em grande prejuízo, pois o período de maior incidência dos peões, compreendido entre 1989 e 1992, tinha a maior parte dos processos arquivados. Dessa forma, foram levantados 70 processos em Três Lagoas, dos quais, 22 referiam-se ao meio rural e apenas 10 diretamente ao peão-do-trecho. Em Ribas do Rio Pardo, foram levantados 30 processos, dos quais 10 envolviam peões-do-trecho. Tendo em vista as dificuldades apontadas, optou-se pela investigação dos inquéritos policiais em Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Na Delegacia de Polícia Civil de Ribas do Rio Pardo 50 inquéritos foram analisados e 12 envolviam peões. Em Água Clara foram levantados 48 Inquéritos Policiais, quase todos referentes a peões, uma vez que o escrivão já fazia uma pré-seleção dos mesmos, visando facilitar o levantamento. Deste, os dados utilizados encontram-se no quarto capítulo, onde, vinculados às informações às obtidas na entrevistas com peões e não-peões, procurou-se demonstrar a ligação entre violência e crime na peonagem.

A presença das mulheres chamou a atenção para a questão de gênero. Sempre exercendo um papel de mediadora entre a dura vida de trabalho do peão e a possibilidade de encontro com um pouco de acolhida, solidariedade e mesmo afeto ao final das longas empreitas, mergulhada no meio, algumas vezes participa diretamente do circuito da violência, ora como vítima — quando muitas vezes paga com a vida o espaço ocupado —, ora como

autora e ré — que também é capaz de matar, seja em legítima defesa, seja por vingança, quando se toma de coragem e é capaz de atrocidades—.

Centrando a análise na subjetividade do peão-do-trecho, sem descuidar da sua inserção no mundo do trabalho, procurou-se dar-lhe um tratamento que tivesse respaldo nos dados documentais arrolados, considerando que sua subjetividade é construída historicamente dentro do contexto de relações em que se acha inserido. Compreendê-lo, pois, na sua singularidade e na sua universalidade, como homem e trabalhador que, participando do processo produtivo, encontra-se excluído dos direitos de cidadão, exclusão que lhe é imposta pelas condições objetivas de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente e que consigna claramente a marca da violência na peonagem.

Rose Marie Muraro afirma que *a entrada da subjetividade no poder e na ciência é o antídoto da racionalidade insana que é a base da lógica do capital* (1999:371). Reiterando essa observação e considerando o tema deste trabalho em relação ao momento atual, Luís Alfredo Chinali assim se expressa:

Acreditamos que a questão central, para a Ciência Social, no contexto das atuais relações de produção, seja exatamente o resgate da subjetividade como fundamento último da consistência da idéia de "projeto". Aí se localizaria a possibilidade da transformação do homem coisificado na direção da sua constituição como sujeito da história. Essa idéia de projeto seria a instância de mobilização das vontades, em condições nas quais o imediato "interesse" pode conduzir ao conformismo diante da desproporção das forças adversas a serem enfrentadas. Até porque foi a mobilização das aspirações mais profundas, "devidamente" (...) "domesticadas" pela sua reificação em objetos (materiais e simbólicos) "de consumo" que permitiu a liquidação dos "projetos" que se propunham a fazer oposição ao capitalismo no século XX⁷.

As considerações sobre a questão da subjetividade do peão-do-trecho apoiaram-se inicialmente em Hannah Arendt (1983), trazendo as reflexões primeiras sobre a sua singularidade-universalidade, ainda dentro de uma perspectiva de identidade. Essas reflexões

⁷ Luís Alfredo Chinali é professor de Sociologia Jurídica da UNESP/Franca e fez essa e outras observações em manuscrito redigido a partir de leitura do presente trabalho.

se enriqueceram ao passar por outras leituras, a começar por Saffioti & Almeida (1995), passando por Guattari e Rolnik (1993), e possibilitaram captar a subjetividade numa perspectiva processual enquanto construída no bojo das relações sociais em que se insere o homem/sujeito. Nessa perspectiva se poderia superar o que Guattari chama *subjetividade capitalística* — produzida industrialmente, *de forma maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida* (1993:25), de modo a introduzir a possibilidade de elaboração por parte do peão de alguma forma de resistência em meio às formas de opressão profundamente marcadas no seu vivido.

A subjetividade como categoria de análise impõe-se, portanto, como forma de resgatar a singularidade do peão, em oposição à individuação que faz dele um mero participante de uma categoria social inserida num sistema de dominação em que não é percebido enquanto sujeito que se diferencia pela sua capacidade de pensar, de desejar, de sonhar, de alinhar um projeto, mesmo em meio à adversidade das suas condições de vida, ou em meio às carências próprias de sua condição de homem e trabalhador. Essa carência, como enfatiza Paulo Silveira, fazendo uma leitura de Marx a partir do conceito de alienação, decorre da sua alienação, não só na sua condição histórica de sujeito inserido na produção capitalista — *a alienação (e o estranhamento) do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e a alienação em relação à própria atividade* (Silveira, 1989: 42, grifos do autor) —, mas também *numa dimensão ontológica. Aqui o trabalho alienado — ainda sob as condições do capital — aliena do homem: a natureza e a si mesmo, isto é, "aliena do homem o gênero"* (idem:43, grifos do autor). Paulo Silveira aprofunda essa discussão para demonstrar as formas de subjetivação e objetivação contidas no pensamento marxiano. Permita-se, entretanto, ousar um corte para se chegar à questão das carências impostas ao peão enquanto homem e trabalhador sob o jugo do

capital, carências que se definem tanto em relação ao acesso aos bens materiais, como em relação ao acesso aos bens espirituais, o que, em última instância define a sua condição de pobreza:

... a *pobreza* do trabalhador, enquanto mercadoria, não se esgota em uma pobreza estritamente *material*, mas, (...) ao mesmo tempo, e até quase que exclusivamente, a ênfase recai *no empobrecimento de seu "mundo interior"*.

Por outro lado, (...), Marx estabelece uma *proporcionalidade* entre o processo de *empobrecimento*, de *perda*, de *desvalorização* do trabalhador (*sua alienação*) e a *valorização*, o *enriquecimento*, o *poder* e o *alheamento (estranhamento)* do lado da coisa, do objeto, do produto do trabalho (Silveira, 1989: 49) (grifos do autor).

Trabalhar com a fala, com as lembranças e com a afetividade do peão foi um dos caminhos privilegiados, considerando-se que ao falar o homem se revela, a si mesmo e ao outro, e ao lembrar ele toma posse do seu vivido e da sua afetividade, redimensiona a sua posição no mundo, resgata sua capacidade de sonhar e resistir à ação predatória do capitalismo sobre as formas de organização/reação das classes trabalhadoras na conquista de valores que as dignifiquem e humanizem, como observa Ecléa Bosi:

O capitalismo avançado consome e desagrega valores conquistados pela práxis coletiva. Não é capaz de inserir o passado no presente e muito menos de resguardar sonhos para o futuro. Esvaziando o trabalho de significação humana, ele esvazia o sentido das lembranças e aspirações (1992: 26).

Se o peão não se pronuncia abertamente sobre a violência de que é vítima, ao revelar um pouco da sua história, revela-se a si mesmo na sua subjetividade, na sua afetividade, na sua capacidade de inserir-se historicamente na realidade, capaz de fazer/propor projetos alternativos à história de dominação/alienação que protagoniza.

Dada a dinâmica da construção da tese, o trabalho ficou estruturado em duas partes, distintas e complementares: a primeira centra o enfoque em reflexões teóricas sobre o mundo do trabalho e na especificidade do trabalho do peão na região em estudo, dentro de uma perspectiva histórica que se desdobra nos dois primeiros capítulos. A segunda contempla o

peão-do-trecho, apanhado na sua subjetividade, construída a partir da experiência pessoal e da sua inserção no mundo do trabalho, em que a violência, já revelada na primeira parte, se coloca, de forma escancarada, como marca e presença no universo da peonagem. Construída também em dois capítulos, esta parte constitui o núcleo da pesquisa de campo levada a efeito ao longo dos anos de trabalho.

A reflexão de Pierre Bourdieu funcionou como uma orientação/advertência nessa caminhada:

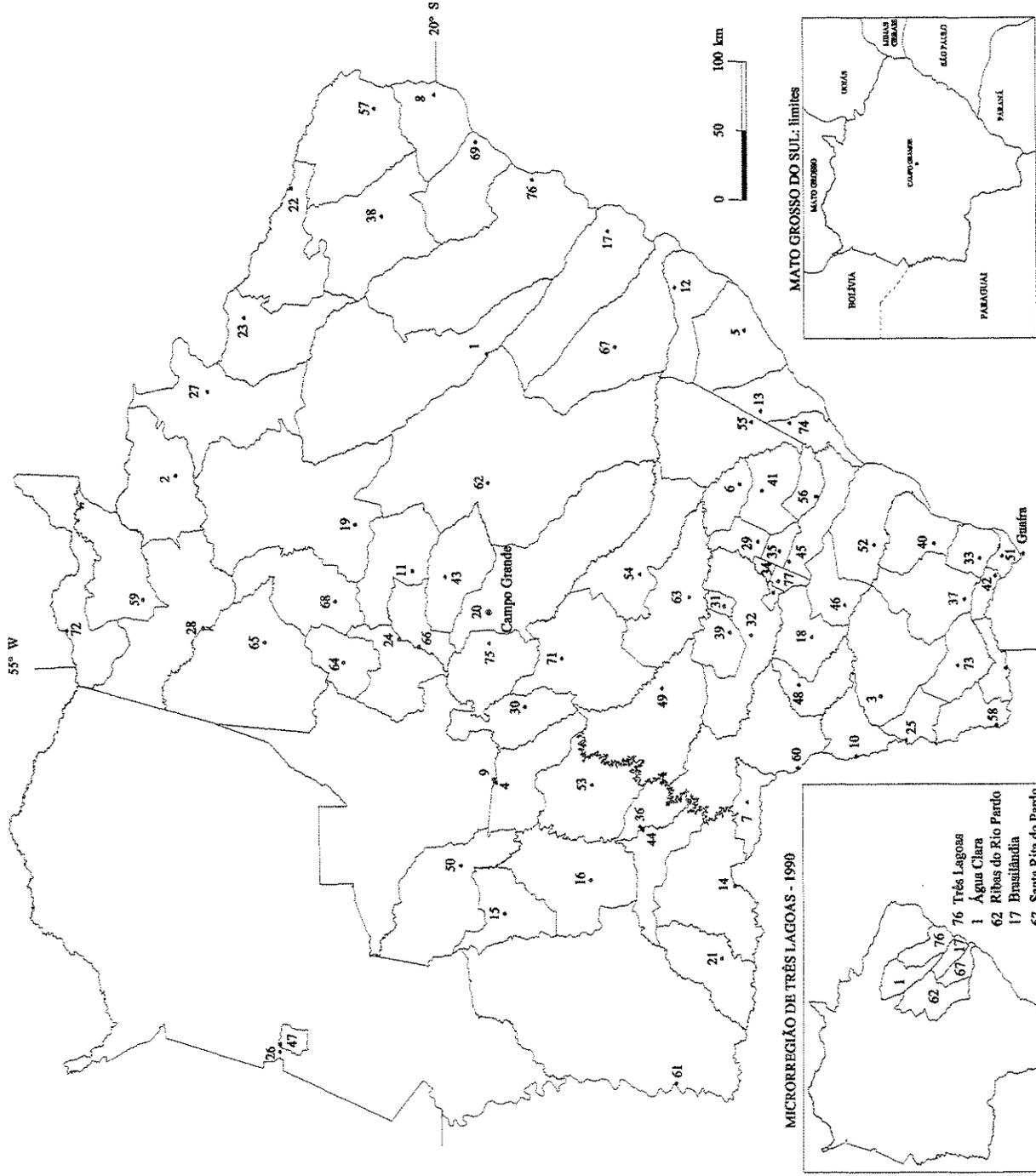
O sociólogo não pode ignorar que é próprio do seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituir-lo como tal, re-situando-o no espaço social, senão a partir deste ponto de vista muito singular (e, num sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vista possíveis. E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto (que é também, ao mesmo tempo em uma certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele (1997:713).

Guimarães Rosa, com sua sabedoria, sua força intuitiva, sua capacidade de descobrir o homem e o mundo à sua volta, foi sempre uma referência/recorrência em momentos de dúvida na transposição da fala do peão para a linguagem acadêmica, sem violentar ou desnaturalizar o seu sentido original, possibilitando desvendá-lo e revelá-lo como desafio criativo. Fica aqui consignada uma reflexão sua sobre a relevância da palavra: *O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo* (1978:137).

Se, ao final do caminho, o que se apresenta como figura mais destacada é o peão empobrecido, expropriado em todos os sentidos, inclusive da sua dignidade, nem por isso ele será menor. Outros, certamente, virão, e, quiçá, conquistarão um espaço maior de *significação humana* para o trabalho e para o trabalhador.

Fig. 1 - MATO GROSSO DO SUL: divisão municipal, microrregião de Três Lagoas e limites

- 1 - Água Clara
- 2 - Inocência
- 3 - Amambai
- 4 - Anastácio
- 5 - Anaurilândia
- 6 - Angélica
- 7 - Antônio João
- 8 - Aparicida do Taboado
- 9 - Aquidauana
- 10 - Aral Moreira
- 11 - Bandeirantes
- 12 - Bataguassu
- 13 - Bataporã
- 14 - Bela Vista
- 15 - Bodoquena
- 16 - Bonito
- 17 - Brasilândia
- 18 - Caarapó
- 19 - Carnapuí
- 20 - Campo Grande
- 21 - Caracol
- 22 - Cassilândia
- 23 - Chapadão do Sul
- 24 - Corguinho
- 25 - Coronel Sapucaia
- 26 - Corumbá
- 27 - Costa Rica
- 28 - Coxim
- 29 - Deodópolis
- 30 - Dois Irmãos do Buriti
- 31 - Douradina
- 32 - Dourados
- 33 - Eldorado
- 34 - Fátima do Sul
- 35 - Glória de Dourados
- 36 - Guia Lopes da Laguna
- 37 - Iguatemi
- 38 - Inocência
- 39 - Itaporã
- 40 - Itaquiraí
- 41 - Ivinhema
- 42 - Japorã
- 43 - Jaraguari
- 44 - Jardim
- 45 - Jateí
- 46 - Juti
- 47 - Ladário
- 48 - Laguna Carapa
- 49 - Maracaju
- 50 - Miranda
- 51 - Mundo Novo
- 52 - Naviraí
- 53 - Nioaque
- 54 - Nova Alvorada do Sul
- 55 - Nova Andradina
- 56 - Novo Horizonte do Sul
- 57 - Paranaíba
- 58 - Paranhos
- 59 - Pedro Gomes
- 60 - Ponta Porã
- 61 - Porto Murtinho
- 62 - Ribas do Rio Pardo
- 63 - Rio Brilhante
- 64 - Rio Negro
- 65 - Rio Verde de Mato Grosso
- 66 - Rochedo
- 67 - Santa Rita do Pardo
- 68 - São Gabriel do Oeste
- 69 - Selvíria
- 70 - Sete Quedas
- 71 - Sidrolândia
- 72 - Tacuru
- 74 - Tequaruçu
- 75 - Terenos
- 76 - Três Lagoas
- 77 - Vicentina



**PRECARIZAÇÃO, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA:
A PEONAGEM NO MUNDO DO TRABALHO**

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Dentro desta sociedade, que é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os homens, já não existem classes nem uma aristocracia de natureza política ou espiritual da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem. (...) o que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior.

Hannah Arendt
A condição humana.

Pretende-se, neste capítulo, uma reflexão sobre a peonagem em Mato Grosso do Sul, considerando sua inserção no mundo do trabalho e sua articulação com a violência aí presente em decorrência das formas de exploração/expropriação a que é submetido o trabalhador na sociedade capitalista e, de modo especial, o peão-do-trecho, protagonista do circuito da peonagem. Buscando um diálogo entre o universo teórico e a realidade do objeto estudado, os dados colhidos na pesquisa de campo, tornam-se uma referência fundamental.

Sua extensão ao longo dos anos noventa, acompanhada de uma atualização das leituras sobre a questão do trabalho, provocou uma observação mais acurada ao processo de globalização, cuja aceleração em meados da década chamou a atenção para suas implicações sobre a classe trabalhadora, notadamente para a precariedade que passou a caracterizar as relações de trabalho no mundo globalizado e que já definia a peonagem enquanto relação de trabalho. Nesta, a precariedade define a condição vivida pelo peão, condição marcada pela violência consignada não só na relação em si, como no seu dia-a-dia, no modo de vida que ele assume ao tornar-se peão. Daí a necessidade de atualizar a discussão, partindo do conceito de trabalho como atividade humana e humanizadora, contemplando as suas metamorfoses ao longo da história, chegando-se ao momento atual em que precarização e exclusão se articulam à violência, constituindo o legado perverso que o capitalismo tem deixado ao trabalhador. Esse legado, como uma trama, acaba por enredá-lo e, numa relação dialética, apresenta o trabalho como negação de uma atividade humana e humanizadora que, ao invés de libertá-lo, o escraviza e destrói.

A PEONAGEM NO MUNDO DO TRABALHO

A peonagem é uma relação de trabalho, caracterizada por contratos por empreita, onde se encontram em lados opostos, como patrão e empregado, o empreiteiro e o trabalhador denominado *peão*, donde a denominação *peonagem*. Na literatura sociológica é definida como uma relação de trabalho que traz no seu bojo a escravização pela dívida. Contraída no momento da celebração do contrato de trabalho, por empreita e apenas apalavrado, entre o empreiteiro — denominado gato — e o peão, a dívida geralmente se desdobra ao longo do processo daí decorrente. Historicamente, encontramos para essa categoria de trabalhadores várias referências ao trabalho escravo, como em Marx que, em *O capital*, o qualifica forma maior de exploração e cita o processo encontrado no México, onde se dava a escravização através da dívida, processo esse que se estendia sobre as famílias dos trabalhadores, muitos deles de origem indígena, tornando-as herdeiras da dívida contraída¹.

Com presença marcante na Amazônia Legal², essa relação de trabalho torna-se característica também da Região de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, trazendo, entretanto, suas próprias peculiaridades, quer pela região em que se inscreve, quer pelos seus componentes históricos, consideradas a origem do trabalhador e a forma de organização produtiva que aí se encontra.

Na Amazônia Legal a peonagem surge como uma forma de subordinação do trabalho e

¹ In Marx, K., 1984, vol. I, p. 139. *Vide* também, Bruit, H. H., 1992, p.123-146. Para a situação brasileira: Linhares, T., 1969, p. 153; Esterci, N., 1979, 1987, 1994, 1999; Martins, J. S., 1986, 1994; Sutton, A., 1994; Figueira, R. R., 1986, 1999, 2000; Arruda, 1997; VV.AA., 1999.

² A Amazônia Legal é constituída pela superfície total dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Roraima e Amapá, englobando também a porção ao norte do paralele13°S do estado de Goiás e a porção oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão, território assim delimitado como área de atuação da SUDAM/Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada pelo governo militar de Castelo Branco, em 1965. In Oliveira, 1987, p.11.

toma vulto a partir da década de 1960, quando projetos de ocupação e desenvolvimento promovidos pelo governo militar, envolvendo grandes empresas, nacionais e multinacionais, na abertura de fazendas, passam a utilizar grande contingente de mão-de-obra em que se destacam os peões. Trata-se de trabalhadores individuais, geralmente oriundos de outros estados, notadamente do Nordeste. Contratados para serviços de abertura de fazendas, em razão das condições do contrato, acabam aprisionados pela dívida constituída por adiantamentos de pagamento antes do início do trabalho e acrescida com as despesas de transporte até o local de trabalho. Posteriormente, tais dívidas são somadas aos gastos com instrumentos de trabalho, alimentação e mais o que for necessário para a sua subsistência, tudo fornecido pelos armazéns da empresa, sem possibilidade de controle por parte do trabalhador. Através desse mecanismo ele fica aprisionado, pois, acumulando-se, a dívida acaba muitas vezes tornando-se impagável, provocando, como observa Neide Esterci (1979, 1999), *a perda, por parte do trabalhador, da condição de livre possuidor de sua força de trabalho*, donde a expressão, por ela utilizada, *a dívida que escraviza*. Dada a impossibilidade de romper um contrato pela negociação livre, *preso* pela dívida, estará coagido, moralmente ou pela violência da força física, a permanecer como trabalhador cativo até o pagamento da mesma³. Ao descrever esse mecanismo, Esterci revela o lado mais grave da transação que transforma o peão em *propriedade* do gato, que o *comprou* em troca do abono e do acerto com o dono da pensão⁴. José de Souza Martins (1989:100) refere-se à dívida como *uma recriação contínua de*

³ Neide Esterci faz uma leitura atualizada dessa questão em "A dívida que escraviza", trabalho que faz parte de coletânea, organizada por VV.AA. 1999, e pela CPT — Comissão Pastoral da Terra, *Trabalho escravo no Brasil contemporânea*. Esta obra discute a questão sob vários enfoques, desde a perspectiva religiosa, passando pelos depoimentos das vítimas e adentrando os aspectos jurídicos, políticos e sociológicos, para finalizar com uma análise de "Ação conjunta no Mato Grosso do Sul", trabalho que vem sendo levado a efeito pela *Comissão e Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul* que assinam o referido texto.

⁴ A questão da venda de peões é também abordada por Martins (1982), Leme (1990) e Barrozo (1993). Pode-se assinalar ainda uma série de reportagens publicadas em revistas e jornais sobre o mesmo assunto.

relações sociais arcaicas juntamente com a progressiva criação de relações sociais cada vez mais modernas. Para Ricardo Rezende, a dívida como mecanismo de escravização surge na Amazônia Legal como forma de garantir e controlar a mão-de-obra, escassa na região, que, deslocada de outros espaços, aí encontra outras alternativas, como tornar-se posseiros ou arriscar a sorte nos garimpos, no caso do Pará (Figueira, 2000: 40).

Na região em estudo, a chegada dos grandes contingentes de peões também coincide com os incentivos fiscais e financiamentos patrocinados pelo Estado. Entretanto, há registros históricos anteriores de prática da peonagem, dos quais os primeiros referem-se à exploração da mão-de-obra indígena, no início da ocupação das terras na então Província de Mato Grosso, ainda no século XVIII (Corrêa, 1999). Ao final do século XIX aponta-se na Cia Matte Larangeira — localizada em terras ao sul do estado, na fronteira com o Paraguai e avançando até a região de Dourados, região que se denominou *Cone Sul* do estado —, situação peculiar de superexploração e escravização pela dívida contra peões brasileiros e, principalmente, paraguaios que trabalhavam na exploração da erva mate. Vários estudos, particularmente o de Gilmar Arruda (1997), mostram que o mecanismo de endividamento segue o mesmo itinerário descrito por Esterci no que toca à concessão do abono antecipado, também aí, gasto pelos peões antes do início do trabalho, o que provoca, desde então, a sua transformação em cativos. Há também registros mais recentes, do início do século XX que referem-se à presença esporádica de peões, em trabalhos rotineiros nas fazendas, sob o regime de empreita (Mendonça, 1991).

Os programas de financiamento e incentivo levados a efeito a partir da década de 1970, em decorrência da redefinição de estratégias para o desenvolvimento capitalista nacional, integram, entre outros, o Polocentro—Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em

1975. Visando a modernização da economia regional, tinha como objetivo incorporar as terras do Centro-Oeste ao processo produtivo através de uma série de medidas que iam do crédito rural subsidiado ao *fortalecimento da infra-estrutura representada pela pesquisa e experimentação agropecuária, assistência técnica, armazenagem, estradas rurais e energia elétrica* (Mesquita, 1989: 157). No eixo Campo Grande-Três Lagoas, além da modernização da pecuária, englobou, via Fundo 157, investimentos para produção e industrialização de celulose, o que redundou em grandes projetos de reflorestamento com *pinus* e eucalipto, constituindo o que se chamou maciço florestal. Entretanto, os grandes projetos florestais acabaram por se concentrar, de forma mais significativa, nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, pois, os investimentos feitos no município de Três Lagoas foram, na sua maior parte, canalizados para o desenvolvimento da pecuária que, modernizando-se, mantém o lugar predominante na economia do município⁵. Essa atividade logrou ocupar, junto com o peão, mão-de-obra familiar em quantidade significativa. Posteriormente, quando, pela queda de preços no mercado mundial, frustrou-se o projeto inicial de processamento de celulose na região, acaba por dar origem à formação de carvoarias a estender-se por todo o maciço florestal.

Embora funcionando o mecanismo da dívida, o que se destaca na região é a superexploração do trabalho que traz como consequência mais séria a degradação humana do peão, levando-o, ao longo de uma trajetória por fazendas e, depois, por carvoarias, a adotar

⁵ A figura 1 apresenta o mapa que registra a ocupação do solo na Microrregião de Três Lagoas, possibilitando também visualizar a localização dos municípios que a compõem. Observe-se que o que se convencionou chamar Maciço Florestal considerando-se as áreas de reflorestamento, encontra-se de forma mais acentuada nos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, desdobrando-se parte deste na região limítrofe com os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Esses dados são de 1990.

uma vida errante em que o álcool ocupa um espaço destacado. A superexploração⁶ do trabalho, como assinala Martins, pode dar origem ao trabalho escravo, mas, como ocorre na região, não pode ser, aleatoriamente, considerada enquanto tal. Houve, sim, várias denúncias de trabalho escravo feitas pela CPT e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, ao longo de anos, junto ao Ministério Público. Entretanto, nem sempre puderam transformar-se em peças de processos judiciais, quer por uma certa conivência dos órgãos apuradores com os autores dos crimes, quer pela dificuldade de qualificar as provas, como observa a juíza Sueli Garcia que expediu a primeira sentença condenatória de trabalho escravo na Comarca de Ribas do Rio Pardo, em 1999:

O que existe naquela sentença, não sei se vocês tiveram acesso àquela sentença, o que houve realmente, é que as provas foram produzidas, porque o problema do procedimento criminal é que muitas vezes o juiz observa que houve o delito mas as provas não são produzidas a contento, e, em processo criminal vale a regra que na dúvida o juiz deve sempre absolver, no entanto, muitas vezes nós percebemos que existe trabalho escravo, mas as provas não estando plenamente produzidas, cabalmente demonstradas, o juiz não pode condenar. No caso, na Comarca, houve um processo assim, ou dois, salvo engano, em que eu tive a oportunidade de proferir sentença condenatória com relação ao trabalho análogo ao de escravo, mas é uma exceção porque é difícil produzir essa prova, até porque eles não têm parada e o processo se

⁶ Essa perspectiva da superexploração, já trabalhada anteriormente por Martins (1989, 1995), é retomada por ele em "A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação". Ele assim se expressa sobre o que tecnicamente se pode denominar superexploração do trabalho: São casos em que as horas cedidas ao patrão, imperceptivelmente sem pagamento, excedem a taxa normal de exploração do trabalho — aquilo que o trabalhador ganha é, a médio prazo, insuficiente para atender a todas as suas necessidades. Essas necessidades não são apenas materiais, como as de comer, de vestir, de morar. No mundo moderno, as necessidades estão multiplicadas e ampliadas: entre outras, a escola é hoje uma necessidade básica tão importante como comer e vestir. Em algumas sociedades, ler é uma necessidade tão básica quanto comer(...) O novo modelo econômico que resulta da chamada globalização tem levado, em muitos países, à intensificação da exploração do trabalho e à anulação de conquistas trabalhistas da maior importância. Por tudo que tenho observado, é nessa nova realidade econômica que a superexploração tende, em circunstâncias específicas, a se tornar trabalho escravo (1999:130-131).

*arrasta e acaba se perdendo no tempo.*⁷

Assumindo formas diferentes das assinaladas pelos autores citados nos estudos da Amazônia Legal, na região de Três Lagoas os casos de escravização pela dívida foram aparentemente atenuados, dadas a conformação geográfica da região, com mata de cerrado, e a presença anterior de famílias tanto na abertura de fazendas, como no trabalho nas carvoarias, o que já havia criado aí uma tradição de relação de peonagem mais branda na aparência. Porém, o que de fato se revela para o caso das carvoarias é que foram feitas várias denúncias, inclusive pela mídia, de situação de semi-escravidão envolvendo famílias de carvoeiros, na sua maioria de migrantes mineiros, em que o trabalho infantil era consignado. Em 15 de setembro de 1993 o *Jornal Correio do Estado*, de Campo Grande, registrava em reportagem: **Carvoarias mantêm dois mil semi-escravos**. Depois de caracterizar as relações de trabalho nas carvoarias, sem carteira assinada, nenhuma segurança no trabalho, condições precárias de higiene e saúde, a reportagem-denúncia passa a descrever as condições de vida dos trabalhadores, entre os quais encontram-se peões-do-trecho e muitas famílias:

Um caso típico é o do senhor Everaldo, 50 anos, que junto com a família — a mulher, oito filhos e um sobrinho — veio de Taobeira (Minas Gerais) há três meses, contratado pelo "gato" Amadeu Rocha Moreira. Everaldo supunha que conseguisse ganhar uns seis salários mínimos — seis pessoas da família trabalham — gastasse três com alimentação, sobrando líquidos três mínimos. Só que a realidade acabou se revelando muito mais dura. Ao invés dos sonhados seis mínimos — ou Cr\$57.600 — conseguiu acumular uma dívida de Cr\$55 mil. Não sabe como pagar, afinal, segundo o acerto de contas feito pelo "gato", ele tem para receber Cr\$9,3 mil. "A gente não consegue entender direito estas contas, eu sei que a última compra que me mandaram custou Cr\$25 mil, depois disso não veio mais nada. [...] Romero, de sete anos, nem sabe o que é escola, mas começa a descobrir os "segredos" da profissão do pai, que desistiu de ser carpinteiro e há 20 anos trabalha em carvoaria. A incorporação de garotos como Romero ao serviço acaba sendo uma imposição do próprio regime de trabalho". "Ninguém pode ficar parado aqui, a gente tem que produzir o máximo possível para tentar aumentar o ganho", justifica Everaldo.

Pode-se dizer que na Amazônia, conquanto não haja denúncias de trabalho infantil no circuito da peonagem, a situação se mostrou mais grave, pois, a abertura de frentes para instalação de imensas fazendas provocou, muitas vezes, o confinamento de peões em áreas de

⁷ Transcrito da entrevista concedida no Fórum de Ribas do Rio Pardo, em 04 de julho de 2000.

acesso muito difícil, em muitos casos só por via aérea, o que não ocorreu a essa época em Mato Grosso do Sul, possibilitando vislumbrar maior liberdade ao peão no seu ir e vir.

Entretanto, vários depoimentos registraram violência física do empregador (gato) contra os peões que se rebelavam diante das condições de trabalho e vida nos acampamentos, ou mesmo questionando acertos de conta onde sempre saíam perdendo, ou até não recebendo, em função da dívida acumulada, em mecanismo semelhante ao da Amazônia, como se verá nos capítulos 3 e 4. Não houve, porém, nenhuma denúncia de compra de peão, embora tenham sido relatados casos de coação por meio de jagunços armados.

Na região em estudo, as derrubadas foram feitas, inicialmente, por famílias, muitas vezes à base do machado, como revelam vários entrevistados, homens e mulheres, que estavam na região na década de 1960. Parte dessas famílias aqui se estabeleceram trabalhando na abertura de fazendas, como assalariados, como meeiros, que além do trabalho familiar às vezes contavam com trabalho de empreita executado por vizinhos e, eventualmente, por peões. Dizem essas pessoas que a chegada destes, como um contingente significativo, só se daria posteriormente, quando o trabalho de abertura das fazendas já estava adiantado e havia necessidade de empregá-los para trabalhos mais pesados, na limpeza da área onde seria plantado o capim para formação de pastos, o que envolvia o trabalho de arrancar o pau-preto⁸, ou, mais tarde, na colheita da semente de brachiaria, capim que aqui se implantou ao longo da década. A entrada do peão se fez, portanto, quando tornou-se necessário ampliar o grupo

⁸ "Pau-preto" é uma expressão usada na região para designar o trabalho de retirada de troncos provenientes de desmatamento e queimada, donde a expressão, decorrente da crosta preta (sapecada, ou queimada mesmo) que envolve a madeira. É um trabalho pesado e "muito bruto", como disseram alguns peões entrevistados, pois, envolve grande força braçal, necessária à retirada da madeira e seu empilhamento. *Dá mais trabalho que derrubar a própria mata* como dizem alguns deles. Há depoimentos que indicam a utilização de maquinário para o destocamento nas áreas destinadas ao reflorestamento, já no início da década de 70, em 1972, 1973, em áreas comandadas por grandes reflorestadoras.

inicial de trabalhadores, quase sempre envolvendo crianças, acrescentando braços com maior força física e capazes de suportar um trabalho mais rude.

O termo **peão** designa vários tipos de trabalhadores, como o peão de fazenda, trabalhador contratado para executar trabalhos rotineiros, com grande habilidade para montar a cavalo e sobre ele executar uma série de tarefas, como correr a fazenda e, principalmente, lidar com o gado e domar cavalo bravo. Dessa função deriva a de tocar boiada, de um lugar para outro, como peão boiadeiro, imortalizado nas velhas cantigas de viola. Hoje o termo designa um novo papel, o de peão de rodeio, valente, corajoso, capaz de montar touro e cavalo bravo, figura de destaque em rodeios pelo Brasil afora. Todos esses tipos têm uma função determinada pela sua aptidão. O peão que ora se estuda, geralmente denominado **peão-do-trecho**, é diferente: talvez nem saiba montar a cavalo, pois nem sempre nasceu na roça, ou, se nasceu, dela já saiu há muito, expulso porque já não interessava, já não havia mais roça para tocar. Peão-do-trecho porque, como dizia um antigo empreiteiro — fazendo com a mão o gesto do peão de brinquedo —, roda, de um lugar para outro, em busca de trabalho, seja o que for, seja onde for. É, pois, aquele indivíduo que, na sua conformação/resistência, busca, nas suas andanças por vários lugares, de uma região para outra, Brasil afora, um trabalho, uma forma de sobreviver.

Desemprego, precarização, flexibilização, são alguns dos vocábulos que passaram a integrar qualquer discussão sobre relações e condições de trabalho. Uma série de questões têm sido postas a esse respeito, considerando-se os problemas que hoje se colocam para o trabalhador, a mercê de um mercado de trabalho cada vez mais restrito e exigente, quer nos países centrais, quer nos países periféricos. Não se trata aqui de fazermos uma discussão exaustiva dos efeitos da globalização numa economia periférica como a nossa. Trata-se, isto

sim, de pontuar a conexão existente entre o que se passa nos recônditos, na periferia da Periferia e o movimento geral do capital que, já nos mostravam Marx e Engels no Manifesto, rompe todas as fronteiras e se estabelece, dominador, abarcando, com seus tentáculos, tudo e todos.

Se há alguns anos acreditava-se, a classe média principalmente, viver um período promissor, com a ilusão de participar do concerto de benesses trazidas pelo desenvolvimento do Estado de Bem-Estar — vivido, após a Segunda Guerra, pelos países de capitalismo avançado, modelo do qual fazíamos um arremedo chinfrim⁹ —, hoje já não se pode deixar de refletir sobre o agravamento da desigualdade e de todos os problemas decorrentes do ordenamento levado a efeito pela hegemonia do capitalismo mundial, sobre o qual João Manuel Cardoso de Mello assim se expressa:

Estou convencido de que vivemos por assim dizer um momento inverso ao período do imediato pós-guerra, que Polanyi denominou a Grande Transformação. Àquela altura do século, o capitalismo parecia ter sido domesticado pela sociedade. Agora que ele rompeu a carapaça que o submetia e protegia as populações, podemos falar de uma vingança do capitalismo contra a sociedade. (...) O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a intensificação da disparidade dos rendimentos, a heterogeneidade do mercado de trabalho e o agravamento da pobreza estão aí para quem quiser ver, e reconhecer enfim no capitalismo o que ele sempre foi, uma gigantesca máquina de produzir desigualdade (Mello, 1998: 23 e 24).

De fato, a desigualdade nos seus desdobramentos é o grande legado do capitalismo aos tempos atuais, tempos de acentuada concentração de riquezas — não só no interior de cada sociedade, como no conjunto das sociedades hegemônicas —, em contraste com a miséria crescente no conjunto das sociedades periféricas.

Uma das faces dessa desigualdade, a precarização, vestimenta atualizada das relações de trabalho em tempos de globalização, perpassa há muito as relações de trabalho vividas

⁹ Francisco de Oliveira, em ensaio sobre globalização e neoliberalismo na América Latina, aponta "o velho assistencialismo do Estado desenvolvimentista" como "a contrafação latino-americana do Estado do bem-estar" (1998: 212). Vera da Silva Telles lembra que o *Welfare State* é um modelo nunca realizado no Brasil (2001: 115).

pelos peões-do-trecho de Mato Grosso do Sul. Esse não é um dado novo para eles, nem para os peões da Amazônia Legal, nem mesmo para aqueles migrantes que atravessam o país de Norte a Sul em busca de novas frentes de trabalho, em busca do mínimo para se manterem vivos e continuarem pertencendo a essa sociedade. Para muitos deles, o que há de novo é a sua transformação em descartáveis, desenraizados e supérfluos depois de longa trajetória em jornadas de trabalho marcadas por uma exploração exacerbada, por condições degradantes de vida, para garantir o maior lucro para as empresas a que serviram. Tomo a expressão "supérfluos" de Hannah Arendt que afirma: *Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros, ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma* (1989: 528). É como se em determinados momentos da sua vida, — quando não lhes resta mais nada que ficar vagando pelas ruas das cidades ou mesmo pelas estradas, geralmente bêbados, maltrapilhos, sem rumo —, eles, de fato e de direito, não pertencessem ao mundo, como se fossem apenas um entulho.

Se o seu trabalho foi sempre marcado pela precariedade imposta pela inexistência de uma carteira assinada, um amparo legal garantido por um contrato que lhes assegurasse uma aposentadoria futura, nem por isso havia o risco, na proporção que se coloca hoje, de serem abandonados, descartados, excluídos, desfiliaados, como sugere Robert Castel. A expansão e consolidação do processo de globalização, na sua face mais perversa caracterizada pela negação do trabalho, é o dado novo que se soma à precariedade historicamente enfrentada pelo peão.

Se antes ele foi explorado, muitas vezes submetido ao trabalho escravo, nem por isso deixou de ter o alento e a certeza de fazer parte do universo sócio-econômico a que pertencia. Sua atividade era necessária, imprescindível mesmo, para garantir ora a abertura de novas

frentes/fronteiras, ora a consolidação da sua ocupação, ora, ainda, a própria possibilidade de transformação/domínio da natureza com a força dos seus braços transformados em instrumentos de trabalho. Hoje, considerando-se as lutas e conquistas dos trabalhadores sindicalizados, a precariedade adquire nova face, muito mais cruel, que fecha ao trabalhador, principalmente àquele que já tinha um vínculo de trabalho precário, como o peão, a perspectiva de novas frentes, de novas saídas: já não há mais trabalho como antes e, quando há, o que se encontra é em condições de exploração exacerbada, exploração que mina as suas forças, que o destrói por dentro e por fora, destruindo sua capacidade para o trabalho, destruindo sua capacidade de sonhar e ter esperança.

Algumas questões se colocam quando se procura compreender o peão-do-trecho dentro do circuito das relações de trabalho hoje: de que forma ele se relaciona com o mundo do trabalho? É possível referir-se a ele simplesmente como um trabalhador precário? Ou, a precariedade da sua relação de trabalho constitui uma forma de subordinação do trabalho ao capital antes mesmo que ele tenha efetivamente evoluído para formas mais modernas de organização do processo de trabalho? Por trás da precariedade existe algo mais, uma relação mais complexa, envolvendo sua trajetória e a construção de suas representações ao longo da mesma? Ou ele é apenas um trabalhador em processo de exclusão? De que forma a violência está presente no seu universo?

Essas indagações iniciais possibilitam uma incursão pela questão do trabalho, com um enfoque especial sobre a precarização e a exclusão, buscando, numa perspectiva histórica, situar o peão-do-trecho e o circuito da peonagem na sua relação com o capitalismo — quer tomada a partir de um processo inicial de acumulação primitiva verificada na região, quer como forma de atualização da mesma, acompanhando ou fazendo ressonância às novas formas

de acumulação capitalista mundial —, e a violência onipresente que perpassa essa relação.

TRABALHO PRECÁRIO: UMA NOVA FACE DO TRABALHO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO?

O trabalho e sua situação no contexto do capitalismo atual

Atividade por excelência, a partir da qual o homem se insere na sociedade, o trabalho possibilita a construção da própria vida na sua relação com os outros homens. Constitui e viabiliza não só a transformação da natureza, mas, principalmente, a transformação do próprio homem. Sobre a sua importância nesse processo, Engels já se expressa de forma enfática afirmando não só o seu caráter transformador, mas, fundamentalmente, o seu caráter criador:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (1977: 63).

A fundamentação dessas afirmações constitui, em Engels, uma demonstração de como o trabalho implica e possibilita, de forma essencial, a sociabilidade que desencadeia tanto a evolução fisiopsicológica, quanto a evolução intelectual e social do homem, processos fortemente imbricados, numa relação de coesão/cooperação, interdependência e reciprocidade. Entretanto, implica e possibilita também —como revela Engels no decorrer do texto e em outros estudos —, a apropriação, por uma determinada classe, da propriedade, antes comunal, consolidando-se, ao longo da evolução dos modos de produção, como propriedade capitalista e inaugurando uma nova forma de relações de classes. Esta, definida pela divisão entre proprietários e não proprietários, torna-se geradora do antagonismo entre classes dominantes e

classes dominadas. O caráter dessa dominação é definido a partir das relações de trabalho, onde a classe dominada vive uma condição de opressão dada pela necessidade de obtenção do lucro advindo da comercialização dos produtos gerados pelo seu trabalho, apropriado pelas classes dominantes à custa da sua redução à condição de classe oprimida, submetida, muitas vezes, a uma situação de miserabilidade. Por esse caminho, Engels analisando conseqüências naturais e sociais do trabalho como formador e transformador/humanizador do homem, chega às suas conseqüências econômicas, quando o mesmo passa a ser visto prioritariamente sob o seu aspecto utilitário — os lucros imediatos para o capitalista —, sem qualquer atenção para os danos à natureza e, significativamente, ao próprio homem, numa perspectiva de mais longo prazo.

Há um uníssono entre as preocupações de Engels e as de Marx, ao estudar as condições da classe operária na Inglaterra, seja na busca de aprofundar o conhecimento dos antagonismos de classe e da opressão decorrente deles, seja na tarefa de deslindar o processo de exploração da classe operária, condição essencial para a acumulação do capital e sua consolidação através do lucro, como fica evidente n'*O Capital*. Nessa perspectiva, Marx fornece o suporte teórico, quer para considerar o trabalho, através da técnica, como forma de transformação da natureza pelo homem, que se traduz em transformação do próprio homem, quer para analisar as circunstâncias em que ele produz e que o submetem a uma forma de alienação/estranhamento, quer, completando o quadro, para compreender a subordinação do trabalho ao capital.

Esses enfoques não estão isolados na esfera da economia política, mas, partindo de uma reflexão ontológica, permitem adentrar uma perspectiva sócio-antropológica na qual se pode contemplar o trabalho como ação caracterizadora da atividade humana enquanto

atividade social que, por envolver o homem nas suas relações consigo mesmo, com a natureza e com os outros homens, deve abrir espaço para a subjetividade enquanto espaço de manifestação e apreensão do significado dessa realização¹⁰. Esta subjetividade, porém, não descarta a historicidade própria da sua inserção no social, o que lhe confere o resgate da objetividade, posta quando se toma a dialética como possibilidade de contemplar e explicar essa complexidade relacional que tem em Marx a sua melhor expressão:

A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem *social*, pois apenas assim existe para ele como *vinculo* com o *homem*, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência *humano*. Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano*, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza (1978: 09).

No momento em que faz essas considerações, o momento dos Manuscritos, Marx ainda está esboçando o que constituiria uma visão mais acabada de todo o conjunto de relações que se estabelecem no processo produtivo e que nem por isso deixam de contemplar o trabalhador na sua subjetividade. Com os olhos já postos na alienação a que é submetido pelo trabalho sob o domínio do capital, Marx se permite refletir sobre o que constitui a essência da condição humana, como condição que se realiza através de mediações e de um profundo mergulho na

¹⁰ Ricardo Antunes chamou-nos a atenção para o aspecto ontológico, privilegiado por Marx, não salientado no texto original que apenas enfatizava a abertura à perspectiva sócio-antropológica — *mais do que uma perspectiva sócio-antropológica, o Marx está nos remetendo aqui a uma forma de ver o trabalho numa dimensão ontológica: é ver o trabalho no seu ser enquanto momento de realização de uma atividade essencial dos indivíduos. Eu diria, mais do que sócio-antropológica, eu reconheço que é uma opção mais terminológica, mas é uma opção, no Marx pelo menos não é uma opção sócio-antropológica, mas é ler o trabalho numa dimensão ontológica: o trabalho como momento constitutivo do ser social, da sua sociabilização, da sua singularidade, da sua liberdade, da sua consciência* — o que provocou uma reflexão mais aprofundada sobre a questão. O que comporta esse aspecto? A resposta, dada em momento anterior por Antunes, a partir de Lukacs, é assim formulada: *Ontológico, na formulação lukacsiana, é a busca dialética do ser social, historicamente existente. É a consideração do todo, na sua forma de ser, como processo histórico que se transforma. É o oposto da ontologia clássica, metafísica, especulativa, não ancorada no real, no histórico, no material* (1990:17). Entende-se que esta formulação traz implícita a perspectiva sócio-antropológica que a reflexão ontológica marxiana permite, considerando-se o suporte histórico-dialético que a sustenta, o mesmo em que se apóia Lukacs. Ao colocar a perspectiva sócio-antropológica, não se pretende negar a dimensão ontológica dada por Marx na abordagem da relação homem-trabalho, mas apenas salientar que ela contém em si a dimensão sócio-antropológica, dado que o trabalho é ação que caracteriza a atividade humana enquanto atividade social, atividade que comporta relações com a natureza, consigo próprio e com os outros homens.

natureza a que o homem se submete e que, apropriada por ele, torna-se natureza humana, como observa Henri Lefebvre:

...O pensamento marxista autêntico tem um *estilo*: o da intensificação e do alargamento da vida. Este estilo, bem abandonado em nossos dias pelos "marxistas", procurava manter e unir o princípio antropológico e o naturalismo. [E mais adiante:] Marx mostra que o trabalho, a indústria e a técnica constituem as mediações entre o homem que se forma e a natureza a que se submete. Essas mediações tendem a criar um "mundo humano" e uma "natureza humana", isto é, humanizada, subordinada e integrada no humano, em uma palavra, *apropriada*. (1969: 165 e 167).

Esse é um indicador que permite adentrar o universo da precarização do trabalho considerado não apenas de uma perspectiva econômica centrada na atual fase de acumulação capitalista, em que a globalização e o neoliberalismo acabam regendo o concerto das relações de trabalho, mas numa perspectiva sócio-antropológica que permita recuperar historicamente as origens do trabalho precário no campo e na cidade, no caso específico do Brasil, e buscar, num movimento de atualização, suas articulações com o processo atual, seja no Brasil, seja no mundo globalizado, sem perder a riqueza conferida pela interpretação/representação que o trabalhador — no caso, o peão-do-trecho — faz da sua situação. Dessa forma, sem deixar de lado a análise do conjunto do processo, pode-se adentrar a subjetividade do peão, quer marcada pela sua história pessoal, quer marcada pela experiência vivida a partir do trabalho, como indica a observação de Georges Friedmann:

A subjetividade vivida por ocasião das atividades de trabalho vai desde os estados de insatisfação, de tristeza e mesmo de depressão, de neurose, até estados de auto-realização, de satisfação, de desafogo e, em casos extremos (raros), de alegria. Essa série de estados afetivos que corresponde às atividades de trabalho oferece matizes numerosíssimos, que se manifestam de maneira variada, de acordo com os contextos sociais e culturais (1973: 23-24).

Essa riqueza de estados afetivos é sempre captada na fala dos peões que, ao falar do trabalho, ora contam sua história, ora falam dos seus sonhos, da sua esperança, do que deixaram para trás, mas sobretudo falam das agruras da vida que levam, seja no trabalho, seja fora dele, sempre marcada pela precariedade da sua condição.

Tomando aqui o conceito de trabalho precário contido na especificação da precarização do trabalho feita por Jorge Mattoso, verifica-se que o mesmo é um conceito histórico, fundado na afirmação das conquistas da classe trabalhadora e, sobretudo, na constatação das perdas gradativas que ela vem sofrendo, conseqüência das transformações/metamorfoses por que passa o mundo do trabalho:

Precarização das condições de trabalho — Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria (Mattoso, 1999: 8).

Esse é, portanto, um conceito utilizado não só para caracterizar a precariedade do trabalho em si, mas, sobretudo, para definir os rumos atuais da condição dos trabalhadores. Parte inclusive de um patamar em que havia uma relação de trabalho regulamentada e garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores, o que, em face das transformações ocorridas, acaba se perdendo gradativamente, possibilitando visualizar um novo processo, a precarização. Entretanto, pode-se afirmar que o trabalho nasce no capitalismo com o estigma da precariedade, estigma este que só o fazer-se da classe operária, a sua tomada de consciência enquanto classe (Thompson, 1987), através da luta, pode atenuar, mas não apagar definitivamente. A precariedade é, pois, inerente à exploração própria das relações de trabalho no capitalismo, um espectro que ronda o trabalhador e que com ele luta continuamente, ora tornando-se visível — quando o trabalhador é ainda fraco, incapaz de lutar e conquistar seus direitos —, ora escondendo-se, enfraquecido — quando o trabalhador luta e faz suas conquistas, como fez historicamente —, para reaparecer, em novas roupagens, fortalecido, como ocorre hoje, em tempos de globalização sob o comando do neoliberalismo.

Quando Engels descreve a situação da classe operária inglesa, ou quando Marx analisa

o processo de produção da mercadoria em que o trabalhador é transformado, ele próprio, em mercadoria, a condição de precariedade torna-se visível, denunciada como decorrência das formas de expropriação a que seguem as formas de exploração impostas como condição da realização tanto da acumulação originária, como das etapas subseqüentes de acumulação do capital. Ela se faz presente tanto na Inglaterra, berço do capitalismo, como em todos os lugares onde ele se desenvolve. Há sempre um retomar do mesmo processo de acumulação primitiva, seguido de renovados processos, sempre adaptados ao tempo e ao espaço histórico em que se dão, seja nas sociedades em que se desenvolveu primeiro, seja nas sociedades em que se desenvolverá depois, como no caso brasileiro da peonagem.

Se tomarmos como referência a existência de uma legislação que assegure, efetivamente, direitos sociais à classe trabalhadora no Brasil, veremos que, até 1930, muito pouco havia sido conquistado, seja em termos de regulamentação das relações de trabalho, seja em termos de garantias ao trabalhador. Segundo Vera Lúcia B. Ferrante,

os únicos encargos trabalhistas existentes eram a contribuição para os Institutos de Aposentadoria e Pensões (criados em substituição às Caixas de Aposentadoria), o seguro contra riscos de acidente de trabalho (desde 1919), as indenizações por despedida injusta e o aviso prévio (1978: 55).

Maria Célia Paoli (1987), analisando a formação da classe operária brasileira, aponta, ao longo da década de 20, o surgimento de sucessivas propostas de leis, entre elas as que versavam sobre acidentes de trabalho e estabilidade, todas objetos de luta entre empresários e operários, os primeiros tomando "o espaço da fala" em discussão com o Estado, tentando impedir sua intervenção em direção à regulamentação do trabalho, os segundos organizando-se em manifestações, reclamações e pequenas greves e paradas no espaço da fábrica. Nesse confronto, a lei de férias, datada de 1926, apesar de toda movimentação operária para garantir sua aplicação, só entrará em vigor em março de 1931, sofrendo de imediato forte reação

empresarial, o que implicará na sua reformulação e promulgação apenas em janeiro de 1934, já com outra ótica e adendo que atendia diretamente aos interesses dos industriais (Paoli, 1987: 75 e ss).

Uma legislação do trabalho mais abrangente só ficará configurada na Constituição de 1934, no governo de Getúlio Vargas. Entre as principais conquistas, dela decorrentes, encontram-se a estabilidade, a regulamentação da rescisão do contrato de trabalho — que assegura aos trabalhadores da indústria e do comércio uma indenização quando despedidos sem justa causa —, a instituição do salário mínimo e a alteração da lei sindical, que limitava a um o número de sindicatos por categoria profissional na mesma região. Essa legislação se aperfeiçoará ao longo desse governo, marcada —, notadamente a partir da implantação da ditadura do Estado Novo —, pelo intervencionismo estatal nas relações de trabalho com o fito de garantir o controle sobre a classe operária, condição fundamental para assegurar a consolidação da nova etapa de acumulação capitalista industrial. A análise de Vera Botta Ferrante¹¹ permite afirmar que o avanço maior será dado pela promulgação da CLT/Consolidação das Leis do Trabalho, em 01/05/1943, cuja aplicação será estendida a todas as categorias de trabalhadores urbanos, assegurando, agora sim, que, se não cumprida, também os empresários sofrerão as sanções previstas:

Além da regulamentação da duração do trabalho, dos períodos de descanso, do trabalho noturno, do horário, das férias, reforma da lei sobre acidentes do trabalho, com seguro obrigatório em instituições de previdência social ou em entidades privadas, estipularam-se as penalidades para empresários e operários que infringissem as suas determinações (FERRANTE, 1978: 85).

É preciso registrar, porém, que esse avanço não tira da lei o histórico e notório caráter controlador da força de trabalho. Conforme observa Luiz Werneck Vianna, na composição da

¹¹ Esses dados baseiam-se sobretudo no estudo de Ferrante, *op.cit.*, especialmente na Primeira Parte: Origem das Leis Trabalhistas e Segunda Parte: Vigência das Leis Trabalhistas.

estrutura da CLT estão presentes as *normas tutelares* que incidem sobre o trabalho dos sindicatos, o sistema previdenciário e a Justiça do Trabalho e, mais que isso:

Os direitos elementares do trabalho, encorpados com a legislação do salário mínimo e com os benefícios da previdência social, beneficiando em massa os assalariados, correspondiam à contraprestação "outorgada" pelo Estado à "contenção sindical". Em razão disso, o ente responsável pela coerção política do proletariado se transfigurava na figura de um *benefactor*, e não é atoa que o inspirador dessa política chegou a ser conhecido como o "pai dos pobres" (1978: 241).

Ricardo Antunes, em análise do presente texto, reafirma o caráter restritivo e controlador da lei, observando que a CLT, *por um lado, contempla toda a legislação trabalhista, mas contempla também, claramente, toda legislação sindical coibidora e controladora.*

Para os trabalhadores rurais essas conquistas — apesar das lutas históricas dessa categoria e mesmo dos trabalhadores urbanos e dos partidos de esquerda, PCB, PSB, PC do B, para nelas incluí-los¹² —, só serão, de fato, asseguradas legalmente a partir da promulgação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (ETR), na década de 1960, no governo João Goulart. Um dado importante, levantado por Maria Aparecida de Moraes Silva, merece ser destacado, pois reafirma a pertinência dessas lutas políticas:

Em tese, desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito a salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, pela CLT, mas estes direitos permaneceram letra morta. O ETR acrescentou alguns elementos importantes: concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança (1999: 64).

Segundo a autora, esse instrumento legal não só estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, como regulamentava os seus sindicatos, mantendo, porém, as linhas corporativas tradicionais, entre as quais, *o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho*. Suas observações sobre as implicações daí decorrentes, inclusive em relação às suas lutas e à "sábia" intervenção do Estado que as polarizou, revelam o propósito

¹² Vide sobre essas lutas, especialmente Barriguelli, 1981, 3 vol. e Ferrante, 1987, Primeira e Segunda partes

de impedir a constituição de uma classe trabalhadora rural.

Portanto, ao invés de significar um ganho efetivo para os trabalhadores no seu conjunto, beneficiou apenas algumas categorias tornando-se, para a grande maioria, um detonador do trabalho precário ao criar, notadamente no Estado de São Paulo, uma nova categoria, a dos bóias-frias, trabalhadores que só a partir de muitas lutas puderam gozar de alguns benefícios legais, sem, entretanto, se livrarem da condição de trabalhadores precários.

Em Mato Grosso do Sul, dadas as características específicas da organização da economia, não houve, pelo menos de forma significativa, o aparecimento dessa categoria. Outra, porém, constituída de trabalhadores em condição de precariedade, já existia e torna-se mais significativa a partir daquele momento: aquela representada pelos peões-do-trecho, trabalhando em processo de abertura de novas frentes de expansão, abrindo fazendas, na sua maioria voltadas para a pecuária.

As várias faces da precariedade e suas manifestações na peonagem

Não se pode, pois, falar de trabalho hoje sem recorrer à questão da sua precarização. Fenômeno sempre presente, como já se observou, ao longo da história da sociedade capitalista, a precarização, sobretudo nas sociedades de economias desenvolvidas, cedeu lugar às conquistas alcançadas pelas lutas operárias por uma regulamentação do trabalho, com jornada definida, descanso semanal remunerado, férias remuneradas, estabilidade de emprego, previdência social, enfim, tudo aquilo que por um bom espaço de tempo caracterizou o Estado de Bem-Estar Social.

Acha-se, ainda, em decorrência do que David Harvey (1993) chama uma radical

reestruturação do mercado de trabalho, associada à flexibilização dos contratos de trabalho, alternativa que se impõe na etapa atual do capitalismo, como forma de enfrentar o aumento da competição e garantir os níveis de lucro, o que implica na queda do poder sindical e aumento do desemprego:

Diante da forte vitalidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. (...) Mais importante que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (1993: 140-143).

Octavio Ianni, analisa a flexibilização como uma intensificação da racionalidade capitalista, em vigor nos padrões organizacionais tradicionais (taylorista, fordista...), tornando-a mais geral e pluralizada no padrão toyotista que a propõe e implicando *uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho* (1996:160).

Essa nova forma de acumulação implica, para os países de economias desenvolvidas, no desmonte gradativo do Estado de Bem-Estar, substituindo conquistas históricas das classes trabalhadoras por um estado de precariedade que se alastra inexorável. Para as economias periféricas, que viveram apenas um pseudo Estado de Bem-Estar, significa o agravamento da situação precária em que já vivia parte significativa da população.

Pierre Bourdieu a assinala com os caracteres da onipresença e da desesperança, presente no espaço público e no espaço privado, afetando a todos, homens e mulheres, nas suas possibilidades de viver o presente e de construir o futuro:

... ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (1998: 120).

Maria Neyara de Oliveira Araújo possibilita vislumbrá-la como historicamente inserida no *tempo do não-trabalho*, que comporta duas temporalidades distintas, a da negação do trabalho e a da sua consumação, temporalidades que permitem a contemplação de dois espaços também distintos e complementares, o do centro e o da periferia, reflexo das desigualdades que regem as relações entre esses dois espaços:

A regra é essa, de novidade nenhuma: chegou o tempo em que o trabalhador foi destituído não mais apenas dos meios de trabalho, mas do próprio trabalho. Tempo de não-trabalho, sua ausência em duas pontas do mundo: onde ele foi negado como último resultado da acumulação primitiva — primeiro se destituem os meios de produção, depois o próprio trabalho — e onde ele consubstanciou o ponto limite da concentração, onde ele desapareceu por ter se cumprido todo, absoluto.(...) Assim, olhe, do ponto de vista sociológico, aquela forma de trabalho cujo vínculo social é tão sem consistência que é mesmo que nada, não gera direitos e por isso deixa o trabalhador à mercê de tudo (1996: 05)

Para Paul Singer, a precarização do trabalho tem duas faces: a primeira, é a que corresponde ao "desemprego" decorrente do reordenamento do mercado de trabalho, resultante das transformações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho. Há, de fato, uma diminuição dos postos de trabalho então existentes e a sua substituição por outros que já não asseguram aos seus ocupantes *as mesmas compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo*. Situam-se entre estes as ocupações por conta própria — caracterizadas como aquelas ocupações ligadas à prestação de serviços —, sejam reais ou *apenas formais*. Há um dado perverso nas ocupações por conta própria *apenas formais*, pois, na verdade elas escondem uma vinculação dos prestadores de serviços a uma grande empresa, sem, entretanto, onerá-la com esse vínculo, e trazendo, por outro lado, àqueles, a insegurança e a dependência, como observa a seguir:

Uma única grande empresa necessita muitas vezes dos serviços em tempo completo de uma equipe profissional, seja ela de contabilidade, de vigilância, de fornecimento de refeições, de seleção de executivos, de pesquisa de mercado etc.. Outrora a empresa empregava a equipe. Hoje ela prefere que a equipe se constitua em pequena firma independente e lhe preste os serviços. Para a empresa cliente a vantagem está na flexibilidade do novo relacionamento e também no menor custo do trabalho, pois ela deixa de pagar o tempo morto, quando a equipe não tem o que fazer, e as horas extras, quando a urgência

da tarefa impõe trabalho além da jornada normal. Os profissionais "por conta própria" ganham a possibilidade (teórica) de trabalhar para outros clientes mas correm o risco de que "o" cliente se volte para outro fornecedor. Em suma: o ex-empregador ganha graus novos de liberdade, os ex-empregados perdem a segurança que tinham (Singer, 1997: 266-267).

A segunda face da precarização *toma também a forma de relações "informais" ou "incompletas" de emprego*, o que implica numa "ampliação da insegurança no emprego". Para Mattoso, autor tomado como referência por Singer, esse é um fenômeno observado na quase totalidade dos países avançados e implica na redução do volume de empregos nas empresas e no aumento da subcontratação de trabalhadores quer em caráter temporário, por tempo determinado, quer em caráter eventual, em tempo parcial, quer, ainda, para trabalhos em domicílio ou de aprendizes, estagiários, etc. (*apud* Singer, 1997: 267). Na verdade, esse tipo de prática tem se disseminado no Brasil, notadamente nas grandes empresas. Constituem capítulo à parte aquelas que demandam quadros especializados, nem sempre prontos, como grandes instituições financeiras e outras prestadoras de serviço que têm nos estagiários de nível universitário um leque de opções para uma seleção aprimorada de talentos que, por um bom tempo, estarão na condição de subcontratados, especializando-se e prestando um serviço de qualidade a baixo custo.

Ricardo Antunes chama a esse processo *subproletarização*, complemento de outro processo em avanço no capitalismo contemporâneo, a *desproletarização* do trabalho industrial fabril, decorrente da redução da classe operária industrial tradicional, compensada pelo crescimento significativo dos assalariados pelo setor de serviços e pela ampliada participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (Antunes, 1999: 104 e ss.). Observe-se que essa ampliação da participação da mão-de-obra feminina remete claramente aos primórdios da organização industrial capitalista e também a todos os seus momentos de crise, em que

mulheres e crianças eram integradas ao mercado de trabalho, competindo com a mão-de-obra masculina, porque se submetiam a um grau maior de exploração tanto em relação ao salário, quanto às condições de trabalho. Não se pretende aqui fazer uma discussão sobre a questão de gênero, mas apenas salientar o fenômeno da ampliação do trabalho feminino como um elemento fundamental do acirramento da exploração capitalista, no momento atual, sob a forma precarizada. Vale a pena conferir, numa breve citação, o que reafirma Ricardo Antunes:

...a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho *mais precarizado*, nos trabalhos em regime de *part time*, marcados por uma *informalidade* ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas (1999: 104 e ss.).

Um outro aspecto da questão é apontado por Osvaldo Coggiola que, ao analisar o crescimento da precarização do trabalho e o aumento crescente da pobreza no mundo, chama a atenção para a situação dos Estados Unidos e da Europa, onde as migrações legais e ilegais, decorrentes do desemprego e deterioração salarial nos países do Terceiro Mundo, tendem, principalmente nos Estados Unidos, a fomentar o surgimento do trabalho "negro", ou seja, aquele trabalho mais precário no qual se integram notadamente os imigrantes ilegais (1997: 200-223).

Corroborando essa observação, a pesquisa de Teresa Sales, junto aos brasileiros que emigraram para os Estados Unidos, revela o que ela considera a legitimação da condição de clandestinidade comum à maioria dos imigrantes brasileiros ali chegados, cujo maior desafio é a legalização da sua situação. Até que isso aconteça, vivem como clandestinos na condição de excluídos da legislação e dos direitos garantidos por ela, submetendo-se a trabalhos que não exigem a documentação em dia, portanto precários, como trabalho de limpeza doméstica, trabalho em restaurantes e até em funerárias, sempre em funções subalternas, integrados,

muitas vezes, em atividades bem aquém da sua qualificação (Sales, 1999)¹³.

Esses dados reforçam o que Coggiola afirma, no estudo citado, referindo-se ao trabalho ilegal, de modo especial nas áreas rurais brasileiras, que torna-se [ou sempre foi?, há que se perguntar,] mais um elemento de reforço da acumulação. Para ele, esse tipo de trabalho se estende até ao limite do que se caracteriza como trabalho escravo, uma forma do capitalismo que se fortalece integrando [*reintroduzindo, e de maneira crescente, como ele afirma,*] todo tipo de relações de produção pré-capitalistas (Coggiola, 1987: 218).

A precariedade torna-se, pois, nesse momento, muito mais visível em todas as suas formas. Isso não impede, entretanto, a constatação da precariedade do trabalho ao longo da história do assalariado brasileiro, como já observado anteriormente. A ela, soma-se a questão do desemprego, muito mais palpável, quer sob o rótulo de desemprego estrutural, quer sob o rótulo de desemprego tecnológico.

A tendência a se considerar o desemprego o grande vilão da história é fortemente criticada por Paul Singer, como se a partir dessa situação não houvesse mais saída para o trabalhador. Partindo do pressuposto de que não apenas o emprego possibilita condições de subsistência, afirma a necessidade de se diferenciar emprego — uma relação fundada num contrato que envolve assalariamento —, de ocupação — atividade que também garante sustento a quem a exerce —. É no âmbito da ocupação que se encontra, grande parte das vezes, a precariedade que atinge principalmente aqueles a quem ele chama "pobres antigos" e que nem sequer podem ser classificados como desempregados:

É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres "antigos", os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados. É provável, porém, que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza (Singer, 1997: 253-254).

¹³ Vide especialmente o terceiro capítulo.

Singer (1999) refere-se aos "pobres antigos" como aqueles que sempre viveram essa condição. Em tempos de globalização, porém, observa, a partir dos países do primeiro mundo, o surgimento de uma "nova pobreza", caracterizada por ele como diferente da antiga pela sua origem de classe, geralmente a classe média beneficiária das conquistas dos "anos dourados", que, dada a concorrência de robôs e trabalhadores de países periféricos — estes menos exigentes em relação às condições de trabalho e salário —, ou incapazes de se reciclar profissionalmente, passam a enfrentar o desemprego. No Brasil, observa que, embora como fenômeno mais recente, a "nova pobreza" também atinge fundamentalmente a classe média portadora de qualificações tradicionais, cuja remuneração real vem sofrendo uma queda *violenta* no mercado de trabalho. E conclui:

A crise do desemprego se manifesta no Brasil por aumento do desemprego "aberto", isto é, da proporção de pessoas que não exercem outra atividade que a de ativamente procurar trabalho.(...) Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar "desempregados". Os pobres ficam "parados" quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou região, caso contrário correm o risco de morrer de fome (1999: 31-32).

De fato, se não podem ser classificados como desempregados, os chamados "pobres antigos" sofrem nos seus setores informais de ocupação a concorrência daqueles desempregados que vêm empobrecendo e que acabam engrossando esses setores pressionando para baixo a sua remuneração, o que na verdade confirma o avultamento da pobreza assinalado por Singer anteriormente. Nesse caso — como é o caso do peão-do-trecho e de uma parcela bastante significativa da população brasileira economicamente ativa, notadamente a localizada no campo —, a precariedade não representa uma perda, mas a própria condição de vida e ocupação dessas pessoas que sequer chegam a adentrar o espaço das conquistas históricas da regulamentação do trabalho.

Para os peões-do-trecho, como observa Mayre Márcia Jurado, a partir da avaliação das condições de trabalho nas carvoarias, a precariedade se revela, no seu cotidiano, concretizada na insegurança em que vivem no seu dia-a-dia, quer pelos equipamentos usados, quer pelas dificuldades apresentadas pelo tipo de trabalho a que se entregam, quer ainda pelas condições de alojamento, alimentação, fraca e muitas vezes inadequada para suprir as necessidades calóricas e protéicas que sua atividade impõe, quer, ainda, pela insalubridade do ar que respiram, decorrente da fumaça dos fornos e do resíduo deixado pela queima do carvão. Some-se a isso o convívio diário, após a jornada de trabalho, em barracos de lona plástica, extremamente quentes no verão, frios e invadidos pelo vento no inverno. Aí o mínimo conforto é coisa inexistente:

o trabalhador se resigna a viver nestas condições, geralmente insalubres, submetendo-se a alojamentos em barracos de lona, sem nenhuma condição de higiene, obrigado a beber água sem tratamento, de córregos existentes nas redondezas, em vasilhames improvisados; comprar os instrumentos de trabalho, mantimentos e até roupas sempre no sistema de barracão das fazendas, a preços sempre exorbitantes (Jurado, 2000).

Excetuando-se a fumaça e o calor dos fornos com que convivem os carvoeiros, é essa a condição de vida e trabalho dos peões-do-trecho de um modo geral, seja na colheita da semente de braquiária, seja no trabalho inicial de abertura de fazendas ou hoje, em trabalhos de manutenção das mesmas. A precariedade, na sua acepção mais ampla, abarca o seu viver, deixando neles a marca da privação, da incerteza, da dificuldade e da escassez.

Torna-se evidente, pois, que a precarização do trabalho a que se assiste hoje — tanto nas economias centrais, como nas periféricas —, posterior à situação em que os trabalhadores efetivamente gozavam de direitos e segurança conquistados historicamente, faz parte de uma nova etapa de organização do capital sob o signo da globalização e que já se faz sentir no Brasil a partir de meados da década de 1980. Ora, os peões-do-trecho, enquanto categoria de

trabalho que nasce a partir de demandas próprias de uma etapa de abertura de novas frentes de acumulação capitalista — tanto na Amazônia Legal, quanto na região em estudo no Mato Grosso do Sul —, nunca tiveram efetivamente esses direitos e essa segurança. Seu trabalho é, já no seu nascedouro, um trabalho precário e não um trabalho que se precariza por conta de uma intensificação da exploração, como ocorre nas outras condições. Trata-se, portanto, de considerá-lo, como aponta Martins (1995: 8-9), parte de um processo de acumulação primitiva inserido no movimento de acumulação global que já ultrapassou essa fase, mas que a contém como forma de ampliar sua capacidade de extrair mais valia. Esse processo se desenvolve exatamente nos espaços que podem ser caracterizados como frentes pioneiras, pois são espaços que ainda comportam aberturas de fazenda com todo o trabalho que daí advém. Em alguns casos a exploração e a violência presentes nas relações de trabalho agravam-se tanto que chega a se configurar o trabalho escravo.

Naturalmente, considerando-se a Região de Três Lagoas, ficam aí incursos os peões que trabalharam na abertura e formação de fazendas, quer derrubando a mata originária de cerrado, quer trabalhando na plantação e formação de florestas de eucalipto e *pinus*. Os peões que depois serão encontrados nas carvoarias já estarão integrados a um processo de produção capitalista cujo produto, o carvão, já circula como mercadoria que se insere no processo global de acumulação. Esse processo, porém, traz no seu bojo uma contradição: se por um lado permite a produção de mercadoria — o carvão —, por outro cumpre o papel de preparador de terreno para produção de um novo tipo de mercadoria —o boi —, e aqui se configura uma nova face da acumulação primitiva, pois, as áreas que hoje produzem carvão, na verdade são, em grande parte, áreas de matas naturais e amanhã estarão abrigando pastagens para o gado, esse sim, retomando/preenchendo o lugar de domínio absoluto enquanto mercadoria.

A situação do peão do trecho sugere, pois, um agravamento da sua condição de trabalhador precário, sujeito a uma exploração que se torna exacerbada pela necessidade da acumulação crescente, numa relação de trabalho que ainda contempla o trabalho braçal e com baixa tecnologia, num momento em que a exacerbação da exploração é determinada pelo avanço tecnológico que configura a exploração pela exigência crescente de maior produtividade de cada trabalhador. Precarização e exploração do peão são, portanto, processos correlatos; um é decorrência do outro; há uma imbricação entre ambos: sem exploração não há precarização; esta constitui-se como decorrência da exploração que, ao atingir proporções mais avultadas, desencadeia esse processo. E, ainda mais, no caso do peão-do-trecho e dos "pobres antigos", a precarização deixa de constituir um processo próprio, decorrente, e apresenta-se como uma condição, um modo de vida, inserido substantivamente no processo de exploração.

Essa exacerbação da exploração é o que José de Souza Martins conceituou como superexploração do trabalho. Retomando o conceito em outra ocasião, ele afirma, corroborando o que pudemos observar, que essa superexploração atinge inicialmente os trabalhadores rurais — via empreiteiro de mão-de-obra, o gato —, e hoje se dissemina entre os trabalhadores urbanos em forma de terceirização (Martins, 1999). Esta vem sendo analisada dentro do atual processo de precarização do trabalho — e coloca-se justamente como a grande sacada para retirar do trabalhador os seus direitos conquistados historicamente, entre os quais os previdenciários, tornando-o um trabalhador precário —, junto com outras formas de desvalorização da força de trabalho, como a flexibilização, levadas a efeito no atual estágio da acumulação capitalista.

Nesse sentido, observando-se as mudanças nas relações de trabalho de uma forma

geral, decorrência do grande avanço tecnológico e de mudanças fundamentais nos processos produtivos, pode-se avaliar que a peonagem, graças às diferentes formas que assume historicamente, apresenta-se ainda como uma alternativa ao desemprego em massa e à nova pobreza que se colocam hoje, aqui como lá, onde aportem as conseqüências da modernização globalizante. Essa questão, aparentemente periférica, ganhou relevância a partir da pesquisa empírica que revelou, em muitos casos, a peonagem como alternativa para um determinado tipo de trabalhador que, desempregado em grandes centros, muitas vezes sem qualificação para um mercado mais especializado, torna-se suscetível de buscar novas possibilidades de trabalho deslocando-se para o interior, buscando em outros estados, também em Mato Grosso do Sul, qualquer tipo de trabalho que lhe possa assegurar um espaço de sobrevivência.

PEONAGEM E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA FALÁCIA?

Trabalhar a peonagem da perspectiva da exclusão social implica o mesmo movimento anterior de atualização e volta para que se possa contemplar o sentido atual e o sentido original do conceito. Tal como o de precarização, o conceito de exclusão deve ser analisado contemplando passado e presente; passado que se reporta muitas vezes até um processo de acumulação primitiva, presente que não pode ser compreendido sem a consideração do momento atual do capitalismo, o da globalização com sua marca neoliberal e todas as suas conseqüências.

Exclusão é uma expressão que passou a ser utilizada para definir o processo que vem alijando grandes faixas da população quer do sistema produtivo, mais especificamente do mercado de trabalho formal, quer dos direitos de cidadania no momento atual. Expressão

controvertida, participa de alguns grandes debates nas Ciências Sociais, quando se discute o momento atual da acumulação capitalista, sob o impacto da orientação neoliberal e, muitas vezes, em função do uso político que dela se faz, quer no discurso das classes dominantes, notadamente em períodos eleitorais, quer no discurso dos que combatem a pobreza e a miséria, como porta-vozes das classes dominadas. Vale observar que essa é uma expressão que traz em si uma crítica à desigualdade, geradora de pobreza, própria do capitalismo, e, no caso específico do Brasil, de não-cidadania.

Elimar Pinheiro do Nascimento, em estudo sobre a exclusão social na França e no Brasil, permite um resgate histórico da questão. A expressão exclusão entra em voga, na Europa, a partir dos anos oitenta tanto na literatura das ciências sociais, quanto na mídia, passando a compor também o quadro das preocupações governamentais. No Brasil, ela segue a problemática da desigualdade, predominante em meados dos anos 70, substituída pela da pobreza e discriminação, na década seguinte, para aportar, nos anos 90, como exclusão social. Remetendo os rumos da discussão para um levantamento da literatura mais em evidência, tanto na França como no Brasil, e situando o seu significado historicamente, o autor fala da existência de um crivo entre as sociedades pretéritas e a sociedade moderna, um crivo marcado por uma diferença radical sob o ponto de vista da exclusão.

Nas sociedades que denomina pretéritas, como a Grécia antiga, os Impérios romano e muçulmano, a Índia antiga e as sociedades estamentais da Idade Média, Nascimento assinala que nelas a exclusão é *natural, intrínseca, constituinte*, tendo como fundamentos o acesso diferenciado aos direitos, seja de cidadania, como na Grécia e no Império Romano, seja de acesso às riquezas, ao prestígio e ao poder, como na Idade Média, que ainda é marcada por formas diferenciadas de exclusão para determinadas categorias sociais, como os leprosos, as

bruxas, os judeus e os heréticos, da mesma forma que no Império muçulmano os infiéis são excluídos tanto social quanto politicamente e na Índia os párias são "excluídos naturais". Nestas sociedades, rigidamente estratificadas, a desigualdade do espaço social ocupado implica e é decorrente da desigualdade econômica, social, religiosa e política. A sociedade moderna — fundamentada na idéia de igualdade, *na idéia do homem como valor similar, independente de sua individualidade ou de seu grupo de pertencimento* —, vai marcar uma *ruptura radical* com essas concepções ao estabelecer a igualdade político-jurídica

Essa igualdade político-jurídica não implica necessariamente uma igualdade econômica e social. Ao contrário, convivem, complementando-se, nessa sociedade assentada sobre o liberalismo, igualdade político-jurídica (todos os homens são iguais perante a lei e soberanos para estabelecer entre si contratos de qualquer natureza, inclusive de compra e venda de força de trabalho), desigualdade econômica e desigualdade social. O dado novo é a possibilidade de — asseguradas as *condições mínimas de sobrevivência, de participação política, e a liberdade de lutar para mudar sua sorte* — cada cidadão, através da livre iniciativa, romper os limites da desigualdade e adentrar os patamares da igualdade, movimento que não se faz sem uma certa tensão a ser mediada pela intervenção do Estado, cujo papel é impor limites ao avanço incontrolável da desigualdade. Para Nascimento, a sociedade moderna é, pois, uma sociedade de inclusão, em que mesmo as lutas de classe, complementadas pelo papel social do Estado, desempenham um papel integrador: *integram, criam obstáculos ao processo de exclusão que está contido nas entranhas do espaço da desigualdade* (Nascimento, 1994: 292-294). E reitera:

Dessa forma, a idéia de um processo de exclusão social parece ser contraditório com a de uma sociedade moderna, pois ultrapassa largamente a questão da desigualdade, não apenas hierarquizando mas excluindo os indivíduos social e politicamente. A ES não parece conviver com a possibilidade de um

espaço público da igualdade, tornando-se, assim, uma ameaça real ao ideário da sociedade moderna (1994: 295).

Considerando-se o movimento do capitalismo, que se afirma com a modernidade e toma impulso sob a égide do liberalismo, do qual emerge o conceito de cidadania, há que se concordar com esse caráter integrador da sociedade moderna. É preciso, porém, ir além e verificar até que ponto ela é capaz de garantir a inclusão e impedir o avanço da desigualdade que contém a exclusão. E mais, até que ponto essa modernidade, enquanto portadora de igualdade e de direitos, logo, de cidadania, efetivamente ancorou no Brasil com o capitalismo.

Teresa Sales, ao estudar as raízes da desigualdade social na sociedade brasileira, se reporta à *experiência histórica de exclusão e de cidadania apenas esporádica* das classes pobres, cujos direitos são continuamente negados enquanto direitos, para, parcimoniosamente, lhes serem oferecidos como dádiva — movimento próprio do que a autora analisa como *cultura política da dádiva* —, uma face marcante da história cultural e política brasileira, verdadeira negação da cidadania que contradiz os princípios liberais aqui adotados com a República: *A dádiva chega à nossa res publica substituindo os direitos básicos de cidadania, que não nos foram outorgados pelo liberalismo caboclo que aqui aportou na passagem do século* (1994: 26).

Na verdade, a experiência histórica da sociedade brasileira não constitui a afirmação do legado da modernidade. Ao contrário, como é reiterado por Teresa Sales e por vários estudos entre os quais os de Marilena Chaui (1993), Maria Célia Paoli (1987, 1989), Vera da Silva Telles (2000), a face da desigualdade, própria do capitalismo, é aqui multiplicada pelo que se convencionou como autoritarismo e *privatização das relações sociais*. Esses dois elementos combinados possibilitam às classes dominantes se apoderarem, privatizando, do que é legado

de todos, ignorando o legado igualitário da modernidade e sujeitando as classes dominadas — tidas como incapazes e irresponsáveis e, portanto, sem condições de exercer a cidadania —, à tutela e ao favor¹⁴.

Para José de Souza Martins, a discussão deve partir da visão da exclusão enquanto componente de um processo econômico-político, na sua dimensão mais exata enquanto componente do sistema capitalista, marcado, desde a sua instauração, pela dinâmica exclusão-inclusão, como forma de garantir a homogeneidade e o controle necessários a cada fase de seu desenvolvimento:

O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a *inclusão*. A *sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir*; incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (1997: 13).

Nessa perspectiva, há que se considerar que a exclusão é componente de um processo, não um processo em si, que sempre envolveu a classe trabalhadora e, sobretudo, os "pobres antigos" para atingir hoje também aqueles incluídos na categoria da "nova pobreza". Esse processo, como fica claramente explicitado por Martins, traz no seu bojo, como complemento, a inclusão; não uma inclusão completa, capaz de assegurar a fruição dos bens sociais e de cidadania, mas uma inclusão problemática, ou, como ele expressa, uma *inclusão precária e*

¹⁴ Chauí é muito enfática ao analisar essa questão, salientando o autoritarismo que reveste as relações sociais e do qual decorrem a privatização e todas as formas de desigualdade e discriminação características da sociedade brasileira: *o Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às idéias gerais contidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades européias e norte-americana, não parecem alcançar a realidade brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes)* (1993: 47-48)

instável, marginal (1997: 26), própria das populações pobres¹⁵. Esse conceito deve, pois, ser analisado não numa perspectiva economicista, mas numa perspectiva sociológico-política, que possibilite, inclusive, uma reflexão sociológica sobre a relação política entre a sociedade e o Estado.

Maria Aparecida de Moraes Silva no estudo sobre os migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha, conduz sua análise nessa linha. A autora analisa não apenas o desenraizamento a que estão sujeitos os trabalhadores vindos do Vale para a Região da Mogiana, em São Paulo, mas a condição dos que, vindos de outras terras, ou moradores da região, já se sentem parte do lugar. Estes, vivendo nas cidades-dormitórios, próximas aos locais de trabalho, vivem a ilusão do pertencer ao "lugar", o que os diferencia e torna superiores aos primeiros, obrigados a vir e voltar sempre, nove meses aqui, três meses lá, quase se perdendo em relação ao que é o "seu lugar". Ambos, porém, iguados na mesma condição de explorados-dominados, *sob as mais duras condições de trabalho, negados e discriminados* enquanto cidadãos, embora garantindo com o seu trabalho *as bases materiais da enorme riqueza* da região. Tal fato, porém, não implica na sua exclusão, mas, sob o aval do Estado, na sua descaracterização enquanto trabalhador participante do processo produtivo, como assinala a autora:

Neste estudo, consideram-se os "*bóias-frias*" como trabalhadores desta agricultura. Não se compartilha a idéia segundo a qual, pelo fato de serem temporários, sejam sobrantes ou excluídos. Eles são incluídos. Defende-se, aqui, a idéia de que este processo produziu uma *diferenciação social* (étnico-racial) entre os expropriados, sob a rubrica do Estado que os baniu da legislação. Não se trata de não considerá-los trabalhadores, pelo fato de serem bóias-frias. São, ao contrário, trabalhadores com esta condição. Sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais, o Estado brasileiro institucionaliza a descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes esta condição e imprimindo-lhes a marca de indefinição, de uma verdadeira escória (1999: 72).

¹⁵ Em momento anterior, Martins (1989: 99-100), atualizando os conceitos de Gramsci e De Martino de classes subalternas, afirma que a subalternidade *não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política*. Nessa perspectiva, ele observa, *a teoria da superpopulação relativa teria maior consistência se fosse melhor examinado o seu elemento central — a criação de excedentes populacionais úteis, cuja utilidade está na exclusão do trabalhador do processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho, mas por via de relações clandestinas*. É por essa via que segue a *exclusão integrativa* que atinge a peonagem.

Esses dados corroboram o que já foi assinalado por Martins, sobre a dinâmica da exclusão-inclusão, e vão além, salientando o papel do Estado como negador da sua condição de trabalhadores porque banidos da legislação e relegados sob a marca de indefinição que os transforma oficialmente em não-cidadãos, *uma verdadeira escória*.

Abrindo essa perspectiva de análise pode-se contemplar o que Francisco de Oliveira chama os efeitos da política monetária levada a efeito, no Brasil e na América Latina de um modo geral. Decorrentes da crise do Estado desenvolvimentista, tangida pela orientação neoliberal, as conseqüências de tal política implicam diretamente na eliminação de políticas sociais capazes de coibir os seus efeitos excludentes, agravando ainda mais o que ele chama as *desigualdades abismais entre as várias classes sociais* o que pode transformar a exclusão integradora até então existente, em exclusão gradativa cujas causas são atribuídas aos indivíduos e classes a ela sujeitos:

... a condição do êxito da política monetária é garrotear qualquer gasto social. Todas as políticas econômicas que seguem esse padrão (...) não conseguiram, desde então, elaborar qualquer política social. Em países como os nossos, com desigualdades abismais entre as várias classes sociais, esse tipo de política transforma-se em exclusão; antes, o termo poderia ser contestado, posto que, mais mal do que bem, assim mesmo as políticas tentavam incluir progressivamente as populações e classes sociais no mercado, na cultura, na cidadania, enfim. Digamos que a integração se dava por formas excludentes, que criaram as grandes maiorias pobres da América Latina (...) eram formas de clivagem no mercado de trabalho que integravam por exclusão, vale dizer, o mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina (1998: 213).

Essas observações de Oliveira remetem a discussão da exclusão para o universo das classes sociais e da questão social, universo para onde desembocam necessariamente as discussões sobre as implicações políticas, uma vez que já se verificou que a trama tecida pela precarização crescente do mundo do trabalho vem gerando formas também crescentes de pobreza, reforçando as já referidas formas de negação da cidadania¹⁶.

¹⁶ Essa questão é estudada e analisada de forma magistral nos ensaios que compõem *Pobreza e cidadania*, obra já referida, de

Considerando as implicações da globalização do capitalismo sobre a questão social e a continuidade da manifestação de seus problemas em formas locais, regionais, nacionais, agora com sua manifestação em ordem mundial, Ianni chama a atenção para as suas novas formas, destacando o fenômeno da alienação social:

A dinâmica da nova divisão transnacional do trabalho, compreendendo a dinâmica das forças produtivas e a universalização das instituições que sintetizam as relações capitalistas de produção, tem recriado diferentes aspectos da questão social e, simultaneamente, engendrado novos. (...) desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na situação de subclasse; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migrações de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, continentes e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, xenófobos, racistas, fundamentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de "pobreza", "miséria" e "fome"..(...) Em todos os casos, no entanto, está presente o elemento básico da alienação social envolvida na dissociação entre trabalho e produto do trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação (1996: 170-171).

Pode-se, portanto, observar que se a face econômica da exclusão é mais visível, é ela também, dentro do circuito capitalista, a responsável maior pela inclusão, quando lhe aprouver, dentro do processo produtivo, dos que exclui, mesmo dentro da lógica da exclusão dos direitos sócio-políticos. O processo de exclusão/inclusão/exclusão, no que toca ao aspecto econômico, tem a característica de ser imposto de cima para baixo, e nesse ponto goza de certa agilidade, dependendo dos interesses do sistema. Quanto ao aspecto político, mesmo considerando-se o caráter autoritário das políticas governamentais, possibilita ainda uma conquista, de baixo para cima, a ser empreendida através dos diversos mecanismos de luta e resistência, embora demandando um tempo maior para a sua consolidação. É o que se observa ao longo da história das classes trabalhadoras que, mesmo integradas ao sistema produtivo, nem sempre puderam usufruir dos benefícios do seu trabalho no sentido de atender plenamente às suas necessidades de pessoas humanas e de consolidar seus direitos de

cidadania, benefícios a que tiveram direito apenas através dos mecanismos de luta e que hoje perdem a sua força sob o peso da precarização/flexibilização das relações de trabalho. Nesse contexto, ganham importância crescente os movimentos sociais e as organizações não governamentais.

Há que se considerar, também, para efeito da nossa análise, outras alternativas entre as quais a de "desfiliação", expressão que remete semanticamente a dissociação, desqualificação ou invalidação social, como propõe Robert Castel refutando a possibilidade da discussão da perspectiva da exclusão:

... ao tema da exclusão, hoje abundantemente orquestrado, preferirei o da *desfiliação* para designar o desfecho desse processo. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações [...] falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso (1998: 26). [...] A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção (Idem: 50-51).

Com esse conceito Castel nos remete à reconstituição de um percurso, o que implica em procurar a relação entre a situação em que se está e aquela de onde se vem — não autonomizar as situações extremas, mas juntar o que se passa nas periferias com o que acontece em direção ao centro —. Tal postura metodológica baseia-se na consideração de que a dimensão econômica não é o único elemento presente na desfiliação, mas está associada à própria situação social do indivíduo, sua localização espacial, suas relações familiares, seus vínculos com a comunidade em que vive e, aí sim, suas possibilidades de garantir sua existência — não apenas prover sua subsistência no seu aspecto pecuniário, mas efetivamente garantir uma existência digna —, no seu sentido pleno. Se essas condições lhe são negadas na sua comunidade de origem, como acontece com o peão-do-trecho, ele é obrigado a buscá-las

fora, ligando-se a novas formas de vida e trabalho, desvinculando-se dos laços familiares, a princípio com a idéia de uma desvinculação temporária que, entretanto, com o passar do tempo torna-se cada vez mais longa e acaba por completar o circuito da desfiliação.

É o que se observa em todas as falas de peões entrevistados, principalmente daqueles já submetidos ao álcool e ao andar errante, primeiro de fazenda em fazenda, onde haja empreitas a encarar, depois de carvoaria em carvoaria, sempre em busca de um salário melhor, de arranjar condições de voltar para a família, para o lugar de origem ou mesmo para se estabelecer no novo lugar, em condições de ter um teto, poder assegurar o próprio sustento e viver uma vida melhor. Nessa jornada muitos ficam pelo caminho, enganados pelo empreiteiro, muitas vezes sem receber o que é devido pelo seu trabalho, ou recebendo apenas uma mísera parcela do que esperavam, entregues ao álcool, dominados por ele, sucumbidos, *na pedra*, como muitos peões, transformados em carvoeiros, encontrados em Água Clara e Ribas do Rio Pardo ou mesmo em Três Lagoas, na condição de mendigos/ bêbados à espera de um novo trabalho, uma nova chance de enfrentar a vida, como eles expressam. Na verdade, nesse momento as chances já se tornaram muito vagas, pois seu organismo já não tem mais resistência, sua vontade já perdeu a determinação que a sustentava, poucos se interessam por eles e pelo seu trabalho; eles já não têm mais capacidade de trabalho, estão vencidos.

É nesse contexto que surgem o que Castel denomina "inúteis para o mundo", os "supranumerários", ou seja, aqueles que já não se enquadram no perfil requerido para que possam reinserir-se, reincluir-se no sistema, quer enquanto trabalhadores, quer enquanto cidadãos:

peoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais ... os "supranumerários" nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir

competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos (1998: 32-33).¹⁷

É interessante observar que esse dado conceitual, embora se aplique adequadamente ao peão-do-trecho, ganha uma atualização e uma ampliação no Brasil globalizado, no que Francisco de Oliveira, reportando-se ao agravamento da situação brasileira, considera um verdadeiro processo de *apartheid*,¹⁸ decorrente de uma *fatalística interpretação da reestruturação produtiva globalizada*, processo esse legitimado pelo poder vigente, a condenar um contingente significativo da população à exclusão do mercado de trabalho e, o que é mais grave, discriminando-o sob a rubrica de "inempregáveis"¹⁹, traz à luz *a renúncia ao combate ao desemprego e à miséria*, por trás da qual se projeta a segregação social a que estará relegado esse contingente populacional. Constrói-se, assim, o *verdadeiro apartheid entre classes, entre os dominantes e os dominados*. (Oliveira, 1998: 213 e ss.). Corroborando o que já observara anteriormente, diante desse quadro, Francisco de Oliveira radicaliza a visão de exclusão social, pois já não se trata de uma integração excludente, mas, claramente, da aceitação de uma exclusão definitiva de contingentes de trabalhadores de um mercado de trabalho cada vez mais sofisticado, que tornou-se incapaz de contemplar os que não se enquadram no seu perfil de exigências.

¹⁷ Castel retoma esse conceito em dois momentos fundamentais: quando analisa *os inúteis para o mundo*, numa análise sobre os vagabundos históricos e sua relação com a sociedade e o mundo do trabalho, em que ele fala efetivamente de dupla exclusão, e de um grau máximo de desfiliação, à p. 119 e ss, e quando, já ao final da obra, depois de uma longa caminhada histórica e analítica em busca da inserção do homem na sociedade via trabalho, ao analisar a questão social hoje, refere-se aos supranumerários. Fica claro que Castel bebe na fonte arendtiana e, ao longo da obra citada, ele se reporta a ela várias vezes, inclusive quando fala dos supranumerários, citando *Condition de l'homme moderne*.

¹⁸ Cristovam Buarque, no início da década de 1990, trabalha esse conceito na versão portuguesa da *apartação social*, em que fica enfatizada a auto-segregação das classes dominantes em condomínios fechados, *shopping centers* e outras esferas da vida social, cercadas de aparatos de segurança privada, para se resguardarem da violência ou da incômoda presença das classes populares e dos setores marginais da sociedade (1995, p.21-35).

¹⁹ "Inempregáveis": expressão usada por Fernando Henrique Cardoso, em discurso como presidente da República, para designar parcela crescente da população a ser excluída do mercado de trabalho formal, parcela esta constituída de trabalhadores considerados inaptos a participar de um mercado de trabalho cada vez mais exigente em relação a qualificação e competências da força de trabalho.

Esses conceitos reforçam a noção de supérfluo encontrada na concepção arendtiana e remetem ao universo da subjetividade do peão marcada pela ruptura de laços familiares e de laços com o mundo organizado, próprios do tipo de migração em busca de trabalho a que ele se entrega visando garantir a sobrevivência. Remetem, ainda, como observa Teresinha D'Aquino, à *precariedade de ser errante, afastado (alienado?) de bens, posses, pessoas, tradições e lugares*,²⁰ ainda parte da ruptura que nele se processa e que se torna própria do modo de vida que adota e que acaba alijando-o da sua história pessoal, só reconstituída pelo exercício da memória:

A história de migração é uma história de muitos laços rompidos com o "lugar", os vizinhos, os sons e cheiros familiares, a casa materna e implica até na impossibilidade de peregrinação aos lugares sagrados, aos caminhos, aos percursos da trajetória da alma. Uma vez desenraizados, percorrem imenso caminho em busca de alternativas para reconstruir suas vidas (1997: 30).

Tudo, pois, nos leva a pensar a questão da exclusão como parte de um processo mais amplo que envolve todos os aspectos da vida social, quer sob o prisma econômico, quer sob o prisma social ou político. Dessa forma, o conceito de desfiliação, proposto por Castel, complementa e amplia as possibilidades de se compreender esse processo da perspectiva colocada pelos vários autores citados, em que exclusão/inclusão são vistas na sua dinâmica e nas suas múltiplas faces, entre as quais se destaca a *inclusão precária*, assinalada por Martins, onde se integra o peão participante de um trabalho precário, que o desenraíza, desfilia e, muitas vezes, o lança como supérfluo, inempregável, inútil para o mundo.

Considerando-se, pois, a imbricação existente entre o econômico e o político, na medida em que um determina e sustenta o outro, o movimento dialético exclusão/inclusão, próprio da lógica excludente inerente ao capitalismo, como reiterado por Martins, obedece aos

²⁰ Essas observações foram feitas por D'Aquino em anotações a partir de leitura e discussão do presente texto.

interesses regularmente atualizados pelo sistema. Se o que fica mais evidente é a exclusão econômica — porque determinada pelo desemprego, precarização e alargamento do mercado informal, o que leva fatalmente ao aumento do percentual de pobreza e de situados abaixo da linha de pobreza —, não se pode deixar de evidenciar que essa situação carrega consigo o ônus da exclusão política e social, uma vez que as faixas de população reduzidas a essa condição o são exatamente porque já foram excluídas de antemão de seus direitos mais elementares de cidadania, a que Teresa Sales chama "*bens de cidadania*" (1992: 144), bens que lhes assegurariam a inclusão sócio-econômica e política. Dessa forma, as classes dominadas estarão sempre às voltas com um processo de exclusão que, se sob a ótica econômica pode incluí-las em atividades, produtivas ou não, que acabam sendo formas efetivas de inclusão, mesmo que perversa, sob a ótica política, da perspectiva da cidadania, exclui pela negação de direitos que deveriam ser estendidos a todos e que pela privatização das relações sociais acabam se restringindo a muito poucos. Portanto, sob essa perspectiva, não há como se negar a exclusão como um processo decorrente da própria lógica do capital. Se os princípios liberais trazidos pela Revolução Francesa possibilitaram a universalização da cidadania no Estado Moderno, apesar da igualdade econômica continuar ausente, essa mesma ausência, que significa desigualdade, uma vez agravada redundante, necessariamente, em negação da cidadania. Não se pode conceber uma participação fragmentada, ou a fruição parcial de bens que pela própria natureza precisam estar presentes, ou não se pode falar de inclusão. Não seria um eufemismo falar-se de cidadania e inclusão nessas condições?

A questão da peonagem deve, portanto, ser analisada, não de uma perspectiva simplificada da exclusão, o que efetivamente seria uma falácia, mas dentro de um quadro de relações entre o passado e o presente que possibilite contemplar a trajetória de vida e trabalho

do peão: o passado como o espaço da centralidade e da inserção, mesmo que já precária, o presente como o espaço da descentralidade e da exclusão, mesmo que também comporte formas de inclusão mais precária ainda. Ou seja, ao analisar a peonagem há que se considerar a trajetória de vida do seu personagem principal, o peão, que sai de uma condição de centralidade e inserção na comunidade social/familiar para uma condição de descentralidade e exclusão na nova realidade de trabalho que se torna, a partir de então, a sua realidade de vida. Nesta estarão presentes o desenraizamento²¹, a desfiliação, a exploração exacerbada, a negação da cidadania e da afetividade, o tornar-se supérfluo, tudo enfim que compõe o quadro atual, profundamente marcado pela violência, da sua inserção na sociedade capitalista.

A MARCA DA VIOLÊNCIA NA PEONAGEM

Não se pode trabalhar a questão da violência sem contemplar o homem na sua condição humana²², enquanto ser social, econômico e político, dotado de razão e sensibilidade,

²¹ Trabalha-se a questão do desenraizamento a partir de referenciais encontrados em Hannah Arendt e em Simone Weil, estes redimensionados por Ecléa Bosi (1992), numa leitura da realidade brasileira. Para Hannah Arendt o desenraizamento vincula-se ao isolamento decorrente da desagregação da vida privada e da destruição dos laços de pertencimento, de filiação social: *Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros: ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma* (1989: 528).

²² Esta expressão é de Hannah Arendt e dá título a uma de suas obras mais importantes. A condição humana pressupõe certas capacidades humanas gerais, decorrentes das três atividades humanas fundamentais — o labor, o trabalho e a ação — que conjugadas à atividade de pensar constituem a *vita activa*: *A condição humana do labor é a própria vida. (...) A condição humana do trabalho é a mundanidade. (...) A ação, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição (...) de toda vida política* (1989: 15). (...) *A ação dos cientistas, que intervêm com a natureza do ponto de vista do universo e não com a textura das relações humanas, não tem o caráter revelador da ação nem a capacidade de produzir histórias e tornar-se histórica — caráter e capacidade que, juntos, constituem a própria fonte do sentido que ilumina a existência humana. Sob esse aspecto, existencialmente mais importante, também a ação passou a ser uma experiência limitada a um pequeno grupo de privilegiados; (...) Como experiência vivida, sempre se supôs, talvez erradamente, que a atividade de pensar fosse privilégio de poucos. Talvez não seja presunçoso demais acreditar que estes poucos são ainda mais reduzidos em nosso tempo — o que pode ser irrelevante, ou de relevância limitada, para o futuro do mundo, mas não é irrelevante para o futuro do homem* (1989: 337-338).

vivendo em sociedade enquanto cidadão que trabalha e do trabalho retira a sua sobrevivência e, mais que isso, a sua realização enquanto ser/totalidade. Seja ele rico ou pobre, branco ou negro, homem ou mulher, a sua realização enquanto ser ultrapassa a esfera da sua reprodução biológica, para atingir esferas mais amplas, de ser que pensa, sente, faz projetos, sonha e é capaz de manifestar-se, através da ação e do discurso, como bem afirma Hannah Arendt (1983), e de formas diferenciadas de criação.

Há, portanto, que se considerar que a condição humana ultrapassa o limite da dimensão física para completar-se nas dimensões psicológica e espiritual, inseridas todas elas nas formas de organização social, econômica e política. Daí decorre que a violência deve ser vista como relação social que se efetiva tanto pela utilização da força física contra alguém, quanto pela utilização de coação ou intimidação psicológica, ou ainda, numa perspectiva mais abrangente, por impedimento à realização do homem enquanto ser livre, ser de relações, ser de direitos, cidadão. É, pois, dessa perspectiva que se tomarão alguns conceitos que poderão iluminar a análise da violência presente na peonagem enquanto relação de trabalho.

O primeiro, apresentado por Yves Michaud, aponta o seguinte:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (1989: 10-11).

Ao trabalhar essa definição de violência, Michaud procura contemplar tanto os *estados* quanto os *atos* de violência, o que depende das circunstâncias e da distribuição temporal da violência, o *timing*. Os *atos* de violência se realizam num espaço temporal determinado e caracterizam-se por se efetivarem de um só golpe. Os *estados* de violência, entretanto, implicam na sua distribuição gradual, ou seja, ao longo de um espaço temporal mais longo ou

mesmo indefinido, implicando na manutenção da situação de violência por tempo indeterminado, própria de situações de dominação que podem compreender *todos os aspectos da vida social e política e se tornam, assim, cada vez menos passíveis de localização* (Michaud, 1989: 11).

É importante essa distinção entre *atos* e *estados* de violência, pois se o ato de violência pode, via de regra, definir-se pela sua visibilidade, seja ele portador de uma violência física ou psicológica, o *estado* de violência nem sempre é percebido como tal, exatamente pela carga de dominação que traz implícita, o que, como bem observa Michaud, dificulta a sua localização e pode, muitas vezes, ser encarado como algo *natural*. É esse o caminho que conduz à banalização da violência e, conseqüentemente à sua não percepção enquanto tal.

A análise da precarização do trabalho e da exclusão que envolvem a peonagem revelam não só atos de violência, consignados na violência física sempre presente, quer na relações entre os peões, quer na sua relação com os empregadores, os patrões, como também na violência psicológica e existencial quando, tomados pela incerteza do trabalho e pelas condições que lhes são impostas no próprio processo de trabalho, ou premidos pela situação do não-trabalho, são apanhados pela desesperança do desenraizamento, pela erosão da dignidade, via alcoolismo e perda do espaço de vida pessoal e familiar. Esses atos de violência transformam-se, pouco a pouco, em estados de violência, pois, sentidos como atos no início, tornam-se, gradativamente, a sua condição de vida e trabalho, vista como algo natural, decorrente da própria condição de quem corre, de um lado para outro, em busca de garantir a própria sobrevivência. Em dado momento, já não há espaço para se questionar ou mesmo para se identificar a violência aí presente, pois, a cadeia de dominação, cujo elo mais visível é o patrão, avulta soberana, naturalizando a trama de relações aí constituída, impedindo a

identificação de que por trás dela há um processo de acumulação que explora de forma exacerbada e que impede que o peão realize a sua condição humana, seja um verdadeiro cidadão, ser de direitos, capaz de decidir sua vida, planejar o seu futuro, constituir e manter sua família, sonhar com uma vida melhor e mais digna.

Em Marilena Chaui o tratamento da questão da violência se faz de forma bastante ampla. Partindo da realidade social concreta em que se manifesta, a reflexão da autora remete sempre a considerações sobre a natureza do homem como ser racional, livre e, portanto, capaz de responder pelos seus atos no espaço da sociedade em que vive. Dentre seus trabalhos, escritos em épocas diferentes, selecionamos dois momentos: o primeiro refere-se à não-violência do brasileiro — um mito interessantíssimo, segundo a autora —, que se evidencia enquanto tal quando, invertendo o prisma da análise da violência como transgressão, a focalizamos como prática da dominação:

Definindo aqui a violência como processo de redução de um sujeito à condição de coisa, visamos a retirá-lo do contexto que a define como transgressão de regras e de leis para pensar nestas regras e nestas leis como portadoras de violência. Em outras palavras, a violência se encontra originariamente ao lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis. Em suma, estamos habituados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade..., quando na verdade seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado (1980: 39).

Esse conceito aplica-se claramente ao universo da peonagem naquilo que se coloca como o seu lado mais perverso, ou seja, o lado invertido da questão que consiste exatamente em imputar ao peão a responsabilidade pela violência presente no seu dia-a-dia, como se ele fosse um gerador de atitudes e fatos violentos e não, como assinala Chaui, uma vítima da violência que se impõe a ele por meio de leis feitas pelos dominantes com o intuito de perpetuar sua dominação, mesmo que à custa dos direitos do outro. Nesse sentido, o segundo

momento revelado por Chaui é complementar ao primeiro, pois parte de considerações sobre a ética para lançar luzes sobre a *ideologia perversa* que desqualifica o dominado como sujeito ético para torná-lo violento, porque travestido de *o outro, o diferente*, o que não se enquadra nos padrões dominantes. Sujeito ético é todo aquele que vive e participa de uma sociedade como cidadão, que é dotado de razão e age como ser racional, é livre para definir e escolher a sua ação e é responsável pelo que escolhe/faz. Dentro desses parâmetros, a violência se coloca como oposta à ética e significa a negação da própria condição humana do indivíduo, uma vez que se coloca como tudo aquilo que *limita, vai contra, cerceia, viola*:

violência significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (Chaui, 1999: 3).

Nos dois momentos fica explícita, e desmascarada, a visão ideológica que perpassa as interpretações que a sociedade, de um modo geral, faz da violência, o que produz uma visão totalmente equivocada, perversa mesmo, do fenômeno enquanto tal.

A presença da violência na peonagem, pode, pois, ser facilmente demonstrada se nos detemos a analisá-la. Alguns fatores podem ser apontados como relevantes para caracterizá-la enquanto relação de trabalho: ela sempre se estabelece de forma coercitiva, a partir do estabelecimento da dívida que, segundo Neide Esterci, *está associada à forma de exploração e controle sobre a força de trabalho* (1987: 140). É através dela que se assiste à transfiguração do trabalho livre, assumido a partir de uma negociação livre, em trabalho escravizado, quando, premido pelo que *deve*, o peão perde a sua liberdade e se submete à vontade do gato que o contratou. A partir desse momento, ele passa a sofrer uma série de limitações que pouco a

pouco vão dando espaço à coerção, ao cerceamento da liberdade, seja pelo salário — corroído dia-a-dia por novas dívidas que vão se acumulando, com a alimentação, higiene e vestuário, com custo dobrado em relação ao mercado —, que, insuficiente para saldar os compromissos, o aprisiona e torna dependente do gato, seja pelas condições de vida, as mais precárias, no espaço do trabalho, que atentam contra a sua dignidade de pessoa humana, seja, ainda, pela impossibilidade de — uma vez constatado o logro em que caiu —, abandonar o trabalho, o que vai cercear sua liberdade de ser capaz de decidir para onde ir ou onde, e porque, ficar. É, portanto, violar os seus direitos, o que constitui uma das marcas fundamentais da violência. Por analogia, poder-se-ia dizer que contratado no espaço da cidade, a *polis*, que é por excelência o espaço da cidadania, trabalho e trabalhador, ao adentrar o espaço da mata, o espaço do trabalho, perdem a sua condição de liberdade, tal como na antigüidade grega, evocada por Hannah Arendt, citando Tucídides, em que, *do lado de fora das muralhas da polis, ou seja, para além do campo da política, no sentido grego da palavra, "os fortes faziam o que podiam e os fracos sofriam o que fosse necessário"* (1990: 10).

Configuram-se, pois, na peonagem as várias faces da violência, não só enquanto *ato*, como enquanto *estado*, na medida em que o peão não só está sujeito às manifestações mais diretas da mesma, como também vive um cotidiano em que ela se insere como parte da sua condição de vida, invisível quase, trazendo, entretanto, a marca da violação contínua, consignando a própria dominação.

Mais: depois de se ter analisado o quadro atual das relações de trabalho em que precarização-exclusão marcam nitidamente o circuito da peonagem, não se pode deixar de constatar a presença da violência como algo inerente às relações de trabalho aí encontradas.

CAPÍTULO II

A PEONAGEM EM MATO GROSSO DO SUL

A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...

Guimarães Rosa
Grande sertão, veredas.

Aquilo tudo vivia quasi abandonado, reinando o terror, dominando a miseria, servindo de lei a vontade do mais forte e da carabina.

À primeira vista, tem-se a impressão que todo mundo em aquella zona de Matto Grosso já matou alguém.

Os facinoras passeiam impunemente pelas povoações, são olhados com uma certa admiração e suas proesas repetidas com orgulho, a todos os forasteiros.

Fulano tem dez mortes, sicrano nove, este matou quatro, aquelle mandou desta para melhor seis pessoas e assim por deante.

Bandidos acossados pela policia de São Paulo vão refugiar-se em Matto Grosso e muitos, talvez a maioria, se regeneram, trabalhando honestamente.

...

E todos se julgam bons e victimas de perseguições.

Descrição de Três Lagoas em 1912 in MELLO NOGUEIRA, J. F. de. *Excursão a Matto Grosso*. São Paulo: Pocaí Weiss, 1915, p. 15/8.

Apud Valmir Batista Corrêa. *Coronéis e bandidos em Matto Grosso*.

VIOLÊNCIA E PEONAGEM EM MATO GROSSO DO SUL

Esta proposta de análise da peonagem impõe um resgate histórico das suas raízes em Mato Grosso do Sul, cuja história, desde os primórdios da Província do Mato Grosso, foi fortemente marcada pela violência, percebida ora como violência política, ora como violência econômica, ora como violência social. Mostrando-se às vezes claramente, às vezes de forma menos visível, mas sempre presente, manifesta-se no nó constituído pelas relações políticas, econômicas e sociais. A idéia de nó, desenvolvida por Heleieth Saffioti,¹ permite mostrar as três faces constitutivas da violência presente nas relações sociais, manifestando-se algumas vezes mais claramente na sua face econômica, outras na política, ou na social. Decorrente da relação de exploração-dominação, a violência resulta da articulação, verdadeira simbiose, entre essas três faces constitutivas da estrutura social, cada uma delas interferindo e sofrendo a interferência das outras duas, moldando-se e moldando, uma pela outra e pela outra, intrincando-se, enredando-se, mostrando-se, ocultando-se, na tessitura da trama de dominação que se constrói. Vários estudos nos dão conta dessa violência, com amplitudes diferenciadas para cada uma de suas faces e, embora com bastante destaque para a força política que a acompanha, permitem que se visualize a sua presença em cada uma delas.

A peonagem na Região de Três Lagoas, já se observou, tal como a peonagem da

¹ No sentido original dado por Heleieth Saffioti, o nó possibilita compreender a articulação/simbiose de três faces da organização social: a classe, o gênero e a étnico/racial. Essa idéia permite contemplar o movimento dialético da exploração-dominação, ora se fazendo pelo predomínio da classe, ora do gênero, ora da sua face étnico/racial, ou mesmo através das três, ao mesmo tempo, sempre entrelaçadas. Conforme observa a autora, *o nó não apresenta a frouxidão dos laços que se desfazem ao menor movimento. Tampouco é duro a ponto de tornar irreconhecíveis as contradições que o compõem. E, sobretudo, deixa as pontas dos eixos à vista, dispostas a revelar suas especificidades. O mais importante, contudo, é a natureza contraditória do nó, que, ademais, é regido por uma lógica também contraditória. Vale dizer que trabalhar com a categoria de nó exige não um raciocínio linear, mas dialético* (1999: 9).

Amazônia Legal, manifesta-se sob uma forma específica de subordinação do trabalho. É uma relação de trabalho geralmente selada por um contrato por empreita, apenas apalavrado, muitas vezes marcada pela imobilização do trabalhador através da dívida que o transforma em trabalhador cativo, cerceado na condição de trabalhador livre para vender a sua força de trabalho a quem quiser. Uma forma de subordinação do trabalho ao capital porque é dentro do circuito capitalista que ela se faz presente, seja participando da acumulação primitiva, seja inserida em formas mais avançadas de acumulação.

Estudar sociologicamente a peonagem implica, portanto, situá-la dentro do processo de acumulação do capital, ao qual está historicamente associada, buscando deslindar a trama de relações — sociais, econômicas e políticas — que aí se estabelece, para compreender a sua capacidade de transpor momentos históricos diferentes, num movimento contínuo de atualização de formas consagradas de exploração/superexploração do trabalho.

Geralmente dá-se conta da peonagem nos momentos de avanço das frentes pioneiras², quase sempre enquanto elemento constitutivo dos meios de produção, como observa José de Souza Martins:

O que a peonagem tem promovido na frente pioneira desde pelo menos a expansão dos cafezais brasileiros para o oeste de São Paulo, no século 19, é a produção de fazendas (cf. Martins, 1979, p. 9-93) e não, fundamentalmente, a produção de mercadorias, nas fazendas, para o mercado de consumo: isto é, a peonagem tem produzido, sobretudo nos casos recentes, os meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias. E não principalmente nem diretamente as próprias mercadorias. (1995: 9-10, grifos do autor).

² Frentes pioneiras são novas regiões que passam a integrar-se à economia de mercado. Para José de Souza Martins *A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica (via de regra aquela está à frente desta...) O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais (1975:45-47)*

O quadro descrito não se aplica de forma aleatória ao que ocorreu na região em estudo. A peonagem, em diferentes roupagens, foi largamente utilizada em Mato Grosso, tendo, nos primeiros tempos — que em alguns locais avançam até o final do século XIX ou início do século XX —, o indígena como personagem principal.

Lúcia Salsa Corrêa (1999) ao abordar a ocupação do Sul de Mato Grosso, grande parte do qual constituído por território indígena, afirma que ela ocorreu *em íntima consonância com o desenvolvimento da economia mercantil exportadora*. Reporta-se também a três fatores, associados a esse, dos quais o primeiro é o intenso movimento migratório que possibilitou, mesmo que de forma lenta e gradual, a ocupação dessas terras. Outro fator apontado é a abolição da mão-de-obra escrava que, em Mato Grosso, é substituída pelo *trabalho compulsório*³. Esse tipo de trabalho, muito utilizado, tanto nas usinas de açúcar do Norte, quanto nos ervais e nas fazendas de criação de bovinos do Sul, envolvia índios aculturados, bolivianos e paraguaios, trabalhadores pobres de um modo geral. O terceiro fator, assinalado como concomitante aos demais, é o *regime de posse extensiva da terra, em proporções até mesmo inéditas no Brasil* (1999:147-148). Este incide diretamente, como observa a autora, sobre grande parte das terras indígenas, incorporadas aos latifúndios como terras inexploradas. Como se pode observar, as raízes da peonagem estão aí, sob a forma de trabalho compulsório.

No final do século XIX, tem início a exploração da erva-mate. Essa atividade constitui abertura de frente pioneira por meio da extração de um produto em área de grande extensão,

³ Trabalho compulsório é assim definido pela historiadora: *todas as formas não oficiais ou legais de escravização de mão-de-obra, trabalhos forçados e trabalho de prisioneiros de guerra, tal como se apresentaram na região de Mato Grosso, em épocas diversas. Além dos casos de trabalho escravo indígena, (...) a partir do ano de 1872 surgiram denúncias contra o Barão de Vila Maria, grande proprietário de terras em Corumbá, por escravizar prisioneiros paraguaios* (Salsa Corrêa, 1999:148). Na verdade, os casos citados, dão mostra cabal do trabalho escravo, muitas vezes encontrado nas formas atuais que assume a peonagem.

delimitada e apropriada via arrendamento de terras devolutas do Estado, por uma grande empresa, a Matte Larangeira. Nesse caso específico não há compra ou apossamento da terra, como nas frentes pioneiras caracterizadas por Martins, mas arrendamento da terra ao Estado para uma atividade extrativa, exercida de forma predatória, integrada ao circuito mercantil da Bacia do Prata, fator marcante no desenvolvimento da Província e, depois, do Estado de Mato Grosso.

Na região de Três Lagoas, desde os primórdios da ocupação da terra, no início do século XIX, dá-se conta da presença dos peões trabalhando em aberturas de fazendas ou em trabalhos diversos. A partir da década de 1960, sua atividade bifurca-se entre o preparo do meio de produção — ainda se faz, nesse momento, abertura de fazendas — e a colheita de sementes de brachiaria, semente comercializada para a formação de pastos. Com o surgimento das carvoarias, na década de 1980, já denominados peões-do-trecho, participam da produção do carvão, mercadoria que, sem um fim em si mesma como elemento central na cadeia de acumulação de capital, na verdade prepara/limpa a área para a futura implantação de pastagens, onde o boi será a mercadoria a ser produzida.

Estudar as raízes históricas da peonagem em Mato Grosso do Sul e, de modo específico, na região três-lagoense, implica, portanto, considerar o movimento de acumulação capitalista no Estado e as formas que ele assume em diferentes momentos. Por outro lado, implica observar e analisar como a peonagem, atualizando-se, manifesta-se parte do cotidiano das relações de trabalho no campo, sob o estigma da violência consentida, embora velada, que transforma o peão num ser violento em resposta à violência que o gerou e que o mantém.

Por trás dessa relação, a presença do Estado se faz notar historicamente, seja permitindo a reprodução impune dessas relações, como nos primeiros tempos, seja intervindo,

em tempos mais recentes, quando a sociedade, já articulada em movimentos sociais, denuncia situações mais graves através de movimentos de defesa dos direitos humanos, dos sindicatos de trabalhadores rurais ou da Igreja. Os registros históricos dão conta de um estado fraco, contraditório, geralmente submetido aos interesses oligárquicos, mas que em determinados momentos, tendo em vista pressões da classe trabalhadora — de forma difusa nos setores rurais, envolvendo tanto os trabalhadores da cana no Norte do Mato Grosso, quanto os trabalhadores dos ervais, no Sul; de forma mais organizada nos setores urbanos, principalmente os ferroviários e os marítimos —, é obrigado a se posicionar e buscar condições de arbitragem mais isenta no aparato jurídico ⁴.

A PEONAGEM NA HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Inerentes à história de Mato Grosso e à constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, concentração de terra e violência encontram-se associadas como revelam vários trabalhos de historiadores.

Valmir Batista Corrêa, ao estudar o processo de formação da Província de Mato Grosso, assinala a violência — presente na posse da terra, nas relações com a natureza e nos contatos com o elemento indígena —, como reflexo da violência patenteada nas relações do governo português com a colônia brasileira no intuito de garantir e consolidar a posse da terra:

Desse confronto posse da terra versus natureza resulta não só uma nova expressão da violência, como também uma sociedade de características instáveis e de intensa mobilidade na região (...) O tipo de exploração incentivado por Portugal em Mato Grosso, região de mineração e área de fronteira, foi moldado com os mesmos traços de violência típicos da relação MetrÓpole-Colônia. (...) Assim, as relações de exploração existentes entre MetrÓpole e Colônia, súditos e natureza, estabelecem estreitas

⁴ Vide sobre essa questão, notadamente o segundo capítulo, o estudo de Vitor Wagner Neto de Oliveira (2000), que sugeriu a observação sobre as pressões das classes trabalhadoras na busca de soluções jurídicas por parte do Estado.

ligações com a utilização da violência como forma de garantir a posse da terra conquistada, transformando o homem e a natureza em meros elementos de uma política espoliativa (2000: 19-20).

A luta pela sobrevivência impõe, desde o início, um confronto do homem com um ambiente hostil, sujeitando-o a doenças epidêmicas, ataques indígenas e, com a descoberta do ouro às margens do Coxipó, a embates com aqueles contingentes humanos que, atraídos pelas possibilidades da riqueza, aportam na região no início do século XVIII.

A violência presente nos contatos com os índios é outro fator salientado pelos historiadores. Corrêa (2000) a evidencia tanto em relação ao *conquistador* que visa a radicação na terra — que, em muitos momentos, pretende a *utilização do Indígena como mão-de-obra* e até mesmo escravizá-lo —, quanto em relação ao *conquistado* que, para defender-se das investidas do invasor, ataca-o, atraindo sobre si o revide cruel da violência das bandeiras de repressão e extermínio.

As fontes levantadas por Lúcia Salsa Corrêa (1999), de grande riqueza documental e histórica, possibilitam uma visualização de como a violência contra a população indígena é exercida desde o início do processo de ocupação das terras. A historiadora aponta a violência presente no processo de ocupação das vastas extensões da Província de Mato Grosso salientando os vários momentos dessa ocupação. Desde o período da descoberta do ouro no Norte da Província, no século XVIII, observa-se a dificuldade de recrutamento de mão-de-obra, tanto pelo custo da mão-de-obra escrava, quanto pela escassez de trabalhadores livres. Apela-se então para o indígena como alternativa, vencendo todas as dificuldades inerentes às diferenças culturais e obrigando-o a um tipo de trabalho que chega a enquadrar alguns contingentes na escravidão por dívida, tal como no *trabalho compulsório*. É o que revela

registro de Miguel Arrojado Lisboa⁵, feito no início do século XX, que se transcreve a seguir:

Os Caiuás trabalham no sul, na zona dos herveaes, e os Terenos na lavoura, ao Norte do planalto... / Na baixada estes mesmos Terenos se aldeiam pelo traçado da Noroeste e ocupam os valles do Aquidauana, Miranda e se estendem até o Taquary. Na sua nova situação de civilizados elles soffrem o dominio brutal da nossa raça. O trabalhador rural ahi, o que equivale dizer — o Tereno —, vive o jugo de uma divida insolvel, contrahida ao iniciar a sua carreira e que argumenta-se successivamente, o que o põe á inteira descreção do patrão. Este por um costume na zona, que tem mais força que a lei, tem o direito de manter o trabalhador a seu serviço enquanto aquella divida não estiver saldada e como nem sempre a paciência ou a conveniencia dos patrões estão por isso, há um constante commercio de dividas. Comprase o debito e transfere-se o trabalhador para uma nova propriedade, no que elle geralmente acquiesce mansamente. / Esta mesma organização do trabalho prevalece no sul do Estado e principalmente no Norte da República do Paraguay (*Apud Salsa Corrêa*, 1999:148).

Ao final do século XX, encontrar-se-á na região três-lagoense, na usina de álcool DEBRASA, novamente os índios Terena em atividade no corte da cana, contratados em regime de empreita, em condições que às vezes chegam a se assemelhar às descritas por Lisboa. Nesse momento, porém, não mais existe o braço pesado do fazendeiro que, diante da escassez de mão-de-obra, apela para o trabalho compulsório do indígena. Hoje essa atividade se impõe como questão de sobrevivência para os Terena que se deslocam das regiões de Dourados e Aquidauana, contratados por gatos, também índios, também Terena, auxiliares dos brancos numa saga histórica de exploração.

Mas a violência não se revela apenas nos embates com os indígenas e no enfrentamento de uma natureza exuberante e muitas vezes hostil. Na consolidação da posse da terra, ela acaba por inserir-se no cotidiano da população como decorrência da articulação dos fatores de dominação econômica, política e social, o que reforça a perspectiva do nó.

O questionamento do papel da violência na história do Estado é retomado por Corrêa em *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1995). Destacando a violência política, posta às escâncaras a partir da implantação do regime republicano, assinala a origem de duas classes

⁵ Geólogo participante da *Comissão Schnoor*, responsável pelo levantamento do traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil-NOB rumo a Corumbá (cf. QUEIROZ, 1997:48).

distintas e integradas — os coronéis e os bandidos — que fazem da violência a pedra de toque do cotidiano:

O domínio esteve, então, nas mãos dos grandes *senhores de baração e cutelo*, que impuseram à sociedade mato-grossense a condição de *povo armado* pela sua convivência diária com a violência política. A luta política no estado mato-grossense assumiu tamanhas proporções que se transformou num *meio de vida*, numa verdadeira atividade econômica ou meio de sobrevivência e forjou o aparecimento de um *coronelismo guerreiro* que fez política *pelas armas* e, por outro lado, de um *banditismo endêmico*, envolvendo toda a sociedade da região (principalmente a sociedade rural), que viveu na órbita do *coronelismo*: agregados, posseiros, assalariados, camponeses sem-terras, marginais (Corrêa, 1995: 16; grifos do autor).

A relação coronéis-bandidos, já existente no estado desde fins do século XIX, assume, para o autor citado, características próprias em situações históricas distintas, estando os bandidos, num primeiro momento, *arregimentados e protegidos pelos coronéis*, vinculados à vida política local e às disputas pelo poder. Depois, desligados da tutela dos coronéis, passam a levar vida própria, constituindo-se em grandes bandos que tornaram-se famosos e lendários para além das fronteiras mato-grossenses, sendo utilizados como argumento para justificar o movimento separatista no sul do estado (Corrêa, 1995:17).

Afirmando uma interação *sistema de produção-latifúndio-violência*, Corrêa (1995) reporta-se à Companhia Matte Larangeira, grande força econômica articulada e apoiada pelo poder político do Estado. Sobre a companhia vários historiadores se debruçaram, quer para situá-la na história econômica do mate (Linhares, 1969), quer para avaliar o seu papel na ocupação da terra ao sul de Mato Grosso (Bianchini, 2000), quer ainda para analisar os seus trabalhadores de um enfoque privilegiado (Arruda, 1999) ou mesmo para analisar o seu papel no alargamento e consolidação das fronteiras econômica e política ao Sul do Estado (Salsa Corrêa, 1999). Todos, porém, detêm-se no que constitui uma característica marcante das relações de trabalho, a violência da exploração dos trabalhadores desde o seu recrutamento.

O mecanismo de atração da mão-de-obra era semelhante ao utilizado por alguns gatos

no aliciamento dos peões que hoje trabalham em várias frentes de acumulação capitalista, conforme se pode averiguar em Corrêa: *A mão-de-obra disponível, em sua maioria de origem paraguaia, era atraída para os ervais mediante as mais variadas artimanhas, promessas fabulosas ou até seqüestros* (1995: 156).

Suas análises serão reafirmadas por Gilmar Arruda que, ao analisar as relações de trabalho envolvendo peões — denominados *mineiros* dada a atividade extrativista nas *minas*, designação dos ervais encontrados no meio das matas —, assim descreve uma das formas de recrutamento dessa mão-de-obra:

A contratação, chamada de "conchavo", era realizada por um intermediário que recebia por número de trabalhadores "conchavados". Essa forma de contrato parece ter sido adotada principalmente para os homens destinados aos ranchos ervateiros. O conchavo envolvia uma estratégia de sedução do trabalhador para que ele aceitasse o contrato. Acontecia durante um "jeroki", um baile. (...) Os conchavadores aproveitavam-se do "culto ao baile" paraguaio para reunir os trabalhadores disponíveis de determinada localidade. Promovia-se bailes em locais pobres e com o apoio da polícia local. O chefe da polícia organizava e convidava os moradores, distribuía muita bebida e todos dançavam a valer. Cabia a ele, também, convidar o "muchacho" para os ervais, descrevendo-os com "as mais belas cores" e a possibilidade de fazer fortuna. O argumento decisivo era o "adiantamento" que o conchavador fazia para selar o compromisso, ou para convencer definitivamente o "muchacho": "Ao amanhecer todos os homens válidos, que tinham ido ao baile, estavam engajados para os ervais de Ponta Porã" (1999:102).

Essa estratégia, e outras descritas pelo autor, era a forma encontrada para fazer frente à dificuldade de contratar trabalhadores que se dispusessem a adentrar as matas e a se submeter ao trabalho penoso de extração da erva-mate. Em decorrência de sua herança cultural indígena, os paraguaios eram os mais requisitados para a empreitada que exigia conhecimento do mister e resistência física para enfrentá-lo. Como já foi assinalado acima, muitos Caiuá, habitantes da região limítrofe entre Brasil e Paraguai, se integraram nessas frentes de trabalho, submetidos ao mesmo tratamento e às vezes sujeitos a uma carga maior de violência, dada a sua maior vulnerabilidade em razão da condição indígena. É importante observar que o adiantamento, denominado "antecipo", é a forma utilizada para tornar o trabalhador refém da dívida e obrigá-lo a cumprir o contrato apalavrado. É o que corresponde ao *abono* registrado por Esterci,

crucial no estabelecimento da relação, pois cria a dívida e, portanto, garante a imobilização do trabalhador no momento em que outras formas de coerção não têm condições de se exercer (1979:125). É importante observar que um outro fator registrado por Esterci como complementar da imobilização pela dívida é a *imobilização física através do confinamento espacial e/ou da força armada acionada pelas empresas* (Idem: 124). Esta também está presente na Matte Larangeira, garantida pelos castigos físicos e pelos *comitiveiros*, o "braço armado da companhia", encarregados de caçar e resgatar os peões em fuga (Arruda, 1997), contraída que foi a partir do momento em que o peão se deixava enganar por promessas fabulosas, como observa Corrêa:

Desde o momento em que aceitava como verdadeiras tais promessas, e por conseguinte recebia algum dinheiro da empresa, o ervateiro passava à condição de eterno devedor, sempre impossibilitado de saldar com o produto de seu trabalho as dívidas para com a Cia. Assim, a fuga era a última e única alternativa para a reconquista da liberdade. E, a partir de então, o fugitivo era impiedosamente caçado pelo braço repressor da Cia. Matte Larangeira, que para isso possuía um esquema próprio e muito eficiente (...). Os métodos utilizados pela Cia para exploração da mão-de-obra tornaram a miséria, a violência e a morte companheiras constantes e inseparáveis de um número incalculável de homens empregados diretamente no árduo trabalho da extração de erva mate. Mesmo considerando a existência de salários aviltantes pagos aos ervateiros (a remuneração era feita com base nas arrobas de erva carregadas nas costas do ervateiro), as relações de trabalho transfiguraram-se de fato numa forma desumana e escamoteada de escravidão (1995: 156-157).

Pode-se, pois, observar que as raízes da peonagem em Mato Grosso do Sul revelam a imbricação existente entre os fatores socioculturais, políticos e econômicos, todos eles marcados pela violência, definindo claramente a escalada da acumulação capitalista no estado. Os trabalhos de Corrêa fazem uma análise do Mato Grosso como um todo, mas o movimento separatista já iniciou sua longa gestação e a Cia. Matte Larangeira encontra-se em região localizada no então futuro estado do sul. Informações colhidas por Gilmar Arruda dão conta de que a Companhia chegou a arrendar, no início do século XX, 5.000.000 de hectares de terras devolutas, área que na década de 1930 ainda era de, aproximadamente, 2.000.000 de hectares (1997: 17). Tudo isso graças a uma articulação com o poder político do Estado que

logrou garantir a manutenção de um quase monopólio na extração e, principalmente, comercialização da erva, o que gerou uma série de embates comandados notadamente por grupos vindos do Rio Grande do Sul que se estabeleceram na região e que também tinham pretensões econômicas na extração e comercialização da erva.

Há, nos autores citados, uma série de registros sobre essa questão. Destaca-se o de Temístocles Linhares que, ao analisar o crescimento da Cia. Matte Larangeira, aponta para a articulação entre distribuição das terras e violência, denunciando a aliança da Companhia com o poder político para garantir o seu monopólio na exploração dos ervais:

A Companhia teve um grande patrono, Manuel Murtinho, que não titubeou em denunciar aos governantes de Mato Grosso o perigo do aumento da população rio-grandense. Lembrava ele a conveniência de certos centros de resistência à expansão, através do estabelecimento de empresas que a Matte se proporia a fundar e que seriam exploradas por uma companhia sucessora, organizada com capitais ingleses, pois, as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim não ficariam à mercê dos primeiros ocupantes vindos na corrente emigratória rio-grandense, obrigados a respeitar a posse estrangeira poderosa, a qual, no caso de conflito, poderia provocar, por via diplomática, a intervenção federal. [E Linhares conclui indignado:] Aos nossos olhos de hoje, semelhante pretensão não passaria de escandalosa e absurda, pois, em última análise, o que ela visava era conter o povoamento regional, não por estrangeiros, mas por irmãos brasileiros, com a agravante ainda maior de fazer que essa contenção se organizasse sob a égide de capitais ingleses (1969:152).

O destaque dado à Companhia Matte Larangeira decorre não só da presença da peonagem nas várias formas que assumem aí as relações de trabalho, como do papel que exerceu na ocupação da terra ao sul do Mato Grosso. A região denominada **cone sul** foi fortemente marcada pela sua presença, conforme observa Odaléa Bianchini:

... a potencialidade da Companhia é indiscutível, e isso, graças à exploração dos ervais mato-grossenses, onde nasceram muitas cidades como Porto Murtinho (antigo porto de embarque ervateiro), Bela Vista, Amambaí, Itaporã, Ponta Porã, Ipehum, Dourados, Rio Brilhante, Caarapó, Aral Moreira, Naviraí, Itaquiraí, Iguatemi, Caracol, Ivinhema, Jateí e outros que funcionavam como portos de coleta da ervamate e mais tarde transformados em municípios (2000: 94)⁶.

⁶ A figura nº 1, inserida na Introdução, permite localizar, através dos municípios citados, a extensão e abrangência da área ocupada pela Matte Larangeira, bem como as fronteiras internas e externas do estado de Mato Grosso do Sul. Permite localizar também Guaira, no estado do Paraná, fundada ao final da década de 1910, uma das cidades edificadas pela Companhia (a outra foi Campanário, em Mato Grosso do Sul, hoje apenas um grande latifúndio, uma grande fazenda, situada no município de Caarapó). Nessas cidades, verdadeiros quartéis gerais, cuidava-se da organização da produção ervateira e se estendia o domínio da companhia *para além do horário de trabalho, estabelecendo normas de condutas, asseio e organização espacial em todos os momentos do cotidiano dos trabalhadores* (Arruda, 1997: 96 ss.).

Numa outra linha de análise, contemplando o enfoque da comunidade, também salientando a presença marcante da violência, está o trabalho de Nadir Domingues Mendonça, voltado de forma mais específica para a região de Três Lagoas. Analisando a questão do poder na orientação da sociedade, afirma que *poder e violência são inseparáveis* e aponta para a legitimação da violência através de uma ideologia que justifica as práticas vigentes, tanto no cotidiano das pessoas quanto na prática da lei:

Havia uma prática e uma ideologia da violência. Fazia-se necessário esta ideologização do teor violento da comunidade para justificar a própria ordem. Desta forma, a turbulência nas ruas, nos bordéis, nos botequins e casas de jogos, os homicídios e os roubos compunham o quadro para um permanente discurso de que a cidade era violenta (1991: 64).

Esse discurso se legitima nas práticas cotidianas da justiça e é ao mesmo tempo reforçado pelo Estado, apontado pela historiadora como *agente unificador* da violência expressa em *desigualdade, perseguições, arbitrariedades, fraude e repressão*.

A distribuição das terras é, para Mendonça, um ponto de referência importante na gestação da violência. Num primeiro momento, esta se faz sentir na negação do acesso à terra àqueles que, baseando-se em Michel Mollat, ela chama *a pobreza laboriosa rural*, formada pelos vários contingentes de trabalhadores migrantes, a quem cabe apenas trabalhar, abrindo fazendas, derrubando matas, preparando a terra, plantando e colhendo, nunca a terra sua, mas de outros donos, os donos da *ordem*, uma outra classe, detentora do poder:

Dispensaria qualquer comentário, uma crônica que desnuda a violência no processo de ocupação e posse da terra. A ocupação fazia-se livremente; a posse e a propriedade efetivavam-se através de títulos. Exatamente por estarem separados — ocupação, posse e propriedade — a lei podia desordenar o fato. Além disto, a violência que ficava impune, era sempre a que vinha do alto. Aos sertanejos restou sempre as cinzas de seus ranchos (1991: 90).

A autora prossegue sua análise mostrando que a violência se desdobra nas relações de trabalho impostas pelos que das terras se fizeram donos, sem nada que assegurasse a determinado tipo de trabalhador — o que trabalhava por empreita, geralmente chamado peão

— um laço mais estável:

Não havia nenhuma garantia em seus empregos, tanto quanto lhes faltava a segurança da própria vida. As relações de trabalho eram variadas e frouxas, e nas relações de convívio, a violência assomava sem mais nem menos. Assim, de pronto, podiam perder o emprego ou a vida. A incerteza, ou a certeza de sua condição move-dança marcava o seu viver. A expressão "esta é a minha/era a sua sina", diz bem deste assentimento (1991: 157).

Ao definir a condição desses trabalhadores, a autora revela a precariedade das relações de trabalho que lhes são impostas, preludiando as relações de trabalho a que estarão sujeitos, em outro momento histórico, os denominados peões-do-trecho, também eles sujeitos a diferentes formas de manifestação da violência.

Portanto, nas fazendas, desde a sua implantação, a empreitada se fez presente e foi apontada como definidora de relações de trabalho. Empreitada de trabalho e empreitada de morte, como registrou a historiadora a partir de pesquisa em processo-crime datado de 1936:

Eram diversas, pois, as formas em que se davam as relações entre trabalhador e patrão. Luis Catarinense é um protótipo deste variado labutar: "quando viu que terminaria o emprego, dirigiu-se a Andradina à procura de emprego." Testemunhou alguém no processo-crime contra Ludovico: "é lavrador, trabalha não só por dia, como também pega empreitada de cerca de arame, roçados, derrubadas". Como Luís Catarinense e Ludovico era a vida de Antônio Vieira que fazia "serviços de serração de madeira, de quebra de milho, de moagem de cana", tanto no município de Três Lagoas, como nas variantes da Noroeste, no Estado de São Paulo. Todos eles, o Catarinense, o Ludovico e o Antônio Vieira foram empreitados para tirar a vida de Vilarmirio (1991:157).

E nessas empreitadas já trabalhavam determinados tipos sem residência fixa, já então chamados peões, que, muitas vezes, ora aqui, ora ali, se fixavam temporariamente nas fazendas, trabalhando em *qualquer serviço*, subordinados ao capataz. Vida dura, sem segurança ou estabilidade, *o peão fazia do seu dia inteiro, dedicação ao fazendeiro*, como observa Mendonça (1991: 158). Ao lado do peão, o capataz: *Ser capataz implicava, também, numa condição melhor do que a de peão, pois, este lhe era subordinado. A moradia oferecida ao capataz da fazenda era melhor que a dos peões* (Idem, *ibidem*). Assalariado pelo fazendeiro, figura importante na defesa de seus interesses, muito provavelmente, será

transformado no gato, o empreiteiro do novo peão, não de fazenda, mas "do trecho", em tempos outros, em novas formas de acumulação.

As observações de Mendonça referem-se sobretudo ao município de Três Lagoas, criado em 1915, até então Distrito de Santana do Paranaíba que constituiu, pela sua localização na confluência com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, o ponto de partida para o desbravamento dessas terras, a tomar novo impulso com a construção da ferrovia Noroeste do Brasil. Vale ressaltar que sua área territorial, a partir da sua emancipação, englobava a área dos futuros municípios de Água Clara, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Ribas do Rio Pardo e Selvíria (Teixeira, 2000: 98). É a partir de 1943, com Ribas do Rio Pardo, que esses antigos distritos vão se emancipando, delimitando claramente sua área em relação aos municípios limítrofes, aglutinando-se pouco a pouco em torno do que constituiu-se, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo IBGE, como a Microrregião Homogênea de Três Lagoas. Apenas Selvíria, que só se desmembrou de Três Lagoas em 1980, permaneceu integrado à Microrregião de Paranaíba.

O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO DA PEONAGEM NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS

A concentração fundiária, sob o comando da pecuária extensiva, foi o traço marcante da configuração sócio-econômica e política da Região de Três Lagoas até as transformações ocorridas ao longo da década de 1960 que incidiram, de forma significativa, sobre a organização da economia e sobre as relações de trabalho. Recuperar o momento das mudanças nessas relações é de suma importância, pois, junto com as transformações no processo de

acumulação capitalista, tanto em nível nacional, como em nível regional, surgem necessariamente as transformações no modo de vida e trabalho da população.

É principalmente a partir da década de 1980 que o modelo de acumulação capitalista brasileiro, concentrador de terra, renda e capital, tornou visível a expropriação crescente, a diminuição do trabalho vivo e a urbanização acelerada, iniciadas nas décadas anteriores. Nesse quadro, além da proletarização do trabalhador rural, assistiu-se a uma intensificação do processo migratório: num primeiro momento do campo para a cidade, ou de pólos regionais menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, ou ainda, para novas frentes de trabalho no campo, quando o mercado industrial altamente tecnificado liberava mão-de-obra, ou ainda mais, quando o processo recessivo da economia passava a gerar desemprego. Conforme observam Silva e Ferrante, de 1940 para 1980 a taxa de urbanização passou de 31,23% para 67,62%, resultado não só do crescimento vegetativo da população, como do movimento migratório do campo para a cidade:

estes fatores articulados imprimiram uma nova face às necessidades brasileiras: milhões de pessoas vindas do campo, sem emprego ou empregando-se temporariamente ou permanentemente na agricultura ou no baixo terciário, agravando a situação dos problemas sociais urbanos, provocando o surgimento de mais uma "questão" (a urbana), com o piorar das condições de reprodução dos trabalhadores em seu conjunto (1978: 01).

O processo de modernização da sociedade brasileira redimensionou as relações campo-cidade através de novas articulações entre indústria e agricultura, como assinalou Octavio Ianni:

À medida que se desenvolvia o capitalismo no campo, com a formação e a expansão de empresas, com a proletarização de muitos trabalhadores rurais e a recamponização de outros, cresceu muito a produção de capital nas *indústrias agrícolas*, sendo que esse capital canalizou-se principalmente para a indústria, o comércio e o setor bancário. Toda expansão econômica da agricultura tem sido sempre, e ao mesmo tempo, a reincorporação e resubordinação das atividades agrícolas à indústria, à cidade, aos monopólios, ao capital financeiro. Sob várias formas, a agricultura passou a contribuir para a acumulação monopolística nos centros dominantes do sub-sistema econômico brasileiro, dentro e fora do país (1981: 89-90).

Dessa perspectiva, a região estudada colocou-se numa posição periférica em relação ao processo de modernização que ocorreu em outras regiões do Estado. Não houve espaço para o desenvolvimento da agroindústria, a não ser em Brasilândia com a Destilaria DEBRASA e em Três Lagoas, com a instalação do frigorífico, no final das década de 1970. O que se verificou, até quase o final da década de 1990, foi o predomínio de atividades ligadas à pecuária e à extração de madeira. Esta, voltada para a ampliação das áreas de pastagem, criou uma nova forma de acumulação intermediária com a produção de carvão, atividade que se estenderia por vários anos na região, dando espaço privilegiado ao recrudescimento da peonagem como relação de trabalho.

Por outro lado, a análise da situação sócio-econômica do país mostrou claramente que houve, por volta de meados da década de 1980, um reordenamento das atividades produtivas, decorrência da crise que assolava a economia, o que efetivamente afetou a composição do mercado de trabalho e a sua distribuição por todo o país. O decorrente aumento no índice de desemprego levou parte considerável do contingente, principalmente não qualificado, de volta ao campo, seja na condição de bóia-fria, mantendo sua família e seu domicílio citadino, seja, numa situação mais extrema, como peão, agora desvinculado da família, de um domicílio urbano, sujeito a adentrar o mato, viver, enquanto durar o precário contrato de trabalho, em barraco de lona preta, fazendo do provisório e da precariedade a sua condição de vida.

Com a entrada da economia num processo recessivo e já num momento de abertura política, após um longo período de ditadura militar, há uma intensificação de movimentos sociais reivindicatórios, tanto na esfera urbana como na rural, visando ao atendimento de necessidades não só do espaço produtivo, como também do espaço reprodutivo (melhores salários, melhores condições de vida e, até mesmo, espaço de trabalho). No campo, essas

reivindicações são acompanhadas pelo agravamento da violência, consignada não só na repressão aos movimentos de luta pela terra, como também no estabelecimento de relações de trabalho marcadas, em muitas regiões, por um alto índice de exploração e agravadas pela negação de direitos trabalhistas.

Esta situação se faz muito presente nos estados menos industrializados, cuja economia está calcada principalmente na agropecuária, como o Mato Grosso do Sul, onde se observa uma grande concentração fundiária. Os dados das tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, possibilitam avaliar a situação tanto para o conjunto do estado, quanto para a microrregião de Três Lagoas.

Tabela 1

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

| Grupos de área (ha) | 1985 | | | | 1995-1996 | | | |
|---------------------|------------------|--------|-----------|--------|------------------|--------|-----------|--------|
| | Estabelecimentos | | Área (há) | | Estabelecimentos | | Área (ha) | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| -10 | 14916 | 27,34 | 64490 | 0,21 | 9170 | 18,62 | 39681 | 0,13 |
| 10 a -100 | 18750 | 34,37 | 670574 | 2,16 | 17753 | 36,05 | 637163 | 2,06 |
| 100 a -1000 | 14674 | 26,90 | 5406314 | 17,38 | 15423 | 31,32 | 5992676 | 19,37 |
| 1000 a -10000 | 5758 | 10,55 | 15444608 | 49,65 | 6493 | 13,18 | 16677386 | 53,90 |
| Acima de 10000 | 457 | 0,84 | 9522824 | 30,61 | 409 | 0,83 | 7595866 | 24,55 |
| Total | 54555 | 100,00 | 31108810 | 100,00 | 49248 | 100,00 | 30942772 | 100,00 |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul – 1985-1995/6

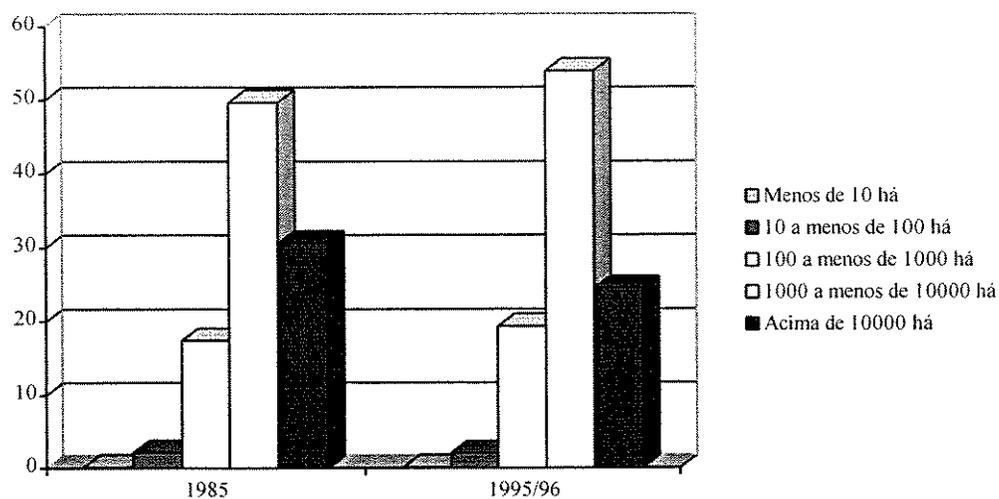
Tabela 2
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE TRÊS LAGOAS

| Grupos de área (ha) | 1995 | | | | 1995-1996 | | | |
|---------------------|------------------|--------|-----------|--------|------------------|--------|-----------|--------|
| | Estabelecimentos | | Área (ha) | | Estabelecimentos | | Área (ha) | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| -10 | 510 | 15,65 | 2017 | 0,05 | 252 | 7,01 | 994 | 0,02 |
| 10 a -100 | 612 | 18,78 | 23776 | 0,55 | 560 | 15,57 | 22400 | 0,50 |
| 100 a -1000 | 1253 | 38,45 | 557557 | 12,92 | 1679 | 46,68 | 760629 | 16,83 |
| 1000 a -10000 | 816 | 25,04 | 2330390 | 54,00 | 1050 | 29,19 | 2777245 | 61,44 |
| Acima de 10000 | 68 | 2,09 | 1401857 | 32,48 | 56 | 1,56 | 959114 | 21,22 |
| Total | 3259 | 100,00 | 4315597 | 100,00 | 3597 | 100,00 | 4520382 | 100,00 |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul – 1985-1995/6

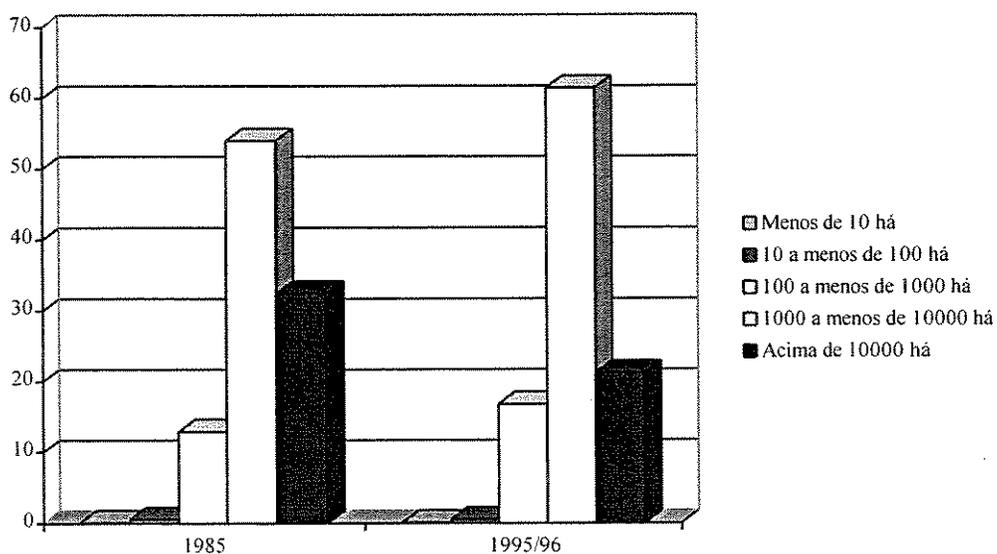
Conforme os dados acima apresentados, para o Estado, em 1985, 80,26% da área total estão na categoria de estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares, dos quais 49,65% ocupam uma área de 1000 a 10000 hectares e 30,61%, uma área acima de 10000 hectares. Para 1995-96, temos 78,45% da área total ocupados pelas mesmas categorias de estabelecimentos, sendo 53,90% entre 1000 e 10000 hectares e 24,55% acima de 10000 hectares. Nota-se aí pequena redução na categoria dos estabelecimentos acima de 10000 hectares, mas a concentração praticamente se mantém para o conjunto, com perda de menos de dois pontos percentuais. Na Microrregião de Três Lagoas essa categoria corresponde a um acréscimo de oito pontos percentuais em relação ao Estado, ocupando, em 1985, 86,48% da área total, dos quais 54% agregam estabelecimentos de 1000 a menos de 10000 hectares e 32,48% estabelecimentos de mais de 10000 hectares. Para 1995-96, observa-se ligeira concentração na categoria 1000 a menos de 10000 hectares, com 61,44% da área da região e a categoria acima de 10000 hectares ocupando 21,22%, o que corresponde, somadas as duas categorias, a 82,66% da área total da região, indicando decréscimo de quatro pontos percentuais para a categoria como um todo. Vide as figuras 2 e 3, apresentadas a seguir:

Fig. 2 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul –1985-1995/96

Fig. 3 - Estrutura Fundiária da Microrregião de Três Lagoas-MS



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul de 1985 e 1995/96

A grande concentração fundiária que os dados revelam reflete o tipo de ocupação do solo, com preponderância muito significativa das áreas ocupadas com pastagens, definidoras do perfil do Estado como detentor do maior plantel da pecuária brasileira, como se pode observar pelos dados apresentados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 03:
UTILIZAÇÃO DA TERRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

| Grupos de classes | 1985 | | 1995/96 | |
|---------------------------|-----------|--------|-----------|--------|
| | Área (ha) | % | Área (ha) | % |
| Lavouras | 2098732 | 7,21 | 1383711 | 4,68 |
| Pastagens | 21802753 | 74,90 | 21810707 | 73,70 |
| Matas e florestas | 4624848 | 15,89 | 5877739 | 19,86 |
| Produtivas não utilizadas | 583530 | 2,00 | 522128 | 1,76 |
| Total | 29109863 | 100,00 | 29594285 | 100,00 |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul – 1985-1995/6

Tabela 04:
UTILIZAÇÃO DA TERRA NA MICRORREGIÃO DE TRÊS LAGOAS

| Grupos de classes | 1985 | | 1995/96 | |
|---------------------------|-----------|--------|-----------|--------|
| | Área (ha) | % | Área (ha) | % |
| Lavouras | 66199 | 1,58 | 73049 | 1,65 |
| Pastagens | 2968009 | 71,01 | 3237680 | 73,25 |
| Matas e Florestas | 1065470 | 25,49 | 1052355 | 23,81 |
| Produtivas não utilizadas | 79750 | 1,91 | 56925 | 1,29 |
| Total | 4179428 | 100,00 | 4420009 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul - 1985-1995/6

Se para o estado como um todo prevalecem de forma muito marcante as áreas de pastagens, ocupando em torno de 74% da área total, com pequenas variações entre 1985-1995/6, apenas nas microrregiões de Dourados e de Cassilândia, onde também é patente o predomínio da pecuária, pode-se observar uma presença significativa da utilização da terra por

lavouras, em torno de 23%⁷, em que se destaca a produção de soja. Nessa trilha encontra-se também o município de São Gabriel do Oeste, situado na Microrregião do Alto Taquari, cuja área de lavouras representa, em 1985, 31% da área do município, sofrendo, na década de 1995/96, uma variação que a coloca em torno de 27%. Também nesse município o destaque é para a produção de soja. Como observa Jodenir Teixeira, em comentário sobre o presente texto, esses dados tornam-se mais significativos se se atentar para o seu peso econômico: a produtividade da terra de lavoura, praticada nessas regiões com alta tecnologia, é bastante alta em contraposição ao tipo predominante de pecuária existente no estado, a pecuária extensiva, que demanda áreas muito extensas, às quais nem sempre corresponde uma alta produtividade. Segue-se em importância, mas sem um significado especial no conjunto do estado, a área de matas e florestas, em que prevalece a subcategoria matas e florestas naturais. Destaca-se nesta categoria a Mesorregião dos Pantanaís, englobando a Microrregião de Aquidauana e a Microrregião do Baixo Pantanal. A área das lavouras é irrelevante.

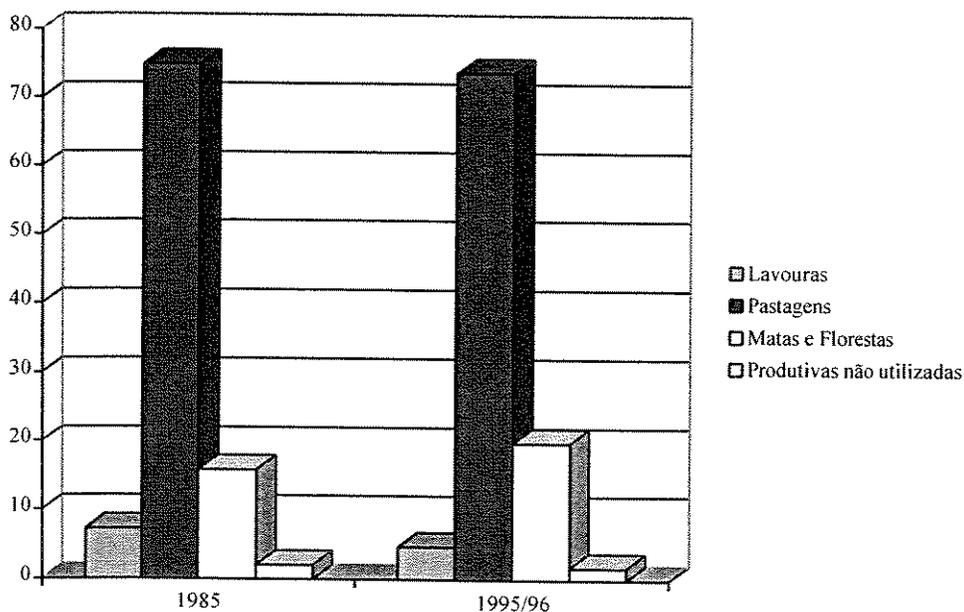
Na microrregião três-lagoense, acompanhando a marca do estado, destaca-se a pecuária ocupando em torno de 70% da área, com pequena variação entre 1985 e 1995/96, restando para lavouras uma área irrisória, que nas duas décadas consideradas não chega a 2%. Embora sem a força revelada pela pecuária, destaca-se a área ocupada com matas e florestas, variando de 25% em 1985, para 23% em 1995/96. Esta, no conjunto do estado, apresenta-se como a microrregião em que a categoria é mais expressiva, seguida apenas pela região dos Pantanaís, que em 1985 apresenta uma área correspondente a 19%, saltando em 1995/96 para 24%. Diferentemente, porém, na Mesorregião dos Pantanaís o que prevalece são as matas e florestas

⁷ Os dados dessa análise, não apresentados nas tabelas, provêm da mesma fonte indicada para as mesmas.

naturais, pois, praticamente inexitem as plantadas. Na Microrregião de Três Lagoas as matas e florestas naturais correspondem em 1985 a 60%, guardando porém, um espaço significativo, da ordem de 40%, único no estado, da área de matas e florestas plantadas. Em 1995/96, os dados apontam para uma redução drástica nessa categoria, que passa a ocupar 19% da área. Tal fato é decorrente dos projetos de reflorestamento levados a efeito no eixo Três Lagoas— Ribas do Rio Pardo, como já ficou demonstrado. A retração de dois décimos percentuais observada para a categoria, indica a tendência, também já assinalada e a seguir melhor analisada, de ampliação da área de pecuária (de 71% para 73%, entre uma década e outra), que, gradativamente, vem tomando o espaço antes ocupado pelas matas e florestas.

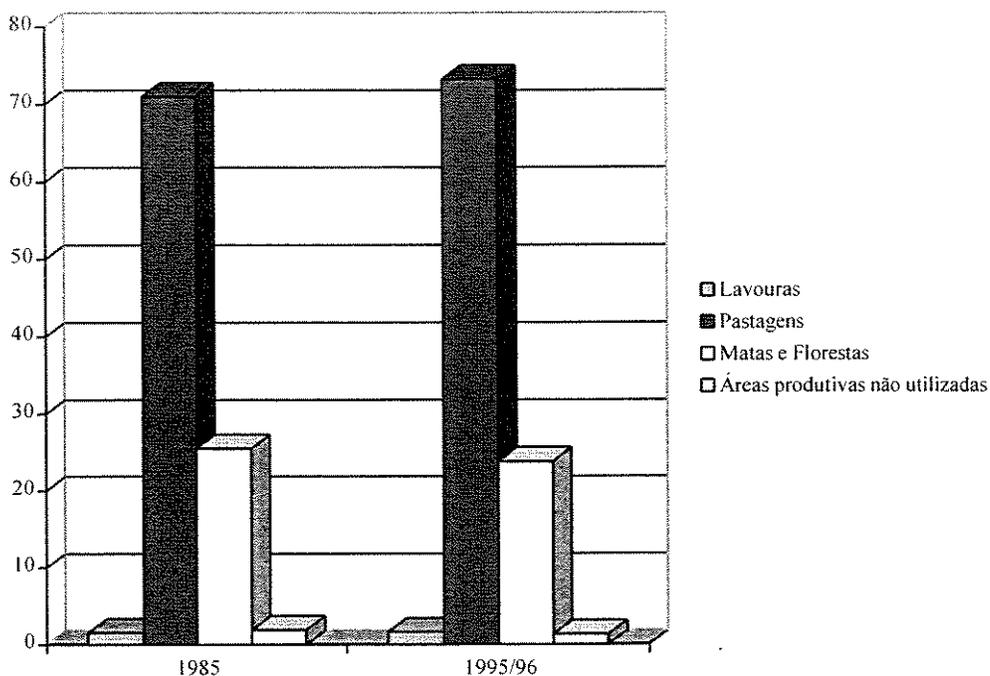
Os gráficos inseridos abaixo possibilitam uma visualização desses dados:

Fig. 4 - Utilização da Terra no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul de 1985 e 1995/96

Fig. 5 - Utilização das Terras na Microrregião de Três Lagoas-MS



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul de 1985 e 1995/96

Uma projeção desses dados para a próxima década, indicará, segundo observações do Senhor Jesus Garcia de Camargo⁸, funcionário do IBGE, Regional de Três Lagoas, um movimento maior de retração da área de matas e florestas e ampliação da área de pastagens. A devastação das matas de cerrado e o corte das matas de pinus e eucalipto, tornam-se visíveis para quem percorre a região, adentrando-a pelas áreas de fazendas, observa o Senhor Camargo. Ainda segundo ele, dado alentador em meio à destruição são os registros de reservas florestais que começam a ser feitos por alguns proprietários mais conscientes, dando início a um movimento, embora tímido, de reconstituição das matas de cerrado.

⁸ Essas informações foram coletadas com o Senhor Camargo, em várias oportunidades na sede do IBGE de Três Lagoas, quando do levantamento de dados dos Censos Agropecuários. Grande conhecedor da região, decorrência do seu trabalho e do interesse pelas questões de preservação ambiental, as informações prestadas pelo referido senhor foram de grande valia para a compreensão da dinâmica regional.

Como já explicitado, parte significativa da área não ocupada com pastagens ou lavouras ocupou-se com projetos de reflorestamento que, a partir de meados da década de 1970, foram beneficiados com recursos do Projeto Polocentro, como se pode verificar nos dados a seguir, apresentados em publicação do IBGE:

Os recursos financeiros que o poder público colocou no Centro-Oeste permitiram que no eixo entre Campo Grande e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, houvesse outro tipo de reestruturação espacial. Utilizando recursos de incentivos fiscais a empreendimentos florestais, entre 1970-1983, foram plantados, naquela área, 416000 hectares de "eucalyptus" e "pinus", área denominada "Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul". A iniciativa trouxe nova forma de organização espacial, onde predominava a pecuária de corte. Apesar de o Distrito Florestal compreender áreas dos Municípios de Campo Grande, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Bataguassu e Três Lagoas, o reflorestamento foi feito, realmente, em Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Água Clara. Entretanto, a pecuária continua a ser a base da economia da área, sendo praticada com alta tecnologia no Município de Três Lagoas⁹ (IBGE, 1989: 258).

Tal programa, com carreamento significativo de recursos e incentivos fiscais, provocou um grande impacto em todo o Centro-Oeste e, na região que privilegiamos para estudo, implicou na dinamização da pecuária através da formação de novos pastos para engorda, a criação de destilarias para produção de álcool (em Brasilândia) e, como já foi registrado, no eixo Campo Grande—Três Lagoas, em vários empreendimentos florestais, para produção de *eucalyptus* e *pinus*, visando a implantação de indústrias de celulose.

Na verdade, essas mudanças são, como observa Martins (1995) em relação à Amazônia, decorrentes de incentivos fiscais patrocinados pelo governo e não de investimentos de capital. Constituem exceção alguns casos, com áreas menores, em que se fizeram investimentos com recursos próprios, apostando no retorno decorrente da industrialização de celulose, como o de um fazendeiro em Três Lagoas, que plantou 100.000 pés de *pinus* e

⁹ Os dados levantados por Jodenir Calixto Teixeira restringem essa afirmativa, só aplicável a um número reduzido de propriedades do município. Para a grande maioria, afirma o autor: *...as modificações ocorridas no setor da bovinocultura se limitaram à expansão das pastagens plantadas, através do uso da brachiaria, sem grandes alterações nos moldes produtivos e cuidados técnicos com o rebanho. Passou-se de uma pecuária rudimentar para uma pecuária melhorada e, só recentemente, parte dos produtores está procurando se enquadrar nas exigências do mercado, dando melhor assistência para o rebanho, procurando melhorar a qualidade do produto*(2000:132).

552.000 pés de *eucalyptus*, numa área de 306 hectares¹⁰.

Ligado à expansão do reflorestamento, implantou-se na década de 1980, em Três Lagoas, um projeto industrial da Champion Papel e Celulose Ltda. — Chamflora Três Lagoas Agroflorestal —, hoje International Paper, incluindo projeto florestal de grandes proporções, prevendo a ocupação de 3.000 pessoas a serem recrutadas na própria região. O projeto florestal foi implantado, inclusive com a aquisição de reflorestamentos já existentes na região, visando efetuar "*reformas florestais*", para implantação de florestas de maior produtividade. A parte industrial, entretanto, com a queda dos incentivos governamentais, não foi implantada, apesar do grande vulto do projeto apresentado e das reiteradas promessas da empresa, que no momento trabalha com exportação de mudas de *pinus* e eucalipto.

Os empreendimentos estimulados pelo Polocentro implicaram, como já observado acima, em nova organização espacial e econômica, numa região voltada principalmente para a pecuária extensiva, o que acabou gerando uma demanda bastante considerável de mão-de-obra para serviços ligados à formação de pastos (destocamentos ou retirada de pau-preto), à formação de mudas e organização de viveiros para reflorestamento, plantação e posterior corte da cana para destilarias, serviços esses que não exigem mão-de-obra especializada. É nesse contexto que retorna a figura do peão, vindo de outras terras, *pau-para-toda-obra*, desempregado e sem maiores exigências, quer em termos do tipo de trabalho, quer em termos das relações que daí advêm.

O mercado de trabalho da região, ampliado pelas novas atividades, abriu-se à mão-de-obra não qualificada, categoria na qual encontra o peão o seu espaço. É claro que houve uma

¹⁰ Essas informações foram dadas em entrevista, pelo Senhor Magid Thomé, fazendeiro, em outubro de 2001.

ampliação em outros setores, como o setor de serviços ligado à agroindústria, tanto no processamento da cana-de-açúcar para destilaria de álcool, como nas atividades de comercialização e abate de gado, atividade significativamente centrada em Três Lagoas, pela sua posição estratégica em relação ao Estado de São Paulo. Cabe também ao setor terciário o incremento de mão-de-obra necessária à implantação e manutenção dos serviços decorrentes da eletrificação rural, sua implementação e manutenção. Quanto ao setor secundário, profundamente ligado ao setor produtivo rural, sua atividade mais significativa está ligada à atividade frigorífica e à atividade da destilaria de álcool. A atividade frigorífica, inicialmente localizada em Três Lagoas, ao final da década de 1990, instala-se também em Ribas do Rio Pardo, que agrega no seu setor industrial também uma indústria metalúrgica. Estas, porém, não são atividades que empregam o peão-do-trecho.

A peonagem e o trabalho nas fazendas

É importante observar que, na década de 1960, o que prevalecia na região de Três Lagoas, era a mata de cerrado com criação de gado solto, muitas vezes sem cerca, numa terra considerada de baixa qualidade, sem condições de cultivo de pastagens como o colonião ou o pangola, capins comumente utilizados em outras regiões do estado. A descoberta da brachiaria como capim adequado ao solo do cerrado sul-mato-grossense provoca uma revolução na pecuária do estado, expressão ouvida em várias conversas com fazendeiros e observadores da evolução da pecuária na região. Em meio a toda uma discussão acerca dessa questão, da qual participaram, entre outros, agrônomos e geógrafos, relevaram-se os investimentos que seriam necessários à correção do solo pouco fértil do cerrado, visando a modernização da

agropecuária na região. A brachiaria surge como solução, pois, com baixos investimentos em capital e tecnologia possibilita uma organização mais racional da pecuária estimulando sua expansão e a valorização da terra, considerada até então terra ruim, como observa Conceição Aparecida Queiroz Gomes:

A ampla disponibilidade de terras, fez com que a expansão da pecuária não ocorresse através de grandes inovações tecnológicas. O fator que mais colaborou para a expansão foi a formação de novas pastagens, com a introdução da gramínea brachiaria, que se adaptou aos solos de baixa fertilidade do cerrado, deixando de existir o que antes era designado pelos fazendeiros da região - terra ruim (1994: 37).

Para a formação de pastos com o novo capim eram utilizados dois tipos de mão-de-obra: entre o final da década de 1960 e meados da década seguinte, a mão-de-obra familiar que, em algumas áreas, já divide com os peões as tarefas, notadamente as mais pesadas, de derrubada. A partir de 1980 poucas famílias ainda se encontram nesses trabalhos e o que prevalece é a mão-de-obra dos peões.

A reconstituição desse período foi feita também através de uma série de entrevistas, com trabalhadores e fazendeiros, registradas em anotações de pesquisa. Dada a clareza com que duas mulheres falaram do processo e das relações de trabalho, reconstituindo a época, lembrando a própria vida, optou-se por transcrever as anotações referentes às suas entrevistas. Valdenis, que mora em Três Lagoas desde a década de 60, relata o seguinte:

Nasceu em Guaraçaí em 1952 e veio com 11 anos, em 1963, para Três Lagoas. O pai havia comprado um sítio e vieram abri-lo: com machado. Aravam a terra com animal (cavalo) e faziam o plantio com as mãos. Eram 4 irmãos, dois homens e duas mulheres. Todos trabalhavam na roça: plantavam milho, arroz, algodão, mamona, amendoim. Tiravam o da despesa e o resto vendiam.

No sítio ficou até os vinte anos, quando se casou e mudou para uma fazenda com o marido,

que trabalhava como assalariado. Trabalhava com trator e gado. Aí surge a possibilidade de trabalhar por conta própria, como empreiteiro, com o próprio fazendeiro, tirando semente de brachiaria. É por volta de 78/79. Como a terra era nova e havia muita semente, havia muito trabalho e muita possibilidade de ganhar dinheiro, pois é por essa época que começa a se implantar na região a formação de pastos com brachiaria. Da colheita, 30% iam para o patrão, o resto eles vendiam para ele mesmo que providenciava a comercialização para outros fazendeiros interessados.

Saiam cedo e ela, depois, fazia o almoço e levava as crianças, com 4, 5 anos, que também ajudavam a peneirar, rastelar a palha leve. O processo era o seguinte: carpir rente ao chão, com a enxada bem amolada. Depois rastelar, tirar a palha do pedaço carpido. Depois, vassourão varrendo para juntar a semente. Depois de vassourado o chão e feitos os montes de semente, era passar na peneira fina para tirar a terra: um peneirão comprido — um quadro de madeira com laterais largas e uma travessa do lado para a semente não cair —, que precisava de duas pessoas para peneirar. Depois de limpa a semente, ensacava e ia juntando. Tudo pronto, o dono da terra vinha, pesava, separava os 30% e levava para vender. Era um trabalho sacrificado, mas dava lucro.

Tinham uma ou duas pessoas para ajudar; pessoas conhecidas, que ficavam na sua casa, recebendo como diaristas, mas permaneceram pouco tempo nessa atividade, como ela explica: A gente ficou uns dois anos só. A gente saiu porque as crianças precisavam estudar e voltamos pra fazenda onde morávamos antes. Continuaram até vir para cidade em 1987, para que os meninos terminassem o primeiro grau. A menina fez até a 6ª série e o menino até a 7ª série. Valdenice trabalha como costureira, o que já fazia desde pequena.

Em 1963, era tudo mata de cerrado e as fazendas estavam sendo abertas: desmatamento,

plantio, por um ano, dois anos no máximo, de milho e arroz principalmente, que a terra era fraca e arenosa. Em seguida, plantar a brachiaria. As pessoas que plantavam primeiro, tendo sucesso, passavam a ser procuradas por outras que queriam formar novas fazendas. Daí a brachiaria ter atingido um bom preço, constituindo-se em produto indispensável, que abre novo mercado: de comercialização de sementes, construindo-se para isso grandes depósitos.

Valdenis¹¹, reportando-se à década de 1960 em Três Lagoas, possibilita acompanhar o momento em que se dinamizam as atividades de abertura da região: abertura de fazendas a partir de derrubada da mata de cerrado e o preparo da terra para a implantação de pastagens. Este é feito plantando-se inicialmente algum tipo de lavoura e após terminada a colheita procede-se ao plantio do capim, forma usualmente utilizada também em algumas regiões do estado de São Paulo. As informações de Valdenis também apontam a brachiaria como elemento propulsor das mudanças que ocorrem no perfil da agropecuária na região três-lagoense. Destaca-se das suas informações a descrição do processo de colheita da semente de brachiaria, processo que, se no início da sua implantação é desenvolvido com mão-de-obra familiar, de forma rudimentar, a partir de meados da década de 1980, ocupará o peão-do-trecho e substituirá o peneirão por uma máquina na separação da semente.

Como Valdenis, Elza¹² registra a sua história, profundamente ligada às transformações da região, como se pode observar no relato abaixo:

¹¹ A entrevista com Valdenis Freire de Souza foi feita em maio de 2000, por sugestão de Marlene Araújo dos Santos, uma aluna do curso de Pedagogia do CEUL que, ao tomar conhecimento do teor da pesquisa, disse conhecer uma pessoa que havia vivido na época na região e trabalhado em abertura de fazenda.

¹² O primeiro contato com Elza Alves de Oliveira foi através do marido, Aristides Ferreira, uma referência constante dos peões quando falavam de algum gato, considerado um empreiteiro sério, que mesmo pagando pouco algumas vezes, sempre honrou seus compromissos. Fez-se com ele uma entrevista, em 1997, da qual ela participou com várias observações sobre a lida com os peões. Muitos dos dados colocados nas anotações transcritas acima, porém, foram passados em conversas informais, feitas posteriormente, checando a visão que se tinha da região e do processo de trabalho no período enfocado.

Nasceu em 1956, numa fazenda em Paraíso, perto de Costa Rica, na Microrregião de Cassilândia, ao norte do estado, e casou-se, aos 16 anos, com Aristides, que trabalhava na região, hoje empreiteiro de mão-de-obra. Viveu até o casamento com a família. Seu pai era tocador de roça e plantava arroz, milho e cana, para fazer rapadura, que era usada para adoçar os alimentos, no lugar do açúcar, que praticamente não era usado na região. As roças eram feitas após o desmatamento para abertura de fazendas. O pai era empreiteiro, trabalhando como meeiro enquanto preparava, através do cultivo da área, a terra para a formação dos pastos.

Era um contrato de três anos, em que devia fazer a derrubada da mata, feita no machado e para a qual concorria o povo que morava em volta da área. Nesse momento, nessa região, ainda não se utiliza a mão-de-obra do peão-do-trecho. Após a derrubada plantavam, davam a parte do dono da fazenda ao final da colheita e findo o contrato, deixavam o pasto formado com o colonião, capim utilizado naquela região. Normalmente havia uma área, um pasto já formado, da qual eram tiradas, no enxadão, as mudas que seriam plantadas para a formação da nova área. Esse trabalho a família, comandada pelo pai, ia fazendo por toda a região.

Já casada com Aristides, em meados da década de 1970, Elza conta que havia na região plantação de bananas, tipo nanicão e maçã. Moraram numa fazenda em que Aristides trabalhava como gerente da cozinha e comandava o carregamento dos caminhões de banana – 3, 4 caminhões a cada quinze dias. Havia também plantação de arroz. Já nessa época mexia com peões que buscava em Três Lagoas e Aparecida do Taboado. Estes trabalhavam tanto com o pau-preto, oriundo da queima da mata para abertura de novas terras, como no carregamento dos caminhões.

Hoje ainda há serviço nas fazendas. Não mais de abertura, mas de manutenção: construção

de cercas, limpeza de pastos — há o problema de pragas que têm que ser eliminadas com enxadão para não proliferarem e destruir a área de capim —, plantio de cana para ração de bois... Sobre isso Aristides já havia falado em entrevista em 1997.

Da história de Elza o que ressalta — além de formas diferenciadas de utilização da terra em região próxima à microrregião três-lagoense, região de terras mais férteis, onde se fazem pastagens com colônia —, é a articulação da peonagem como forma de suprir mão-de-obra para trabalhos mais pesados, por um trabalhador, seu marido, que a partir de então torna-se empreiteiro, profissão que mantém até os dias atuais. Outro dado relevante é a referência a Três Lagoas, como confluência de peões que serão contratados para serviços em regiões naquele momento mais dinâmicas.

Esse dado coincide com a dinâmica dada à localidade pelas obras da Usina Hidroelétrica de Jupia, iniciada em 1961 e posta em funcionamento em 1969, o que tornou Três Lagoas um polo de atração de mão-de-obra, cujo contingente responsável pelos trabalhos mais pesados era constituído de peões vindos de diversas regiões do país. Desses, terminada a obra, muitos permaneceram no município, constituíram família, se enraizaram. Outros, porém, continuaram sua andança, numa trajetória semelhante à do peão-do-trecho encontrado nas carvoarias.

As informações obtidas pelos relatos das duas depoentes revelam claramente a evolução da abertura da região e sua ligação com outras regiões do estado. Revelam, sobretudo, a mudança nas relações de trabalho, inicialmente calcadas no trabalho familiar, mesmo para o trabalho mais pesado de abertura de fazendas, e gradativamente substituídas pela mão-de-obra volante do peão-do-trecho, antecipando a precarização do trabalho que se

assistirá como decorrência das mudanças nos padrões mundiais de acumulação, com reflexos marcantes na economia brasileira.

Não se pode, pois, falar em chegada dos peões na região. Na verdade, como já se observou no resgate histórico da peonagem no estado, pode-se afirmar que os peões, em diferentes roupagens, estiveram presentes na região três-lagoense desde as etapas iniciais da sua ocupação, com a formação das primeiras fazendas, no início do século XX. Pode-se, porém, falar na chegada dos peões em contingentes mais significativos, no momento em que se dinamizam as atividades econômicas na região: em área de pecuária, para trabalhos de limpeza da terra, principalmente arrancando pau-preto, e depois na colheita da semente de brachiária e manutenção das fazendas.

A peonagem nas carvoarias

Há um dado relevante a se ressaltar em relação às atividades de reflorestamento e abertura de indústrias de celulose, de que se falou anteriormente. No início da década de 1980, o governo retirou os incentivos fiscais para a atividade, o que tornou a execução do projeto industrial pouco interessante. Em decorrência, e ao longo de vinte anos, o Distrito Florestal deu origem a uma nova forma de exploração, criando na região um complexo de carvoarias, empregando, famílias e peões, trazendo para a região um novo estigma de violência, o emprego de mulheres e crianças em trabalho rude e penoso para a transformação da madeira em carvão, na área que se convencionou chamar maciço florestal.

Nesta área, junto com as famílias contratadas para implantação de viveiros de mudas e posterior plantio de florestas de eucalipto e *pinus*, também estiveram presentes os peões,

participando dos trabalhos mais pesados. Com o início da atividade de carvoejamento, uma intensa corrente migratória se estabeleceu em direção a Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Constituída por trabalhadores que se deslocaram principalmente do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, agregou nas suas fileiras trabalhadores da região, do Nordeste, de São Paulo e do Paraná. Os mineiros, na sua maioria já com experiência de trabalho em carvoarias do Vale, esgotadas suas possibilidades de trabalho, para cá se dirigiram trazendo a esperança de ganhar um bom dinheiro e poder voltar, recrutados por empreiteiros que os trazem, em ônibus fretados, direto para as carvoarias. Os outros aqui chegam por outros caminhos, outros meios, mas a busca é a mesma: trabalho.

Segundo dados da *Comissão e Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul*, o surgimento das carvoarias no eixo Três Lagoas—Água Clara—Ribas do Rio Pardo deveu-se ao descobrimento das reservas florestais, aí existentes, pelas siderúrgicas de Minas Gerais que passaram a agenciar a compra das reservas através de empreiteiras que deveriam desencadear e gerenciar a transformação do eucalipto em carvão. Surgem então os empreiteiros de mão-de-obra, os gatos, que vão recrutar trabalhadores e suas famílias em Minas Gerais. O processo inicial é assim descrito pela Comissão:

As empreiteiras aliciavam e ainda aliciam trabalhadores e suas famílias em Minas Gerais, principalmente no Vale do Jequitinhonha, os quais em Mato Grosso do Sul, longe de suas raízes, confinados nos eucaliptais, morando em barracos de lona em condições subumanas, não mantinham contato com organizações de trabalhadores e ficavam à mercê dos agenciadores e empreiteiras. Devido à baixa remuneração pela produção do carvão e ao alto preço pago pela alimentação, ferramentas, etc., grande número de trabalhadores ficava devendo a seu patrão ("gato") e não podia sair enquanto não pagasse essa dívida. Crianças de até mesmo 7 anos ajudavam os pais a encher os fornos com lenha, barrear os fornos para fechá-los, retirar o carvão e ensacá-lo, ficando fora das salas de aula, porque não existiam escolas nem transporte, vivendo uma vida de migração com as famílias, numa rotina de quase escravidão.

O carvão que as empreiteiras produzem alimenta os fornos de setores de ponta da economia brasileira como as siderúrgicas Valinhos, Sidersul e Pitangui, fabricantes de ferro-gusa, que têm como principais clientes a Wez Motores, a Ford e a Cofap Amortecedores (1999: 220-221).

Essas informações, além de reiterar o que já se havia observado, explicam a presença marcante dos mineiros no contingente dos trabalhadores do carvão.

A referida comissão teve um papel relevante na coibição dos abusos praticados contra os trabalhadores da região. Constituída em 18 de junho de 1993, foi criada por resolução conjunta da Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho (SECJT), Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com apoio de várias entidades não-governamentais, para investigação e fiscalização das condições de trabalho nas destilarias e carvoarias do estado. Dada a intensificação de denúncias surgidas a partir do final da década de 80, denúncias estas encaminhadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo e outros sindicatos, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a comissão começou a atuar, com a autoridade que lhe foi conferida pelos órgãos governamentais acima referidos. Dada a intensidade do trabalho na Região de Três Lagoas, sede das carvoarias e da destilaria DEBRASA, foi criada uma Subcomissão Regional integrando, além das entidades referidas, Membros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Centro Universitário de Três Lagoas, da Secretaria de Saúde, da Câmara Municipal de Três Lagoas e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, em ação conjunta com a Secretaria do Meio Ambiente, através da Polícia Florestal.

As denúncias surgidas em relação às condições de trabalho nas carvoarias ganharam destaque na mídia nacional, salientando, sobretudo, o trabalho de crianças e mulheres empregadas na atividade. Em reportagem feita para a *Folha de Londrina*, no início da década de 1990, Luis Taques, Edson Silva e Darcy Júnior dão-nos uma visão clara da situação,

caracterizando a região e a atividade que nela se desenvolve, a partir da denúncia do trabalho de menores. Destacamos da reportagem, os dados referentes à área utilizada e às verbas de financiamento dos projetos de reflorestamento:

O maciço florestal compreende uma área de 500 mil hectares. Na década de 70, o regime militar aplicou perto de Cr\$ 70 bilhões nos projetos de reflorestamento de 12 empresas. Os eucaliptos e pinus seriam transformados em celulose, caso não tivessem sido estrategicamente abandonados, em 88, pelos grupos econômicos com a retirada, pelo Governo Federal, dos incentivos fiscais — a floresta, a partir dessa época, passou a virar carvão (1992).

A contemplação da devastação da floresta e do vazio deixado pela ação das carvoarias inspirou Flora Thomé, poeta três-lagoense, que deixa num *haikai* o sentimento decorrente da perda que ela expressa:

***Tudo que era verde
carvão se tornou...
Horizonte escorre de melancolia!***

Há que se observar que as carvoarias não queimam apenas a madeira da área reflorestada, elas não existem apenas como decorrência do reflorestamento, mas disseminam-se também pelas matas de cerrado queimando-as para serem, logo mais, substituídas por pastagens, pois a pecuária continua como a mais importante atividade econômica da região. Sobre essa questão, é muito claro o depoimento de um ex-empresário que coloca a atividade carvoeira como decorrente da necessidade de desmatar o cerrado para a implantação de pastagens:

O dono da fazenda precisa de pasto. Pra formar o pasto eles desmatam. Para desmatar eles são obrigados, por lei, a aproveitar a madeira. Não pode ser queimada de qualquer maneira, tem que ser aproveitada. ... o único jeito seria o carvão. Aí eles contratam o produtor de carvão, em troca da limpeza proporciona, fabrica o carvão e dá o terreno limpo para o plantio. ... A gente faz o contrato, eles apenas, eles praticamente lavam as mãos. A maneira

mais correta para eles se verem livres de qualquer problema é dar aquela madeira. Faz um contrato, eles não cobram nada pela madeira e em compensação ficam com o terreno livre, e quem assume todas as responsabilidades é o produtor de carvão. ... toda a responsabilidade recai sobre o produtor de carvão. O dono da fazenda praticamente se vê livre de qualquer problema (Jair, 58 anos)¹³.

Há todo um ardil, denunciado por vários entrevistados, sejam funcionários do IBGE, sejam pessoas que trabalham na região, para se promover a devastação do cerrado sul-mato-grossense, como fica muito claro na fala de um entrevistado, Sancler, que não é peão, mas circula muito pelo meio¹⁴, ao falar de uma fazenda desapropriada para assentamento de sem-terras:

Dentro da Fazenda Itapeva, denominar a área não sei, a Itapeva é muito grande. São 45 hectares pra cada família; são 347 famílias, 16 mil hectares.— É grande. Só que foi porque a Itapeva possui 117 mil hectares, essa área, a maioria dela era reserva natural. É a mesma coisa que acontece com as fazendas aqui da região; por isso que estão desmatando tudo aqui por essa razão: eles pegam a fazenda tem 10 mil alqueires, que eram todas fazendas grandes aqui; aí o cara tem direito de desmatar 70%. Ele desmata 70%, daí ele vende a reserva pra um terceiro; esse terceiro tem direito a desmatar mais 70%; é onde cada dia que passa vê menos... esse é o processo que eles fazem para o desmatamento. [sobre a percepção dos fatos pelos poderes constituídos:] Se há, eles fingem que não vêem, porque aqui mesmo, indo pra Água Clara, logo pertinho aí, essa área da fazenda Rio Grande aí, é tudo reserva; hoje tá

¹³ Essa entrevista foi feita em dezembro de 1999, por Mayre Márcia dos Santos Jurado e Graziela Gonçalves Silva, em Três Lagoas.

¹⁴ A época da entrevista, feita em 1997, atuava como dono de uma lanchonete que servia comida aos peões e outros trabalhadores das carvoarias, um pequeno galpão num terreno vago, na avenida de entrada em Ribas do Rio Pardo.

tudo desmatada; e a reserva dela já foi vendida, vai ser desmatada agora. Em frente a Itapeva lá, na entrada de Santa Rita do Pardo, tem um desmatado novo ali; era 300 alqueires, reserva da Itapeva também; foi vendido e tá acabando de desmatar. Os bichos andam no meio da brachiaria assim: anta... eu ia lá pra ficar vendo os bichos, anta, queixada, você via no meio do mato, porque era pequena a área e tinha muito bicho, agora desmatou tudo, esparramou tudo no meio das brachiarias... vai virar tudo pastagem. É tudo grupo poderoso que faz isso; eles vão vendendo, vão transferindo de um pro outro, vão fazendo as vendas, cada vez que vende elimina, eu não sei bem se é 70% que tem direito de desmatar, mas a quantidade que tem... agora os sem-terra pegaram 45 hectares cada um; meu sogro mesmo, onde ele pegou é só mato! vai desmatar tudo! quer dizer, vão ficar umas árvores lá no meio, mas vai tirar quase tudo... Cerrado; era área de reserva da Itapeva... é o processo natural que eles encontraram para devastar o que sobrou...

Na fala fica claro não só o processo de devastação da flora e da fauna; mais que isto, fica claro que a devassa é decorrência de um poder econômico artiloso, capaz de retalhar a propriedade para mais facilmente devastá-la. No futuro, talvez, tudo se agregará novamente, renovando o ritual de concentração fundiária que desde o início marcou o perfil, não só da região, do estado. Preservado pela memória do entrevistado, a lamentar sua perda, fica também o registro da paisagem antiga e da vida que ali pulsava.

Esse movimento, de fato, veio confirmar o que havia sido colocado anteriormente, em relação ao rearranjo do mercado de trabalho ao final da década de 1980. Os dados apresentados realmente esclarecem e confirmam a possibilidade do mercado informal — e no caso, o mercado da peonagem —, estar suprindo, naquele momento, a mão-de-obra liberada

pelo mercado formal notadamente do segmento industrial e, principalmente, da indústria da construção civil que apresentou o maior índice de desemprego ao longo da década. Mesmo no momento de recuperação dos outros setores, a construção civil permaneceu estagnada. Leonardo Guimarães Neto, em artigo sobre mercado de trabalho, após a análise das oscilações do mercado não só em relação aos setores, como em relação à distribuição regional, assim se expressa:

É importante destacar que a estagnação do emprego urbano organizado ou formal da economia brasileira nos anos oitenta ocorreu num contexto em que a oferta de trabalho urbano seguiu crescendo, não só em decorrência do crescimento vegetativo da população em idade de trabalhar e que busca ocupação, como do próprio processo de urbanização ao que teve prosseguimento na década. Além disso, convém destacar que a concentração do impacto da crise em espaços como o da RMSP [Região Metropolitana de São Paulo] e do Rio de Janeiro tiveram impactos que se difundiram por quase todas as regiões brasileiras, tendo em vista que eles se constituíram e se constituem, ainda, destino de fluxos migratórios que partem tanto dos estados do Norte/Nordeste do País como os meridionais. Embora não tenha sido possível que tenham ocorrido nos anos 80 intensos fluxos migratórios de retorno partindo da RMSP e do Rio em diversas direções (1990: 12).

O que se pode observar a partir da análise das entrevistas com os peões é que parte significativa deles, exceção feita à grande maioria dos mineiros, que vinha direto para as carvoarias, havia passado pelos pólos mais industrializados trabalhando na construção civil e alguns em atividades no terciário. O que se observa, analisando-se o itinerário percorrido por eles, não é um fluxo de retorno, mas um fluxo dirigido para uma região onde se encontra trabalho e que não exige uma mão-de-obra qualificada, como já se estava exigindo nas regiões com desenvolvimento tecnológico mais avançado, que por isso mesmo já começavam a excluí-los do mercado de trabalho formal. É o que se depreende da fala de Jacó¹⁵, vindo da Baixada Santista, no estado de São Paulo, hoje morando em Ribas do Rio Pardo:

Sou do Estado de Sergipe, criado em São Paulo. Praia Grande, litoral... Beira mar...

¹⁵ Esta fala, transcrita de entrevista realizada em 31 de março de 2000, revela um trabalhador transformado em peão-do-trecho por imposição da situação de desemprego em que foi lançado no governo Collor.

Cidadão urbano e outra, fiquei ali entre a capital de São Paulo e a Baixada Santista 23 anos, saí de lá em 93 por falta de desemprego, desemprego esse que veio acumulado sobre quem? O governo de Fernando Collor quando ele já tava pro final, aí foi aquele ataque, desemprego, acho que todo o brasileiro na face da terra passou aquele desarrojo, aí eu caí aqui dentro do mato... Eu vim parar aqui, vim de trem, ali ó. ... eu peguei lá um trem e saí e cheguei ali na costa do Paranazão; é a cidade de Panorama e aí desci para cá. Chegando aqui foi aonde ali em Três Lagoas encontrei outros coitados que já viviam aí também, aí caí nesse trecho e desse trechão já estou aqui, de 93, 7 anos. Emprego não tem, só tem explorador, explorador esses, é que nem eu estava acabando de falar pra esse rapaz aqui agora, já trabalhei com gentes aqui que tem uma força, uma potência no termo do serviço braçal, eu trabalhei 9 meses sem entrar aqui dentro dessa cidade, distante daqui, a fazenda lá 60 Km ... na Fazenda Garimpo.

O que se encontra na região, no circuito da peonagem, é, até meados da década de 1990, um mercado de trabalho amplo, porém marcado pela precariedade das relações de trabalho. Trabalho existe, mas por empreita, sem vínculo empregatício, mediado pelo empreiteiro de mão-de-obra, o gato, que torna-se, nessa relação, o verdadeiro patrão.

Passados vinte anos da implantação das primeiras carvoarias, o que se observa entre Ribas do Rio Pardo e Água Clara é a presença do peão-do-trecho, ou do que dele restou, depois de anos de trabalho, em vários pontos da cidade: um homem empobrecido, desgastado, bêbado, muitas vezes debilitado pela cachaça, compondo um quadro de pobreza que desmente a pujança do crescimento da economia dos dois municípios, assentada por um bom tempo na atividade de carvoejamento na qual tanto trabalhou. Em Três Lagoas, passada a fase em que muitos deles faziam ponto na praça principal da cidade como mendigos, eles são, atualmente,

menos visíveis, embora ainda se possa encontrá-los, caminhando pelas ruas ou pela Lagoa Maior, à sombra das árvores que a circundam formando um bosque em uma de suas extremidades, quem sabe, à espera de um novo trabalho, *jogando conversa fora*, talvez sonhando com um tempo melhor, talvez refletindo o que Flora Thomé deixa inscrito:

*Carregado de promessas
homem persegue
esperanças que não vêm...*

Os outros, os que se enraizaram, conservaram ou constituíram nova família, permanecem ainda na atividade ou inseridos em outros trabalhos, como em madeiras, principalmente em Água Clara. Em Ribas do Rio Pardo, alguns, muito poucos, segundo Iracema Ramalho do Vale¹⁶, ingressaram no movimento de luta pela terra e hoje estão assentados em área desapropriada da Fazenda Itapeva, uma reflorestadora, fazendo parte das 340 famílias assentadas. Por outro lado, Rosemeire Aparecida de Almeida¹⁷, pesquisando assentamentos em Mato Grosso do Sul, ao comentar o presente texto, relata que na última visita feita ao acampamento do Pontal do Faya, em Três Lagoas, tornado assentamento em meados de 2001, encontrou dois homens acampados que fizeram relatos de trabalhos temporários em carvoaria e outras atividades, ex-peões que conservaram a família.

¹⁶ Dona Iracema é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, antiga trabalhadora em reflorestamento na Itapeva, que coordenou o movimento para a desapropriação da área e posterior implantação do assentamento. Essas informações foram prestadas em entrevista realizada no dia 31 de março de 2000, no próprio sindicato.

¹⁷ Geógrafa, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas.



Foto 1: Carvoaria em Três Lagoas - abastecimento de água situado acima dos fornos



Foto 2: uma visão dos fornos



Foto 3: Três Lagoas - morada de peões na carvoaria

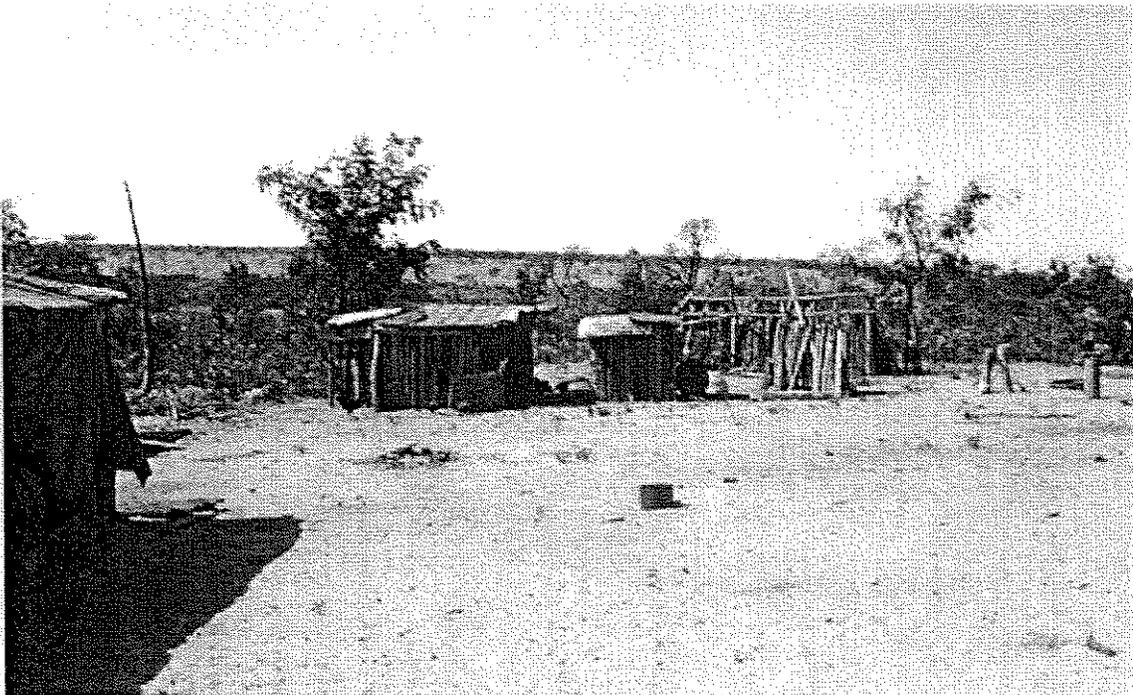


Foto 4: Três Lagoas - panorâmica do local de moradia na carvoaria

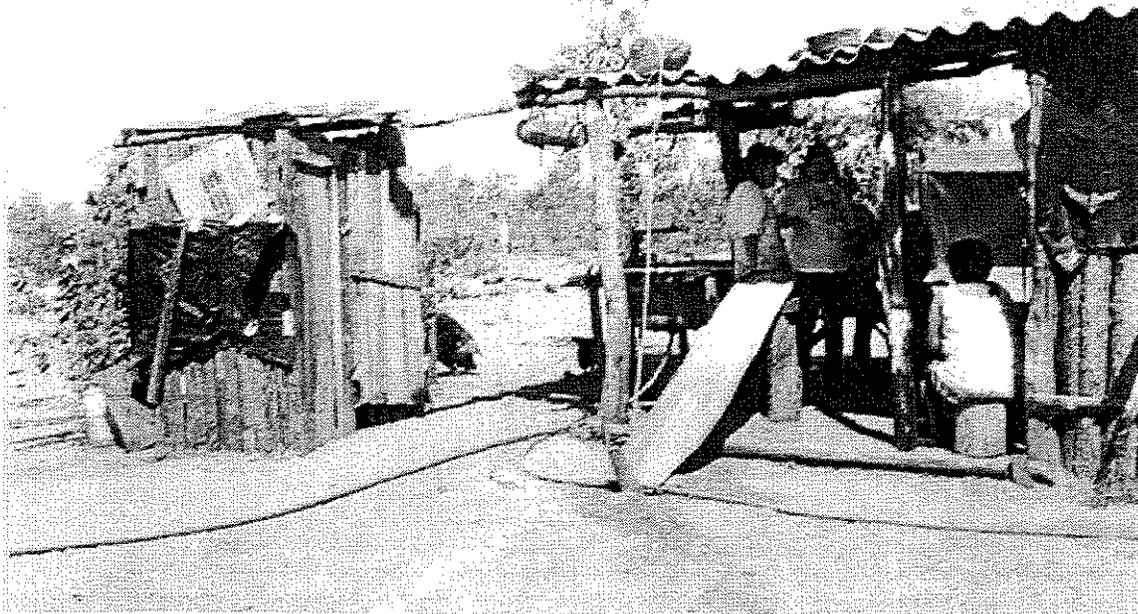


Foto 5: Três Lagoas - detalhe da residência do empreiteiro na carvoaria

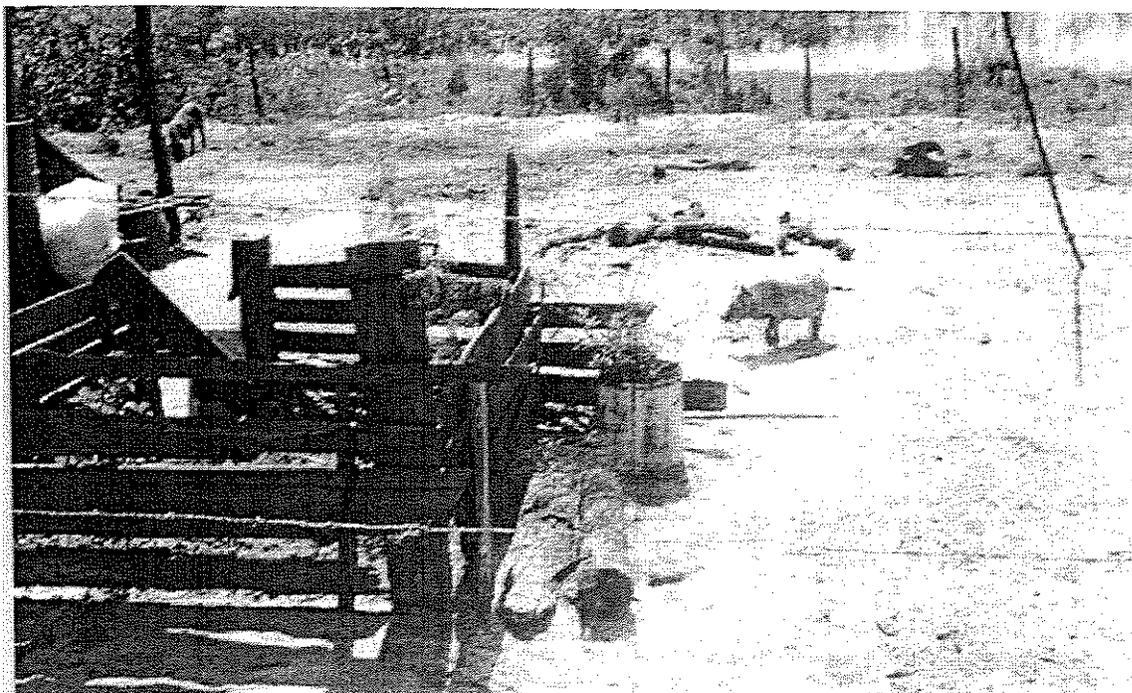


Foto 6: porcos criados junto às moradias do empreiteiro e dos peões



Foto 7: O carvoeiro diante do forno recebe a visita da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas

CAPÍTULO III

PEÃO-DO-TRECHO: A MEMÓRIA E O RESGATE DA SUBJETIVIDADE

O narrador conta o que ele extrai da experiência — sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

Walter Benjamin
O narrador

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.

Ecléa Bosi
Memória e sociedade: lembranças de velhos.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela que hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. (...) Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.

Guimarães Rosa
Grande sertão, veredas

A MEMÓRIA E O RESGATE DA SUBJETIVIDADE

Consideradas as condições de trabalho e violência a que é submetido, o objetivo deste capítulo é resgatar a condição humana do peão, muitas vezes definido na sociedade que o cerca, como um ser marginal, sem família, violento, disposto a matar ou morrer, se preciso for. Tal concepção revela um desconhecimento da trajetória de vida desse cidadão que, premido pela violência da acumulação capitalista, se vê relegado à condição de marginal, cidadão de segunda classe, alienado pelas condições do trabalho, ou do não-trabalho, desempregado, excluído/incluído, tendo que forjar, no bojo dessa exclusão/inclusão, a resistência necessária para a sua reprodução e sobrevivência.

O trabalho com depoimentos, contextualizando a fala do peão com outros personagens que freqüentam o seu universo e com dados extraídos de processos jurídicos ou inquéritos policiais, permitiu encontrar, em meio à violência do desenraizamento, a memória da sua afetividade. Isto implicou na busca, por meio das lembranças do peão, de um pouco do seu vivido, de um espaço para sua manifestação como singularidade em meio à universalidade que lhe é própria, como homem e trabalhador.

A valorização da memória está intimamente ligada à valorização da sua subjetividade, pautada pelo princípio de se adotar, diante do objeto de pesquisa, uma postura que seja capaz de apanhá-lo na sua complexidade decorrente não só do contexto em que ele se encontra e com o qual interage, mas também da sua história pessoal. Há, pois, que perscrutá-lo, ultrapassar os limites das relações estruturais em que se insere, para enriquecê-las com o

conhecimento das marcas das singularidades que a constituem e que se manifestam enquanto parte de um processo de construção/desconstrução (Zanoni Gomes, 1995) de uma subjetividade produzida na e pela própria sociedade.

A valorização da subjetividade do peão não implica, portanto, abdicar de uma abordagem capaz de percebê-lo como trabalhador inserido no processo produtivo, abordagem que ajude a desvendá-lo como trabalhador e cidadão de um país cuja escalada, enquanto participante do processo de globalização, já se viu, o conduz para uma ampliação da sua expropriação e da sua exclusão. Na verdade, deve-se enfatizar, há que se considerar que a subjetividade ocupa um espaço pouco visível nas relações sócio-econômicas e políticas, espaço que deve ser resgatado para que se possa contemplar o peão como capaz de assumir sua condição de sujeito.

Ao ser abordado, à primeira vista olha com certa desconfiança, depois se entrega, numa narrativa às vezes indiferente, outras vezes emocionada, outras ainda mesclada de confiança e desconfiança. Vindo de outras paragens, ou mesmo da própria região, *pau-para-toda-obra*, desempregado, geralmente sem família e sem maiores exigências quer em termos do tipo de trabalho, quer em termos das relações que daí advêm, caminhante de muitas terras, participante de muitas lutas, conta a sua história para quem quiser ouvir. *Tá tudo gravado aí*, dizia, aos companheiros e a todos os que o ouviam, um dos primeiros peões entrevistados, vislumbrando a importância do que contava, tecendo com os fios da memória a reconstituição de parte da sua vida.

Quem são eles? De onde vêm? Para onde vão? Pretende-se responder a essas indagações não apenas por meio dos dados formais levantados, mas a partir das falas dos entrevistados, em diferentes momentos e lugares. O deixar que os personagens falem reflete

uma preocupação com o resgate de um espaço que sempre lhes é negado, uma preocupação com a memória dos excluídos, que se insere dentro do que Michel Pollak chama memórias subterrâneas, memórias estas que emergem e vêm a público quando se dá oportunidade aos seus depositários para que falem, que as façam dizer do seu vivido, da sua história. Como ele observa, *num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade* (1989: 4). Essa observação possibilita enfatizar a situação diferenciada dos peões em relação àqueles que têm um espaço mais amplo de participação na sociedade.

Além da empatia, a riqueza da sua fala, vincada com a sua verdade e, sobretudo, com as suas emoções, é o estímulo para que se avance, principalmente quando se percebe um ser humano, algumas vezes forte e decidido, outras, porém, confuso, já entorpecido pela bebida, mas, assim mesmo, buscando nas dobras da memória um pouco da sua história, um pouco do que foi ou teria sido, se condições adversas não o tivessem arrancado do seu caminho, da sua família, do seu lugar. Por isso, o que geralmente se revela é uma história que teve momentos bons, em alguns casos o momento da terra, o momento da família, da mãe, dos irmãos, algumas vezes da mulher e dos filhos, o momento do sonho e da esperança, arrancados por um presente adverso, cheio de incertezas, que o lançou na estrada, brigando para sobreviver, em busca de algo melhor.

Sobre a importância da fala, Ecléa Bosi (1992:20), enveredando pelos caminhos de Simone Weil, assim se expressa: *nenhum pensamento revolucionário nos fornece a descrição concreta dos sofrimentos dos trabalhadores a não ser que eles mesmos tomem a palavra*. E pode-se acrescentar: menos ainda a descrição concreta das suas alegrias ou dos seus sonhos;

destes só eles podem falar; ou, quem sabe, os poetas, como Flora Thomé, que inspirada neles assim se expressa:

*Atrás da esperança
alguém corre e se desespera
nem paciência há...*

OS PRIMEIROS PEÕES SE DÃO A CONHECER

O peão-do-trecho nunca é do lugar onde está. Sempre em trânsito, em busca de melhores condições de trabalho, vaga, entre um trabalho e outro, de um para outro lugar, tendo como referência a cidade, quase sempre em um bar, junto aos companheiros, também peões, conversando, rindo, geralmente bêbado, sua condição usual quando não está trabalhando. Não que não haja peões que não bebam: alguns foram encontrados, outros não, porque estavam no mato, nas fazendas ou nas carvoarias, impossibilitados de conversar com gente de fora, dar entrevistas, pois, em hora de trabalho não há tempo para outra coisa, assim impõe a disciplina do trabalho na sociedade capitalista.

Em seu estudo sobre peões e posseiros no Araguaia, Neide Esterici apresenta várias conotações assumidas pela expressão "o trecho", dentre as quais se destaca: *...o "trecho" é o lugar fora do povoado, longe da casa, um lugar de ausência da rede de relações estabelecidas que criam o conhecido e socialmente controlado* (1987: 168-169). Cotejando essa definição com o que constitui a base do desenraizamento, conclui-se claramente que o trecho é uma matriz de desenraizamento: grande parte dos peões que nele caem, dificilmente saem enriquecidos ou dispostos a fincar novas raízes, dadas as perdas sucessivas que sofrem ao longo da trajetória: perdas materiais, perdas afetivas, perdas que acarretam rupturas na sua

integridade/identidade, que afetam a sua dignidade, perdas dos documentos, que acarretam em última instância a negação da sua cidadania. Desenraizamento que é também *desfiliação*, na acepção dada por Castel, e se aplica tão bem ao conceito de *trecho: fora do povoado, longe da casa, um lugar de ausência da rede de relações que criam o conhecido e socialmente controlado*.

Os primeiros contatos com os peões foram feitos, aleatoriamente, numa pensão e na estação rodoviária de Três Lagoas. Outras pessoas, também entrevistadas nesses locais, fizeram o contraponto às suas falas, confirmando ou questionando o que eles colocaram, mas sempre reafirmando os dados essenciais acerca da sua condição: vida errante, sem um vínculo de trabalho estável, longe ou totalmente desvinculados da família, sujeitos aos trabalhos mais pesados, no campo ou na cidade, reféns da dívida contraída com o gato ou empreiteiro de mão-de-obra, porque desempregados e sem perspectiva de uma forma mais digna de subsistência.

Nessas condições, surge uma atitude de aparente conformidade e submissão, na maioria das vezes embalada pela cachaça, uma constante na vida do peão, que, desgastado pelas condições de trabalho e vida, geralmente em barracos de lona de plástico no meio do mato, passa a ser consumido pelo álcool, que ora o deixa submisso, ora o faz resistir, exaltado, trazendo-o, depois, para a depressão. Essas formas de reação podem caracterizar a dialética da resistência/conformidade, que se resolve na conjugação das determinações estruturais e das condições objetivas com as condições subjetivas, que permitem ao peão criar e inventar, através do desejo, da vontade e do sonho, novas formas de resistência, que estão contidas inclusive na sua aparente conformidade.

O primeiro peão entrevistado foi encontrado em uma pensão em Três Lagoas. Sua fala revela parte das suas andanças, da sua busca de aventuras¹:

... eu venho do Norte, de Pernambuco, sou do sertão, da Serra Talhada... a gente fica procurando serviço de um lado prá outro, num lugar dá certo, no outro num dá; por exemplo, agora eu venho de São Paulo, né? eu estive lá, aí as coisas ficaram ruins, eu fui prá Campo Grande vê o que dá lá. E aí em Campo Grande trabalhei uns dias, também não deu certo; aí eu vim descendo, aí eu parei aqui em Três Lagoas... minha família sempre foi bem de vida, mas sempre tem um que não tem nada, né? só procura é aventurar no mundo, né? é o meu caso, entendeu? fui em muitos lugares, longe, no Norte, trabalho no garimpo, é a vida de andarilho de chão, né? Passei em bastantes lugares: aqui nessa região mesmo, Rio, São Paulo, Mato Grosso, Cuiabá, Porto Velho... fui nessa outra região de Corumbá, pega na Bolívia, mas nem dá nada: a gente fazia, fazia, sempre na mesma, entendeu? (João, 28 anos).

Da Serra Talhada, em Pernambuco, rumo a São Paulo, Rio, depois ao Norte e Centro-Oeste, até a Bolívia. Tem por volta de trinta anos e, procurando *se aventurar pelo mundo*, João busca sua sobrevivência nos trabalhos que encontra. Prefere o trabalho urbano, em "firma", que sua família é da cidade, seu pai tinha um açougue; de preferência em São Paulo, com a carteira assinada, como no tempo em que havia trabalho, o mercado estava bom, chegava e arrumava emprego na hora. Mas o tempo é de recessão, 1992, e emprego está difícil, mesmo em São Paulo. Há que buscar outras alternativas e, sem qualificação, o que resta é embrenhar pelo *interiorzão*, onde o que se apresenta é o trabalho pesado, no meio do mato, serviço bruto,

¹ Esta primeira entrevista, realizada em 26 de março de 1992, foi viabilizada a partir de um contato com a dona de uma pensão para peões, feito por José Tadeu Cordeiro, com o objetivo de dar início à pesquisa sobre peonagem na região. Facilitou muito o andamento do trabalho o fato de Tadeu ser conhecido da dona da pensão, dona Zuca, que se dispôs a nos ajudar no contato com peões e, animando-se com a conversa, ainda nos concedeu uma entrevista, falando da sua vida, do contato com os gatos e de como se tornou dona de pensão para peões, como se verá adiante.

arrancando pau-preto, colhendo semente de brachiaria, derrubando e amontoando eucalipto; a não ser que se queira pegar num serviço mais pesado, nas carvoarias, trabalho mais penoso, executado muitas vezes, àquela época, por quem tinha família, filhos pequenos, que estes também entravam no circuito do trabalho ensacando e costurando os sacos de carvão.

O segundo peão² andou quase tanto quanto o primeiro e, diferente deste, traz na sua bagagem a memória afetiva bem desperta, a nortear sua fala, a trazer um pouco de conforto ao seu desalento:

Sou mineiro de Contagem, moro em Campo Grande; eu tô morando prá cá tem 16 anos; quando eu tava lá em Belo Horizonte, eu trabalhava na Faial; vim pra cá porque eu sou amigado com uma mulher aí; minha mãe mora lá em Belo Horizonte, eu queria trazê ela... sou peão assim, trabalho nesse lugar, no outro, trabalhei na DEBRASA, trabalhei na Usina de Cachoeiro, trabalhei na Sadia, em Rondonópolis; sou motorista; motorista, garimpeiro, trabalhei no garimpo (...) vim no sentido de colher brachiaria, com esse rapaz que é lá de Três Lagoas... porque eu ia trabalhar aí, né? na semente; pensei que, o papo foi um, e aqui mudou, né? que quando chegasse a semente, quando a semente saísse, nós íamos tocar

² Esse peão e os seguintes foram entrevistados na Estação Rodoviária de Três Lagoas, em 28 de agosto de 1992. Participou das entrevistas Marisa de Fátima Lomba. Fui abordada, em minha casa, por um senhor negro, bem apessoado, embora vestido simplesmente, pedindo-me um auxílio para completar a passagem para Campo Grande, para onde queria ir à procura de serviço. Disse que era trabalhador, mas que no momento estava desempregado e que achava melhor pedir que roubar, que não era disso. Perguntei-lhe então em que trabalhava e ele disse que era peão. Peão-do-trecho? perguntei-lhe. Disse que sim e que havia terminado um trabalho, que por ali não havia serviço e que ia seguir em frente à procura. Perguntei-lhe, ainda, se me dava uma entrevista, mais tarde, no momento não podia, pois estava fazendo uma pesquisa com peões e gostaria de saber a sua história. Prontamente respondeu-me que sim e que eu o procurasse na rodoviária, onde se encontraria com outros companheiros, também peões, como ele tudo gente boa. Era de manhã, aproximadamente 7h:30 min. Por volta das 14 horas, conforme combinado, qual não foi nossa surpresa ao chegarmos lá: o nosso entrevistado e seus companheiros, dois homens, dormiam, em sono ferrado, deitados no chão, logo à entrada da rodoviária, bêbados. Diante desta situação, uma questão ética se nos colocou: não seria um abuso, uma falta de respeito, entrevistá-los naquelas condições? Resolvemos aguardar e ver a disposição deles, com muito cuidado para não forçá-los a dizer o que não gostariam enquanto sóbrios. Mesmo porque, dificilmente teríamos aquela oportunidade, já que o estar bêbado é, como nos dizia um ex-gato, um estado normal ao término de um trabalho no mato: era o caso deles. Enquanto aguardávamos encontramos um agrimensor e Osmar, que prontamente conversaram conosco, aquiescendo em dar-nos entrevistas em que falavam de si, do seu trabalho e do peão-do-trecho. Depois de um certo tempo, dois dos peões já haviam acordado. Dizeu, que havia estado comigo de manhã, tendo me reconhecido, veio ter conosco, pronto para falar.

sociedade. Chegou aí foi diferente... que lá ele falou prá mim que se eu viesse prá cá, que ia encontrar uma melhora aqui, prá eu ir trabalhar com ele de sociedade, eu ia encontrar melhora, de repente podia comprar até um carro; e eu desempregado lá, né? ele me adiantou um dinheiro, eu passei pra minha mulher, né? cheguei aí encontrei foi piora, acabei adoecendo, trabalhei à noite, saí ganhando nada, doente, tomando injeção, pedindo comida prá casa dos outros, não tem aonde tomar banho, nada... no caminho, sem saída, como boi perdido na invernada... (Osmar, 29 anos).

Um homem relativamente jovem, de aspecto sujo, enfermo, que comia de uma marmíta, cercado por sacos. Sacos? ou era só um saco? — certamente, sua bagagem —. Era alguém que saía de mais uma experiência como peão-do-trecho na colheita de *brachiaria*, recrutado de forma enganosa, com promessas de futuro promissor, trazendo o vínculo da dívida por adiantamento deixado à mulher. Retornava doente, sem dinheiro, quase um mendigo. Um trabalhador com uma visão crítica da realidade, qualificação de motorista, de caminhão e de máquinas pesadas, que pela contingência do desemprego havia se aventurado num projeto onde vislumbrava uma melhora de vida. Junto à decepção, envolvendo a perda de um sonho, a doença, uma pneumonia decorrente do trabalho com as sementes³, novamente o desemprego. Apenas uma certeza: a de que não quer mais ser peão, nem trabalhar na terra.

O terceiro peão apresentou-se como um pedinte, condição a que se vêem relegados muitos peões ao término de uma jornada no mato, quando grande parte do salário a que tinham direito é consumida pela dívida, quer por um adiantamento deixado para a família, quer pelas

³ Naquele momento, 1992, a colheita da *brachiaria* já incluía alguma mecanização, diferente do que se observava no início, conforme descrito por uma entrevistada no capítulo anterior. As sementes, após a colheita, deviam passar por um processo de limpeza no qual era utilizada uma máquina. Para isso eram necessários dois peões, um que tocava a máquina e outro que colocava nela as sementes, expostos à poeira eliminada, o que geralmente causava danos à sua saúde. Não se verificou se ainda é utilizado o mesmo processo.

despesas contraídas no barraco, quer mesmo pela pinga, que em muitos casos consome parte considerável do seu orçamento. Esse parece ser o caso:

Eu sou nascido e criado no Estado de São Paulo, na cidade de Pereira Barreto... eu sou auxiliar de escritório; eu fiz, quase cheguei a fazer contabilidade, quase, mas só que não cheguei até lá... e agora nós estamos [fala em 'nós' porque está acompanhado de outros dois peões, seus companheiros, sempre pronunciando todos os ss e procurando falar o mais correto possível] nós nos encontramos numa dificuldade, sei lá, não tem nem como explicar, realmente, e nós estamos querendo ir pra Campo Grande, nós estamos sem dinheiro, então eu acho que é bem melhor a gente pedir do que roubar, sabe? olha, nós estávamos trabalhando, nós estávamos antes inclusive na Fazenda Eldorado; agora, por causa que nós, cinco dias que nós estamos aqui... agora acabou o dinheiro, fui roubado, fui roubado, sabe? graças ao bom Deus que me deram os documentos, não levaram os documentos... acabou [o trabalho]; nós estávamos trabalhando, matando formiga, é, debaixo dos eucaliptos, andando debaixo dos eucaliptos... quase dois meses, agora a gente tá nessa situação aí... contrato não! nenhum; contrato nenhum... lá o contrato nosso o que era, era trabalhar, aí tomar cachaça, comer, certo? ...antes do almoço, de tarde, de tarde a gente toma uma pinguinha, uma ou duas pinguinhas, depois a gente vai tomar banho, após que acaba de tomar banho nós... e tem aquele alimento que o gato dá pra gente, após aquele alimento a gente vai dormir... recebemos de uma forma, recebemos ... o pagamento nosso sabe o quê que era? o que era, não; o que é: é pinga! (Dirceu, aproximadamente 30 anos).

Muito falante, pronunciando bem as palavras, com todos os ss, embora às vezes com uma certa dificuldade, ainda sob o efeito do álcool, donde algumas repetições, buscando um tom enfático e respeitável, tentativa, talvez, de preservar algumas marcas da sua origem

urbana. O estado de embriaguez muito provavelmente justifica a divagação e repetição em torno de determinados assuntos. Entretanto, pode-se observar na sua fala uma ambigüidade que reflete a oscilação entre a conformidade e uma certa visão crítica da realidade, ou seja, a percepção de que o gato, aparentemente bonzinho, que lhe oferece a pinga está, na verdade, pagando com ela o seu trabalho. Há uma lógica subjacente na fala ambígua do peão: a percepção de que é explorado e, ao mesmo tempo, a constatação de que não tem meios de reagir a essa exploração. Os documentos, salvos, preservam a sua identidade de cidadão. Será que foram roubados? É possível; porém, é muito provável que o dinheiro tenha sido consumido nos cinco dias de espera para ir em busca de outro trabalho, uma nova empreita, finda a qual estarão novamente sem trabalho, em busca de outra chance, repetindo o ciclo trabalho—não-trabalho—cachaça—busca de trabalho.

Um senhor mais velho que os companheiros, menos falante, mas muito afável e receptivo, uma figura quase paternal que incluía um *minha filha* no diálogo com as entrevistadoras:

(Sou de) Taubaté, minha família mora em Taubaté; agora eu tenho uma irmã minha que mora na Ilha Solteira, aqui, na Ilha Solteira; eu sou largado da família, minha filha, sou largado da família, já tá com três anos e pouco; eu fui pro estado aqui do Mato Grosso, fui trabalhar, minha filha; eu trabalhei aqui, divisa de Campo Grande, eu trabalhei aqui em Andradina, no Expresso da Ema; a senhora conhece o Expresso da Ema? trabalhei com ele muito tempo, trabalhei na Clorisa(?), trabalhei aqui prá frente, aqui, trabalhei entre Naviraí e Itaquiraí, estado de Mato Grosso já [na verdade é Mato Grosso do Sul] ... empregado, minha filha, empregado justamente; era registrado, nesse tempo era registrado; aí depois eu perdi meus documentos todim... depois de uma dificuldade na minha vida, fui só trabalhando,

trabalhando direto, eu perdi meus documentos todim, aí depois num consegui meus documentos de novo; aí depois eu vim prá Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo... sem documento, sem nada; tenho amizade com todo mundo, amizade eu tenho... eu estudei até quase o quarto ano, minha filha, meu pai não pôde dar estudo pra mim; ele me ensinou no cabo da enxada, minha filha, pra mim trabalhar...(Seo João, aproximadamente 50 anos).

Permaneceu sentado no chão, parecia não estar em condições de se levantar. Se o seu companheiro (Dirceu) apresentou-se como uma figura mais urbana, preocupada em falar bem e de forma até rebuscada, a sua figura, sem dúvida, se firmou como a do roceiro, de fala mansa, indicando estar consciente do mundo que o cerca e das mazelas a que está submetido, seja porque perdeu os documentos, ou pelas suas condições de vida atuais. Apartado da família há mais de três anos, não quer falar se tem mulher e filhos. Refere-se apenas à família de origem, pais e irmãos, de quem se recorda com carinho, impotente para resgatá-la enquanto atualização da sua identidade. Lembra empolgado do tempo em que trabalhou como empregado em fazendas e outros serviços, registrado, mas reclama das condições da vida de peão.

Diferentemente dos peões estudados por Neide Esterici (1979, 1987) na Amazônia Legal — muitos dos quais procedentes de famílias camponesas com *dificuldades para reproduzir suas condições de existência* e que buscam na peonagem exatamente o meio de manter sua condição de camponês —, grande parte desses peões entrevistados, embora trabalhando na terra, não destaca na sua memória afetiva, como marca da sua identidade, a sua vinculação com a terra. Entre eles, Seu João parece constituir exceção, lembrando-se da terra ligada à história da sua infância e do aprendizado junto ao pai. Isto, porém, não traz para o seu presente a nostalgia ou o sonho da volta à terra; o que ressalta da sua fala é o seu

desenraizamento, sem casa, sem família, apenas os companheiros de jornada e a lembrança do que já foi.

Entre esses entrevistados, três dizem ter perdido os documentos, marca objetiva da sua identidade de cidadãos. Todos, porém, trazem muito nítidas as marcas da sua subjetividade, um saco com as roupas e os pertences, sua própria história, a necessidade da luta pela sobrevivência, a consciência das dificuldades e, sobretudo, a certeza de que são cidadãos, fazem parte da sociedade, mesmo que em condições precárias, sem direitos, espoliados, enganados, maltratados, submetidos, muitas vezes, à condição de mendigos, pedintes de um prato de comida. São a própria configuração do processo exclusão/inclusão a que o capitalismo submete aqueles que ele subordina, ora inserindo-os no mercado de trabalho, ora excluindo-os, retirando-lhes o meio de prover o seu sustento, banindo-os como cidadãos de direitos, como fica explícito na fala de Dirceu que reforça a sua identidade de trabalhador:

Nós somos trabalhadores, não somos ladrão, não somos bandidos, não somos nada, apesar que a gente fica envergonhado de pedir ajuda pros outros, pros demais, né? os maiores que a gente; a gente sofre humilhações prá que possa conseguir um prato de comida... porque a gente conversa com uma certa pessoa, fala assim: —dá pra arrumar assim um prato de comida? sabe o que eles falam prá gente? —larga de ser vagabundo, vão trabalhar! vocês são tão fortes, porque não vão trabalhar? isso é uma coisa que a gente, eu fico com, sei lá, eu fico com uma cara! bom, vai mesmo porque não tem jeito; vê como é o negócio! é difícil! (Dirceu)

Durante as entrevistas com os quatro peões, ficou embutida na sua fala, a necessidade do nosso apoio, a necessidade de falar das suas condições de vida, muitas vezes até exagerando os sofrimentos. Isso não tira, porém, a sua verdade, confirmada por outros entrevistados, não-peões, que falam da exploração a que são submetidos, da violência que está

presente no seu cotidiano, violência configurada nas condições de vida que lhe são impostas, reafirmando a superexploração do seu trabalho, sujeitando-os a um *estado de violência*, próprio da dominação que sobre eles se impõe. É o que revela um agrimensor⁴, encontrado entre alguns peões, na rodoviária de Três Lagoas:

o patrão suga o sangue deles até mais não poder... o patrão que dá as cartas, ele vai sempre manipulando os peões... acontece que isso daí vem de geração para geração, não é de agora, de há pouco não, que como se diz, o patrão que dá as cartas, ele vai sempre manipulando os peões, os peões são praticamente analfabetos, né? (...) A violência monetária, é um tipo de violência, por exemplo. Cadê o rapaz que tava aqui? Esse rapaz aqui, ele veio da Bahia, tá trabalhando junto com a gente, ele pra arrancar tronco com uma chibanca lá na Bahia, o dia todo ele ganhava uma quantia irrisória, ele tinha que pagar almoço, pagar a janta... Hoje não, hoje o que a gente observa conversando com ele, falou que não, hoje ele tá melhor aqui, embora a gente tá vindo dum lugar pro outro também, ele acha que tá bem melhor. Lá pra tomar banho é o seguinte: o fazendeiro não deixava nem a gente tomar banho na lagoa, o máximo que deixava era um balde d'água, então, isso é um tipo de violência. Não é a violência física, mas uma violência que acaba influenciando muito no (tipo) das pessoas. [falando sobre o Mato Grosso do Sul] Acho que num é muito diferente dos outros lugares não, é a mesma coisa. Às vezes tem um porco do fazendeiro, tem galinha do fazendeiro, tem o boi do

⁴ Esse agrimensor, que se dizia auxiliar de topógrafo, foi encontrado na rodoviária de Três Lagoas, no dia 28/08/92, quando das primeiras entrevistas exploratórias para elaboração do projeto de pesquisa: um homem com sacos de viagem, de lona, bem apessoado, em trajes de trabalho. Resolvemos abordá-lo, falando da nossa pesquisa e indagando dele sobre o seu trabalho — medição de terra, respondeu-nos. Indagamos dele se costumava trabalhar com peões, se conhecia peões e se estava disposto a conversar conosco sobre eles, no que aquiesceu. Por que entrevistá-lo? Já havia feito outras entrevistas, com peões, com um que havia sido gato, com uma dona de pensão para peões, com uma mulher de gato. Por que não com alguém que, embora nem sempre trabalhando diretamente com peões, sabia sobre eles e poderia nos ajudar a contextualizar as falas já documentadas? ajudar-nos a ver de uma forma mais abrangente o nosso objeto de pesquisa? Talvez estivesse aí um personagem mais isento, mais livre de mecanismos de defesa ou de julgamentos, que a dona de pensão, o ex-gato, a mulher do gato e mesmo o próprio peão.

fazendeiro e ele tinha que matar bicho do mato pra comer um pedaço de carne. Isso não é um tipo de violência? Então é por aí.

O entrevistado fala da violência que o peão encontra na relação com o gato transformado em seu patrão, violência que acaba incorporada por ele como algo aparentemente natural, como um *estado de violência* (Michaud, 1989) que, no momento que lhe é dado falar, surge de maneira evidente enquanto violência, enquanto extensão da dominação a que é submetido.

Apenas João, o primeiro entrevistado, não parece se emocionar ao fazer o seu relato, quase linear, porém objetivo e revelador da clareza com que vê e analisa a sua situação. E aqui fica marcada a possibilidade de um movimento de desalienação, de desideologização do peão através da fala que o torna consciente da sua condição de dominado, de excluído da participação e usufruto dos bens que produz para a sociedade que ajuda a construir.

Considera-se a desideologização do peão partindo do pressuposto que ele ao relatar a sua vida toma consciência de que as condições em que vive, de violência, de carência, não são *naturais* como ele introjetara a partir da ideologia que se impõe à sua leitura de vida e relações. Ao contrário, elas são impostas pelas relações de poder a que ele está submetido, quer na sociedade, quer no seu universo relacional mais próximo. Esta leitura é fundamentada em Saffioti & Almeida que ressaltam a inversão dos fenômenos pela ideologia e acrescentam a observação de Chauí sobre a sua capacidade de naturalizar as coisas: *Se a natureza, pelas idéias religiosas, se "humaniza" ao ser divinizada, em contrapartida a Sociedade se "naturaliza", isto é, aparece como um dado natural, necessário e eterno, e não como resultado da práxis humana".* (1995: 49). O falar ajuda-o a explicitar suas representações, a

reconhecer a si próprio e ao outro com o qual se relaciona.⁵ Esse movimento, porém, não o torna livre para romper com a sua condição de peão, pois, se enquanto fala toma consciência dela, isso ainda não o liberta da dominação a que está sujeito, mesmo porque suas representações estão carregadas de ideologia, marcadas pelo fatalismo, pelo *não tem jeito*, que o acompanham na sua trajetória sempre em busca do recomeço, de uma melhora de vida. E, muito mais fortes, estão a cercá-lo as condições de desenraizamento, quer por imposições objetivas (condições de mercado, desemprego, nível educacional), quer por imposições subjetivas (desavenças familiares, falta de perspectiva ou mesmo espírito aventureiro), que o jogam no mundo sem muito recurso para lutar, para se tornar senhor da sua vida.

As lembranças da família são marcantes para todos eles, embora apenas Osmar deseje reencontrá-la. A aparência embrutecida, a fala marcada pelo desalento, escondem um sonho e uma paixão: o sonho de voltar para casa, encontrar um bom emprego e ficar junto da mulher, já que não pode também se juntar à mãe, outro sonho acalentado. A paixão ele mesmo diz: — *quer uma paixão mais bonita prá você escrever a historia? — O meu filho morreu! meningite!* Certamente, se o filho perdido é caracterizado por ele como paixão, a idéia de um novo filho (não expressa por ele) poderá também se tornar parte do sonho de deitar raízes, de consolidar a família através dos seus rebentos, de deixar herdeiros de uma vida melhor.

Os sonhos dos outros são menos claros, mais limitados, talvez pela ausência de uma perspectiva de volta à família, que não expressam nenhum desejo nesse sentido. É uma questão que será retomada à frente, com outros peões, mesmo porque não se pode, a partir de

⁵ O conceito de representação é tomado de Saffioti e Almeida (1995: 49-50) que, inspiradas em Chico de Oliveira assim a conceituam: *Representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade. (...) Re-presentação é o re-conhecimento do eu e do outro e, sobretudo, das relações do eu e do outro. O eu e o outro podem ser classes sociais, contingentes humanos de distintas raças/etnias e categorias de sexo*

quatro depoimentos, generalizar aspectos importantes da vida do peão enquanto gente, dotado de sensibilidade, em quem a subjetividade, marcada pela luta e pela violência, aflora em busca de uma vida mais plena, mesmo que ainda não idealizada ou sonhada.

Contrapondo o peão ao sem-terra em luta pela terra, o que se revela, à primeira vista, é a resistência do que luta, do que busca sua autonomia, do que se nega a continuar no circuito de subordinação do trabalho ao capital e o que, dentro duma perspectiva de conformidade, continua incurso no processo, agravando ainda mais sua condição de subordinado pela aceitação de relações de trabalho destituídas de qualquer vínculo contratual legal, garantidas apenas pela palavra do gato, visto e tido como o enganador, o explorador, o que não cumpre a palavra dada.

Se se considerasse apenas a relação concreta, material, dada pelas determinações estruturais e pelas condições objetivas dessas relações (que são relações de classe), estaria correta a interpretação. Há que se considerar, porém, as condições subjetivas de uns e de outros e até que ponto a aparente conformidade do peão não seria também uma forma de resistência. As reflexões de Maria Aparecida de Moraes Silva sobre a capacidade criativa e inventiva dos indivíduos na luta contra a alienação imposta pelo trabalho contribuem para deslindar essas observações:

A ação dos indivíduos é caracterizada por um conjunto de elementos que não são apenas estímulos-respostas frente a uma situação dada, como também, criações e invenções. A criação e invenção pressupõem vontade, desejo, aspirações, imaginação, fantasia, ilusões. Estes elementos imateriais, invisíveis estão presentes na ação humana. O homem não é só materialidade corpórea, coisa produtora de força de trabalho. Não obstante, as relações capitalistas tentarem reduzi-lo a tal situação através do processo de alienação constante, historicamente, tais relações não conseguiram transformar o homem em coisa. A imaterialidade de seu ser impede esta redução, através de revoltas, insubmissão, não aceitação ou até mesmo através de uma aceitação passiva onde só existe o desejo de transformação (1994: 73).

Dessa perspectiva, pode-se descobrir um outro universo de investigação, muito mais rico, porque permite adentrar a própria dialética constituinte da sua identidade: sua

materialidade corpórea, vivendo a ameaça constante da coisificação pela alienação historicamente imposta pelas relações capitalistas, mas também sua imaterialidade, onde são forjadas continuamente as formas de resistência calcadas na sua capacidade de criar e inventar, com as quais alimenta o desejo de transformação. Universal na sua singularidade, o peão, ao revelar sua afetividade, revela também a sua *condição humana*, negada pelas condições de vida e trabalho a que é freqüentemente submetido. Cabe ao pesquisador, sem perder a riqueza conferida pela sua subjetividade, resgatá-la na sua objetividade.

Por outro lado, confrontando o processo de globalização e os crescentes níveis de exclusão que ele vem gerando com o crescimento da precariedade do trabalho a que se submete o peão, observa-se na peonagem o caminho de passagem para a mendicância, estágio avançado da pauperização em que é lançado, dadas as circunstâncias de vida que o mesmo enfrenta a cada intervalo entre um trabalho e outro, quando, sem família (há poucas exceções de peões com família) e sem recursos, se vê às voltas com a necessidade de pedir para não roubar — ainda uma alternativa à sua sobrevivência até que novo gato com nova possibilidade de trabalho surja em seu caminho —, como explicita um dos entrevistados acima e como se verá em depoimentos posteriores, de peões vagando pelas ruas e praças de Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo à espera de novas chances de trabalho, ou mesmo à espera de nada, apenas da possibilidade de continuarem vivos.

PENSÃO, PONTO DE PASSAGEM: O COMEÇO DA DÍVIDA

Remonta ao início da década de 1960, quando tem início a construção da Barragem de

Jupiá⁶, o surgimento das pensões para peões em Três Lagoas. Seus freqüentadores iniciais foram os trabalhadores das obras de construção da barragem. Com o término das obras mais pesadas, ao final da década, vários peões se deslocaram para novas frentes; outros acabaram ficando, aproveitados nas atividades de abertura e reestruturação das fazendas que, tomadas por uma dinamização no período, passaram a acolher mão-de-obra em quantidade significativa, da própria região ou vinda de outras terras.

Já presente como empreiteiro, de trabalho e de mão-de-obra, o gato faz da pensão e do seu dono os elementos de conexão entre ele e o peão. Está aí o começo da dívida: pagas pelo gato, as despesas do alojamento e da comida serão debitadas na conta do peão antes que ele chegue ao local de trabalho. Ao longo da jornada serão ampliadas com despesas complementares de alimentação e, eventualmente, produtos de higiene pessoal e calçados.

Os primeiros contatos para esta pesquisa partiram de uma pensão em Três Lagoas. Aí foram entrevistados os primeiros peões, a dona da pensão e um empreiteiro de mão-de-obra, à época trabalhando como empregado de fazenda. Foi aí que Dona Zuca,⁷ uma das mais antigas donas de pensão da cidade, revelou, junto com passagens da própria vida, coisas importantes da peonagem e da forma como ela se insere na vida das pessoas: construindo um conjunto de relações calcado na interseção das suas três faces, social, econômica e cultural, a peonagem permite a formação de uma teia complementar de relações em que se inscrevem diferentes pessoas as quais, embora não inseridas diretamente na relação de trabalho, se beneficiam dela, passam a gravitar em torno dela.

⁶ Esta barragem, forma junto com a de Ilha Solteira e a de Dois Irmãos o complexo hidroelétrico de Urubupungá, a primeira no rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, as duas últimas no rio Tietê, também em região fronteira com o mesmo.

⁷ Essas informações e as falas transcritas de Dona Zuca foram tiradas de entrevista feita na própria pensão, em 26 de março de 1992 e contou com a colaboração de José Tadeu Cordeiro.

Foi assim que aconteceu com Dona Zuca, como aconteceu com outras donas de pensão, como Dona Flora, entrevistada em Água Clara, ou Dona Iracema, em Ribas do Rio Pardo. Antes de dar cama e comida, à época da construção da barragem, Dona Zuca trabalhou com um bar onde nos fins de semana fazia um baile, que ia das seis da tarde à meia noite. Relembrando esse tempo, ela conta como passou a dar pensão, falou um pouco da sua relação com os gatos e do trato com os peões, revelando como sua atividade era central na trama das relações de trabalho:

eu tocava baile e pensão; eu despachava comida pra barragem... dormitório não tinha, porque a casa num dava. Aí, depois é que eu fiz os dormitórios tudo pra lá; fiz oito quartos... Agora derrubei tudo e fiz casa de morar. E aqui é que era o corredor. Aí eu cortei os bailes e aí fiz a quartaria; agora, tá com seis meses, derrubei tudo, fiz sala de janta e pra lá eu fiz três quartos, só três quartos; cortei tudo, acabei, vou parar com isso... eu estou cansada, né?... oito quartos de dormitório! [indagada sobre quem ela alojava diz:] era peonada, né? o patrão vinha, trazia aqueles peão, —Zuca hospeda esses peão, amanhã cedo eu tiro... vinha, pagava e ia... puxava o carro... e assim ia... —Olha, Zuca, eu trouxe aqui mais uma manada... —põe aí esses peões!... almoço, janta, e assim eu vim tocando... eu vim vindo... eu acabei com os bailes pra mexer com essa peonada... tem gato que me deve até hoje! Agora eu cansei! Já vou fazer sessenta e oito anos! [fala dos tipos de peões que encontrou pela vida, inclusive de um, metido a valente, que ela teve que enfrentar e ao qual se refere como "mala"] Mala comigo é só na garupa do cavalo... Tem um tipo deles assim... conforme o tipo da pessoa eu fico meio veiaca⁸... tá vindo muita pessoa por aí, isso vem rodando, e conforme o olhar do

⁸ A expressão é **velhaca**, mas adquire força especial na forma apresentada e muito usada nas classes populares, *veiaca*, indicando astúcia, malícia, esperteza, acobertadas por uma aparente ingenuidade, o que fica claro na fala de Dona Zuca.

cara assim, só dele olhar na gente a senhora conhece.

Mulher decidida, Dona Zuca conhece como ninguém o mundo da peonagem: conhece os gatos e conhece os peões. Todos têm suas manhas que ela, também manhosa, vai revelando ao longo da entrevista. Sabe ser solidária, mas impõe uma distância, a distância do respeito, tanto para os gatos quanto para os peões, pois é uma mulher só na luta pela sobrevivência. Depois de vinte anos, seleciona a clientela e seleciona os gatos a quem atende. Um deles é o Aristides, de quem todos falam, que lhe pede que arranje alguns peões, mas que sejam peões de mala. E o que é peão de mala? —*Peão de mala é o que tem o galo grande, a mala prá carregar.* Esse é o peão mais responsável, que traz o *galo*, ou seja, a mala, ou o saco, o que tem os seus pertences, diferenciando-se dos outros que já não têm mais nada.

A observação da dona da pensão sobre o *peão de mala* e o sentido que ela atribui a esse componente, indicador da sua experiência com os peões, do conhecimento que tem acerca deles.

A pensão ocupou, até meados da década de 1990, um espaço privilegiado na vida dos peões que chegavam a Três Lagoas em busca de trabalho, na colheita de sementes de brachiaria, na abertura de fazendas na região, muitas vezes indo até Água Clara, ampliando a distância do ponto de partida.

A volta a uma pensão foi feita em setembro de 1995, em Três Lagoas⁹. Os peões reunidos à espera do pagamento por dois meses de trabalho, insistiam em permanecer ali até receber, revoltados com o "gatinho", expressão utilizada pelos peões para designar o pequeno empreiteiro, aquele que está se iniciando na função e que geralmente não dispõe de todo o

⁹ Esse momento da pesquisa contou com a colaboração de José Tadeu Cordeiro, que fez os contatos iniciais e participou das entrevistas na pensão.

aparato necessário ao empreendimento: algum capital, de giro, ou em forma de implementos, como caminhão para transporte dos trabalhadores e das mercadorias necessárias ao trabalho.

Foi o primeiro encontro com uma situação concreta em que, depois de longa jornada, os peões se sentiam lesados, *enrolados* pelo gato que não os pagava. Era um grupo de oito peões, alguns dos quais não estavam hospedados ali, mas que como os outros viviam o mesmo sentimento de engodo, vítimas do *gatinho* que os havia contratado e que há dias os enrolava prometendo pagamento, sem fazê-lo.

O espaço que ocupavam era o espaço do bar. Como em todas as pensões visitadas, em Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, entrava-se pelo bar — o espaço de reunião dos peões, o espaço de negociação com os donos da pensão, o espaço de acertos entre os peões e o gato, o espaço de acerto do gato com os donos de pensão —, apenas um balcão rústico de alvenaria, onde eram servidas bebidas, muita pinga, e também as refeições. Os peões estavam quase todos sentados em bancos toscos, dispostos em forma de L, acompanhando as paredes opostas ao balcão. Duas portas abertas para a rua, uma outra, ao fundo, adentrando a casa da dona da pensão, uma mulher morena/mulata, com mais de sessenta anos. As dependências ocupadas pelos peões ficavam nos fundos da casa, como nas outras pensões.

Estavam, alguns mais, outros menos, quase todos alcoolizados, donde o caráter muitas vezes confuso dos relatos que faziam. Muito receptivos, não vacilaram e falaram, uns mais, outros menos, dos problemas do presente, da vida atual, alguns da sua trajetória até chegar na peonagem, enfatizando sempre sua identidade de trabalhadores honestos, como o que adiante vai falar:

Meu nome é Clotildo. Minha vida é de um homem tranqüilo, num devo pra ninguém, e outra, sô trabalhador. Já tô cum quatro ano que eu tô aqui. Eu sou baiano ... graças a Deus eu num

andei só pra lugar nenhum. Eu saí pra dar sossego pra minha mãe. [sobre o local de nascimento, a uma pergunta ambígua da entrevistadora, indagando se havia nascido na terra, responde:] *Graças a Deus eu nasci numa cama... (todos riem). ... Trabalhava na cidade, mas era lavrador; eu, minha mãe, meu pai e tudo ... nós somos lavradores. Tenho meu documento todinho, ó, isso aqui, ó. Eu tenho irmão em São José do Rio Preto, eu tenho em Jau. ... eu tenho um irmão na Bahia* (Clotildo, 25 anos).

Clotildo revela logo seu bom humor, brincando com a pergunta, dando respostas engraçadas que divertem os companheiros, falando da família de lavradores, ele, pai, mãe. É essa a sua identidade; faz questão de afirmá-la, como faz questão de dizer que tem documentos e irmãos que também deixaram a Bahia. Estava trabalhando na brachiaria, colhendo semente. E o serviço acabou. — *agora virou pasto lá—*, ele diz. Por que veio da Bahia para Mato Grosso do Sul? E ele responde:

Antes de eu vim prá cá, falava que Mato Grosso era terra de ganhar dinheiro. Que falava que era de ganho, que ganhava bastante aqui. Mas cheguei aqui, capaz! Serviço tem né, mais pra receber num recebe. Do jeito que tá a boca aí, eu num tô achando serviço nenhum. Por enquanto que eu tô coisado, trabalho pra esses gato borrela que tem aí... Uns fala que é arrancar praga, as praguinhas deles é arrancar pau, [refere-se ao pau-preto], outros falam que é capim braquiária. Aí no fim, quando acaba o serviço tudo; oh! — Mais depois eu levo o dinheiro pro cê, eu levo, eu levo, até hoje...

E Clotildo vai contando a sua história, uma história de família, com pai e mãe, pequenos arrendatários que tocavam roça e mudaram para a cidade e foi trabalhar em usina de algodão — *é eu tocava minha rocinha lá. E quando eu mudei pra cidade, no fim agora, trabalhava em usina de algodão, porque lá é algodão* —. Clotildo tem prazer em falar da

família, da Bahia, mas quer mesmo, naquele momento, é falar do gatinho que não pagou o seu trabalho, como não pagou aos outros. Fala, todos falam, em levá-lo ao fórum, para que responda na justiça pelo pagamento. Mas o gatinho diz a eles que esperem, que ele vai pagar; se for na justiça, fica mais difícil, mas se esperarem pagará. Clotildo e os outros ficam em dúvida e passam da compreensão com os problemas do gato, à revolta. Fica claro que o atraso no pagamento é comum entre os gatinhos que são menos organizados, não têm, como os gatos, suporte para agüentar, se propõem a pagar bem e não agüentam. E aí vem a vontade de voltar. Mas como? É a indagação que Clotildo mesmo faz, talvez esquecendo dos motivos que o fizeram deixar a própria terra que diante das dificuldades atuais acaba se transformando em terra de promessa:

Eu quero ter condições d'eu voltar pra casa. Eu quero voltar pra lá porque lá tem serviço, eu num sei como eu vim pra cá. Eu tenho gosto, eu já falei qu'eu tenho que trabalhar mais um ano, agora ficar do jeito que tá aqui, eu num vou nunca. Ficar trabalhando pro gato, aí num vou, aí num tem condições.

A fala do peão deixa no ar a nostalgia que sempre os toma de assalto e para a qual apenas alguns terão a melhor solução, quando, vencidas as adversidades da situação em que vivem, conseguem poupar o suficiente para a volta à terra, à família, à casa, às suas raízes.

Sobre as condições de trabalho e vida no barraco, onde se alojam no tempo de trabalho, Clotildo assim se expressa:

Levanta às quatro da manhã... De manhã cedo, bom lá no lugar mesmo, lá tem que pegar só o café e um pedacim de pãozim, só... Chegava umas 10 horas, num tinha hora também, é das 8, 9 horas, não, das 9 às 10 horas, almoço... Era só, era batatinha direto.[Arroz, feijão,

batatinha? a entrevistadora pergunta. E outro peão, entrando na conversa:] —*Na janta, feijão, arroz e batatinha; almoço no outro dia, batatinha, feijão e arroz!*

Do outro lado, sentado, um outro peão. Branco, no meio de quase todos mulatos, destaca-se pelo porte, apesar de judiado, com marcas de desgaste físico; olha como se não estivesse interessado, mas convidado a participar se põe a falar. Fala de si e do cotidiano do trabalho, complementando o que o outro peão disse e ressaltando a questão da pinga, ao ser indagado se existem brigas ou outras formas de violência no trabalho:

Não, existe não, porque nós aqui bebemos bastante, tal, mas chega no barraco encerra o negócio de bebida, entende? pra tudo tem hora, tem hora pra trabalhar, hora pra jantar, hora pra almoçar, hora pra dormir, então ali é um silêncio, ninguém tem tempo pra fazer bagunça, porque o tempo é muito curto, então, por exemplo, a minha distração no barraco é pescar quando tem um rio perto, quer dizer, bebida é controlado, tudo é controlado ali dentro, somos bem tratados, bem alimentados, num deixa faltar nada (Severino, 54 anos).

E outro peão participa da roda, articulando sua fala à fala de Severino, que é esse o seu nome, embora não seja nordestino, embora o chamem Carioca, mostrando que a alimentação não é tão boa assim e que para torná-la melhor é preciso gastar no armazém do gato que tem tudo, uma tentação para o peão ao fim de um dia de trabalho pesado:

Nosso trabalho é forçado demais, mas é o seguinte: chega a tarde assim, sempre tem uma pessoa que chega desgastada do serviço né, tem vontade de comer uma coisinha melhor, uma coisinha diferente às vezes né, aí ê vê a comida assim né, ah! essa comida aqui, num tá afim de comer essa comida, então inventa de querer comer outras coisas, então o mercado é surtido né? Ah! Eu quero comer aquele negócio lá, comprar uma mortadela, comprar uma piapara, comprar uma lingüiça e aí vai comer do jeito que você quer, isso já é um motivo de a

gente dever e perder dinheiro, né? Então chega o fim do mês, cê vai acertar, é uma nota, aí é o que acontece com todo mundo, aí, porque você chegou tarde, esgotado do serviço, cê tem vontade de comer uma coisa boa, tá esgotado né? toma seu banho, vai lá toma seu banho, chega ali na hora da janta, cê olha aquela comida lá assim, ah! essa comida num tá boa ... eles servem a marmitta da gente, olha pra comida, dá até desgosto na gente, aí já é um motivo, aí pra você pegar e olhar pra prateleira, ver aquele mundaréu de coisa boa, e cê vai já comprar uma mortadela, já compra uma sardinha, compra qualquer coisa e inventa outra comida pra você se alimentar bem, se não num tem jeito ... (Alfredo, 37 anos)

O peão se coloca claramente como alguém que vislumbra a situação real de exploração em que vivem, mal alimentados, com uma grande carga de trabalho e sem direito a uma alimentação adequada. E Severino acaba concordando com o companheiro e emenda:

O que aconteceu comigo, d'eu pescar, chegar no barraco do gato, o gato não dá o óleo pra eu fritar o peixe, porque num podia, que era controlado só pra eles mesmo. Quer dizer, com peixe grande que tinha pegado um dourado duns 5, 6 quilos, tive que comer assado com sal, assim, porque não forneceu o óleo pra gente fritar ele.

Outros se empolgam com o assunto, entram na conversa, voltam a falar da qualidade da comida que o gatinho fornece e começam a analisar o custo da alimentação, acrescentando um dado novo à discussão, o preço cobrado por tudo o que é comprado no armazém do gato:

Ele faz aquela comida e dá aquela comida ruim pra gente. O cara pega aquela marmitta assim, olha pra comida, dá desgosto né, aí você vê o mercado surtido de tudo quanto é coisa boa lá né? então ele pega e corre lá e compra uma coisa lá, então ele pega e corre lá e compra uma coisa, vai um lá e compra mortadela, outro compra sardinha, outro compra... pra comer, aí mistura aquele negócio aí vai a comida né?. Quantas vezes eu comi sem

mistura, nós fomos no boteco mesmo, eu tinha um dinherinho, aí passava aquela vontade...(José, aproximadamente 25 anos).

Ó, um pacote de bolacha aqui tá 75 centavo, lá no mato custa 3 reais, uma pinga aqui a senhora toma por 20 centavos, lá é 1 real. A gente precisa controlar, por isso que é bom quando a gente se controla, se não, não vai, tá sabendo o preço, vai pagar 75 centavo, a senhora compra um pacote de bolacha sortida aqui, na cidade a Sra. vai pagar...75 centavos. Então lá é 3real, ele tá tomando o porre, então como o cara vai acertar a conta, vai ficar devendo ainda. Um pacote de fumo aqui, a Sra. pega por 60 centavos, lá é 1 real e meio, até 2 real, mais aí num dá pra ser feliz não. Então ... se eu pegar qualquer coisinha no mercado, é problema e tem de tudo, tem bolacha, mortadela, sardinha em lata...Lá tem tudo, lá tem tudo, tudo o que você pensar em comer... é de doce pra cima! (Wanderley)

E estas falas demonstram, por um outro ângulo, o crescimento da dívida, agravada pelos preços escorchantes cobrados pelo *mercado*, o da fazenda onde trabalham, ou o do gato. Os peões sabem que são explorados, têm uma percepção clara de que essa exploração tem uma face nítida, a do preço superfaturado do que lhes é vendido — a *caneta do gato tem duas pontas*, como eles dizem, seja em Três Lagoas, seja em Água Clara ou Ribas do Rio Pardo —, e outra, menos delineada, da qualidade da alimentação que lhes é oferecida, insuficiente para fazer frente às suas necessidades nutricionais, insuficiente para atender às suas necessidades de seres de sensibilidade, de seres que desejam, de seres que buscam algo melhor para suprir suas necessidades básicas. E outra questão se coloca, na tentativa de compreender outro lado desse cotidiano, dessa vida de peão-do-trecho, no mato, convivendo com essas carências, com tudo aquilo que se impõe como violência e que se interpõe na convivência dos peões entre si, dos

peões com o gato. Há uma percepção da violência? E pergunta-se diretamente aos peões: Há brigas?

[Alguns falam indistintamente:] *Sempre acontece no barraco, onde existe homem, existe folia, de repente... Sempre acontece.* [e surge em meio à conversa uma discussão sobre a bebida como componente da briga] *Diminui a bebida, diminui a briga.* [outro peão:] *O Aristides tirou, foi bom tirar, bom pra nós que alojamos lá. Quanto menos beber, menos gasta né? porque a pinga lá é muito cara, se você por acaso numa comparação, achar um copo de pinga por 50 centavos, lá custa 1 real, então, quem tá a fim de ganhar um dinheirinho, então já num vai beber tanto, né? Lá já num dá pinga mais, a pinga é cara demais. Vai tomar um golinho de pinga por 1 real, sendo que na cidade tá 20 centavos? já bota a pinga cara que é pra gente não tomar. Porque ali toma só um golim e tá bom, aí compra um pacote de fumo, compra uma coisinha e vai indo, compra uma bolacha, aí controla né? tá ganhando um dinheirinho, é o único jeito, porque se o cara entra na pinga mesmo, aí chega o fim do mês quando vai acertar as contas lá, fica devendo pro homem.*

E a pensão, ponto de passagem, torna-se ponto de confidências de um, de outro, de vários peões que ali estão: alguns verdadeiros peões-do-trecho, como Severino e Clotildo, José, que há muito estão andando, distantes de suas raízes, outros, como Alfredo, que também já correu trecho, veio do Piauí, ficou dezenove anos em São Paulo, São Miguel Paulista, foi para Londrina no Paraná, onde ficou seis anos batendo rami e veio para Mato Grosso do Sul em busca de melhores ganhos. Estabeleceu-se como trabalhador em máquinas, trator, trator de esteira, tem família, mulher e dois filhos e só foi trabalhar como peão porque as coisas estão difíceis, o salário muito fraco, como ele diz:

Eu trabalhei com trator a noite, quebrando o silêncio lá; pegava das 6 da noite às 6 da manhã. A senhora, sabe, eu trabalhava das 6 hora da noite às 6 hora da manhã, fazia 12 horas, às vezes até ultrapassava, com trator, puxando a noite inteirinha, né? Estou sem receber o meu até agora... Tava trabalhando. Eu tô com 43 dia na cidade e num recebi o meu até agora. Ele [o gatinho] pagou um pouquinho, eu tava devendo uma geladeira aí, tive que pegar um troco, fui lá, dei uma prensa nele, ele me jogou 50 real, pra terminar de pagar a geladeira ... eu moro num imóvel alugado aqui, eu moro com a minha família, mas eu tava desempregado e fui trabalhar pra ele, meu negócio é outro, mas eu tava desempregado, eu fui ganhar uns trocos, estava no sufoco, no desespero. Fui lá, trabalhei 40 e poucos dias lá. Estou com 40 e poucos dias na cidade e num recebi o meu. Ainda hoje eu tive na casa dele, sabe que eu falei pro camarada, que o camarada ia levar ele no fórum aí ele falou: —é o seguinte, peão, eu tenho que pagar o rapaz, pagar você, agora vocês tão a fim de levar no fórum, se levar no fórum, se levar lá, não tem problema você e o rapaz. Aí ele falou que lá na fazenda, o cara, o fazendeiro, um rapaz lá do Rio de Janeiro que tem um estaleiro de navio, lá no Rio né, está na fazenda, ali depois de Inocência, então ele foi na fazenda, ele foi pegar um adiantamento da fazenda pra poder acertar comigo e com ele. Tô com 40 e poucos dias parado, eu vou na casa dele, é lá no São João, vou lá todo dia, se não fosse tão longe, eu tô precisando, tem as crianças que precisam de leite.

... com trator a noite, quebrando o silêncio lá... A fala inicial de Alfredo revela uma percepção da exploração do seu trabalho, noite a dentro, em jornada contínua. Há, entretanto, no prolongamento da sua fala, a reprodução/aceitação de toda uma conversa utilizada pelo gatinho como justificativa para o não pagamento do que devia aos peões. E Alfredo, como peão eventual, buscando se prevalecer da sua qualificação como operador de maquinário tenta

se iludir com as suas promessas, ora afastando-se, ora aproximando-se do envolvimento na trama montada, não só pelo gatinho, mas por todo um sistema econômico em crise, ainda vivendo a ressaca de planos econômicos sucessivos, todos eles lesivos ao trabalhador. E a desideologização do peão, através da própria fala, torna-se mais distante, sob o embate da dura realidade. Na verdade, esse é um processo que traz na sua realização a própria contradição, num constante movimento de avanço-retrocesso contido pela realidade histórica do peão, pela realidade histórica do país.

Enquanto isso, Severino desfia a sua história, buscando por meio dela o resgate de uma identidade que negou ao longo da trajetória que o trouxe até Três Lagoas, por volta de 1987, a trabalhar como braçal, ele, um trabalhador qualificado, radicado em grande centro, com família constituída:

Na cidade, sempre trabalhei com eletrônica, sempre como eletricista, agora que eu vim pro Mato Grosso ... já tinha 20 e poucos anos de Rio de Janeiro, 22 anos. Eu vim pra cá, vim enrolando, separei da família e perdi meus documentos tudo, então no Mato Grosso, me alojei aqui, Graças a Deus. ... porque Mato Grosso é um campo verde pra gente trabalhar, tem serviço; a senhora me entende? então aqui a gente não fica parado, e São Paulo, Rio, Bahia, como eu conheço, Minas, são os Estados mais difíceis, sou mais profissional, e aqui no Mato Grosso, sou braçal.... Eu sou um profissional, eu trabalhava com eletrônica, trabalhei na Light, 20, quase 22 anos como encarregado de eletrônica, depois eu vivi no Mato Grosso e me acomodei aqui. ... Eu cheguei a apertar a mão do Governador dentro do Maracanã, Badiel da Silveira, quando era Governador do Rio de Janeiro, ele chegou me cumprimentou dentro do gramado, dentro do Maracanã e me deu os parabéns pelo serviço que nós tínhamos feito, eu era encarregado. Era o Badiel da Silveira. Ele entrou dentro do gramado do Maracanã e deu

os parabéns pra mim pela maravilha que ele tinha visto, quando surgiu aquela iluminação de bi-iodo no Maracanã, foi a primeira do Brasil, foi testada ali, eu que fiz aquilo lá, eu era encarregado da montagem e ele chegou e apertou minha mão dentro do gramado do Maracanã ... Itaperuna, Bom Jesus, todos esses campos iluminados que tem por aí, fui eu que fiz, entendeu? eu tava no comando né? Itaperuna tem 2 campos de futebol, Unidos e Porto Alegre, todos os 2 foi eu que instalei, Cachoeira de Macapu foi outro que eu fiz também, ... todos esses campos de futebol. ... e eu vim rolando de pedra em pedra até que cheguei aqui no Mato Grosso e esqueci minha profissão porque nunca mais... Ah! Faz uns 10 anos ... vim direto pra Três Lagoas, eu vim até Andradina, de Andradina me encaminharam pra cá, eu vim, trabalhei com esse Dr. Saldanha, bastante tempo, só na fazenda dele, fiquei uns 3 anos. Vim e fiquei trabalhando de braçal, não tem escolha de serviço, qualquer serviço que aparece não desfaço, mas a minha profissão mesmo eu abandonei, larguei pra lá, mas eu gosto, gostei do Mato Grosso e, sei lá, pretendo continuar, se Deus me der força e saúde, continuar trabalhando aqui... E não tem o que dizer não, sempre me dei bem, sempre trabalhando, todo mundo me conhece, sabe que eu trabalho mesmo, nunca fui recusado pra serviço.

É como se a partir das lembranças Severino fizesse um resgate da antiga profissão e mesmo do bons momentos que ela lhe proporcionou. Parte de suas raízes foram plantadas lá, na cidade grande, no Rio de Janeiro, arrancadas depois que resolveu partir, deixar tudo, família e profissão, que, num primeiro momento, não pretende retomar, mas, provocado por nova indagação dos entrevistadores, a seguir vacila, ameaça criar nova perspectiva, para, ao final dizer do real motivo de ter deixado tudo:

É um passado que passou, num pretendo voltar mais, que eu tenho vergonha de voltar derrubado como estou... Bastante derrubado, na posição que eu saí pra voltar, num tem mais

condição de voltar não, a não ser que um dia eu torne consegui arrumar um emprego no meu serviço e consiga me engajar novamente pra eu poder voltar, porque eu saí de lá muito bem. [indagado sobre a perspectiva de retomar alguma coisa] Penso em retomar, se Deus quiser. ... Nunca mais escrevi, mas deixei eles muito bem colocados, filhos criados, todos casados, bem colocados mesmo, um filho, um grande mecânico, tem uma filha que é professora de inglês, tinha outra que estava estudando, não sei se continuou o estudo dela, mas era pra entrar na faculdade, tem minha mulher bancária, trabalha no banco, centro do Rio de Janeiro... deixei minha família muito bem colocada, casa própria, num precisa pagar aluguel, deixei a família muito bem colocada, só eu mesmo que falhei, por causa de goró¹⁰ demais, fiquei com vergonha da minha própria família, deixei eles todos bem colocados, bem empregados, só eu alcoólatra, então peguei e saí fora, fiquei com vergonha deles.

A família continua, depois de tanto tempo, uma referência importante para Severino — *Minha família tá bem colocada*, fala com orgulho, chamando sobre si a responsabilidade por estar no trecho, por ser alcoólatra, condição de que se envergonhou e que o fez cair no mundo, *rolando de pedra em pedra, até que cheguei aqui no Mato Grosso e esqueci minha profissão*, como ele disse. Para os outros que ali estão e, ainda, para outros encontrados ao longo dos anos de pesquisa, fica muito claro que a família é marca da sua identidade/subjectividade, referência de estabilidade, de afetividade, como bem expressam. Indagados sobre se têm vontade de voltar, não vacilam em dizer não, embora não consigam esconder o quanto ela é importante:

—*Não, não. Eu saí de lá bem vestido, bastante dinheiro, pra mim chegar lá a toa, eu tenho*

¹⁰ Goró: aguardente de cana, cachaça

vergonha na minha cara, eu tenho. Eu tenho um sentimento disso! Tem hora que eu tenho vontade de ver minha mãe!..(Clotildo).

—Já faz 3 anos que eu num vejo minha mãe e tenho vergonha do mesmo jeito, do mesmo jeito, do jeito que eu saí de casa, eu num tenho condição de voltar lá não. Sinto vergonha da minha família, chega lá, encontrar meus irmãos, que sei que eles estão todos bem, a minha mãe, o meu pai, então eu sinto vergonha, então eu prefiro ficar nessa vida mesmo, num volto não. ... É, eu vou partir pra outras idéias, mas é que pra casa eu num vou, por enquanto não. ... Ah! Bom quando eu estiver bem equipado, bem ajeitado, do jeito que eu saí de casa aí eu volto, aí eu apresento na minha família, que minha família é bem. Então eu não posso voltar pra lá, não do jeito que eu tou, eu não posso voltar, num tem jeito. Eu sinto vergonha da minha família. (Wanderley, um gaúcho, de Sarandi, 30 anos).

As marcas do trecho calam fundo no corpo e na alma dos peões que lamentam sua saída de casa, o abandono da família e hoje sentem-se envergonhados da situação em que se encontram. Sua representação da família é realmente *a subjetivação da objetividade* (Saffioti & Almeida, 1995), uma subjetivação que traz a marca idealizada da família, *re-conhecida* como o seu outro eu, a negação do seu eu atual., o ponto de referência para uma nova busca, para alimentar o sonho da volta às origens, às raízes primeiras.

Severino parece um caso típico do peão que encontrou no trecho uma forma de resistir a si mesmo, à sua trajetória de destruição. De acordo com seu depoimento, apesar de alcoolizado, a peonagem foi a alternativa que se lhe apresentou, numa caminhada de fuga, de si mesmo, da família, da vergonha de ser alcoólatra. Pelo seu depoimento, o álcool foi o real motivo do seu rompimento com a família, com a vida organizada, com a realização profissional. Talvez os outros não estivessem, no princípio, fugindo como ele. Naquele

momento, naquela pensão, porém, ensaiam fugas do seu presente, em oposição frontal com o seu passado, seja real, seja idealizado, forjado na atualização das lembranças re-elaboradas a partir desse presente que se quer negado e se refugia no sonho, na invenção da objetividade construída pela subjetividade do peão.

O ÁLCOOL E A PEDRA NO MEIO DO CAMINHO

Em Água Clara, o Bar do Seu Raimundo é um dos pontos privilegiados para se encontrar peões, da mesma forma que em Ribas do Rio Pardo uma das referências é o Bar da Dona Iracema. À primeira vista, tem-se a impressão de que se chegou ao fim da linha na escala da degradação humana. O contato com os que ali estão, porém, revela, por trás da bebedeira e da fala de cada um deles, experiências de lutas, buscas, decepções, desalento e, no fundo, esperança de mudar a sorte, de mudar a vida/mudar de vida, construir coisa melhor.

... porque, a minha vida é uma vida sofrida, eu tô aqui na pedra, caí aqui na pedra aqui, bebo aí ó 1 litro de pinga, pego pinga aí ó, bebo 1 litro de pinga mesmo, se preciso de pega até outra ali eu pego, que nós bebe aqui, mais eu num gosto que desfaz das minhas amizades de gente que é de natureza nossa, porque nós somos homens, agora mulher não, mulher não, mulher é diferente, agora a minha esposa tá lá, mas num é dizer qu'eu num ganho dinheiro aqui, porque eu tenho dinheiro aqui pra mandar pra ela lá, eu mando, eu mando de 200, pode perguntar pro seu Raimundo aqui ó, eu mando de 150, 200, o que eu tiver no bolso, eu fico com 50 real no bolso, ... não, mando o resto pra ela, vou lá no banco coloco lá, falo ó, chega lá hoje, que às vezes ela pode tá sofrendo lá, eu num sei que é que faz, que acontece, né, lá,

mas eu vou embora, dia 20 de agosto eu vou embora, sou nascido em 20 do 08 de 1960 agora qualquer um pode ver, qual é a idade qu'eu tenho aqui (João, 37 anos).

A fala do peão acima, entrevistado junto com outros que ali se encontravam¹¹, deixa explícita a situação daqueles que se encontram *na pedra*. Sempre localizada nas proximidades de algum bar onde os peões se reúnem, a pedra é a referência para dizerem que não estão trabalhando e que estão bebendo, jogando conversa fora, que não têm para onde ir. Para alguns, como João, ainda resta a perspectiva de retomar o trabalho, qualquer um, geralmente nas carvoarias, ou de sonhar com a volta à casa, à família; para outros, porém, a pedra será o estágio final da degradação a que se verão reduzidos depois de anos de trabalho em condições de superexploração, depois de longa trajetória, Brasil afora, sempre em busca de novas frentes, de novas possibilidades, como o próprio João revela ao descrever sua caminhada, partindo do Paraná:

Eu trabalhei em Campo Mourão, trabalhei em Maranguape, Ortiguera, Ponta Grossa, depois em Ponta Grossa eu saí de Ponta Grossa, fui pra Curitiba, de Curitiba, trabalhei em Antoninas, Bagaçado, Guaraquicaba, depois de Guaraquicaba fui pra São José dos Campos, São José dos Campos, Tatuapé, depois de Tatuapé eu fui pra Aparecida do Norte e ajudei a arrumar aquela ponte que tem da Igreja velha na nova, trabalhando, sofrendo, depois fui vender palito de sorvete, fui vender sorvete pra mim cuidar da minha vida, né, minha irmã e meu pai e meu pai cuidava de porco, né, lá dentro daquela disgrama lá, quando eu mudei,

¹¹ Essa entrevista, e a dos outros peões que falarão a seguir, foi feita por José Tadeu Cordeiro. Era 27 de julho de 1997 e a primeira vez que fazíamos contatos diretos com nossos personagens em Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Os peões estavam no bar, muitos deles bêbados, em companhia de uma mulher, Maria Fubuía, que também bebia, numa varanda bem rústica situada na entrada, sentados em bancos toscos de tábuas, outros pelo chão de terra batida, na avenida de entrada de Água Clara. O imóvel em que ele funcionava foi demolido e hoje o Bar do Seu Raimundo encontra-se em outra localidade, embora cumprindo as mesmas funções de acolher peões que chegam para beber e conversar.

quando eu vim de lá pra cá, o cara iludiu meu pai, pra mode vender uma chacinha qu'ele tinha lá no interior do Paraná lá, meu pai pegou, vendeu né, pegou, e vem pra cá, iludido com outro né, aí meu pai veio e perguntou pra mim e falou: —filho, que qu'eu posso fazer? falei: —pai o senhor é que manda na casa, o senhor que sabe o que o senhor faz, qu'eu sou filho do senhor, senhor sabe o que o senhor faz. Aí o pai falou: —vamos vender. Eu falei: —O senhor que sabe o que pode fazer. Aí pegou, ele foi pra lá, chegou lá, nós fomos, chegando lá, que diz que tinha coisa lá, que ganhava dinheiro demais, chegamos lá, num ganhava dinheiro peste de nada, em Aparecida do Norte, aí quando começou a Basílica nova da véia, pra lá, pra cá, eu ajudei a fazer ela, marrado com cinto na cintura aqui ó, eu um moleção novo, hoje eu tenho 37 anos, dia 20 de agosto, eu completo 37 anos, dia 20 de agosto agora né, ajudei a fazer, peguei, depois o meu pai pegou, foi aqui pro interior de São Paulo, eu peguei e vim pr'aqui pra Mato Grosso aqui ó, sofrendo, comendo bagaço de laranja, comendo nó de cana, caçando serviço, por causa qu'eu separei da minha mulher, minha mulher ficou pra lá, eu fiquei pra cá, vim pra cá, tô aqui até hoje, graças a Deus, tô aqui, mas tem gente que cuida de mim e eu cuido da minha vida e ajudo ela também lá, outra pessoa eu ajudo, porque eu tenho dó, sabe?

Pequenos sitiante expropriados, iludidos pela possibilidade de ganhar dinheiro fácil no estado de São Paulo, João inicia com o pai, a família, uma trajetória em busca de trabalho, de vida melhor. Arrancados da terra, buscam, nas diferentes formas de trabalho, a própria sobrevivência, um meio para o reenraizamento, em outra terra, construindo uma nova família, referência constante na fala de João, que se casou e hoje, aos 37 anos, vivendo em outras terras, separado da mulher, parece, apesar da *pedra*, querer resgatar o *moleção* um dia

dependurado em andaimes, participando da construção da grande basílica, enquanto sonhava com a construção do seu futuro.

Os peões que participam dessa roda têm trajetórias semelhantes; embora vindos de outros estados, Minas, São Paulo, também correram trecho, alguns como simples carvoeiros, como Rogério, que veio de Minas, outros já em situação melhor, como Antônio que veio do Paraná, já foi músico e hoje trabalha com motosserra no circuito das carvoarias. Todos contam sua história, falam da família, dos filhos ou da mulher que deixaram, como Rogério:

Eu sô uma pessoa que sou assim, eu trabalhei em carvoeira, eu vim de Montes Claros, sô nascido lá dentro, se quiser pegar, vim de lá pra cá, saindo de lá pra cá, delegacia por delegacia, eu num tem sujeira nenhuma, sô um cara trabalhador, mexo com qualquer tipo de coisa, só num roubo, s'eu achar na rua eu pego, mas roubar, eu num roubo, certo, s'eu acho eu pego, eu pego mesmo, porque eu achei num é ? eu num vô pegá? Então eu tenho a minha consciência limpa, considero você como homem, tem minha esposa, tá lá, mando dinheiro pra ela pra lá, que nem eu mando, tô aqui bebendo cachaça mesmo aqui co'essa peste do lado, eu bebo mesmo só que, mas ela num sabe que eu tô, se ela sabê disso aí, ela vem e mete o, ela me xinga, mas ela vai falar bobeira pra mim na cabeça né, então ...Estou aqui no bar do seu Raimundo, bebo com ele aqui, pago pinga pra quem quiser aí ó, não tenho dinheiro no bolso, mas acredito graças a Deus eu tenho, entendeu, acredito, graças a Deus eu tenho, aqui dentro aqui, polícia, tem polícia aqui, polícia já conversou comigo aqui, mas também num me prende, nem nada, tamo só, fica tranqüilo aí, eu trabalho em carvoeira, meto o garfo lá no carvão lá, vou lá eu trabalho, venho aqui e gasto o dinheiro aqui, no Seu Raimundo, gasto aqui, s'eu num gastar aqui, gasto ali na padaria, gasto aqui em cima aqui, gasto lá em baixo, eu desço aí rodando aí pra baixo aí. É um lugar livre pra mim, pra mim é livre porque eu

ando co'a minha cabeça em pé, Graças a Deus, cabeça minha é mestre. Agora s'eu tiver sujeira com qualquer autoridade, eu tenho que ter medo deles, entendeu, eu tenho que ter medo deles, mas eu num tenho medo deles porque, porque eu ando co'a minha cabeça em pé aqui ó, em pé, se caí a cabeça, o corpo, eu fico, pros outros baterem? num fica, eu entendo de polícia, entendo de qualquer um, num mexo com ninguém, tenho minha vida própria, tem, esse moleque aqui ó, pra mim eu trato de moleque, quiser trata de moleque, trata de moleque, eu tenho minha força braba no meu braço, o que manda nisso aqui, é meu, é pra mim trabalhar, é da minha natureza, é pra mim trabalhar pra mim comprar, beber e comer e cuidar da minha vida e da outra que tá lá, mas ela num sabe o que tá acontecendo comigo aqui, e nem sei o que tá acontecendo com ela lá, agora dinheiro eu mando pra ela lá, entendeu?...

Há na fala de Rogério a necessidade de afirmação da sua condição de trabalhador honesto e sem complicações com a polícia, capaz de prover a própria subsistência e a da mulher que ficou em Minas, para quem diz remeter dinheiro periodicamente. Na verdade, suas afirmativas parecem querer esconder um certo desconforto com a própria situação, como freqüentador assíduo do Bar do Seu Raimundo, embora tente valorizar essa condição ao enfatizar o comando da própria cabeça, sempre erguida, sobre suas ações e, sobretudo, sobre a deliberação de beber. A presença de uma mulher ao seu lado, *essa peste*, como ele diz, é recorrente da afirmação da sua masculinidade, da sua macheza, longe da mulher que ficou em Minas e que nem sabe o que acontece, senão xingaria e, na verdade, ele afirma que não quer discussão.

Outro peão, enfrenta o mesmo problema. Sua situação, porém, parece mais crítica, pois, depois de longa trajetória, passando por grandes centros, em trabalhos diversificados e

qualificados, declara abertamente que deixou a família, mulher e quatro filhos, por causa da bebida:

Presidente Prudente é São Paulo, é perto de Alvares Machado. ... Eu trabalhava em lavoura, mexia com gado, até igual né, esse rapaz que trabalhou comigo no Saldanha, trabalhou 2 ano no Saldanha, pergunta pra ele ... O' eu vim pra cá fiquei 8 anos aqui ... 8 anos; depois disso aí fui pra São Paulo, no dia que morreu Mamonas Assassinas. É, na Capital, em 96, em 97 eu voltei pra cá.... Porque emprego lá, é o seguinte, emprego lá é fraco ... São Paulo, na Capital, porque de 40 anos, 45 anos, eles num pega mais e eu voltei trabalhei também em carvoaria de onde eu venho vindo, pagou ontem, certinho, deu 150 real, tá o cheque aí, tudo bem, paga cheque ... Parado, vou ver s'eu arrumo um patrão, um fazendeiro aí, qu'eu mexo com ordenha, mecânica, trator, tudo eu faço. ... E você tinha família lá em Prudente? Em Prudente tinha, minha mulher, larguei. Quatro filhos... deixei. ... até tem um, sei lá, um divórcio comigo. ...pra voltar pra São Paulo, eu tenho um pessoal morando em São Paulo, Capital tem meu pai, minha casa lá... Porque tirando no forno lá, 2 fornos por dia, é 8 real que sai por dia, 8 real, sai uma média de uns duzentos e pouco por mês. ... Eu já vim ontem pra cá, dando um tempo de carvoaria ... Há oito anos atrás, qu'eu fiquei aqui, eu tava em Cuiabá, eu tava em Cuiabá mexendo com negócio de planta, com Engenharia, tava em Cuiabá. ... Eu trabalhei na Holambra, Isso, trabalhei, que mais, outra de cá, no Vale do Paranapanema também, eu já trabalhei de... em Campinas, eu trabalhei na PUC. ... Bebida, demais, porque eu larguei da mulher, por causa disso, dando conselho, conselho, e achando que ... vai viver a sua vida, deixa a minha! (Antenor, 40 anos).

Em 1997, Antenor ainda ressalta que o mercado de trabalho em São Paulo é fraco. Sua fala atualiza os dados já analisados no capítulo anterior sobre o movimento de refluxo da mão-de-obra que em décadas anteriores demandava grandes centros e que hoje volta em busca de novas frentes de trabalho, sujeitando-se a condições como as que oferece o circuito da peonagem, nas carvoarias, em trabalho por empreita, numa relação precária, mas que diante da escassez do mercado acaba se tornando uma opção vantajosa, como todos fazem questão de dizer.

Antônio é um peão que veio do Paraná e, embora naquele momento acompanhe outros peões que estão próximos da *pedra*, tem uma história que o diferencia deles, sua profissão de músico e alguma propriedade, tanto a que diz ter deixado para o filho, quanto a motosserra que lhe permite um ganho melhor:

Lá no Paraná, nós éramos, afinal de conta, eu era músico né, mais aqui pra cá eu vim cortar eucalipto né, aí, eu abandonei a música, tudo, o meu irmão fica tocando no conjunto lá ... num tentei porque eu num tem mais amigo aqui, num tenho amigo aqui, de confiança né. Profissionalmente não dá, no Paraná eu abandonei lá pro meu irmão.... Eu era casado. ... eu desquitei lá e vim embora. ... Eu tenho 3 filhos, inclusive é o seguinte: eu tenho um filho, que ele nasceu em 77, quer dizer, ele tá com, vai fazer 20 anos, e ele tá fazendo já a faculdade, já também, então eu tem uma chácara lá arrendada e o arrendamento da chácara é tudo pra ele, ele é que recebe o arrendamento da minha chácara e eu tô trabalhando de peão aqui igual os outros. ... É de eucalipto, é um serviço assim, que enquanto eu quiser ficar lá, eu posso fica né. ... eu saí la da Garimpo e vim pra Itapeva agora. Só com corte, só mexo com serra, motosserra. Eu tô gostando daqui, porque é o seguinte, lá no Paraná, o ordenado lá é muito fraquim e aqui, com uma serra, tira uma base de uns 600, 700 contos por mês, com a minha

serra... Eu soube lá, lá no Paraná é o seguinte: lá no Paraná sempre traz essa notícia no jornal, na televisão, né, passa a carvoaria e tal, corte de eucalipto, então a gente, eu pensando lá em ter um, sabe, todo homem tem que ter aquilo gravado na cabeça, pô lá eu posso até sair né então eu pensava, pô lá em Rio Pardo, Água Clara, talvez eu possa sair com ... aí eu vim pra, peguei e vim, parti pra Campo Grande, cheguei em Campo Grande, aí eu vim pra cá, mais isso eu trouxe da minha cabeça lá, aí eu cheguei aqui, comprei uma serra e fui cortar com serra, aí eu que trouxe, aí eu larguei um conjunto, eu era músico, larguei o conjunto pro meu irmão, pra vim, porque eu abandonei tudo, eu num quis mais entendeu? o ordenado meu aqui, é muito melhor do que no Paraná, se eu ficasse no Paraná, lá eu iria ganhar o quê, 250 real, por aí, aqui tiro 500, 600, limpo né, só meu. ... Onde eu vivo, não o patrão qu'eu tenho aqui é bom, o patrão é bom, e ele, s'eu pedir pra ele hoje, quer dizer, se ele chegar aqui hoje e eu pra ele, digo: ô Divino, eu preciso dum dinheiro. Ele fala: Quanto? 100 real, 200... Ele me, te arruma, ele sabe que, bom qu'eu tenho de haver dele também, né (Antônio, aproximadamente 40 anos).

A vinda para a região atende à necessidade de se afastar da família após um desquite, mas, principalmente, ao sonho de encontrar o Eldorado personificado por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constituídos como duas fronteiras em expansão e, ainda naquele momento, em condições de acolher contingente significativo de mão-de-obra, notadamente não-qualificada para atividades urbanas de tecnologia mais avançada.

O que ressalta, entretanto, das falas dos três peões é a conexão alcoolismo—fuga do espaço original—busca de novas frentes de trabalho. Como os peões encontrados na pensão ou a perambular pelas ruas de Três Lagoas, ou mesmo pelas ruas de Ribas do Rio Pardo, esses peões estão bêbados e muitos, a maioria, talvez, falam dos prejuízos que a bebida causou.

Alguns até dizem querer deixar de beber, principalmente quando se põem a sonhar com um futuro melhor, com a reconstrução da vida, com melhores condições de trabalho, tempo que parece cada vez mais distante quando se os contempla *na pedra*, bêbados, quase mendigos, sujeitos a toda sorte de violência, não fora apenas a violência do aviltamento produzido pelas condições a que se submetem, seja no tempo de trabalho, seja no tempo de lazer.

E aqui se fala do tempo de lazer porque o álcool está, de fato, incorporado ao lazer dos peões, como já se viu pelas várias falas transcritas, adentrando, inclusive, o espaço do trabalho, após a jornada cotidiana. Parece haver nesse caso uma diferença em relação à representação que os peões fazem do álcool e a representação estudada por Ana Cristina Arantes Nasser, entre os albergados da cidade de São Paulo, a quem a autora chama excluídos, grande parte deles migrantes e desempregados, muitos já definitivamente fora do mercado de trabalho, exercendo eventualmente apenas um ou outro *bico*. Diz a autora:

...ponto bastante importante a se considerar reside na resistência apresentada pelos pesquisados em admitir seu histórico de alcoolismo, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, empenhavam-se em declarar a superação do vício, no momento atual. Assim, era comum ouvi-los dizer que bebiam "socialmente"(antes de tornarem-se inegavelmente alcoólatras), da mesma forma que costumavam afirmar que, no momento atual, tinham a bebida "sob controle", só fazendo uso dela quando e na quantidade que o quisessem (1996:160).

Também os peões, muitos deles, mesmo já estando na condição de alcoólatras, afirmam terem a bebida "sob controle", como se observou no caso de Severino, por exemplo, que quando entrevistado dizia que bebiam muito na cidade, mas depois, no trabalho, tal não ocorria, embora depois reconhecesse que deixou profissão, família, vida estável por causa da bebida, declarando claramente que era alcoólatra. É muito provável que ocorra entre os peões uma naturalização da bebida, uma incorporação dela à sua vida, o que possibilita a eles falar dela com tranquilidade, mesmo reconhecendo que muitas vezes ela atrapalha, provoca separações, afastamento da família, brigas e outras mazelas. Não é apenas o peão que está *na*

pedra que bebe; todos bebem, como já se observou ao longo dos diálogos transcritos. O álcool tornou-se um dado relevante desde o início da pesquisa, apontado pelos empreiteiros como parte da vida dos peões. Ainda em 1992, um entrevistado referia-se ao hábito da bebida da seguinte forma:

Seu Tadeu, dentro do meu barraco, quando eu tocava, nunca vendi uma bebida. E a primeira experiência de um empreiteiro é essa. Nunca vendi uma bebida. Eu, tem empreiteiro aí, ó, conhecido meu aí, que sempre teima nisso. Falo não, chego, vamos supor, vou ajustar o senhor, seu Tadeu, o senhor vai fazer, vai fazer roçado, qualquer empreita. Por exemplo, o fumo de corda que o senhor fumar eu dou e o fósforo, o sabonete e a pasta. O sabão que o senhor lavar uma peça de roupa também o senhor tem. Só que tem uma coisa: meu preço é este. E a pinga, o dia que tiver nós tomamos; o dia que num tiver não me reclama. Tendo, nós bebemos; não tendo, não. Agora, tem uma coisa: eu não vou beber lá junto com eles também, né? Quer dizer, lá eu deixo um dinheiro, uma coisa ou outra, né? Mas, nunca vendi um litro de pinga e nem uma garrafa de pinga, graças a Deus. Nunca toquei um serviço onde um peão discutiu com outro, tá? brigou com outro, tá? Matou o outro. Isso nunca aconteceu no meu barraco. ... Mas olha, escuta: o senhor quer ver, seu Tadeu? mas não tá na vista esse negócio: o senhor compra um litro de pinga hoje, o senhor fala: hoje eu comprei, tenho pinga comprada lá. Prá mim beber, né? Porque sou empregado. Eu bebo seis litros de pinga por semana; deis litros, né? Eu sou empregado, tomo conta. Como diz o outro, só exemplo: faça o que mandar, por exemplo; sou um cara reservado, quer dizer, nem todos sabem, nem todos me conhecem, sabe como é, né? O senhor quer ver? 1 litro de pinga tá 2 contos e quinhentos. O senhor compra, por exemplo, compra por atacado, 2 conto e duzentos, né? Ele vai, vende, igual a muitos que eu conheço, vende uma dose de pinga a 500 cruzeiros, quer dizer que ele

quer pagar o suor da pessoa com a pinga! Isso aí não vale. O nosso Cristo conhece isso aí, né? Que nós não é trouxa, né? ... Pois é, a senhora sabe; é como eu falei; é o negócio da bebida e a fracação das idéias (Paulo, 48 anos, ex-empreiteiro, à época empregado em fazenda, tomador de conta, como ele diz).¹²

Embora afirmando os problemas que a bebida traz, o empreiteiro relata situações em que contrata peão bêbado, mostrando também que serve pinga para os peões após a jornada de trabalho, o que reitera a afirmativa do álcool como componente da vida do peão, fato já registrado quando falaram os peões encontrados na pensão:

Então eu fui fazer um serviço pra ele, [fala de um fazendeiro] aqui dentro de Três Lagoas, peguei, então ficou dele pegar a caminhonete e os homens. Pegamos dois homens, pusemos igual dentro de uma caixa de fósforo e pusemos dentro da caminhonete. Ele falou: Paulo, esses homens não vão dar problema? Não vão morrer na estrada? Falei: não; esse é o jeito deles. Chegamos lá, ele ajudou a pegar, né? Tiramos, pusemos e coisa e tal, né? E eu trabalhando lá pra ele de empreiteiro. O homem melhorou no outro dia, foram trabalhar e aí ele passou no outro, começamos os dois andando, mas ele falou: Paulo, mas isso aí eu acho que é um inferno! Falei: não, porque esses homens eu conheço eles e, outra coisa, aonde eles tiverem caídos eu chego, né? O que que é isso! Ontem eles tavam na bebida, mas hoje eles tão trabalhando ... Aí por exemplo ele melhora; quando é amanhã ou depois ele tá bom, faz a escolha, aí ele pede perdão; já aconteceu: bom, você me perdoa, falei, mas não é assim, companheiro. Bebe um pouquinho, vendo que não dá, chega, para. Pra você ver, aqui eu não

¹² Essa entrevista foi feita na pensão da Dona Zuca, em Três Lagoas, em 1992. Foi a dona da pensão quem indicou o entrevistado, um sobrinho seu, que se achava no local, bebendo. Foi a primeira entrevista realizada com um empreiteiro e dela participou José Tadeu Cordeiro.

vendo bebida; bebida é pra vocês mesmo; agora, se vocês pegam o resto de bebida e bebem tudo num dia, problema doceis, que vão ficar dez dias sem beber também. Porque tudo isso aí, ó, é psicologia, é tudo certo.

As observações acima são reafirmadas por outro empreiteiro, Aristides, citado pelos peões entrevistados na pensão, após haver suprimido a venda de pinga no ambiente de trabalho. Procurado para uma entrevista revelou-se profundo conhecedor dos peões, com os quais lida há muitos anos, que qualifica como pessoas honestas, homens trabalhadores, mas inquietos, sempre andando de um lado para outro. Ao narrar sua história diz de um momento de sua vida em que foi dependente do álcool, do qual se libertou por consideração e compromisso com a família, a mulher e as filhas. Falando dos peões, salientou que a maioria deles não vive sem a pinga:

É a natureza deles, por causa que eu trabalho co'esse tipo de gente há muito tempo nessa fazenda. Se a senhora deixar um dinheiro amontoado lá, pode ser a quantia de dinheiro que for, a senhora chega tá do mesmo jeito, pode deixar carne, se a senhora deixar roupa, eles num passam a mão em nada, mas se deixar uma pinga no jeito, eles vão lá, pegam aquela pinga e bebem até quando deixar, cai pro chão, num controla. ... porque a gente leva pra fazenda e quando chega lá, só dá pinga à tarde, na hora deles tomarem banho, num deixa eles beberem ... quando eles querem beber muito, lá na fazenda, aí nós pagamos eles, qualquer dia, num tem dia 5, nem dia 10, acertamos com eles qualquer dia, a hora que eles quiserem, aí eles vêm pra cidade. 3 ou 4 dias numa turma que a gente já conhece, já sabe que trabalha, mas cada 30 dias, 40, aí já dá uma vontade de tomar pinga, aí a gente traz eles pra cidade eles bebem à vontade, 3, 4 dias e depois a gente leva eles. Quando leva eles, eles tão doentes, aí tem que ficar com eles no barraco, no alojamento, 2 ou 3 dias, aí eles vão parar, nos dois

dia num bebe, num trabalha e nem come ... Eles falam que é uma tal de ressaca, eles ficam doente por causa da bebida, num comem, e eles num comem, aqui na cidade só bebem, então num conseguem, parece que tem um verme, num sei que que é. Eles num conseguem ficar sem a bebida, eles num controlam (...) desde 65 meu serviço é esse, eu só mexo com isso. ...aquele tempo era melhor, ainda não tinha tanta pinga né. Essa pinga tá brava pra mim, fazer o quê, de uns 15 anos pra cá essa pinga entrou e tomou conta. ... Eu num sei, os caras foram bebendo né? foram ficando na vontade de beber... (Aristides, 56 anos) ¹³.

Outro empreiteiro, que trabalhou com carvoaria numa fazenda, fazendo desmatamento para implantação de pastagem e que tinha, entre a maioria dos contratados, famílias vindas de Minas, dizia:

Era proibido entrar bebida, nem o fazendeiro deixava, não gostava de maneira alguma, o administrador era muito caxias com o resultado da bebida e a gente também não deixava de jeito nenhum. Mas, não tinha como evitar, entrava. Eles conseguiam sair escondido, buscavam. Sempre tinha pinga no alojamento, não tinha jeito nas casas. Não tem como você evitar, você não vai entrar dentro das casas e revistar. A gente sabia que de vez em quando tinha um bêbado dando problema lá. Mas sempre tinha pinga, não tinha jeito (Jair, 58 anos, já citado no capítulo anterior).

Há na fala de todos os entrevistados, peões, empreiteiros, donos de pensão, donos de bares, escritvões de polícia, enfim, todos os que falaram sobre os peões-do-trecho, um unísono em torno da presença do álcool. Alguns empreiteiros, conhecedores dos prejuízos daí

¹³ Essa entrevista foi feita em 25 de março de 1997, em Três Lagoas, na casa do próprio entrevistado. Também estavam presentes Elza, sua esposa, e Sebastião, outro empreiteiro, que reiterou sua fala e também falou da sua experiência com os peões.

advindos, proibiram sua circulação na área de trabalho, como Aristides, Jair e Batista¹⁴, que veio de Minas para trabalhar com carvoaria. Como deixaram claro, entretanto, há um limite para essa proibição, o limite estabelecido pelo peão, que conforme o grau de dependência prefere perder o emprego a ficar privado da possibilidade de beber. Daí a dimensão tomada pela bebida quando se traça o perfil do peão, sempre entrevistado na cidade.

Foi em Água Clara, numa Casa de Recuperação mantida por uma igreja evangélica, a Assembléia de Deus, Convenção de Mato Grosso, que primeiro se levantaram alguns eventuais caminhos para o alcoolismo entre os peões.¹⁵ O casal que dirige a Casa de Recuperação, e o pastor da igreja levantam inicialmente problemas espirituais como causa, na forma explicitada pela mulher:

Na experiência da gente, nós três temos experiência, o problema principal é espiritual, entendeu? É uma coisa que a própria pessoa se deixa dominar tanto por aquilo, porque muitas vezes, porque um problema o atingiu, algo aconteceu com ele, então ele se jogou nessa situação. E já vem o problema espiritual em cima disso, é onde a pessoa fica nessa situação, ela não tem força de se dominar... (Senhora, com aproximadamente 35 anos).

A seguir, entretanto, o pastor, fazendo considerações mais abrangentes, acaba revelando outras circunstâncias que, a seu ver, contribuiriam para que os peões se tornassem

¹⁴ A entrevista com Batista foi feita em Água Clara, com a participação de José Tadeu Cordeiro, em 24 de julho de 1997. Empreiteiro jovem, trabalhava para Mateus, também vindo de Minas, proprietário da Fazenda Garimpo, com sede em Ribas do Rio Pardo, à época uma das maiores áreas de carvoaria da região.

¹⁵ Foi Irmã Antônia Brioschi, religiosa católica, da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, que, agilizando os primeiros contatos em Água Clara, falou da existência da Casa de Recuperação. Posteriormente, em entrevistas, também um peão e a dona de uma lanchonete fizeram referências ao trabalho ali desenvolvido, daí termos julgado importante um contato mais próximo com a instituição. Fomos recebidos (José Tadeu Cordeiro participou da entrevista) em 25 de julho de 1997, pelo pastor da Igreja e por um casal que dirigia a casa, um local improvisado em imóvel da Prefeitura local, uma construção tosca, um barracão adaptado às novas funções, como explicaram os entrevistados que há apenas sete meses haviam iniciado o trabalho. Dado o grave problema enfrentado pela comunidade local, a Prefeitura já havia doado uma área localizada a três quilômetros da cidade, onde já se faziam os primeiros trabalhos com peões já em processo de desintoxicação e onde futuramente seria construído um pavilhão que abrigaria a instituição.

alcoólatras ou drogados:

*Eles procuram a Casa de Recuperação voluntariamente e o problema é sempre esse que a gente vê por aí, a falta do dinheiro, às vezes muitos deles saem de casa pra buscar o recurso e não encontra o ideal, às vezes algum sai mesmo por causa de bebida alcoólica, né? igual eu tenho jovem aí que é filho de criação, não combinou com os pais e está aqui, então é mais ou menos isso que acontece. ... No âmbito social, falando também, é aquilo que ele começou a dizer: problemas, problemas conjugais, a maioria deles tem problemas conjugais. Então nós já tratamos casos aqui, por exemplo, de um senhor que trabalhou vários anos na Caixa Econômica em São Paulo, no Banco Itau, é um técnico, e no entanto ele estava **aí na pedra**, freqüentou as carvoarias e tava **aí na pedra**, um homem talentoso tremendamente, e estava decepcionado da vida, porque teve problema conjugal e com ... já viu passar advogado aqui mendigando, tudo por problemas familiares, problemas de família, a maioria tem problema conjugal e fica na cachaça. ... Em regra geral, às vezes, nem sempre pela traição, às vezes também já foi intriga, desentendimento, a pessoa se torna tão, não aceita a situação e chega a ponto de sair de casa; outros também por problemas econômicos, como nós temos visto pessoas que fracassaram na vida material e também se entregaram a uma derrota total. E a bebida, eles têm mais como uma anestesia pra amenizar a dor, então através da bebida, ela desabafa e se sente um pouquinho melhor se embriagando. ... Pelo menos naquele momento. (Pastor da Assembléia de Deus, Água Clara, aproximadamente 50 anos).*

Os dirigentes da Casa de Recuperação apontam problemas espirituais, financeiros e, principalmente, familiares, como fatores que levaram, aqueles com quem lidam, ao alcoolismo. Em nenhum momento, porém salientam o papel desempenhado pela bebida em momentos de lazer. Na sua perspectiva, são os problemas de diversas naturezas que levam à

bebida e têm como decorrência a desestruturação da vida familiar e do próprio indivíduo, fato já antecipado por Paulo, um ex-empregado citado anteriormente, que assim se expressa:

Pra quem tem família é aquele caso que eu repito pra vocês. O cara por exemplo, ao invés dele tomar o álcool, o álcool toma ele. Quer dizer: ele estraga o sexo; hoje ele junta com uma mulher, amanhã com outra. Hoje ele larga de uma, amanhã tá com outra, por exemplo, por deixar fio daqui, outro dali, ele vai ficando desesperado, ele vai ficando desorientado, porque filho é filho, o cara desorienta, né? A coisa é simples.

Não se fez, nem se pretendeu, no decorrer da pesquisa, uma investigação sobre essa questão, embora em várias entrevistas ela tivesse aflorado em algumas falas, como as dos peões na pensão em Três Lagoas, as dos peões entrevistados no Bar do Seu Raimundo em Água Clara e, sobretudo na de Nilzete, uma mulher que vivia como mendiga na companhia de um peão, também um provável alcoólatra, pelas ruas de Três Lagoas:

... esse homem chegou ali moça, sentou naquela banca e haja pinga, haja pinga e eu embalei, num vou mentir pra senhora, embalei mesmo, porque pra viver numa desgraça de uma vida dessa, tem que tomar pinga mesmo, é a mesma coisa pra agüentar uma desgraça dessa aqui, tem que tomar pinga porque se não tomar, não se vive não, pra agüentar uma coisa dessa aí, tem que tomar muita pinga daí né, foi que esse aí apareceu, eu vi conversando parecendo que era uma pessoa, gente, eu falei assim: Senhor eu tava cum uma fome, uma fome, aí eu falei: Senhor eu posso ir lá na sua casa fazer o almoço? Aí eu já como um pouquinho, né, ele deixou que eu fosse, eu fui junto, chegou lá eu tomei banho, eu fiz o almoço, foi até uma macarronada e daí pronto, eu tô aqui até hoje, senhora, eu jogada aqui, pra mim acabou (Nilzete, 39 anos).

Enfatiza-se nesse momento a fala de uma mulher porque foi ela quem falou com clareza sobre o assunto, declarando-se alcoólatra e fazendo considerações sobre uma trajetória de vida que muitas vezes, quase fatalmente, leva ao alcoolismo e porque muitas vezes a mulher participa das rodas de cachaça, em bares e em locais de prostituição. Sua fala é reiterada pela do companheiro que a acolheu e com quem vive, *nessa agonia a gente não vive sem beber...*, que confirma sua condição de alcoólatra e diz como a encontrou:

... eu encontrei ela caída ali, ela tá na minha companhia, eu num vou dizer, eu num minto, a verdade tem que ser realista, tava bêbada, nessa agonia a gente não vive sem beber, ela tava ali, num minto não, ela tava sem nada, uma sacolinha de roupa aqui, tem um boteco aqui, um bar ali, tem um outro ali... (Célio, 31 anos)¹⁶

Embora vivendo naquele momento na condição de mendigo, Célio apresenta um discurso que se apoia na doença da companheira para justificar sua permanência longe do trabalho, afirmando que não pode deixá-la como está, sozinha, sem um lugar para morar, uma vez que não consegue trabalho em local em que possa levá-la junto. Não se coloca como alcoólatra, mas percebe-se na sua fala o seu uso constante e a sua vida errante, muito semelhante à dos peões encontrados *na pedra*, em Ribas ou Água Clara. Na verdade, ele está efetivamente *na pedra*, pois, sem trabalho, sem onde morar, sem condições de se alojar em uma pensão, vaga de lá para cá junto da companheira ou de outros companheiros na mesma

¹⁶ As entrevistas com Célio e Nilzete foram feitas na Praça da Bandeira, em Três Lagoas, em 9 e 10 de julho de 1997. Essa praça, nas imediações da estação ferroviária, tornou-se um dos pontos de concentração de peões nessa condição. Muitas vezes, àquela época, alguns deles dormiam em vagões estacionados no pátio da estação até que a ferrovia os tirasse de lá. À chegada de um novo vagão disponível, faziam dele o seu novo abrigo para dormir. Participaram das entrevistas, no primeiro dia, um outro casal e, no segundo dia, um grupo de peões. Como José Tadeu também estava entrevistando, no segundo dia Nilzete quis conversar apenas comigo, pois queria desabafar, e falou longamente da sua vida e da sua trajetória de desenraizamento, lutas e sofrimento até chegar ao alcoolismo. Seu organismo, em parte consumido pelo álcool, estava muito debilitado, com graves problemas de visão em decorrência de glaucoma, agravado, segundo disse, por um período de trabalho em carvoaria, em Água Clara.

situação, parados na praça, sentados nas muretas da estação ferroviária, pedindo algum dinheiro para comer, na verdade, muitas vezes, para tomar uma pinga. Trabalhadores tornados mendigos, até que algo novo se lhes apresente: uma nova chance de trabalho, ou a morte ao fim dessa escalada de degradação, como aconteceu com a própria Nilzete, algum tempo depois¹⁷.

Ao longo da pesquisa não se fez uma investigação dirigida para os motivos que levam o peão a beber. Procurou-se apenas registrar a presença do álcool e verificar se havia uma vinculação entre o álcool e a violência que o vitima ou torna réu. Há dois aspectos a serem considerados em relação ao alcoolismo vigente entre os peões-do-trecho. Um primeiro revela a conexão entre álcool e lazer, como ficou muito claro nos inúmeros depoimentos de peões e não-peões. Sobre essa associação, o trabalho de Nasser (1996), com os albergados da cidade de São Paulo, é muito revelador e possibilita a compreensão do lazer como um momento de ruptura com o espaço do trabalho e, para os que têm família, com o espaço da casa. Nesse sentido, como acontece com o peão ao vir para a cidade, o bar é o ponto de referência: no início como local de passagem, depois tornando-se um espaço de permanência crescente, à medida que torna-se um elo significativo na teia de relações sociais que aí se constroem, ou mesmo, para o peão-do-trecho, um ponto de parada, quando, sem um abrigo, se deixa ficar *na pedra*, sempre nas suas imediações.

Após o trabalho, no seu dia-a-dia, é bebendo que ele relaxa, começa o seu descanso. Quando, ao fim de uma jornada mais longa, numa fazenda ou numa carvoaria, ao chegar à cidade, é o bar, as mulheres e, principalmente, a bebida que o peão procura. E o peão bebe,

¹⁷ A notícia da morte de Nilzete foi dada por seu companheiro algum tempo depois, em encontro casual com Tadeu. Não se conseguiu, entretanto, reencontrar Célio para saber como seria sua trajetória dali para frente.

bebe muito, até cair, grande parte das vezes. A bebida está sempre presente, na desgraça ou na celebração, componente efetivo da sua vida tornado uma ameaça e mesmo uma forma de destruição, trazendo a degradação física e moral e, muitas vezes, a morte, seja por doença, seja de uma forma mais violenta ainda, quando desemboca no homicídio.

Mas há um outro aspecto a ser considerado e vale recorrer ao conceito de nó (Saffioti, 1999; Moraes Silva, 1999) para se perceber com clareza até que ponto a construção da subjetividade do peão está marcada pela relação de dominação assentada no tripé classe, raça/etnia e gênero. E aqui se salienta uma subjetividade que além de marcada pela tensão decorrente de sua posição de classe/etnia, tem que se afirmar pela exaltação da masculinidade¹⁸, em que o álcool funciona, à primeira vista como um fator estimulante da valentia tão festejada e tão necessária no meio adverso em que vivem.

Embora considerando-se os efeitos deletérios do álcool, não se trata de tomá-lo como elemento vitimizador pura e simplesmente. Da mesma forma que se considera a construção da subjetividade do peão na sua complexidade/historicidade, há que considerar-se o álcool e todas as suas conseqüências como um componente importante na sua definição. Presente como elemento de prazer, como componente/reforço da sua subjetividade, é também fonte de violência e destruição para o peão: ao mesmo tempo que possibilita o sonho de realização e de poder, vai minando-o, debilitando-o até reduzi-lo à condição de supérfluo ou criminoso, personagem de inquiridos policiais, como se mostrará no capítulo seguinte.

*Dentre as coragens
apenas em uma se arrisca:
a de nada esperar!* - Flora Thomé

¹⁸ Sobre alcoolismo e masculinidade constitui referência o estudo de Maria Izilda Santos de Matos (2000), que trabalha a questão de gênero de uma perspectiva histórica e relacional, inserida dentro de um processo de construção de subjetividades múltiplas, buscando superar a dicotomia "vitimização"x"onipotência", geralmente presente em estudos dessa natureza.



Foto 8: Ribas do Rio Pardo - frente do Bar de Dona Iracema



Foto 9: Ribas do Rio Pardo - o peão e a mulher no Bar de Dona Iracema



Foto 10: Ribas do Rio Pardo - peão frente ao Bar de Dona Iracema



Foto 11: *Peões na pedra* frente ao Bar de Dona Iracema, junto aos trilhos da ferrovia



Foto 12: Água Clara peão junto ao Bar do Seu Raimundo



Foto 13: Água Clara peões no Bar do Seu Raimundo

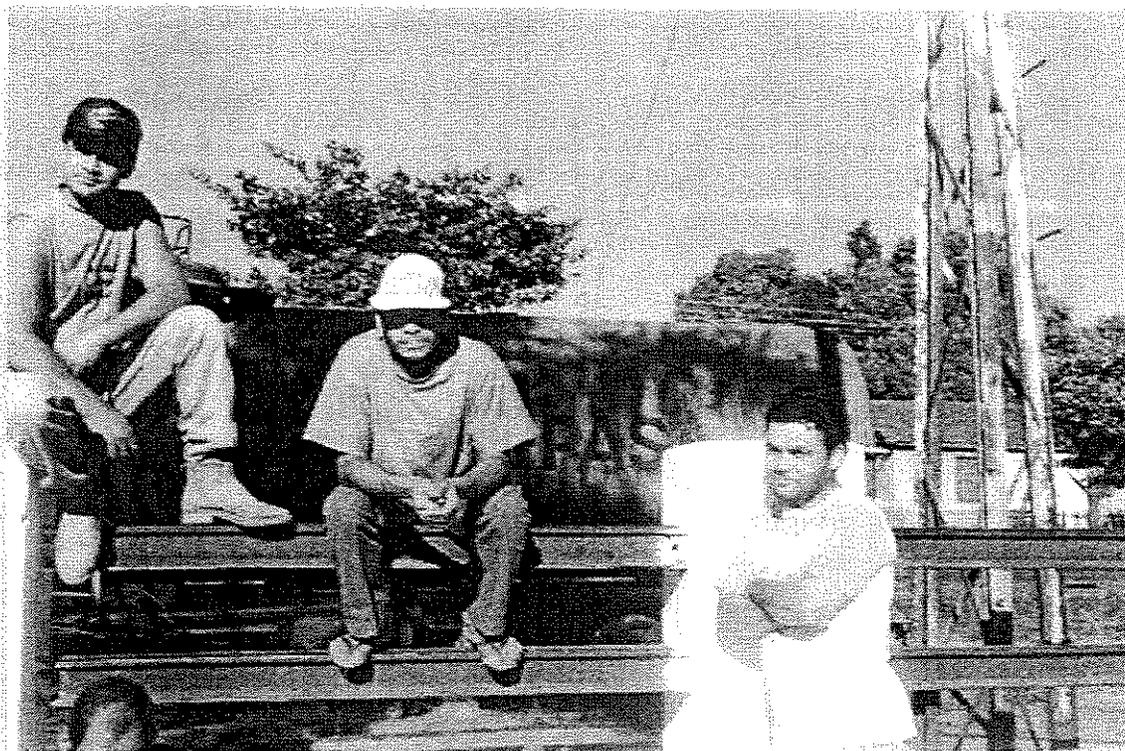


Foto 14: Três Lagoas - peões à frente da estação ferroviária

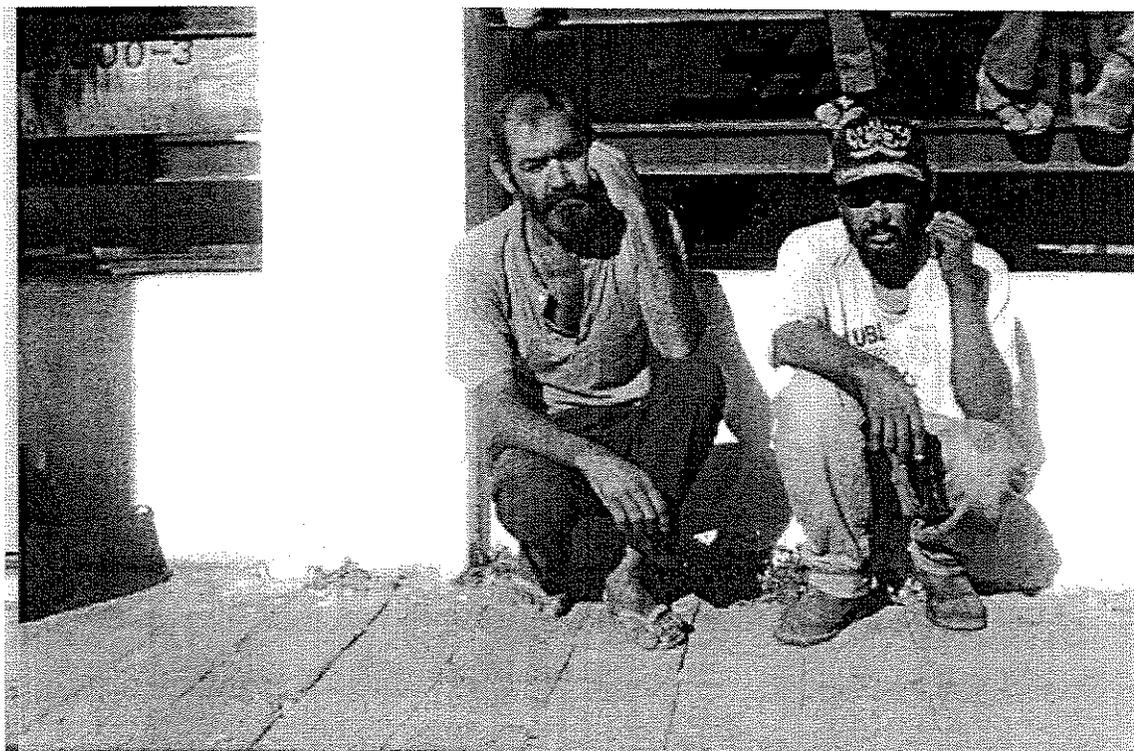


Foto 15: Três Lagoas - peões à frente da estação ferroviária

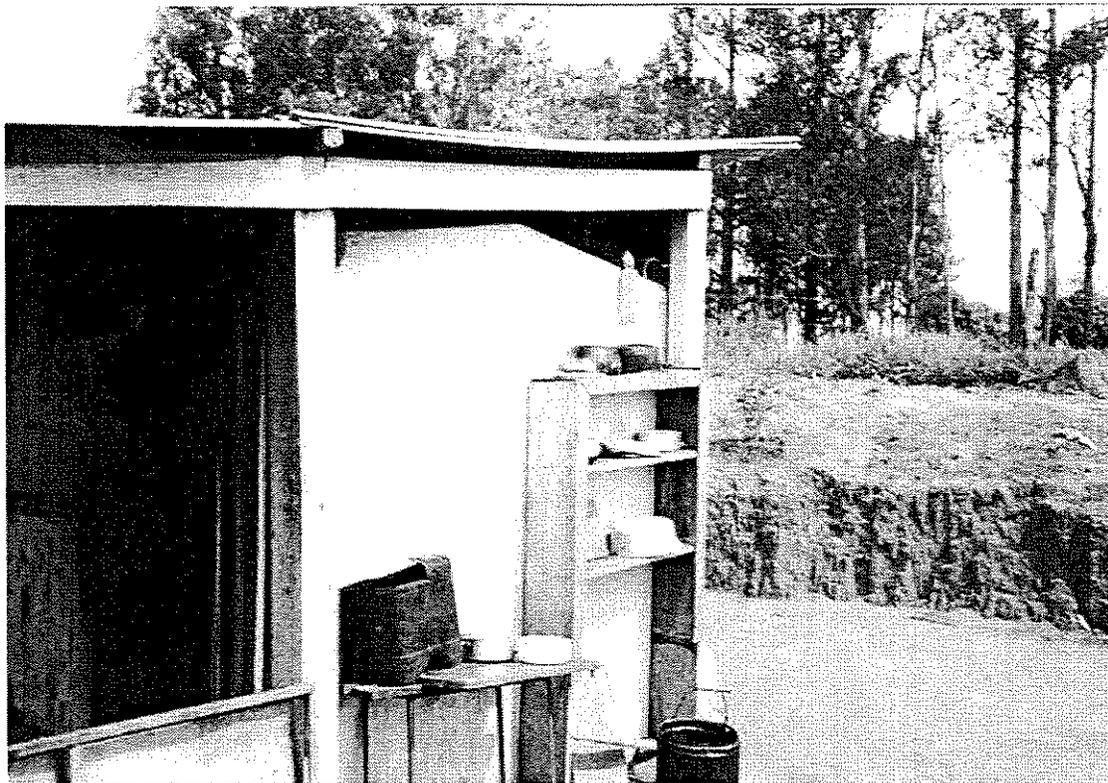


Foto 16: Ribas do Rio Pardo - dispensa do peão em barraco na cidade



Foto 17: Ribas do Rio Pardo - cozinha do peão

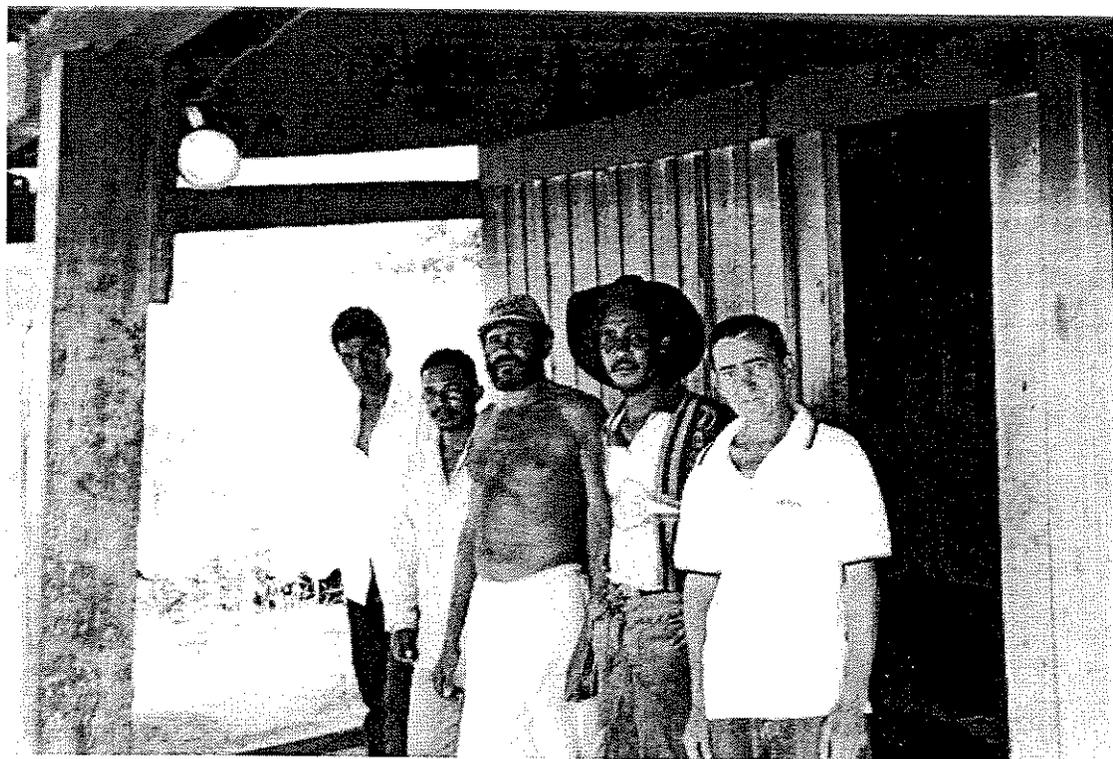


Foto 18: Barraco construído por peões em Ribas, às margens do Rio Pardo

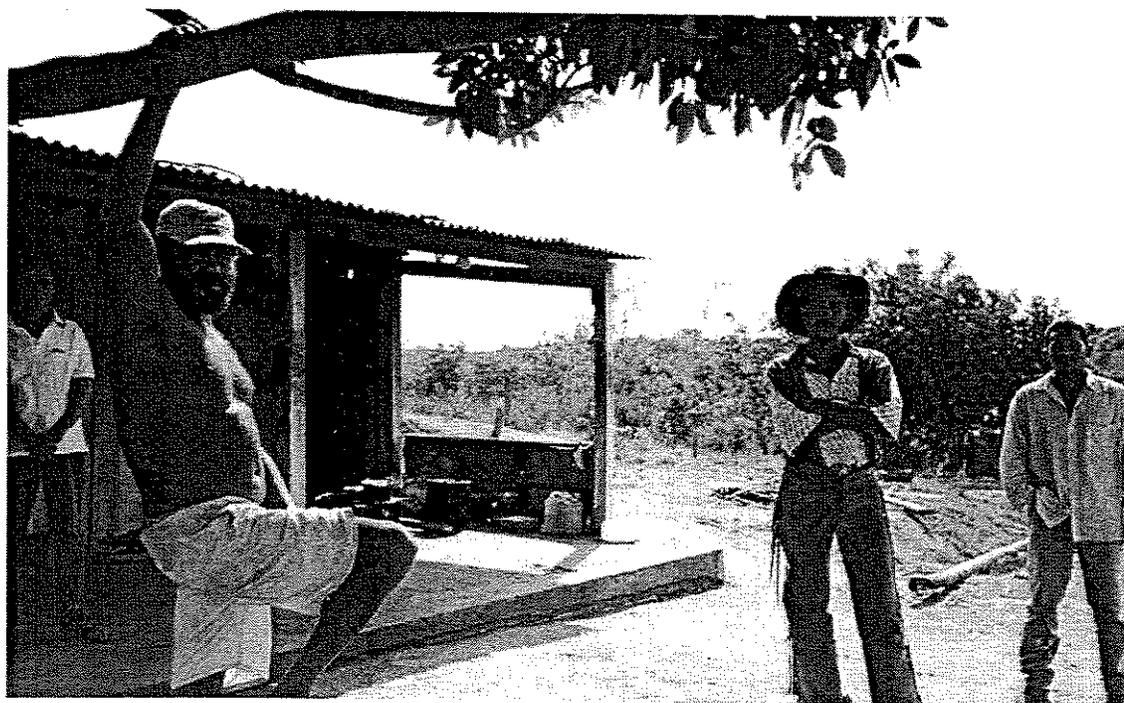


Foto 19: Ribas do Rio Pardo - peões à frente do barraco

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA E CRIME NA PEONAGEM

Ah, para não se ter medo é que se vai à raiva.

Guimarães Rosa
Grande sertão, veredas.

A violência muitas vezes descrita em entrevistas, quase sempre como um relato frio de um peão que conta a morte de um companheiro como um fato normal ou habitual, ou mesmo aquela violência estudada nos bancos universitários, objeto dos códigos e leis, somente ganha significação real quando toma forma e se mostra explícita e assustadoramente cruel em cada vítima. A morte escancarada, que traz inicialmente inconformidade por sua estupidez, também se revela capaz de fazer cessar, ao menos para aquela vítima, todo sofrimento de uma vida errante por caminhos de desventuras.

Graziela Gonçalves Silva
A violência denunciada: análise de processos criminais envolvendo peões-do-trecho nas Comarcas de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo-MS.

VIOLÊNCIA, CRIME E MORTE: AS FACES DA VIOLÊNCIA NA PEONAGEM

Partindo da distinção feita por Michaud (1989) entre *ato* e *estado* de violência, como já analisado no primeiro capítulo, pode-se afirmar que a história da peonagem em Mato Grosso do Sul revelou, junto aos *atos* de violência, claramente perceptíveis, um *estado* de violência, próprio da dominação, que se consolidou historicamente: violência contra os índios, expropriados de suas terras e posteriormente sujeitos ao trabalho *compulsório*, ou até escravizados, violência contra os trabalhadores e contra a classe pobre de um modo geral, violência consolidada em duas articulações: classe, raça/etnia e gênero, e violência social, econômica e política, revelando três faces da dominação articuladas como num nó (Saffioti, 1999) que a cada momento manifesta de forma mais nítida uma das suas faces sem, entretanto, comprometer ou anular a presença das outras duas, ambas renovando-se a cada momento histórico.

É no *estado* de violência, inerente ao meio em que vive e trabalha, que se constrói a subjetividade do peão, como também é nesse *estado* que ele vai tornar manifesta toda a violência acumulada ao longo de uma trajetória que, violentando-o, o tornou violento. Sim, porque ao confrontar os processos judiciais e os inquéritos policiais, o que se revelou foi a consumação de atos de violência que, inseridos no cotidiano como decorrentes de um estado de violência (violência do desenraizamento, violência das relações de trabalho, violência das condições de vida), acabaram por transpor a barreira do tolerável para se transformar em crimes que, para aqueles que neles se envolveram, e mesmo para os que de alguma forma participam do circuito da peonagem, revelam o pouco valor a que foi reduzida a vida.

Uma conversa registrada em 1992, quando se entrevistava Dona Zuca, dona de pensão da qual se falou no capítulo anterior, comprova essas afirmações. É importante resgatá-la, em primeiro lugar, porque foi o único momento, ao longo de toda a pesquisa, em que se ouviu de um peão o relato de uma situação de conflito no local de trabalho, o que certamente só ocorreu porque ele não estava sendo entrevistado por pesquisadores fora do seu universo de referência, mas encontrava-se numa situação de emergência, pedindo abrigo à dona da pensão, onde já havia se hospedado recentemente, esta, sim, parte integrante da sua vida. Depois, pela riqueza das informações que ela traz, tanto sobre a vida no barraco, quanto sobre as relações entre eles, e, sobretudo, sobre o estado de violência em que vivem. Um peão apareceu à porta da pensão: meio sujo, cabelos e roupa em desalinho, como se tivesse corrido, fugindo de alguma coisa. Dona Zuca, reconhecendo-o, começou a interrogá-lo sobre a morte de um peão, ocorrida há alguns dias:

(peão) *Posso deixar a minha bolsa aí, dona?*

(Dona Zuca) *Você vai pagar prá deixar?*

(peão) *Eu parei esses dias aqui...a senhora num tá lembrada de mim?*

(Dona Zuca) *Num tô...Você não é aquele que foi com o Gervásio?*

(peão) *Com o seu Nego.*

(Dona Zuca) *Foi com o Nego? Cadê o Nego?*

(peão) *Tá lá...*

(Dona Zuca) *Tá lá aonde? O Nego tá aí desde ontem.*

(peão) *Nós viemos hoje, dona. Desde aquele dia que nós távamos aqui, lembra?*

(Dona Zuca) *Mas faz cinco dias que vocês foram...*

(peão) *Cinco dias? ô louco? Vinte e cinco dias, com o seu Nego. Ainda trabalhei com o irmão dele...*

(Dona Zuca) *Com o Aristides?*

(peão) *É.*

(Dona Zuca) *Eu vi falar que o Chiquinho e os outros fugiram! Que mataram o Cheraí, lá no barraco...*

(peão) *Matou.*

(Dona Zuca) *Matou o Cheraí mesmo, é verdade? quem matou o Cheraí?*

(peão) *Foi o paraguaio. Deu sete facadas no cara. Deu sete facadas no cara; o cara acabou de morrer era umas 4 horas da tarde; aí veio a polícia de Água Clara e levou ele; o que matou ficou escondido e quando foi a tardezinha foi aparecer lá no barraco.*

(Dona Zuca) *Mas, esse paraguaio que matou o Cheraí?*

(peão) *A senhora não lembra do paraguaio, que eles sempre andavam juntos?*

(Dona Zuca) *O Cheraí eu sei, eu conheço ele bem; mas o outro, o paraguaio eu não sei. É um da cabeça branca? Um velhão da cabeça branca?*

(peão) *É da cabeça branca mesmo, da cabeça branca.*

(Dona Zuca) *Aquele da cabeça branca eu dei uns tombos nele aí, ó! Vixe! Do que eu escapei! ... Tão dizendo que o povo fugiu? Por que o povo fugiu? ... Deixa eu falar, depois você fala. Foi por causa de uma pinga; diz que roubaram uma garrafa de pinga e puseram debaixo da cama do Chico, do Chiquinho, e daí um tal de ... como é que chama aquele nojento? Um que eu não gosto dele? é o ... meu Deus do céu, eu sei quem é... ele já matou um lá também...*

(peão) *Barbicha.*

(Dona Zuca) *Barbicha! Barbicha num presta! Barbicha num pisa nem aí, porque eu não deixo.*

(peão) *É o Barbicha.*

(Dona Zuca) *Diz que o Barbicha roubou a pinga e pôs em baixo da cama do Chico. Aí eles falaram que foi o Chico; e o Chico falou que ele não. Aí diz que brigaram com o Chico e fugiram; fugiram 4... 5.*

(peão) *Daí pegaram o Barbicha, pegou o Barbicha, pegou o Chiquinho, pegou aquele baiano que tava aqui, pegou aquele baiano, aquele barbudo, como é o nome dele? ... Aí todo mundo queria pegar; aí ele xingou todo mundo, daí todo mundo foi embora; ninguém tinha nada com isso, foi todo mundo embora; aí o filho dele pegou, pegou aquele, o... pegou o Cuca também; pegou e meteu uma panela na cabeça do Cuca, rachou a cabeça do Cuca; a bagunça começou por causa do filho do Nego; o filho do Nego bebeu demais, ficou bêbado, e foi lá e meteu uma panela na cabeça do Cuca; aí ele ficou, o sangue descendo da cabeça do homem; daí ele juntou a panela, juntou tudo e pegou e virou tudo... naquela noite ninguém jantou; o próprio filho do dono que fez a bagunça; daí por isso que todo mundo se revoltou; bom, todo mundo vai tomar e comer aqui o que tiver; o próprio filho do dono que fez tudo.*

(Dona Zuca) *O Nego.*

(peão) *Primeiro o pau comeu. O filho do Nego, que é sobrinho do Aristides, rachou a cabeça do Cuca.*

(Dona Zuca) *Será que tava querendo matar ele por causa de moça?*

(peão) *Exatamente; por causa disso mesmo. A senhora tá sabendo mais ou menos?*

(Dona Zuca) *Ih! Sei de tudo! Foram prá polícia, já voltaram da polícia; fizeram tudo quanto é exame na mulher; diz que não era moça, era mulher; e o pai da moça quer fazer o filho do*

Nego casar. O Nego falou que mata, mas não, que não, que morre, morre gente, mas não casa.

(peão) *Exatamente; eu não sabia disso não...*

Fica evidente nesse diálogo o quanto a dona da pensão está presente no circuito da peonagem. A forma como se dirige ao peão revela muito da ambigüidade do seu papel em relação a ele: por um lado ela participa efetivamente da trama de dominação que o enreda; ela é autoritária no seu falar, interroga, exerce o seu poder. Por outro, ao estabelecer o diálogo, mesmo mantendo o tom autoritário, ela permite ao peão se aproximar, esboça um gesto de acolhida, uma acolhida seca, nutrida pelas informações trazidas, complementares às que ela já detém e que lhe permitem reafirmar o poder, parte fundante dessa subjetividade que desvela um ser embrutecido, forjado nesse exercício de poder que submete o peão, o mais fraco nessa cadeia de dominação, mas que assim se tornou por força de um poder maior que o submete na sua condição de classe, raça/etnia e gênero: Dona Zuca é pobre, negra e mulher e na construção da sua subjetividade, transmuta-se, encarna o poder, torna-se viril.

A morte do peão não choca. Apresenta-se como um acontecimento banal, decorrência de desavenças ao fim de uma jornada de trabalho, no momento do encontro de todo um grupo de peões. Na narração do peão estão postos os principais elementos desencadeadores de atos de violência encontrados ao longo da análise dos processos criminais e inquéritos policiais: as condições de vida e trabalho — que o oprimem —, o álcool — que aparentemente o liberta —, a necessidade de afirmação da virilidade, na relação entre os pares e na relação com a mulher, — reveladora do sentimento de impotência diante da força da dominação maior que se impõe sobre ele—, que o tornam capaz de praticar atos violentos nos momentos mais inesperados.

A VIOLÊNCIA REVELADA NOS PROCESSOS E INQUÉRITOS POLICIAIS

Réus e vítimas

A busca nos processos e nos inquéritos policiais implicou num contato diferente com o peão e aqueles que circulam no seu meio. Visto, por meio das entrevistas, como um ser aparentemente acomodado, o peão que aparece nos processos e inquéritos policiais é um indivíduo que se revela capaz de reações abruptas por motivos aparentemente fúteis, podendo chegar a assassinatos que podem se caracterizar como atos de crueldade.

O primeiro processo encontrado no Fórum de Três Lagoas ilustra bem essa afirmação:

Processo 021.91.310127-8, 1ª Vara Criminal, Comarca de Três Lagoas

Homicídio Doloso

Autores: C.L., 34 anos, natural de Monte Castelo, SP, sem residência fixa.

W.G.F., 61 anos, natural de Três Lagoas, MS, residente em Três Lagoas, MS.

J.P. da S., 53 anos, natural de Dom Basílio, BA, sem residência fixa.

J.N.T., 46 anos, natural de Três Lagoas, MS, residente em Três Lagoas.

E.R.T., 16 anos, filho de J.N.T., natural de Três Lagoas, residente em Três Lagoas.

O.V. dos S., 43 anos, natural de Garanhuns, PE, sem residência fixa.

S.P. dos S., 45 anos, natural de Minas Novas, MG, sem residência fixa.

J.R. do V., 53 anos, natural de Lucianópolis, SP, sem residência fixa.

J.L.M., 29 anos, natural de Rio do Prado, MG, sem residência fixa.

D.F., 53 anos, natural de Taquaritinga, SP, sem residência fixa.

U.J.R., 37 anos, natural de Londrina, PR, sem residência fixa.

L.A. da S., 29 anos, natural de Rondonópolis, MT, sem residência fixa.

S.M.B., 20 anos, natural de Água Clara, MS, residente em Três Lagoas.

M.D.P., 27 anos, natural de Água Clara, MS, residente em Água Clara.

Vítimas: M.A.T e N.S.

Consta da denúncia encaminhada pela Promotora de Justiça ao Juiz de Direito da Vara

Criminal da Comarca Três Lagoas, em 17 de outubro de 1990, entre outros, o seguinte:

"DO FATO: Consta do auto de Inquérito Policial que no dia 07 de agosto de 1989, em horário não determinado, Na Fazenda Gerbi, neste Município e Comarca, os denunciados (...), juntamente com os menores E.R.T. e R.P.R., utilizando-se de pedaços de pau desferiram

golpes nas vítimas M.A.L. e N. S., produzindo-lhes ferimentos que os levaram à morte, descritos nos autos de exame cadavérico de fls. 08 e 09 respectivamente.

Consta ainda que, no dia anterior, 06 de agosto, as vítimas M. e N., após ingerirem bebidas alcoólicas em companhia de D.C. S., sem motivo aparente, após sevícias e com requintes de crueldade, utilizando-se de pedaços de pau, produziram neste último ferimentos que o levaram à morte, descritos no auto de exame de corpo de delito.

Consta também que, após a descoberta do fato delituoso ocorrido no dia 06, e sabendo serem autores M. e N., os denunciados se revoltaram contra os mesmos e, aproveitando estarem eles à espera da chegada da autoridade policial e amarrados a uma árvore próximo ao local onde se encontrava o corpo de D., resolveram 'fazer justiça com as próprias mãos' e, os tendo amarrado, iniciaram as agressões, terminando, sem que aqueles pudessem se defender, por matá-los no intuito de, por meio cruel, vingar a morte da primeira vítima."

Anexas ao processo estão as declarações dos participantes do crime, todas com relatos coincidentes sobre as razões que o motivaram. Transcreve-se, abaixo, uma delas, colhida na Delegacia do Primeiro Distrito Policial de Três Lagoas, em 8 de agosto de 1989:

"S.P. dos S., vulgo "Mineirinho": QUE, trabalha para o Sr. Joel do Prado, na fazenda da Cerâmica Gerbi, onde realiza o serviço denominado "catação de pau preto"; QUE, na data de ontem quando encontrava-se em seu local de trabalho, no horário de almoço tomou conhecimento de que os peões N. e M. haviam assassinado o colega de trabalho, D.C. dos S. e que o corpo da vítima estava num pasto, perto do Bar do Flor; QUE, então todos os peões, colegas de D., resolveram ir até onde estava o corpo, sendo que ao chegarem ao local e verem o que N. e M. haviam praticado contra o amigo, todos se revoltaram com as barbaridades e resolveram fazer 'Justiça' com as próprias mãos; QUE, naquele momento o declarante perdeu a noção das coisas e, vendo seus demais companheiros partirem para cima de N. e M., também armou-se com um pedaço de pau e participou na pancadaria contra os dois, não sabendo dizer quantos golpes tenha desferido nos mesmos; QUE, o declarante mesmo não aceitando a morte de D., mas caso esta tivesse sido praticada sem as barbaridades que N. e M. o fizeram, talvez aceitasse mais facilmente, sendo certo que o que mais revoltou aos peões foi o fato de terem furado os olhos de D. e lhe enfiado pedaços de pau na boca e na "bunda", vindo isso a descontrolar todos os peões que ali estavam. ...".

A análise desse duplo crime, feita por Graziela Gonçalves Silva, enfatiza o linchamento e as causas que o provocaram:

o crime revela por um lado a afetividade dos peões que, mesmo em um ambiente tão aviltante, em que são massacrados um pouco a cada dia, eles são capazes de exprimir a solidariedade com o colega assassinado e se vingam, objetivando, muito mais que matar ou castigar, impor ao criminoso um suplício (Foucault, 1999), uma maneira de prevenir outros crimes e de estarem certos de terem feito justiça (2001:13).

Observa-se, entretanto, que por trás da solidariedade esconde-se a condenação da sevícia que se repete, contraditoriamente, contra os seus autores, mortos a pauladas, os mesmos instrumentos utilizados para seviciar o peão assassinado. A vingança por ela apontada ressalta das declarações de cada um dos depoentes, semelhantes à declaração transcrita acima. Por outro lado, a mesma revela a emoção/comoção que causou a violência praticada contra o companheiro e que desencadeou todo o processo, tomando a todos numa fúria incontrolável até seus autores tombarem sem vida. É a explosão da violência gerada pelo ato de violência ampliado pelo suplício imposto à vítima, num atentado claro à sua masculinidade e à sua dignidade humana, valores que transparecem claramente nas declarações.

Buscando alguns elementos explicativos para o linchamento, observa-se que ele surge quando um grupo chocado por um acontecimento, geralmente de natureza criminal, resolve fazer justiça com as próprias mãos. Há sempre, nessas situações, um forte componente emocional, de ódio ou medo, como observa Martins (1996), e, pode-se acrescentar, de descrença na justiça sancionada pelo Direito Positivo.

...o que move a multidão à prática do linchamento é a motivação conservadora, a tentativa de impor castigo exemplar e radical a quem tenha, intencionalmente ou não, agido contra valores e normas que sustentam o modo como as relações sociais estão estabelecidas e reconhecidas ou os tenham posto em risco (Martins, 1996: 12-13).

O grupo de linchadores é bastante heterogêneo no tocante à idade, sendo que dois deles menores, um dos quais não está citado na relação acima, e à procedência. Poucos têm residência fixa, o que revela que a maioria dos que o constituem estão no trecho — dos quinze, apenas cinco têm endereço próprio —, oriundos dos mais diversos lugares: 6 de Mato Grosso do Sul, 3 de São Paulo, 2 de Minas Gerais, 1 do Mato Grosso, 1 da Bahia, 1 de Pernambuco e 1 do Paraná.

Tal não implica, entretanto, na afirmação de que os peões-do-trecho são, no seu conjunto, violentos. É preciso que não se perca de vista a complexidade da peonagem que comporta dialeticamente violência e não-violência, pois ao se analisar o teor das falas daqueles que se pronunciam em relação a eles o que ressalta é a sua boa índole que, a partir das condições adversas em que vive, com um alto índice de alcoolismo, vai se deteriorando, sofrendo metamorfoses alternativas: tornar-se violento contra o outro, usando a violência como forma de resistência, ou deixar-se ficar, violentando-se a si próprio, numa atitude aparentemente passiva, que contém em si, também, resistência, porque, mesmo transformado em bêbado, mendigo, andarilho, continua a lutar por manter a vida. Isto se comprova pela análise de outros processos e inquéritos: poucos são os casos de suicídio entre os peões-do-trecho. Contraditoriamente, porém, encontram-se casos em que já não há mais resistência, há sim, através do álcool como que uma busca/espera da morte, por demência, fraqueza, inanição, como observa Rosimar Soares de Oliveira, escrivão de polícia de Água Clara:

As pessoas morrem também por problemas de inanição, falta de alimentação adequada, muita bebida. A gente costuma registrar aqui na faixa de dois, até três casos desse por mês, pessoas que embriagam e morrem em consequência da pinga. A gente já sabe quem, já conhece a pessoa porque... São feitas ocorrências aqui, porque geralmente quando morre a pessoa, o peão-do-trecho não tem documento, como ele não tem documento ele não foi internado, ele morreu na rua. Então a polícia tem que acabar indo lá e atendendo aquela pessoa, que não vai deixar jogado. Geralmente o médico local que seria do serviço de verificação de óbito se nega a fazer o óbito. Hoje em dia tá fazendo mais, já com muita briga nossa. Então essas pessoas eram todas encaminhadas para o IML para se verificar realmente o que quê foi que aconteceu que ela faleceu. O que possivelmente era morte natural, mas como o médico daqui

não atesta, o que acontece? —a gente tem a despesa de deslocar esse corpo daqui a Três Lagoas, submetê-lo a exame para depois sepultá-lo em Água Clara de novo. Então, há muitos casos de pessoas que morrem devido a bebida mesmo, bebem, não comem, já têm algum problema de saúde, vão embora. ... Outra coisa, geralmente essas pessoas são sepultadas sem nome. Não têm documentos, são indigentes, eu procuro, eu, os próprios colegas de serviço procuram fazer um levantamento de quem é aquela pessoa. A gente consegue chegar em alguns casos e apura.

Dentre os casos de suicídio destacaram-se dois, ocorridos em Água Clara:

Inquérito Policial nº 037/98, Folha 87, livro 002

AVERIGUACÃO DE ÓBITO

Desaparecimento dia 15/07/98

Encontrado dia 05/08/98

Vítima :I. B. P.

Natural: Terra Rica-PR

Cor branca, trabalhava na extração de madeira na fazenda Agropeva, bebia muito.

Aparentemente suicídio. As pessoas ouvidas não sabem se a vítima estava passando por problemas de saúde. Encontrado com uma perfuração a bala, no crânio e uma arma perto.

Inquérito Policial nº 378/2000

Data: 23/06/2000

Suicídio por enforcamento

Vítima: A. M. DO N.

Natural: Aquidauana-MS

Cor preta, motorista, casado, 36 anos de idade, desempregado.

Segundo testemunhas, a vítima estava um tanto deprimida devido a falta de dinheiro e por ter deixado uma filha de 15 anos de idade sozinha em Campo Grande.

O primeiro peão matou-se com um tiro e o outro enforcou-se. A análise dos termos dos Inquéritos Policiais indica, no segundo caso, o desalento do peão provocado pelo desemprego e preocupação com a filha. Certamente, o sentimento de impotência foi um dos fatores que concorreram para a autoviolência. Hannah Arendt no estudo sobre a violência chama a atenção

para essa questão, posteriormente desenvolvida por outros estudiosos, entre os quais Saffioti & Almeida (1995), Silva (1999):

Freqüentemente se diz que impotência gera violência e psicologicamente isto é verdade, pelo menos para pessoas que possuam fortaleza natural, moral ou física. Mas politicamente a questão é que a perda de poder traz a tentação de substituí-lo pela violência (...) e também que a própria violência resulta em impotência. (...) A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder (Arendt, 1973: 131-132).

Embora Arendt esteja fazendo essas considerações acerca do poder político do Estado, pode-se perfeitamente transpô-las para a situação do peão que tira a sua vida porque se acha ou se descobre impotente diante das circunstâncias que enfrenta: desemprego, desamparo, seu e da filha que está longe e só. Desespero diante da expropriação maior da sua dignidade? Ou busca da mesma no gesto final, autopunitivo? A autoviolência, enquanto instrumento de autopunição, se consuma na morte, decreta o *desaparecimento do poder*. Outras formas de suicídio, mesmo o suicídio não reconhecido como tal, no caso do peão que parece ter desistido de viver e se entregou ao álcool, se deixou ficar *na pedra*, como a esperar a morte, parecem refletir a mesma forma de impotência. Veja-se o caso de Zezão:

Inquérito Policial nº 003/00. Folha 17, Livro 003

SUPOSTA MORTE NATURAL, ocorrida em 26/11/99

Vítima: J. M. DA S., "vulgo Zezão", Nat: Castilho, SP, carvoeiro, não portava documentos, solteiro, 34 anos de idade

Um grupo de carvoeiros veio até a cidade de Água Clara para fazer compras, dentre eles um por nome de "Carça" (empregado de fornos na carvoaria). Na hora do embarque para retornarem, o Carça apareceu com um sujeito chamado Zezão, dizendo que ia levá-lo para a fazenda. Fora advertido pelos demais que não adiantava, pois o Zezão estava largado no vício do alcoolismo e não poderia, não agüentaria, trabalhar. Zezão acabou indo para a carvoaria, ficando no mesmo barraco de V. por dois dias, não bebeu, nem se alimentou só ficou deitado.

No terceiro dia, pela manhã, V. foi avisado de que Zezão estava caído no banheiro. Socorrido, morreu a caminho do hospital. Não possuía documentos, por essa razão foi enterrado como indigente. Possuía familiares em Castilho, mas já fazia 9 anos que não se encontravam.

Que após a sua morte, carvoeiros da região foram para Castilho e lá saiu a notícia que um tal Zezão tinha morrido. Familiares se dirigiram até Água Clara e reconheceram as fotos do cadáver como sendo J. M. S..

No atestado de morte consta causa indeterminada, o Ministério Público não aceitou que parassem com as investigações e solicitou que fossem ouvidos parentes e amigos da vítima.

Christophe Dejours (1999) chama a atenção para *uma espécie de alquimia social, graças à qual o vício é transmutado em virtude* Sua preocupação no momento em que propõe essa reflexão é com a sujeição das pessoas ao "trabalho sujo", ou seja ao trabalho executado por intermediários da opressão que sujeita o outro a situações que o vitimizam, seja por uma demissão, seja por uma situação característica das economias neoliberais próprias do mundo atual, em desacordo com os direitos dos trabalhadores, *tratados desconforme as regras do direito e da justiça*, conforme ele observa:

Podemos identificar com precisão o principal ingrediente dessa reação alquímica: chama-se *virilidade*. Mede-se exatamente a virilidade pela violência que se é capaz de cometer contra outrem, especialmente contra os que são dominados, a começar pelas mulheres. Um homem verdadeiramente *viril* é aquele que não hesita em infligir sofrimento ou dor a outrem, em nome do exercício, da demonstração ou do restabelecimento do domínio e do poder sobre o outro, inclusive pela força. Está claro que essa virilidade é construída socialmente, devendo-se distingui-la radicalmente da masculinidade, a qual se define precisamente pela capacidade de um homem de distanciar-se, de libertar-se, de subverter o que lhe prescrevem os estereótipos da virilidade (1999: 81-82).

Essa transmutação do vício em virtude é formadora no trabalhador — e, no caso específico, no peão-do-trecho, vítima do empreiteiro, o mediador da opressão —, do sentimento de impotência que pode transformá-lo num ser derrotado, tomado de um sentimento de incapacidade ou incompetência, ou torná-lo violento, capaz de atentar contra a própria vida ou contra a vida do outro — sempre seu igual, é preciso observar —. Vale registrar que, entre os processos judiciais e os inquéritos policiais levantados, não se encontrou nenhum crime consumado por um peão-do-trecho que tivesse atentado contra a vida do gato ou de alguém investido de autoridade. Sobre essa questão Rosimar diz o seguinte:

A maior parte dos crimes envolvendo peões do trecho aqui em Água Clara é entre eles, peão com peão. Geralmente os crimes acontecem quando eles estão embriagados, quando os patrões trazem eles no final de mês ou início de mês, na época de pagamento, deixa eles aqui na cidade eles ficam hospedados em pensões, jogados na rua praticamente porque há também um grande fluxo de gente que não tem condições de pagar hotel e aí acontece deles se embriagarem e por qualquer motivo banal eles se matam entre eles, se desentendem, brigam, muito esfaqueamento, pancadas. E na questão do pagamento de peão há muitos que ainda vem para a cidade, ficam na cidade, patrões mandam eles virem para receber e não vêm pagar, eles ficam aqui jogados, se embriagando, furtando, roubando acabam presos muitas vezes. Quase todos não têm documentos, a maior parte dos peões-do-trecho não tem documentos. A promoção social ajuda muito pouco. Temos uma casa de recuperação que não funciona.

Outros funcionários da polícia confirmaram ser esta uma tendência observada. Luiz Araújo Bacelar, da Delegacia de Polícia de Água Clara, afirma que o peão-do-trecho, notadamente o peão que trabalha em carvoarias, traz na sua maneira de ser a marca de uma submissão quase total. Quando comete crimes é quase sempre contra os companheiros, geralmente numa roda de cachaça, por motivos os mais banais. Chama ainda a atenção para o componente cultural que se poderia definir como "cultura da submissão", própria dos trabalhadores da região, muitos deles oriundos de Minas e São Paulo, o que não ocorre, segundo ele, com trabalhadores de outras regiões, de Dourados, por exemplo, em que a origem dos trabalhadores é diferenciada, pelo contato com o Paraná e a fronteira com o Paraguai. Paulo César Livero, escrivão da Delegacia de Polícia de Ribas do Rio Pardo, afirma que nos poucos casos em que o peão investe contra o empreiteiro o faz por questões de pagamento, daí

resultando lesões corporais. Registra, porém, um caso em que um peão matou um empreiteiro porque este mexeu com sua mulher.

É a alquimia de que fala Dejours: o gato é o indivíduo que detém o poder e, portanto, aquele portador de violência. É a encarnação da virilidade construída socialmente e que se pretende legitimada (na acepção weberiana mesmo) para conferir ao empreiteiro o direito de extrapolar a sua esfera de exercício de poder ao ponto de invadir a privacidade do peão e atentar contra sua mulher. Se na relação com o gato, que o explora e muitas vezes o maltrata, o peão se submete, quando sua mulher entra em jogo, é também a sua virilidade que é posta à prova, porque, em relação a ela, ele também tem poder e deve exercê-lo para garantir-lhe proteção e, sobretudo, garantir a afirmação da sua própria virilidade, na acepção dada por

Dejours:

A virilidade é considerada um atributo sexual. Isso é tido como uma evidência em nossas sociedades. A virilidade é o atributo que confere à identidade sexual masculina a capacidade de expressão do poder (associada ao exercício da força, da agressividade, da violência e da dominação sobre outrem), seja contra os rivais sexuais, seja contra as pessoas hostis ao sujeito ou aos que lhe são chegados e a quem, por sua virilidade, ele deve garantir proteção e segurança. O parceiro amoroso de um sujeito viril deve-lhe reconhecimento, gratidão, submissão e respeito, em troca de seus serviços. Por sua vez a mulher deve aceitar a dominação ou mesmo a violência (1999: 84).

As peças de inquéritos transcritas abaixo permitem uma confirmação dessa abordagem e revelam virilidade como um componente importante para se compreender o universo relacional dos peões:

Homicídio – 10/07/97

Autor: A. de S. (Madruga) – sem residência fixa.

Vítima: I. de A. S.

Local: Fazenda Santa Rosa – Carvoaria do Edgar

O autor morava perto do barraco da vítima, onde morava com duas filhas e o amásio que era padrasto das meninas. Que o autor sempre beijava a filha mais nova da vítima (12 anos), então um dia o padrasto disse ao autor que não fizesse mais isso com sua enteada.

No dia dos fatos os dois estavam ingerindo bebida alcóolica quando começaram a discutir, a vítima (Isabel) deu uma foice para seu amásio se defender, mas o autor golpeou com uma faca o braço do amásio e esfaqueou Isabel no peito, tendo fugido posteriormente. Outra testemunha, também carvoeiro disse que no mesmo dia estava bebendo com os dois e que, quando foi embora, os dois estavam em visível estado de embriaguez. Contou que diversas vezes viu o autor abraçar e beijar a filha da vítima. O facão utilizado era de outro peão que estava ausente da fazenda.

INQUÉRITO N°043/00

Tentativa de Homicídio

Local: Bar Esperança, Água Clara, MS

Data 11/06/00 às 18:40hs

Autor: R. J. M. Nat: Três Lagoas, MS, Nasc: 30/06/69, trabalhava na Fazenda Rio Verde, sendo demitido em 12/06/00 Função: operador de máquinas especiais, com salário de R\$470,00

Vítima: J. S. D. Trabalha na Fazenda Rio Verde, Seiva (Agrominas), função: operador de máquinas.

O autor chegou no Bar Esperança (Bar 24 hs), por volta das 18:40 hs, onde a vítima tomava cerveja com uns amigos, aparentava estar embriagado e começou a forçar a cadeira querendo quebrá-la. A dona do bar o repreendeu e foi destrutada por ele, quando a vítima foi defender a dona do bar, começou a confusão, começaram a brigar e o autor saiu dizendo que voltaria. Ao retornar, trouxe um revólver, disparando contra a vítima, porém não o atingiu.

Testemunha disse que o autor parecia estar drogado.

*O MP pediu o Exame de Corpo de Delito da vítima – está em andamento

Fica assim corporificada a violência de gênero como afirmação da virilidade enquanto manifestação de poder que se desdobra no exercício da dominação do homem sobre o homem, entidade masculina, e, principalmente do homem sobre a mulher, entidade feminina. Nessa afirmação de poder a mulher ocupa o lugar do mais fraco, tornado objeto por aquele que deseja se impor em relação ao outro que já detém o poder sobre ela e, portanto deve protegê-la. Na verdade, a afirmação da virilidade é um desdobramento do sentimento de impotência vivido pelo homem sob a dominação política e econômica a que está sujeito É o que observa

Moraes Silva:

As mulheres acabam sendo vítimas dos homens, que, por sua vez, são vítimas dos que detêm o poder político e econômico. Forma-se assim um ciclo perverso, caracterizado por redistribuições de de micropoderes, ou pela "síndrome do pequeno poder" (Saffioti, 1989) mediante os quais as mulheres situadas na última escala dessa hierarquia acabam carregando os fardos mais pesados das desigualdades

e injustiças sociais (...) As mulheres são percebidas como parte de um bem disponível a todos, mas cuja apropriação é mediada por atos de valentia, destemor que caracterizam o poder do macho, do forte.(1999: 383).

O que prevalece em relação aos crimes cometidos pelos peões são motivações — para os que estão de fora, os outros, os não-peões —, banais, a maioria delas ligadas a acontecimentos do cotidiano, algum *ajuste de contas*, ao fato de estarem alcoolizados, como se pode observar nos inquéritos transcritos abaixo:

Homicídio

Data: 23/12/00

Local: Fazenda Japécanga – Município de Água Clara, MS.

Autor: S. O., Carvoeiro, Nat: Aquidauana, MS

Vítima: J. F. O., Carvoeiro, Nat: Pompeu, MG, 46 anos, solteiro.

Testemunha diz que encontrou a vítima caída com um corte de faca na virilha. Que antes do fato os dois haviam ingerido bebida alcoólica. Uma testemunha disse que “todos se encontram para ingerir bebidas alcoólicas...” O empreiteiro disse que a vítima é quem levava o autor para trabalhar naquele local dizendo que este era o seu tio.

INQUÉRITO POLICIAL Nº011/01

Homicídio Doloso.

Data: 28/01/01

Local: Fazenda Cachoeira Branca, Município de Ribas do Rio Pardo.

Autor: J. D., Nasc: 06/11/53 Nat: Castilho, SP

Vítima: J. L., vulgo; "Zé Peão" Nasc: 04/08/39 Nat: Paranapoema, PR, trabalhador rural, solteiro.

Trabalhavam e moravam na mesma fazenda. O autor havia sido demitido e a vítima recém contratada. Estavam tomando aguardente próximo a uma cachoeira e de repente se desentenderam, o autor pegou uma arma de fogo e disparou contra a vítima atingindo-a mortalmente. O autor fugiu para o mato.

Na delegacia, a filha do autor, 15 anos, disse que é a segunda pessoa que seu pai mata, sendo que cometeu outro homicídio na cidade de Araçatuba, SP. Conta ainda que os dois tinham ido pescar e quando voltaram foram até a área da churrasqueira e começaram a beber pinga.

O autor ainda está foragido e o IP está em andamento.

Homicídio.

Autor: J. S. B. F.

Vítima: D. C. de A. Nat: Guaratinga, BA

Local: Fazenda Japécanga, Carvoaria do Rubinho

As testemunhas contaram que sabiam que ambos haviam ingerido bebida alcoólica no barraco do autor, posteriormente passaram em vários barracos e tomavam mais pinga. Que a vítima já

havia agredido o autor naquela noite com tapas e que quando tentou bater novamente, este pegou a faca e golpeou a vítima duas vezes.

Homicídio

Data – 08/01/91

Local: Fazenda Finacial – Dono: N. S. C.

Autor: J. P. Nat: Pitanga, PR, amasiado, trabalha na Faz. Finacial como gerente de serviços

Vítima: A. B. dos S.

O autor matou a vítima, possivelmente durante uma discussão. Não existe testemunha que tenha presenciado o delito. O irmão do dono da carvoaria contou que os envolvidos já haviam se desentendido anteriormente, não sabendo o motivo pelo qual chegaram às vias de fato.

O autor já possui processos anteriores de Homicídio Culposo.

INQUÉRITO POLICIAL Nº039/00

Tentativa de Homicídio.

Data: 14/05/00

Local: Faz. Agropeva, Carvoaria Carboniza.

Autor: L. J., Nasc: 25/02/45, 55 anos, Nat: Lavínia, SP, Trabalha na Carvoaria Carboniza.

Vítima: N. M..

Disparou arma de fogo contra a vítima que no momento estava com uma faca de cozinha em luta corporal com D. F. D. (sobrinho do autor)

O motivo da briga é que o sobrinho do autor tem um barzinho na Carvoaria e se recusou a vender bebida à vítima.

Como se pode observar, nas várias situações os autores estavam alcoolizados e os motivos que levaram ao delito — à exceção do primeiro, cujo motivo parece fundado na perda do emprego, soando como vingança de quem o perdeu contra quem lhe tomou o lugar —, surgem como decorrentes de discussões travadas enquanto bebiam, ou quando já bêbados começaram uma discussão. Também, à exceção do primeiro, todos aparecem como réus primários, o que se configura na maioria dos inquéritos e processos encontrados e é reiterado pela Juíza Sueli Garcia na entrevista já referida anteriormente:

Comentei lá em Campo Grande, porque estavam perguntando sobre a questão desses peões-do-trecho, e falando que essas pessoas são cheias de índices de criminalidade, alta periculosidade, e aí eu comentei sobre a sua pesquisa, falei que era um povo pacífico e justamente essas pessoas tinham sido exploradas nas carvoarias e que eram pessoas sem

perspectiva nenhuma, que acabavam se entregando para o alcoolismo, mas em termos de criminalidade, acho que se chegar a 2% é muito. Em um universo de 100 pessoas, por exemplo, nós fizemos aquela pesquisa [refere-se a uma pesquisa feita em conjunto com a Secretaria de Promoção Social, a Polícia Civil e a Polícia Militar de Ribas do Rio Pardo] com mandado de prisão preventiva só havia um, portanto, é mínima a criminalidade, na verdade, dessas pessoas.(...) Nessa questão do Tribunal do Júri, eu fiz três julgamentos, mas aí eu já atribuo à bebida, eles começam bebendo juntos, em determinado momento em que o álcool já entorpeceu a mente deles, por qualquer motivo se matam, ou seja, o valor que se tem dado à vida do próximo tem sido zero porque a própria deles não vale nada () é isso que eu tenho observado, entre os acusados e os agredidos aqui. A partir do momento em que eles não dão valor à própria vida, porque eles não têm nenhum referencial, eles não têm a mulher na casa com a criança no colo esperando, eles não têm essa coisa que às vezes passa a ser um norte para o homem. ... eles estão totalmente soltos aí, sem nenhuma referência, então, enquanto a vida deles não tem sentido, a do próximo muito menos.

A configuração do trabalho escravo

Entre processos judiciais e inquéritos policiais, deparou-se com apenas duas referências concretas ao trabalho escravo: a primeira, uma sentença judicial, lavrada em 1999, à qual já se fez referência no primeiro capítulo; a segunda, um processo em andamento, no Fórum de Água Clara, do qual se apresenta o resumo de alguns elementos do Inquérito Policial.

Como foi observado anteriormente, o que se projeta claramente nas relações de

trabalho é a superexploração e, quando se trata de efetivamente configurar o trabalho escravo, a dificuldade de produzir a materialização das provas torna-se um grande empecilho. Nesse aspecto, um dado relevante é a ausência da própria denúncia feita pelo trabalhador que geralmente se cala, diante das ameaças que recebe, ou mesmo temeroso de retaliações. Esse fato fica evidente em duas entrevistas feitas em Ribas do Rio Pardo com peões. O primeiro, Maurício, se revela vítima de lesões corporais por reclamar um pagamento que lhe era devido. No decorrer da conversa, observa-se que seu depoimento é confuso, às vezes contraditório, talvez porque se encontre alcoolizado. Não se conseguiu apurar as denúncias que ele faz, embora diga que foi preso, denunciado pelo empreiteiro que lhe devia e que acabou por acusá-lo de ladrão para não pagá-lo¹:

É o seguinte: Existe Lei pra tudo no mundo, mas não existe lei pra pagar a gente; que a gente trabalha, igual eu, trabalho ali na fazenda Nestlé, Igual eu trabalhei lá, oh! tenho minha carteira registrada, tenho tudo certinho. A gente tinha que ver isso aí certinho, que tem que ter lei pra tudo, tem que ter lei pra pagar a gente também. ... Eu já fui, fui várias vezes. Inclusive fui no Fórum daqui inclusive, mas eles, me mandou eu ir pra Campo Grande, certo? Fui lá pra Federal, fui lá pra, como é que chama? ... É DRT [Delegacia Regional do Trabalho]. ... E não é só eu não, tem vários peões que tã aqui, você acha que ele tá aqui por causa de Não, num é não, porque o patrão num paga, vai ficar aonde? Não tem condição de pagar hotel. Não tem condição de pagar nada, agora é fazê o quê, cê tem que trabalhar, ficá na pedra como eles falam aqui. ... Se o patrão pagasse a gente, a gente não ficava na rua

¹ entrevistado em 31/03/2000 em Ribas do Rio Pardo, frente ao Bar de Dona Iracema. Maurício estava por ali, de bicicleta, conversando com outros peões que estavam *na pedra*. Não é esse o seu caso, pois já integrou-se à comunidade, tendo constituído nova família.

igual a gente fica aí ó, porque o patrão não paga, vai fazer o quê, tem que dormir, na sarjeta, na calçada, na grama, se ele pagasse a gente, a gente ia pra um hotel, a gente comia, dormia, num ficava na rua igual a gente fica . (...) ele [o empreiteiro] falou que eu tinha roubado a casa pra num pagar eu, por que eu fui lá cobrar ele, certo? aí ele chamou o Siqueira, o Siqueira veio me prender. ... é o Siqueira, é da Polícia Militar. Aí veio, pegou eu, prendeu eu, falou que eu tinha roubado ele, que eu pedi, que eu mandei acertar comigo né, Aí, sei lá, ficou injuriado né, sei lá, chamou os homens [a policia], aí eu me lasquei, aí me prendeu eu pra num pagar eu. Aí eu cheguei lá com o Capitão, o Tenente, não sei, e conversei com ele certinho, o Tenente me liberou eu, certo?

Para a juíza, o referencial do trabalho é um dado importante e contribui para agravar a situação dos peões, em relação à própria vida, ou em relação à violência que perpassa o meio em que ele vive, esteja ele trabalhando ou tenha perdido o trabalho. Sua fala reitera o que foi afirmado pelo peão em relação à falta de pagamento ao final de uma jornada de trabalho:

Na verdade, esses que andaram perambulando e ainda alguns estão aí na cidade de Ribas do Rio Pardo, eles estão excluídos do mercado de trabalho, eles nem sequer têm trabalho mais nas fazendas, ou nas carvoarias, eles realmente estão excluídos, para eles acabou, eles não têm mais emprego aqui porque as carvoarias também diminuíram muito. (...) Agora, com relação aos que ainda cometeram algum delito, no caso é sempre homicídio, ou tentativa de homicídio nas fazendas, que são empregados lá da fazenda, com certeza essa condição precária de trabalho que eles enfrentam lá é motivo de muita frustração. Porque quando eles vêm de fora, eles vêm cheios de esperança, eles são homens fortes, eles não estão bebendo, nem nada e quando eles chegam nas fazendas o que eu observei é isso, os homens cozinham, eles fazem a própria comida deles, quer dizer, eles não têm uma companheira pra ser um

alento, pra ter um momento de amor, nada disso, a vida se torna muito embrutecida, muito dura, e, com certeza, isso tudo, aliado às outras coisas que nós dissemos antes, faz com que haja esse momento de explosão, porque eles não têm como aliviar as tensões do dia a dia deles como as outras pessoas que têm uma vida, uma família, uma diversão e um lazer têm. Então a vida deles é só um trabalho, um trabalho muito difícil, em que eles cuidam da casa, trabalham o dia inteiro, à noite cozinham pra no outro dia levantar e fazer a mesma coisa sabendo que no fim do mês sequer um dinheiro eles vão receber.

O segundo peão, Jacó, já citado anteriormente, afirma, de forma mais clara, o medo de denunciar o empregado:

só tem explorador, explorador esses, é que nem eu estava acabando de falar pra esse rapaz aqui agora, já trabalhei com gente aqui que tem uma força, uma potência no termo do serviço braçal, eu cheguei a trabalhar 9 meses sem entrar aqui dentro dessa cidade, distante daqui, a fazenda lá 60 Km. Fazenda Garimpo. Ficamos lá 9 meses, depois de 9 meses nós fomos pro acerto, deu 2.400,00 reais e desses 2.400,00 reais dizem que iam me dar 1.000,00 reais, tudo bem, tudo na parte assim da humildade né, e esses 1.000,00 reais nunca chegaram na minha mão, faz três anos. Aí muita gente fala pra mim, ah! procura uma lei, procura isso, procura aquilo, mas, é uma coisa que eu sempre falei que dentro do Estado de São Paulo tem, eu vivi lá e sempre teve, mas dentro do Mato Grosso não existe lei para o pobre. O pobre que procurar uma lei aqui ele é executado no meio da rua, porque tem aqui a força maior, a força maior é essa e não vem por meio do homem trabalhador lá não, do ignorante não, a quem tem competências, que quem tá lá dentro do governo sabe muito bem, aqui tem policiais aqui dentro, em qualquer uma cidade dessa daqui, o que eu vejo dependurar gente num pé de manga desse daqui, um ser humano. Cadê os direitos humanos? Onde tá esses direitos

humanos? É visto aí não só por mim, por muitos ... Qualquer um coitado que fica aí tomando uma cachaça sem fazer arruaça a ninguém, só porque ele bebeu uma cachaça aqui, caiu na rua ali ou isso e aquilo. Nunca vi falar em direitos humanos aqui dentro... Concretamente está aí declarado pra qualquer uma pessoa, entendeu? A qualquer dia e qualquer hora é visto, entendeu? E nunca ninguém faz nada por isso. Eu vi! aqui não, que eu não moro... moro não, eu venho passar uns dias aqui quando eu venho da fazenda lá onde eu moro, onde eu trabalho, vejo rádio e televisão falando, que nem fizeram a comemoração dos Direitos Humanos, dia do Direitos Humanos, só vi um homem falar até hoje, que foi aquele Luiz Suplicy, ele é senador... Eduardo Suplicy. É Eduardo Suplicy. Falou: como se pode comemorar um dia de direitos humanos se o pobre não tem esse direito? Ele falou e falou muito bem, porque o pobre não tem esse direito humano. ... Eu trabalho numa carvoeira. Tô trabalhando numa carvoeira de um, agora atualmente ele é vice-prefeito aqui da cidade, Paulo Campos. E eu queria, queria, digamos assim, é que vocês não vão, não tem condições de ir, eu queria que, já que o governo diz que põe gente pra fazer pesquisa pra aqui e pra acolá, fosse pra ver as condições de moradia de quem tá lá dentro, de família, de criança, disso e daquilo pra um prefeito ou pra um vice-prefeito ou pra uma autoridade pra ver o que se passa lá dentro. ... Pagar, paga. Então é isso aí que a gente fala, agora tudo o que é falado, você já sabe, que o homem que fala a verdade na face da terra... [Mineiro, outro peão que está junto dele complementa] —não merece castigo! [Jacó prossegue] O castigo merece que ele pode pagar com a própria vida, você sabe disso, o próprio Cristo, veio na face da terra, falou a verdade e lutou pra aqui, pra acolá e pagou com que? Com a vida, com a vida. É a mesma coisa, nós estamos aqui, você está aí, sabe muito bem do movimento daqui, as grandes autoridades daqui é autoridade pra quem? Pra quem tem... agora pra eu e pra você, chega só

arrisar o cacete, amarrar no pé de manga, amarrar não sei aonde, amarrar no rabo do carro e sair arrastando e jogar dentro do rio. ... Em todos os lugares, entendeu? Uma cidade que nem essa é uma podridão aí só de traficante, só disso e daquilo, agora você fala isso, amanhã ou depois quem é que sofre, hein? Quem é que sofre? É você, chega dentro de um barraquinho desse, chega aí invade, toca-lhe fogo, você se acaba no pó de nada e joga pra lá também, é isso que acontece, entendeu?

Os peões têm a percepção clara da trama de dominação que os enreda e submete; dominação que exprime o seu lado mais violento pela intimidação e cerceamento, pelo medo que impõe tolhendo o exercício de uma reação de resistência. Esta se anuncia na cobrança que o primeiro peão faz e que o segundo denuncia no seu discurso, para logo se abaterem premidos pela violência que se abate sobre eles, quer concretamente sobre o primeiro, quer como ameaça, sobre o segundo. Por ora, essa resistência se apresenta como componente não-realizado da sua subjetividade. A consciência da própria situação permanece como uma possibilidade, como um potencial vir a ser, capaz de converter-se em ação transformadora e alterar a situação em que se encontram. E na dialética acomodação-resistência, impõe-se a acomodação que contém em si a possibilidade de resistir.

Há ainda um terceiro depoimento, dado por um peão que ficou anônimo, e que reafirma o medo diante de ameaças e retaliações:

... É porque esses que ficam desse jeito aí na rua, é porque são manjados pelos patrões,... são aqueles peões que chegam e põem o carvoeiro na justiça pra receber direito, desse jeito eles num conseguem serviço não... E o empregador passa a informação um pro outro, eu acho que é a mesma coisa que acontece na cidade né, se o cara trabalha em qualquer ponto de comércio e se ele leva na justiça, ele pode receber, só que depois ele num arruma mais

serviço, então é o que acontece, a maioria prefere ficar quieto por esse motivo. Move alguma ação, também num vai ter mais serviço, recebe, mas o pouco que recebe num dá pra tocar a vida, mas vai ter que trabalhar de empregado, acaba ficando pior, a situação, acaba ficando mais difícil pra ele...

A sentença proferida pela juíza Sueli Garcia condenando um empregado por manter trabalhadores em regime de trabalho análogo ao trabalho escravo, foi a primeira exarada na região, como já observado no primeiro capítulo. Transcreve-se abaixo o relatório, parte introdutória e decisão da referida sentença:

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
NATUREZA CONDENATÓRIA**

*Vistos estes autos 109/93 de
AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA de
NATUREZA CONDENATÓRIA*

O representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ofereceu denúncia em face de JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA, qualificado nos autos, como incurso nas penas dos artigos 149 e 203 do Código Penal c.c. artigo 69 do mesmo diploma legal porque, segundo consta, aos 15 de outubro de 1993, foram encontrados na Fazenda Boa Água de propriedade da Siderurgia Alterosa, nesta Comarca as pessoas de José Barbosa e José Alexandre, trabalhadores rurais, a serviço do denunciado, no preparo de madeira para carvoejamento, sem registro ou contrato de trabalho, em intensa penúria, trabalhando no local há mais de ano, auferindo o primeiro tão somente a importância de duzentos cruzeiros, sendo que, a vítima José Alexandre trabalhava há mais de dois, sem receber salário, sob a alegação de que as retenções eram para ressarcimento de alimentação fornecida, resultando extrema pobreza, restando-lhe somente a roupa do corpo.

A denúncia foi recebida em todos os seus termos e o acusado interrogado às fls. 36.

Defesa prévia às fls. 49/50.

A prisão em flagrante foi relaxada e o acusado posto em liberdade, mediante compromisso de comparecer aos termos do processo.

Durante a instrução foram ouvidas as testemunhas da acusação e defesa, nada tendo sido requerido por ocasião do artigo 499 do CPP. Em

alegações finais, pugnou o Ministério Público pela procedência da denúncia e a defesa pela absolvição.

É o relatório.

DECIDO

A denúncia é em parte procedente.

Primeiramente é de se declarar a extinção da punibilidade com relação ao delito previsto no artigo 203 do CPP eis que embora atualmente a pena máxima seja de dois anos de detenção, era ao tempo do fato delituoso de um ano apenas, portanto, a teor do artigo 109, V do código Penal, prescritível em 04 anos, contados da última causa da interrupção, que foi, "in casu", o recebimento da denúncia, ocorrido aos 19.10.93.

Com efeito, tendo decorrido esse prazo prescricional, sem que tenha sido proferida sentença, torna-se imperativa a declaração da prescrição e a conseqüente extinção da punibilidade, nos termos do artigo 107, IV do Código Penal.

Com relação ao tipo penal previsto no artigo 149 do Código Penal, também encartado na denúncia, cuja pena máxima é de oito anos de reclusão, mantém-se o Estado no exercício do "jus puniendi", pelo que passa-se ao exame de sua ocorrência.

Indubitavelmente restou comprovado nos autos que o acusado ao longo de dois anos até a data de sua prisão em flagrante, no exercício de sua atividade de empreiteiro de carvoaria, submeteu as duas vítimas ao regime análogo de escravidão, transformando-as em pessoas totalmente submissas, sem vontade própria, já que não lhes pagava pelo trabalho que realizavam e eram retidos à título de paga pela alimentação fornecida.

As testemunhas Paulo Cesar Livero, na fase inquisitorial, destaca que em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo desta Comarca, procedeu a diligência na Fazenda Água Boa e ali encontrou a vítima José Alexandre, o qual afirmou que trabalhava sem receber qualquer salário, visto que o acusado descontava despesas com alimentação, sempre superior ao seu salário.

"In verbis":

"... Que, ainda no prosseguimento das diligências encontrou a pessoa de José Alexandre, com 71 anos de idade e o mesmo relatou ... que trabalhava na carvoaria de propriedade do conduzido e que já faz alguns meses que trabalha sem receber salários, visto que, o conduzido desconta todo o crédito da vítima com alimentação ... que tinha o crédito de cinco mil cruzeiros reais e ao fazer o acerto com o conduzido foi informado que nada receberia, pois as despesas com alimentação foram superiores ao crédito"- fls. 05

Também a testemunha Rubens Alves da Silva ouvido na fase policial afirmou que:

"... encontraram o Sr. José Alexandre o que possui 71 anos de idade... relatou aos policiais que trabalha para o conduzido há bastante

tempo... que, no mês de setembro p.p., tinha o crédito de cinco mil cruzeiros reais e ao fazer o acerto com o conduzido este disse que a vítima nada tinha a receber, pois abatera... com os mantimentos fornecidos à vítima... que, também encontraram José Barbosa, conhecido pela alcunha de INDIO e este narrou para o conduzido e este nunca recebeu... este abatia o valor a receber... nas compras"- fls. 06

A versão destas testemunhas foi corroborada pela prova carreada na fase judicial, não só pela ratificação, mas também pelas declarações das testemunhas Iracema Ramalho do Valle que asseverou o seguinte:

"... que durante o período de trabalho não foram remunerados sendo que apenas recebiam mantimento do réu...fls. 109

Por outro lado, a prova coligida por conta da defesa, não foi suficiente para ilidir a acusação que restou bem comprovada, tanto no aspecto da materialidade, quanto à autoria.

Ora, o acusado explorava o trabalho das vítimas, submetendo-as à moradia sem qualquer infra-estrutura, ou seja, consistente em barracos de lonas cobertos de capim, não lhes pagava salário, direito sagrado do trabalhador, os quais eram retidos a título de pagamento pela alimentação fornecida e no acerto de contas, as vítimas sempre ficavam a dever, razão pela qual, se obrigavam a continuar no árduo labor.

Trata-se de manobra utilizada por alguns empreiteiros de certas carvoarias da região que, cobrando preço superfaturado no fornecimento da alimentação descontados em salário vil e simbólico, eternizam-se credores, a fim de obrigarem à continuidade do trabalho submetendo pessoas humildes e submissas ao seu domínio, reduzindo-os a situação análoga a de escravos.

Por oportuno, colacionamos a seguinte jurisprudência:

Para a caracterização do crime não é necessário que a vítima seja transportada de um lugar para outro, que fique enclausurada ou que lhe sejam infligidos maus tratos. A conduta pode ser praticada por violência, ameaça, fraude, retenção de salários, etc.... Considerou-se caracterizado o delito no caso dos réus que forçaram os trabalhadores a serviços pesados e extraordinários, com a proibição de deixarem a propriedade agrícola sem liquidarem os débitos pelos quais eram responsáveis (RT 484/280)

Portanto, comprovada a autoria, materialidade e dolo na conduta, consistente na vontade livre e consciente de reduzir pessoas à condição análoga à de escravo, submetendo-as ao seu poder, torna-se imperativa a aplicação da pena prevista no tipo mencionado na exordial acusatória.

Outrossim, os delitos foram cometidos unidos por semelhança de determinadas circunstâncias como de tempo, lugar, modo de execução que deduzem pela continuidade delitiva, sendo aplicável, portanto, o artigo 71 do código Penal.

*Diante do exposto **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a denúncia para **CONDENAR JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA** como incurso*

nas penas do artigo 149² do Código Penal c.c. artigo 71 do mesmo diploma legal.

...

O relatório e a decisão contidos nos autos são uma confirmação do que se mostrou no decorrer do trabalho como escravidão por dívida. Como já se observou anteriormente, esta é uma situação característica do circuito da peonagem, embora não se possa circunscrevê-la apenas a essa relação. O trabalho nas carvoarias, caracterizado na primeira etapa por absorver grande contingente de mão-de-obra familiar, é uma mostra dessa afirmação, uma vez que não se pode caracterizar como peões-do-trecho os componentes das famílias que aí trabalhavam e que também passaram por situações análogas, conforme já se exemplificou no primeiro capítulo.

A sentença constitui um dado importante, pois, mesmo considerando-se o combate ao trabalho escravo no país, pouco se obteve de concreto em relação à penalização do crime, conforme observa Jurado em seu relatório, ao comentar a referida sentença:

Fato raro no Brasil é a existência de material nesse sentido, e assim também manifesta-se Rachel Andrade Cunha, em uma entrevista fornecida à Revista Jurídica Consulex, quando menciona o fato da existência de uma sentença no mesmo teor na cidade de Marabá, PA, sobre a qual diz:

...Recentemente foi exarada uma sentença em Marabá, que é considerada um fato novo, que condena o réu, um fazendeiro dessa vez, (porque em geral se penaliza os intermediários), pelo crime de trabalho escravo. Ele foi condenado a dois anos, mas por ser réu primário a sentença foi convertida em trabalho comunitário...

Na sentença aqui exarada, foi o réu condenado pelo artigo 149 a cumprir pena de três anos de reclusão, aumentada por um sexto pela continuidade do delito, perfazendo-se assim um total de três anos e seis meses de reclusão, sendo que o regime de cumprimento de pena designado foi o aberto.

Óbvio é desproporcionalidade de tal pena, quando contraposta à gravidade do delito cometido, sendo esta também a opinião da própria juíza. A explicação para isto já foi aqui devidamente exposta. Mas, não podemos esquecer de um importante fato, pois, mesmo que irrisória a quantidade da pena, a plena condenação criminal já é fato de vitória na luta contra o trabalho escravo. Mais que isso, é um caminho a ser seguido! (Jurado, 2000)³.

² Art. 149 - *Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos*

³ A citada Rachel Andrade Cunha é Coordenadora de projetos especiais da Secretaria de fiscalização do Trabalho-SEFIT, também coordenadora substituta do Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado-GETRAF e representante do Ministério do Trabalho no Fórum Nacional Contra Violência no Campo.

Encontra-se hoje, no fórum de Água Clara, um processo em andamento. Há um dado importante em relação a ele: trata-se de uma empreiteira de mão-de-obra. É o reflexo da nova organização de trabalho em tempos de neoliberalismo, a terceirização assumindo caracteres empresariais no circuito da peonagem:

INQUÉRITO POLICIAL: Registrado sob número 13/99, folha 95, livro 002.

Comunicante e Vítima: J. F. B., natural de Ponta Porã, MS, possui documentos, amasiado, lavrador.

Testemunhas:

1) N. A. da V., natural de Curitiba, PR, possui documentos, solteira, cozinheira.

2) A. A. M. T., natural de Dourados, MS, possui documentos, casada, do lar.

HISTÓRICO:

J. F. B., informa que em 12/02/99, juntamente com mais 60 pessoas foram contratados por Luizinho, Noé e Aduato para capina de algodão na Fazenda Nova Era, município de Água Clara-MS. Para tanto, foi proposta a importância de 10,00 Reais por diária e 35,00 Reais por hectare. No entanto, ao chegarem na já citada fazenda puderam constatar outra realidade, não havia serviço por diária, e seria 2200 Reais por hectare, não tinha alojamento conforme o combinado, a comida era das piores, podendo, por vezes, até encontrar insetos no marmiteix.

J. F. declarou que após ter trabalhado na segunda-feira, conseguiu apenas capinar três ruas e teria que capinar treze ruas para concluir um hectare. Por essa razão J. F. com mais 16 pessoas, retornaram para Dourados, pegando carona em um caminhão boiadeiro. Informou que não conhecia os três contratantes, anteriormente. Que não recebeu pelo dia trabalhado.

A. M. T., informou que seu esposo L. Q. P., foi contratado para trabalhar na Fazenda Nova Era localizada no município de Água Clara-MS, nas condições já citadas acima. A mesma informa que tem conhecimento que seu esposo não está mais na fazenda desde o dia 15.02.99 e que não tem notícia do seu paradeiro. Foi informada pelo senhor J. F. que seu esposo não tinha conseguido carona de volta e que provavelmente estaria em Chapadão do Sul-MS, sem dinheiro para retornar para sua cidade.

N. A. da V., informa que seu filho Paulo César Ramos foi contratado para trabalhar na já citada fazenda, nas condições também já citadas e que ficaria em alojamento livre de despesas. No dia 17.02.99 por volta das 19 horas a declarante recebeu um telefonema de Paulo César dizendo estar na cidade de Chapadão do Sul, e que a realidade na Fazenda Nova Era não era nada daquilo que tinha sido combinado. Informou que estava sem comer há quatro dias e juntamente com outros companheiros estavam à procura de serviço para conseguir dinheiro para retornar à Dourados.

Paulo César disse que na verdade estavam pagando 22,00 Reais por hectare e que não tinha diária e que lá trabalhou por três dias, porém, não recebeu e abandonou o serviço, pois o que teria para receber não chegaria a 3.00 reais por dia trabalhado. A conversa com seu filho foi interrompida pois o cartão telefônico que ele usava esgotou-se.

J. B. dos S. (vulgo Aduato), casado, natural de Presidente Wenceslau, hoje residindo em Dourados, motorista, possui documentos.

Declarou fazer parte (sócio) de uma Cooperativa em conjunto com outras 19 pessoas. Prestam, há mais de três anos, serviço de recrutamento de mão de obra para o Grupo ELO com sede no município de Água Clara. Declarou que as pessoas para lá levadas são para o sistema de produção, por prazo de 45 dias, e lá recebem alimentação e alojamento e que as denúncias que estariam recebendo maus tratos, alimentação inadequada e submetida a escravidão branca, não procedem. Que quando do contato com esses trabalhadores não fora ventilado que iriam receber 10,00 reais por diária e 35,00 por hectare. O declarante esclarece que na área existem mais de 400 pessoas trabalhando e que somente 16 pessoas retornaram para a cidade. Esclarece ainda que, segundo denúncia de mulheres, que seus maridos estariam trabalhando em regime de escravidão, informa que os mesmos estão com seus contratos terminando e que dia 26 retornarão à cidade e que comparecerão à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos, assim provando a não veracidade das informações.

N. T., Presidente da Cooperativa: Declarou que o valor combinado teria sido de 30,00 reais por hectare, que não ficou combinado pagamento por diárias. As pessoas ficaram em alojamentos e alguns em barracos. Que 16 pessoas alegaram não dar para trabalhar por 30,00 reais o hectare e resolveram abandonar o serviço. Os 16 saíram de livre e espontânea vontade e que alguns foram trabalhar na Ferronorte. Que as denúncias não procedem, que a alimentação é satisfatória e que todos foram levados por um veículo da fazenda até o asfalto, que todos receberam um adiantamento entre 80 e 100,00 reais. Que esteve no local e que ninguém está recebendo maus tratos. Existem outros agenciadores (Luizinho e Manoel) que também levam trabalhadores para a Fazenda Nova Era.

H. B. W., declara-se agenciador e que levou mais de 50 pessoas para a Fazenda Nova Era para trabalhar por produção. Disse que a alimentação e o alojamento são satisfatórios, que depois de dois dias de trabalho 16 trabalhadores se revoltaram, sem motivo, e quiseram deixar o serviço. Declara que na área não há pessoas sendo submetidas a trabalho forçado e à escravidão branca, que tem conhecimento que parte dessas pessoas foram trabalhar na Ferronorte.

M. S. F. A.: Testemunha. Amasiado, de cor branca, sem documentos, 31 anos de idade, natural de Jardim, MS. É trabalhador braçal e há cerca de 5 anos vem sendo contratado pela tal Cooperativa, através de Bispo e Noé. Que há cerca de três meses está trabalhando na Fazenda e o pagamento é feito por produção (de acordo com a área capinada, 25,00, 30,00, 35,00 reais por hectare). Que não há pagamento por diária. Referindo-se à moradia e alimentação não tem nada a reclamar. Alega não conhecer as pessoas constantes no BO e que tais denúncias são infundadas. Disse que ficou sabendo da chegada de 50 pessoas na Fazenda e 16 ficaram apenas dois ou três dias e por vontade própria deixaram o local. Afirma que não estão trabalhando sob o regime de escravidão branca ou sendo obrigados a trabalhar no local.

J. F. de L., vulgo "Alemão". Amasiado, cor parda, 29 anos de idade, não apresentou documentos, natural de Dourados.

Contratado por Noé para trabalhar na Fazenda Nova Era por diária de 25,00 reais a 30,00 reais. Porém, quando do primeiro dia de trabalho foi informado pelo Sr. "Mané" (fiscal do pessoal) que o serviço não seria pago por diária e sim por produção. Que em 6 dias trabalhados conseguiu ganhar apenas 6,00 reais, insatisfeito procurou o Sr. Mané que confirmou a forma de trabalho e de pagamento. Declarou que juntamente com outras 11 pessoas saíram a pé até o asfalto da rodovia que passa em Água Clara, pegando carona até Camapuã e prosseguindo a pé até Campo Grande, onde novamente conseguiram uma carona

até Dourados. Chegando em Dourados foi procurar Noé para pegar seus documentos pessoais e fazer um acordo a respeito de 135,00 reais que havia pegado como adiantamento e foi informado por Adauto que os documentos só seriam devolvidos após a quitação do adiantamento. O declarante diz que a comida era de baixa qualidade e que não havia alojamentos, tendo eles mesmos que construir barracas de lona. Disse que não foi obrigado a trabalhar e que veio embora porque não estava acontecendo conforme o combinado. Foi dado a eles um galão de plástico que tinha sido utilizado com veneno, para que pudessem levar água para a lavoura. Sr. Mané, advertido pelo suposto dono da Fazenda, a respeito do uso do galão, alegou que era a única vasilha disponível, senão teriam que ficar com sede.

E. R. L., Proprietário da Fazenda Nova Era. Questionado, informou que contratou os serviços da Cooperativa de Dourados para efetuar a capina da lavoura. No contrato ficou especificado que a dita Cooperativa seria responsável pela contratação de funcionários, pelo pagamento, pela alimentação, alojamento, pagamento de indenização por acidente de trabalho. Apenas tinha um funcionário da Fazenda para vistoriar o serviço, mas quem coordenava era uma pessoa da própria Cooperativa.

No dia 23 de fevereiro de 1999 foi feita uma vistoria pela Delegacia Regional do Trabalho, na Fazenda Nova Era. Diante de inúmeras irregularidades apontadas foram lavrados Autos de Infração.

A cooperativa encontra-se registrada na Junta Comercial do Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

Em 21 de fevereiro de 1999 o Sr. E. R. L. mandou notificação extra-judicial à Cooperativa no sentido de regularizar a situação dos trabalhadores.

Foram indiciados :N. T. e J. B. dos S.(vulgo Adauto).

Segundo informações de Rosimar Soares de Oliveira, escrivão de polícia de Água Clara, no decorrer do processo foram solicitadas, pelo Ministério Público, novas informações à polícia, prejudicadas por terem que ser obtidas por carta precatória enviada à Delegacia de Polícia de Dourados, sede da cooperativa indiciada, que até dezembro de 2001 não havia dado conhecimento das diligências realizadas à Delegacia de Água Clara. Isto vem reafirmar as dificuldades já citadas em processos dessa natureza, ficando os trabalhadores vitimados duplamente: pela violência da relação de trabalho e pela negligência de alguns canais do poder público que deveriam defendê-lo.

O peão como vítima de não-peões

Há ainda outro dado que ressalta dos processos e inquéritos. Como já se demonstrou, geralmente a violência perpetrada pelos peões permanece entre eles, não atingindo esferas mais amplas da sociedade. Entretanto, constantemente tornam-se vítimas de atentados seja contra sua vida ou contra sua integridade física, geralmente motivados por roubo. Uma entrevistada em Água Clara, Marilza⁴, dona de uma lanchonete que convive muito com peões, já havia denunciado essa situação:

chegam aqui, eles pegam 500, 600 reais, eles caem nessa pedra aí, aí vem aqueles que ficam aqui na cidade, que gostam de extorquir os trabalhadores, só vão lá e só tiram, só têm o trabalho de tirar do bolso do peão porque ele tá caído, bêbado, eu acho que essa é assim,... e como sofre e aqui tem um pessoal que gosta muito, muito, gosta muito de bater... É a juventude, aguaclareense, aqui tem uns machões, certo? eles saem assim, depois que acaba o baile, 2 horas, 3 horas da manhã num tal de "flash dancing" aqui, aí eles saem aqui, pegam os peões dormindo já, batem, eles todos Batem, chutam, fazem aquele escarcéu, põem eles todos de pé de novo, como se fosse uma própria autoridade, que a autoridade não tá ligando pra esse pessoal mais, cê sabe né, pra eles, tanto faz, como tanto fez, então eles batem nos peões, tomam o que eles têm, levam tudo, porque muitas vezes cê vê um peão, deitado no chão de tênis, eles chega da gleba lá de onde ele trabalha, chega da gleba, compra uma camisa bonita, compra a tal da boroca que eles dizem, é a bolsa, eles falam boroca, aí compram roupa, compram tênis e entram na linha, né, da cidade, quando é no outro dia, ele amanhece descalço, sem a boroca e sem a roupa. Aí num tem jeito, e sem o dinheiro, então eu acho que isso é falta um pouco de interesse de um ser humano para o outro, porque se todo mundo

⁴ Entrevista realizada em julho de 1997.

ajudasse um ao outro, os peões não viviam nessa vida que vivem. ... É isso aí, que depois ele não tem onde recorrer, ele ficou 3 meses no mato, ganhou, trabalhou, trabalhou, o que ele ganhou foi levado dentro de uma noite, por causa de um tombo que ele levou, que a maldita cachaça deu, né? Aí foi levado, aí o que é que ele faz? ele num vai voltar imediatamente, depois de 3 meses que ele passou no serviço, ele num vai voltar imediatamente pro serviço porque ele tá duro, aí ele se joga aí na pedra, aí fica 2, 3, 4, 5 até 10 dias né? ele está cansado né? ele veio pra descansar com aquele dinheiro, e foi levado, é uma vida triste mesmo, tem que ser analisado. (...)

As afirmações de Marilza são reiteradas por Rosimar, na delegacia de polícia:

A violência contra peão a senhora vai perguntar pra mim eu vou te responder: tem muita aqui na cidade. Algumas pessoas que praticamente vivem disso, de explorar o peão, a gente praticamente hoje em dia consegue colocar um atrás da grade ...porque eles fazem isso? Porque o peão é um ingênuo, vem para a cidade com dinheiro e fica andando, tomando pinga na rua. Então eles se aproximam e vão, vão, quando é daqui a pouco leva o peão para o escuro desce a mão no pé do escutadô (sic.) dele, toma, toma todo o dinheiro dele, ele fica na rua sem nada. O mês passado nós tivemos quatro casos de roubo contra peão. ... Apurar, nós vamos apurar da melhor maneira possível, às vezes não se chega à autoria, que geralmente é a noite, fora de hora, depende muito da vítima reconhecer, reconhecer o autor. A gente vai atrás procura, a vítima passa o tipo físico (...) A gente como conhece mais ou menos as pessoas, vai pegando, vai tentando reconhecer. Há o reconhecimento, temos um caso recente de um que foi reconhecido. Deve estar em fase de investigação, não, foi baixado portaria, mas já está na portaria já. Foram identificados dois autores.

Além das afirmações contidas nas duas entrevistas, dois inquérito envolvendo peão-do-trecho como vítima demonstram a violência contra ele, violência perpetrada geralmente contra um indivíduo tornado vulnerável em decorrência da bebida.

Inquérito Policial nº 20/01, Folha 49, Livro 03

Data: 02/03/2001

Vítima: S. DE R. P. DA C., Nat: Serraria-PB, 44 anos, carvoeiro, possui documentos, divorciado.

Acusado: W. R. C., vulgo "Biba", Nat: Mirandópolis, SP, solteiro, possui documentos, 22 anos de idade, primeiro grau completo, não bebe e nem fuma, gerente de serraria.

Roubo ocorrido por volta das 00,30 h, nas proximidades do hospital de Água Clara. A vítima, embriagada, foi abordada e seus pertences roubados: um relógio, 18,00 reais, e um cheque no valor de 125,00 reais, que posteriormente foi rasgado pelo acusado.

INQUÉRITO POLICIAL Nº 16/00, B.O. 053/00

Homicídio

Autor: E. R. dos S., vulgo "Paçoca", Nat: Caçu, GO, Nasc: 18/11/74, Motorista.

Vítima: P. R. V., vulgo "Pedro Zorba".

O autor já foi processado por um roubo em Ribas do Rio Pardo e por porte ilegal de armas. A vítima foi encontrada nas margens da Rodovia BR-262 em Ribas do Rio Pardo. Estava semi-decepada. O pescoço da vítima estava envolto com um fio de eletricidade. Na autópsia verificou-se que havia recebido um tiro dentro do nariz.

E. e S. S. N., testemunhas, disseram que o primeiro andou procurando a vítima pela cidade.

A sociedade ficou chocada com a crueldade pois todos bem-queriam o Pedro Zorba.

Foi decretada a prisão preventiva de ambos.

No decorrer do Inquérito apurou-se que a vítima tinha parentes em Poços de Caldas-MG.

QUANDO A MORTE COMOVE

Houve uma constante na vida dos peões encontrados pelo caminho: apesar das adversidades, do alcoolismo, das brigas e discussões, a vida pulsava em cada um deles. De repente, percebia-se, em uma conversa, uma notícia de morte, comentada, sim, mas de forma velada. Não se quisesse investigar muito. O silêncio em torno dos detalhes, da situação em que ocorreu, uma análise mais acurada, buscando desvendar o que se passava nos barracos, no

meio do mato ou nas carvoarias, era uma constante, como constante era a morte de um peão, vítima de um acidente no trabalho, ou vítima de um companheiro ou desafeto, no próprio barraco, onde se recolhia após o trabalho, na cidade, nas proximidades de um bar, enfim, não havia lugar especial para se morrer. Havia, sim, motivos: banais, muitas vezes, como banal se tornara o *estado de violência* (Michaud: 1989) em que vivem, como banal se tornara a sua própria vida, solapada, pouco a pouco, pelas condições de vida e trabalho que lhes eram impostas.

Nesses anos de pesquisa, três mortes se impuseram. Talvez porque os que morreram tivessem ficado muito marcados pela sua fala, pela situação em que estavam —dois homens, jovens, um em Água Clara, outro em Três Lagoas, e uma mulher, Nilzete, à qual já se fez referência no capítulo anterior e da qual não se falará mais, que acompanhava um peão e vivia como mendiga, também em Três Lagoas —. Sua fala os tirou do anonimato, destacou-os, revelou sua capacidade de reagir e sonhar face à adversidade em que viviam. Diferentes das mortes encontradas em processos judiciais e inquéritos policiais, as suas, consumadas, avivaram para os pesquisadores⁵ a marca da sua subjetividade, da sua singularidade, da sua historicidade, forjadas na teia de relações em que foram apanhados: relações sociais, relações de trabalho/não-trabalho, precarizados, empobrecidos, *desfiliados*, envilecidos, *no trecho*, enfim.

A história de Baixinho — é assim que ele era chamado em Água Clara, nas imediações da Lanchonete da Marilza e do Bar do Seu Raimundo —, revela um sujeito comovente pela sua simplicidade, ingenuidade, talvez, pela sua crença no outro. Destituído de maldade, em

⁵ As entrevistas feitas em Três Lagoas, em setembro de 1995 e julho de 1997, contaram com a participação de José Tadeu Cordeiro que, posteriormente, pelas pessoas que os acompanhavam à época, teve notícias das mortes dos dois entrevistados.

nenhum momento acusa alguém pelas suas desditas; ao contrário, credita a si próprio, à sua dependência do álcool, à fraqueza da cabeça. Uma pessoa extremamente simpática, um pouco tímida que, pela sua confiança no outro, acaba se entregando, entregando sua história, seus sonhos, sua luta para se livrar da bebida e ser alguém, levar uma vida tranqüila, ter o seu comércio:

Meu nome é Angelino Ferreira Lima⁶, nasci em Minas, sou de Minas, trabalhador... Sou de Ribeirão do Ouro, fica no norte. Ribeirão do Ouro é perto de Montes Claros, então eu já trabalhei em Minas Gerais muito, só que hoje em dia, eu já tive alguma coisinha, assim de objetozim, um pouco de futuro, né? ... a pessoa que ele é assim, meio atrapalhado, eu num sei se é por causa de alguma, alguma não, muitas cachaças que a gente bebe, ou é, ou os outros fazem coisa pra atrapalhar a gente, depois do qu'eu tinha ..., vim aqui pro Mato Grosso, já tá com 3 anos e tanto qu'eu tou aqui, tou trabalhando também.[onde nasceu:] Na roça. ... e tem até hoje, é pequenim demais, mas nós, bem dizer, nós moramos fora desse pedacim de terra, moramos assim na fazenda dos outros né, então, aí minha mãe, meu pai largou da minha mãe, não, minha mãe largou do meu pai, depois, eu mais os mais novos, ficamos pequenos, quer dizer, somos pequenos até hoje né? [bem humorado, refere-se à própria altura e à dos irmãos] mas, pequeno assim, criança ainda nós ficamos, quando eles largaram, quando ela largou dele... Nós ficamos co'a nossa mãe... Eram 6, morreram 2, ficaram 4. Um morreu rapaz, rapaz novo, e o outro morreu já tinha casado, que é o mais velho. O mais velho morreu casado..., aí nós ficamos junto co'a nossa mãe, nós já pegamos saindo pra trabalhar fora

⁶ Esse peão, como o que vem após, Gelcemir, será apresentado com o nome completo. Ambos, quando entrevistados, pronunciaram com firmeza e um certo orgulho nome e sobrenome, componentes importantes de sua subjetividade, marcas da sua singularidade, que possibilitou-lhes sair do anonimato em que viviam e em que provavelmente permaneceriam, não fosse a forma como morreram, como peões-do-trecho, um andarilho, outro doente, ambos desenraizados, desfiliaados, sobrantés, supérfluos. Resistência?

assim né? tem um irmão mais novo tá casado, o mais novo da turma, casado, mora no Estado de São Paulo. ... eu nem num tenho endereço dele, já tá cum muitos anos qu'eu num vejo ele, eu num tenho endereço dele, e ele num foi lá também nem ver nós lá... Veio embora pra cá, eu sei que agora veio pra cá também, pro Mato Grosso.

Angelino é um dos mineiros que vieram para a região em busca de trabalho. Sua família tinha uma pequena propriedade em Minas, Ribeirão do Ouro, insuficiente, porém para garantir o sustento de todos, *pequenim demais*, como ele diz. E a família se espalha por São Paulo e Mato Grosso do Sul, para quem vem de longe é sempre Mato Grosso, trazendo suas esperanças, sua experiência, sua vontade de trabalhar:

Eu tô com, eu tenho 33 anos. ... cê perguntou que qu'eu fazia lá em Minas né? lá em Minas, é quase igual aqui, era, lá em Minas trabalhei mais em carvoaria, de roça também, trabalhei,... mas lá tem muito serviço de roça, lavoura né? tem muita lavoura... de milho, é, milho, fava, é uma forma diferente de feijão, aí eu, quando foi 92 pra cá, acho que foi 92 mesmo, vai completar quatro anos, mas é abaixo do mais velho da turma, invocado com, pra tocar acordeon né? aí eu comprei um, e eu também, parece que mais ainda, pra aprender, aí comecei aprender, ele vendeu o acordeon, peguei comprei uma, trabalhei e comprei uma, eu muito bobo dali mais uns tempo vendi, ... mas, bem mais melhor, eu sei, eu sei tocar um pouco de acordeon, aí vendi ele, tornei a vender ... Porque bebia demais, bagunçava, aí desgostei e vendi, planejo comprar outro, mas até hoje num deu certo, ganhar dinheiro eu já ganhei, porque eu trabalhei bastante aqui em carvoaria.

A sua fala corre solta pelas lembranças e se encontra com a música, com um acordeon do qual se lembrará sempre. A bebida faz parte da sua vida e, quando conta sua história, Angelino atribui a ela muitos dissabores, a cabeça confusa, muitas perdas, muitos danos que sofreu.

Indagado se tem algum sonho, pergunta: —*O sonho que a gente sonha dormindo?* como se na sua vida não houvesse espaço para sonhar acordado. Mas há, embora sem grandes ambições, tudo muito colado ao momento presente, à necessidade de fincar novas raízes, estabelecer nova filiação:

...Ah! Sim, o meu sonho, era de eu aprumar, firmar trabalhando e juntando dinheiro, se eu achasse um jeito d'eu juntar o dinheiro, o que eu tô precisando, qu'eu tô necessitando, é um quartinho pra mim, ou na roça, ou na cidade, e achar um jeito d'eu comprar minha acordeon, aí eu arranjava um jeito de montar uma vendinha pra mim, um bar, um boteco, é mais...— Vender mercadoria, vender assim alguma coisa assim, de mais necessitância, não pinga né? um tipo de ...

Há muito Angelino brigava com a pinga. Já havia feito algumas tentativas de deixá-la, internando-se em uma casa de recuperação⁷ para peões drogados, sem sucesso, porém. A família que ficou em Minas, já não fazia parte do seu sonho. O acordeon, sim, vendido por *bobeira*, como ele dizia, por causa da cachaça, esse lhe fazia falta, era a música, a poesia em sua vida. Com a perna engessada, — por causa de uma bebedeira, foi roubado, espancado, e acabou atropelado —, não reclamava, não lamentava, não esconjurava, como se fosse normal, uma decorrência do estar bêbado, portanto, sujeito às investidas dos outros. Sujeito à violência naturalizada, vivendo um *estado* de violência, tornou-se vítima de um *ato* de violência, também este tornado *estado de violência*, banalizado, como que incrustado em sua forma de ser.

⁷ Casa de Recuperação mantida pela Igreja Assembléia de Deus, já referida no capítulo anterior.

Março de 2000. Baixinho já não sonha mais. Baixinho morreu. Terá encontrado seu acordeon? A sua música? A vida digna tão desejada? Essas as indagações que ficaram quando se soube da notícia.

Havia tirado o gesso, voltado à casa de recuperação, virado evangélico, ficado sem beber durante oito meses. Entretanto, voltou a beber, voltou para *a pedra* e veio a falecer, vítima de um acidente, fratura de crânio, em meio à precariedade em que vivia. Enterrado como indigente, pois aqui não tinha família, apenas os companheiros de andança.

Foi na Delegacia de Polícia de Água Clara, entrevistando Rosimar Soares de Oliveira, já citado anteriormente, que se tornou possível completar a trajetória de Angelino. O escrivão havia acompanhado o caso e localizou o boletim de ocorrência e o inquérito policial, transcrito a seguir, dando conta do acidente e da morte que sobreveio.

BO 613/99 – Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil 05/09/99, 14h 16 min

Angelino Pereira Lima

"Segundo guia de encaminhamento oriunda do Hospital Universitário, a vítima acima é proveniente de Água Clara, chegando ao hospital com história de queda de escada há aproximadamente 10 horas, tendo chegado ao hospital em estado de embriaguez, tendo evoluído em 6 horas para estado de coma. segundo consta, a vítima é andarilho e não possui familiares. Nada mais."

Causa mortis: traumatismo crânio-encefálico por ação contundente.

Secretaria de Segurança Pública – Coordenadoria de Perícias.

No inquérito policial, obteve-se mais elementos para completar a história de Angelino.

A seguir o termo de declaração feito pelo proprietário do Supermercado onde ele sofreu um acidente que antecipou sua morte:

O declarante diz o seguinte: que sábado dia 04/09/99 na parte da manhã encontrava-se conversando com um amigo pessoal no escritório do supermercado, escritório esse situado no mezanino do prédio onde funciona o supermercado e cuja forma de acesso é uma escada com 10 degraus, uma escada íngreme e que aí chegou a vítima .Esse elemento, desconhecido do declarante, mas já conhecido como andarilho e que ficava perambulando pelo calçadão existente na Av. Júlio Maia em companhia de outros desempregados, fato até corriqueiro nesta cidade. Que tal elemento dirigiu-se ao declarante e lhe pediu se havia uma vaga para um colega do mesmo. Sendo que o declarante ao perceber que o mesmo encontrava-se embriagado pediu lhe que se retirasse, já que sequer vaga para emprego tinha para oferecer. Que ao dizer isso, o estranho virou-se para a porta e iniciou a descida da escada, que tanto o declarante como seu amigo que ali se encontravam vieram a ouvir a queda e de imediato correram ao local visualizando a seguinte cena:

Um estranho se encontrava caído no final da escada em decúbito dorsal com os pés ainda no último degrau. Sendo que, diante dos acontecimentos o declarante de imediato ligou para o hospital municipal local para que a ambulância socorresse o infeliz que ainda estava vivo. Sendo lhe informado que a ambulância não se encontrava, fazendo então o declarante uso de seu veículo próprio removendo-o até o hospital local onde o estranho foi atendido pelo plantão que ali se encontrava. O fato teria ocorrido por volta das 10.30h da manhã e o declarante somente na segunda-feira soube que o estranho havia falecido.

Consta ainda do inquérito encontrado na delegacia de polícia civil que encaminhado para o hospital, encaminhado em caminhão pelo proprietário do supermercado Paniago já que não havia ambulância à disposição, e que constatada a gravidade do acidente o paciente foi encaminhado para o Hospital Universitário em Campo Grande — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e foi aí que ele veio a falecer.

De fato, Angelino foi enterrado como indigente. Mas deixou amigos e com os amigos o seu nome completo, uma parte fundamental da sua identidade. E deixou viva a imagem de alguém que sempre buscou a vida e que na vida sofrida sucumbiu, bêbado, andarilho, certamente ainda sonhador, solidário com o amigo desempregado, para quem procurava trabalho.

O outro é Gelcemir Alentino de Carvalho. Veio do Recife para Mato Grosso do Sul, em busca de trabalho. Caiu direto em trabalhos de carvoaria. Trabalhando em caminhão, puxando toras de madeira, quando faltava alguém no forno ia para lá, *na quentura, na boca do forno*, como ele disse na entrevista, tirando o carvão e respirando aquele pó fininho que vai entrando pelas narinas, vai indo para o pulmão, tomando o corpo todo do carvoeiro e se ele for franzino, como Gelcemir, minando a sua saúde, tirando suas forças. Contando a sua história, falando da família, dos irmãos, que pai e mãe tinham morrido, querendo voltar, que não gostou do Mato Grosso, era assim que ele falava:

*Sempre, eu saía do caminhão e ia tirar do forno quente. Entrava no forno quente e saía pra frieira. Ali eu peguei uma fraqueza que eu fiquei 15 dias em cima da tarimba.*⁸ *Gastei o saldo*

⁸ Tarimba é como os peões chamam a cama. *Tarimbas feitas de pau, cama feito tarimba mesma*, explica Ivete, mulher de um empreiteiro, entrevistada em 1992: *finca quatro forquilha ali, atravessa aquelas varas em cima, quem tinha colchão punha colchão, quem não tinha dobrava um plástico com uma pilha de sacos*. É interessante observar que José Saramago, em *Levantado do chão*, usa a mesma expressão para definir a cama em que dormiam os camponeses retratados na obra. No Dicionário Aurélio designa cama rude, dura, desconfortável.

que tinha tudo com comida pra comer, com leite, aveia, tudo, pra mode me levantar, porque nenhum me deu ajuda. Fui aqui no posto fazer exame pra ver se tava com malária, num tava e até agora num descobriram o que eu tenho ainda. Minha vontade é recuperar, mode trabalhar e pagar a madame [refere-se à dona da pensão] aqui e voltar pra... Puxava lenha no caminhão, acabava de almoçar subia no caminhão, num tinha nem descanso. E o dono da carvoeira era o Zé Fernandes, mais até hoje eu tô indo no hospital, não tem internamento. ... Eu num sei, o médico é que sabe, ele até suspeita de alguma coisa né, mas até agora num peguei internamento nenhum. Eu tava sentindo febre e frio, direto, essa hora eu tava dormindo, aí eu tava tomando uns comprimidos e não deu mais febre. ... e eu tou com uma tosse seca e num tem catarro nem nada.

A doença é um acontecimento muito sério na vida do peão. Considerando-se as condições de precariedade em que vive, no meio do mato, em fazendas ou em carvoarias, sempre em habitações precárias, geralmente barracos de lona, com alimentação fraca em nutrientes, muita cachaça, sujeito às agressões próprias do tipo de trabalho, sempre pesado e penoso, o peão acaba se tornando suscetível a vários tipos de doenças. Tudo isso é agravado pela inexistência de vínculos contratuais legais que assegurem assistência médica e previdenciária capazes de lhe oferecerem os recursos necessários nos momentos críticos. Em decorrência, se o peão cai doente, como foi o caso de Gelcemir, fica sujeito a uma série de tentativas em busca de assistência médica e à mercê da boa vontade de instituições hospitalares que, dada a precariedade do sistema de saúde do país, mantêm sempre um atendimento aquém das reais necessidades da população, notadamente a mais carente.

Gelcemir, antes de poder buscar os recursos na cidade, teve que enfrentar a doença com aqueles de que dispunha no local de trabalho. Ou seja, apenas o repouso forçado e a

busca de uma alimentação mais adequada, que acabou quase consumindo todo o seu saldo, conforme seu relato.

Embora tenha dito no início da entrevista que tinha dificuldade de falar e coordenar as idéias, mostra, pelo seu relato, um lado importante do dia-a-dia numa carvoaria e, mais que isso, como um trabalhador resolve migrar em busca de vida melhor e acaba caindo no trecho, distante de casa, das próprias raízes, sujeito às adversidades de um caminho novo e penoso pelo qual se deixa levar em busca de trabalho e de garantir sua sobrevivência:

Eu tava lá, através do gatinho eu passei a trabalhar nessa carvoeira. Eu tava no carvão da fazenda do Oswaldo. Aí eu, o pessoal falava tanto que ele num pagava, aí eu fui na carvoeira e perguntei se tinha serviço. Aí eu saí do gatim e pulei pra carvoeira, e fui trabalhando. Na carvoeira, 2 em 2 meses eu ia pra rua e recebia meu dinheiro. ... recebia o cheque na carvoeira né, aí tinha vontade de passear, ia pra cidade passear um pouco aí depois caí doente, num sei como caí doente. [indagado sobre seu trabalho, se era encher forno, tirar forno, diz que não, mas ao mesmo tempo diz que sim, explicando em seguida que só o fazia quando faltava quem o fizesse:] Não, não enchia forno, nem tirava forno. Chegava, abria a porta do forno aquele vapor vinha na cara assim da pessoa. Meu serviço mesmo era no caminhão. Quando num tinha ajudante no forno então eu ia pro forno. Mas o trabalho certo era no caminhão, puxava lenha.

[sobre a jornada de trabalho:]. *Trabalhei, eu puxava lenha por viagem, era 2 real a viagem de lenha. Eu dava 5, 6 viagens por dia, pra mode fazer dinheiro. (G)- ... largava assim umas 5 horas, 5 e meia. Começava cedim, 5 horas, 4 e meia. [sobre o ritmo do trabalho:] É, e ligeiro, quando chegava a hora do almoço, acabava o almoço, saía da mesa, pulava em cima do caminhão.*

[Sobre a alimentação:] *Era arroz, feijão, Ele tratava muito mal mesmo. Seu Zé Fernandes era um homem muito ruim, muito ruim mesmo. Até discuti com ele, eu discutia sempre, aí eu passei a trabalhar do lado do encarregado. ... esse fez eu sair do caminhão, ele mudou a lenha, aí, num quis, eu num tinha prática. Aí, fui, conversei com Zé Fernandes de novo e passei pro caminhão de novo, a gente discutia e conversava de novo, aí eu vim pro lado de cá, o saldo que tinha gastei tudo, aí eu fui lá pra Transparaná, trabalhei lá uns dias, vi que tava muito fraco ainda. ... Transparaná só tem carvoeira, e derrubar eucalipto, pegava aquelas toras pesadas lá e eu num agüentei não, aí pedi o dinheiro e vim embora, aí eu num conhecia aqui essa pensão aqui, fiquei lá no Novo Hotel e comendo, almoçando e jantando pela rua. Aí foi que o rapaz me indicou essa pensão aqui e foi esse rapaz que me deu até a mão quando eu cheguei aqui, aí ela tá me ajudando até agora, escrever pra minha irmã, pra mode mandar meu registro, que roubaram minha bolsa lá em Santa Fé do Sul, a minha roupa que eu tenho foi tudo que eu pedi, só isso que eu tenho pra declarar.*

Gelcemir, como muitos outros peões, era analfabeto, o que dificultava ainda mais sua vida e a possibilidade de reatar os laços com a família que deixou. A passagem por Santa Fé do Sul, no estado de São Paulo, na divisa com o Mato Grosso do Sul, foi circunstancial: *Eu vinha pelo caminho... Saí de casa no mês de fevereiro... Recife, Pernambuco. ... Eu vim de carona e a pé. ... vinha onde arrumasse serviço, era o canto d'eu ficar. ... no Recife eu trabalhava de jardineiro, ele disse. Passou antes por Selvíria, como disse anteriormente, até chegar, seguindo a rota das carvoarias. No momento da entrevista, na pensão, o que restava para Gelcemir era apenas o abatimento, pela doença e pela frustração da busca. Sua capacidade de sonhar, porém, se mantinha:*

... eu vi que num dá certo pra mim Mato Grosso não. Eu vou voltar pra casa, se eu cair doente, estou perto de alguma família. Agora eu tou doente, ela que tá me ajudando aqui, me dando a maior força, agora eu não tenho dinheiro pra ela, [a dona da pensão, Dona Maria, uma senhora já de uma certa idade, muito afável, que trabalha há muito com peões, tem um filho que já foi peão e está ali, junto dela] tá me dando a maior força aqui, agradeço muito a ela, que quando eu sair daqui eu tenho que pagar pra ela, arrumar o dinheiro da passagem. Minha vontade é recuperar, mode trabalhar e pagar a madame aqui e voltar pra...E vou pra casa, se tiver dinheiro sobrando eu vou pra beira da praia.... É... vender alguma coisa na beira da praia; doce, cigarro, lá dá pra viver; sai de lá você vira a cabeça mesmo.

A índole do peão se revelava e revelava a sua condição humana, impondo-se através dos valores de solidariedade, que partilhava com os companheiros e com a dona da pensão, gratidão, pela compaixão deles, principalmente de Dona Maria que o recebe, o acolhe, cuida dele na sua doença. Esse rapaz, com apenas 24 anos, veio a falecer algum tempo depois. Na verdade, ele estava com tuberculose, agravada pelo tipo de trabalho e pela desnutrição.⁹

É importante observar que nem todos os peões são o que se pode chamar "desgarrados", sem uma referência familiar, sem perspectiva de futuro, sem o sonho de uma vida melhor. Eles assim se tornam na sua trajetória, nos embates que enfrentam, vítimas da exploração exacerbada, da superexploração. Supérfluos? Sobrantes? Descartáveis? Talvez; não pelo seu querer, mas pelas condições de vida que lhes foram impostas por um sistema que deles extrai toda a seiva e os devolve a si mesmos, sugados, murchos, quase sem vida.

⁹ Quando se procurou reconstituir a morte de Gelson não foi possível levantar qualquer indício da sua passagem por Três Lagoas. A dona da pensão havia falecido e não se encontrou nenhuma pessoa, nenhum peão que à época havia estado com ele. Embora se tenha buscado junto à Delegacia de Polícia de Três Lagoas, não foi possível localizar qualquer informação ou inquérito envolvendo a morte de Gelson, o que leva a supor que a solidariedade das pessoas que com ele estiveram tenha permitido que não fosse enterrado como indigente.

Supranumerários e inúteis para o mundo, desfiliados, como observa Castel (1998). Condenados à solidão mais profunda, a solidão do desenraizamento de que nos fala Hannah Arendt:

Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma. O desarraigamento pode ser a condição preliminar da superfluidade, tal como o isolamento pode (mas não deve) ser a condição preliminar da solidão. Se a tomarmos em sua essência, sem atentar para as suas recentes causas históricas e o seu novo papel na política, a solidão é, ao mesmo tempo, contrária às necessidades básicas da condição humana e uma das experiências fundamentais de toda vida humana (1989: 528)

Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só; sonho que se sonha junto é realidade... A frase do poeta se impõe quando se reflete sobre esta questão. Gelcemir, como Angelino, como tantos outros peões, sonhava só. A vida — *sofrida, surrada, batida*, lembrando outro poeta —, não lhes permitiu, e nem aos outros, sonhar junto. E seu sonho não tornou-se realidade... Como Angelino, Gelcemir se foi tão cedo! Como Angelino, sonhou com a construção de uma nova vida, um projeto de autonomia, sem patrão, com negócio próprio — Gelcemir na praia, junto ao mar, talvez o mar do seu Recife; Angelino com o seu acordeon, um negócio próprio... —. Natureza e música, componentes maiores da sensibilidade humana, marcando a vida de dois peões, perdidos no trecho, longe de sua terra, de sua gente, desenraizados, violentados, impedidos de viver a plenitude da sua dignidade, da sua condição humana, condenados a viver em terra estranha, a se dedicar a um trabalho estranho, impedidos de viver a plenitude da sua própria subjetividade...

O que se depreende de várias entrevistas, com exceções, é claro, é que existe subjetivamente um projeto de futuro; o que não existe, de fato, são as condições objetivas de realizá-lo. As histórias de Angelino e de Gelcemir são ilustrativas dessa afirmação. Na sua fala estão presentes a família, as reminiscências do conforto da proximidade familiar e o esboço de um projeto para recuperar a família, as próprias raízes, ganhar a vida, num futuro que,

entretanto, está condicionado por questões objetivas — como a possibilidade de sarar da doença, que Gelcemir não sabe ainda definir, sarar a perna quebrada, no caso de Angelino —, que os impedem de trabalhar e ganhar o suficiente para pagar suas dívidas com a dona da pensão, com o dono do bar, e poder empreender a viagem de volta. Seres de necessidade, seres de desejo? É esse o caminho que os torna humanos?

Ora, o humano não seria antes o desejo do que a necessidade? Não haveria entre a necessidade e o desejo uma descontinuidade, ou várias descontinuidades? uma ou várias metamorfoses? Quais? O desejo passou pela mediação do trabalho, da linguagem, da cultura, dos controles (inibições e permissões) sociais. Ele não existe socialmente senão conhecido e reconhecido como tal; e no entanto é o mais íntimo e o mais secreto, o que a consciência nem sempre chega a descobrir, a levar à expressão e à significação, ainda menos a satisfazer plenamente. Ele se mistura às imagens, aos simbolismos. Não se saberia mais dizer se é factício ou natural. É uma realidade *refletida*, não no sentido da reflexão (pensamento refletidor) mas enquanto ele não se constitui e não se conhece (ou se reconhece) senão através dos símbolos ou signos que o revelam a ele mesmo. Quando o homem da necessidade reaparece, ele espanta; é o homem reduzido ao elementar: fome, sede, sexo. Ele perdeu as dimensões humanas perdendo o inútil, o factício, o luxo, o supérfluo, o imaginário, o jogo, em suma, o desejo. O homem da necessidade, privação e nudez sórdida, é a pura natureza do homem. Mas como o homem não é mais a natureza, esse "mundo da necessidade" não é mais o homem, é a miséria humana. A necessidade dessocializada e desindividualizada, não mantém o homem no melhor senão como "espécie humana", ao nível da solidariedade biológica contra a morte. a necessidade, pura natureza do homem, não é nada mais do que o homem desafetado, desarmado, desmembrado, como presa imediata à ameaça da morte imediata: o homem da guerra, dos pânicos e dos êxodos, dos campos de concentração (Lefebvre, 1969: 163-164).

Reduzidos a seres de necessidade, os peões teimam e sonham, mas, parafraseando Lefebvre, na sua solidão tornam-se presas da morte, como muitos outros encontrados pelos processos e inquéritos policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CONSIGNAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA PEONAGEM

O sério pontual é isto, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo; e escute desarmado. (...)Muita coisa importante falta nome

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas — mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

Guimarães Rosa
Grande sertão, veredas

Se a reflexão inicial sobre o trabalho colocou-o, a partir de Engels e Marx, como humanizador do homem, a análise da peonagem traz à tona uma outra reflexão, também reiterada por Engels e Marx, que aponta para a dialética do processo sob o sistema capitalista: o trabalho desumaniza o homem à medida que impõe a ele a alienação, uma relação de estranhamento em relação à natureza, em relação ao produto do seu trabalho, à sua própria atividade, ao próprio homem.

Na verdade, esse é o legado maior do capitalismo, onde a peonagem se insere como forma arcaica de relações de trabalho, subsumida, em renovação constante, atualizando-se, forjando/ maquinando novas formas de exploração que trazem em si a violência que permeia passo a passo a vida daqueles que dela fazem parte.

O caminho percorrido ao longo deste trabalho procurou demonstrar a consignação da violência na peonagem. Entretanto, algumas questões se colocam nesse final de caminhada: onde a saída? E Guimarães Rosa, antes que qualquer pensamento se alinhe, se antecipa: *Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia* (1978: 52). Riobaldos, Diadorins, Queleméns, os peões-do-trecho, alguns vindos dos sertões e veredas, se alinham nessa guerra que não é mais de jagunços, cangaceiros ou coronéis, onde não se alinham mais os bandos com destino certo de combate aguerrido, fazendo alianças para combater o inimigo mais forte. A travessia agora é outra, mais perigosa, mais sutil e ardilosa. Os coronéis estão invisíveis, os bandos estão desfeitos, dizimados, restando a cada um encontrar a sua saída, descobrir o inimigo, esse sim, multiplicado, agrupado, coeso, a sustentar e renovar a sua trama de dominação.

Ainda há esperança? Novamente Guimarães Rosa se interpõe: *tudo o que já foi é o começo do que vai vir, toda hora a gente está num cômputo. Eu penso é assim na*

paridade (Idem: 237). E, nessa encruzilhada em que, já se viu, muitos peões se perdem, se desagregam, alguns se levantam, buscam outros caminhos, como os que foram assentados, que de apenas dois se teve notícias, quem sabe, buscando na terra a reintegração com a natureza, com o seu trabalho, consigo mesmos, com os outros homens. Ou como Osmar e Jacó, vindos de longe, o primeiro de Minas, o segundo de mais longe, do Piauí, teimando, sonhando e tentando se enraizar. Que essas considerações finais abram espaço para eles, que a sua fala possa dizer o que outros não disseram, ou não puderam dizer.

Osmar, que veio de Minas e foi encontrado doente na rodoviária de Três Lagoas¹, ao narrar sua história se dava conta das agruras da peonagem e do engodo em que caíra, colhendo sementes de brachiaria:

É, na época estava desempregado ... Ele [o gato que o contratou] disse que quando chegasse a semente, quando a semente saísse, nós íamos tocar sociedade. Chegou aí foi diferente: mas três peões, os caras [disseram]: i, rapaz, você vai se arrepender, mas aí eu tava devendo, né? prá ele, aí trabalhar, né? Eu sinto escravo assim da palavra que ele falou de homem, que não conferiu, né? Que lá ele falou prá mim que se eu viesse prá cá, que eu ia encontrar uma melhora aqui, prá eu ir trabalhar com ele de sociedade, eu ia encontrar melhora, de repente podia comprar até um carro, e eu desempregado lá, né? ele me adiantou um dinheiro, eu passei prá minha mulher, né? cheguei aí encontrei foi piora, acabei adoecendo, trabalhei à noite, saí ganhando nada, doente, tomando injeção, pedindo comida prá casa dos outros, não tem aonde tomar banho, nada, no caminho, sem saída, como boi perdido na invernada.

Na sua volta para casa, se permitiu sonhar e projetar uma nova vida, reencontrando a família, encontrando um trabalho menos sofrido, onde houvesse menos

¹ Vide terceiro capítulo.

exploração. Ilusão? Talvez a ilusão derivada do desejo de resistir à sua desagregação como sujeito que, certamente, continuará submetido a formas continuadas de dominação, redistribuídas em *micropoderes*, fundados na *síndrome do pequeno poder*, de que fala Saffioti (ap. Moraes, 1999): na peonagem, o pequeno/grande poder do gato que o enganou e explorou, deu-lhe a ilusão de conquistar o poder e o abandonou à sua sorte; na cidade, talvez descobrindo novas formas de exploração, como assalariado, se conseguir romper o círculo do desemprego, pois é qualificado. Sua fala traduz esperança. Terá conseguido vencer?

Em Campo Grande. Agora que eu fiquei sabendo, de notícia, que agora eles tão mexendo com muita obra lá, entendeu? eu tô doído prá chegar em casa, prá acabar de tomar esse resto de remédio aqui, que é só isso mesmo que o médico falou. Se eu melhorar, daí um mês e pouco eu entro numa firma lá, de motorista, ou braçal, pedreiro, carpinteiro, bombeiro, isso aí eu conheço tudo, na minha cidade, meus companheiros de serviço, já trabalhei também, sei tudo, ligar transformador, 120, 115, 110, 111, até o 145 eu sei ligar, prá industrial. Prá se tudo der certo e eu controlar legal, aí eu vou entrar numa firma. Aí pode vir um fazendeiro com 10 milhão de dólar pro meu lado, que eu não quero.

Jacó já falou antes² e tem uma percepção mais crítica da realidade. Sua fala revela um ser que se percebe homem, ser de direitos, cerceado na sua liberdade pelas condições objetivas da sua condição de trabalhador. Sua experiência anterior na cidade grande lhe permite avançar mais, em relação aos outros peões, conjugar mais elementos na interpretação da realidade. Não o suficiente, porém, ao menos por ora, para vislumbrar a alienação que lhe é imposta, pois, não consegue enxergar com clareza todas as faces do processo de dominação que o torna impotente para construir um

² Vide quarto capítulo

projeto de resistência capaz de desencadear um movimento transformador. A dignidade para ele é um valor que deve ser mantido mesmo nas condições adversas em que vive, embora reconheça que ela lhe impede de retornar à família. E aí suas lembranças correm soltas, recuperando o passado sobre o qual constrói o presente, sem poder, entretanto, trazê-lo de volta:

Eu tenho que manter, sabe por que? Eu tenho que manter, porque, hoje eu estou aqui... Eu não estou sem trabalho. É, aqui é o meu rancho que eu venho aqui, entendeu? Agora, eu saio daqui, trabalho 15 dias ali fora, pego 100 conto ou 150, chego aqui fico 5 dias, traz aqui trabalha.... só que isso daqui não é um emprego para um homem. É emprego para um homem ir sustentar uma família? É isso que eu falo para a senhora que não tem, não tem, eu posso adquirir uma família? Eu posso trazer minha família? Eu posso conduzir uma família? Eu posso dizer que vou viver com dignidade? Não tem, é isso que eu falo, nós estamos conversando e falando. Agora, eu posso procurar um direito pra ninguém? Não posso também, porque onde eu vou trabalhar? Não tenho uma carteira assinada, não tem isso, não tem aquilo, não tem firma, não tem nada. Então é um viver, é um dia-a-dia clandestino. ... [voltar pra Sergipe, fazer contato com a sua família e ver se tem alguma condição por lá?] Não, não, olha, se eu falar uma coisa pra senhora, a família quando já vem de uma família..., sabe, eu não tenho mais o meu pai, não tenho mais a minha mãe, escute só, só as minhas irmãs. Mas irmãs, é todo mundo bom, é todo mundo bem quando tá todo mundo dentro de casa. Um casou pra aqui, outro casou pra acolá, outro casou pra lá, quer dizer que cada um vai cuidar da sua família, entendeu como é que é? Isso aí não é de hoje, a senhora sabe disso. Então é esse o meu problema, o problema desse, daquele, daquele outro, nós nunca fomos uma família que já vem do berço, que tem o seu poder requisitado e isso e aquilo, que se vê o outro sofrendo ali, vamos ajudar aquele que tá caindo; eu conheço famílias aí

que fazem isso. Mas eu, eu nasci e me criei foi trabalhando, com a idade de 12 anos trabalhando, ajudando e gostava de ajudar, quando eu chegava em casa com aquele esforço, meu e dos outros meus irmãos e entregava na mão de meu pai, eu me sentia feliz; meu pai sempre falou pra mim, não me deram nada de grande estudo, eu estudei até a quinta série só, mas já fora da companhia deles, entendeu, é aqui em São Paulo, mas na companhia deles eu fui fazer o primeiro ano, e pra trabalhar, mas eu me sentia... e hoje eu ainda me sinto muito bem, que tudo que eles me deram, me deram bem, respeitar, viver, trabalhar, isso pra mim, o que eles passaram pra mim eu agradeço. Agora, acha que nós estamos dentro de um país, Campo Grande é a capital, Três Lagoas, é a cidade maiorzinha, Dourados é outra mais ali, se cada um Estado desse tivesse uma faculdade, paga pelo país, todos nós não éramos doutor não? Eu acho que a minha inteligência, a inteligência daquele, daquele, se nós tivéssemos estudo pago, cada um de nós ia procurar ser alguém pelo estudo. Mas como vai, pelo amor de Deus! Agora atualmente eu estou trabalhando numa carvoaria do Sr. Paulo Campos. Eu estou carbonizando, enchendo, tirando, batendo pau de....fazendo tudo, sobre esse tipo de serviço aí a gente faz tudo. Nós estamos em cinco homens, vinte e dois fornos, ali corta lenha de moto serra, ajunta lenha, carrega trator em cima, vem cá descarrega, um vai e enche, outro vai e faz o serviço, carboniza, outro tira o carvão, outro mexe naquilo, aí já tem, quando é no dia de carregar aí já vai mais dois daqui da cidade, chega lá pra fazer a carga e dar tudo prontinho, essa é a função. Criança de 8, 9, 10 anos num tem não. Agora de 15, 16, você pode entrar aí que tá cheio. ... com 16 anos ele é responsável sabe para que? Para pôr o Fernando Henrique lá na glória, o senado não sei aonde, o Prefeito não sei aonde, pôr o outro não sei aonde e por que não é responsável pelos atos maus que ele faz na face da terra? E por que esses homens usam essa inteligência todinha num vira volta na mente assim e vê onde é que tá o erro,

sabe por quê? Porque a inteligência só é na parte de cantar: ah! eu sou doutor, o outro está lá embaixo não sabe nada. Sabe, tem um velho verbo que diz assim: O homem quando ele quer ser um sábio, ele passa a voltar a ser nada e aquele que não é nada ele está enxergando, a visão dele está indo mais além. E é uma verdade. Carvoeiro não tem pagamento, é no dia que bem lá que eles querem ir lá dar uma mixaria. J- Digamos assim, isso aqui precisava de quê, da força de governo, sabe o que é governo, é o quê? Uma cidade tem aqui 3 condomínios, cada um prédio daqueles tem seus morador e porque já foram montados um sindicato para aquela função ali, porque esse prédio que está aqui, esse outro que está ali, esse empregado que está aqui não tem nada a ver com aquele ali, se ele fazer greve aqui, o outro diz: vai você! É que nem nós estamos nessa situação. ... Chega aqui, isso aqui é muito grande, digamos, eu tenho um trabalho aqui, aquele outro trabalha ali, se um parou que pare, enquanto você parar aqui, vai lá pra frente pra você ver, chega lá está até na pancada todo mundo: ... Aqui não tem Sindicato dos Carvoeiros.(...) Aqui não existe nada disso, é você ir trabalhar se quiser, se agüentar e dar sorte, dar sorte de pegar uns patrão bom, porque eu já trabalhei com gente boa aqui que pode até te ajudar, mas quando pega gente que só quer pra eles, isso é, digamos que é plantar ali na terra, se choveu bem, Deus deu a boa sorte de veio tudo bem, você colhe bem. É a mesma coisinha, mas do contrário, não vai procurar Direito aqui e nem em lugar nenhum porque não tem. Eu pra mim, já fui aqui em vários lugares e outra, esses patrão que vem aí é o que fala: se você for atrás de justiça, a ordem é eliminar, porque aqui não vira mais nada. Há 4 anos atrás tinha um padre aqui em Campo Grande, um padre, eu até esqueço o nome dele, um que vinha de São Paulo e mais uma outra que era de Cuiabá, eram em três, eles foram ali, mexeram de uma lado pra outro e fizeram um jornalzinho, fizeram revistas, tiraram fotos de crianças dentro da carvoeira pra um lado e pra outro e aquela bagunça toda, e vamos

tocar pra frente, e...vai num vai, e isso e aquilo, depois saiu essas fotos e saiu essa revista e quando os donão pegaram na mão aqui, coitado de quem era pai do menino que estava lá (...) Levava pra lá porque família não pode estar dentro das carvoeiras com criança pequena e isso e aquilo...O quê que foi que fizeram? Passar fome! Depois os coitados deixavam as famílias lá e vinham pr'aqui trabalhar, porque no Estado de Minas é um Estado pobre, e aqui, se ele ganha aqui dez contos, quando chega lá vai ganhar três contos, entendeu? Ganhar três contos pra sustentar uma família não dá. Vinham pr'aqui, largavam lá a família, quando chegavam aqui... e o quê que o padre fulano de tal e não sei quem e outra moça, que eu esqueço o nome dela, vieram fazer aqui com aquela revista e com aquela coisa, foi ? Praticamente destruir a família, porque os patrões não vão querer saber disso. Chega com a revista: Carvoeiro fulano de tal, cheio de pápápá...passando a maior necessidade, pegaram até pedaço de carne que tinha lá, pedaço de carne assim³... e as panelas pretas velhas daquele jeito que estão ali, e diziam: isso não tem condições, pegava assim e quando chega lá nas ordens governamentais aquelas fotos batidas e diz que não pode. Não pode e a família vai pra onde? Qual foi o governo que foi dar de comer para elas lá? Ninguém! Piorou a situação.

A falta do estudo, idealizado como antídoto contra a opressão, justifica para ele, e para os trabalhadores como ele, a sua sujeição. A experiência frustrada de uma organização política dos carvoeiros, feita por *outros*, identificados com a Igreja, reitera nele o sentimento de impotência contra a exploração e de descrença em relação ao governo, ao qual atribuí, descrente, um papel de provedor. Entretanto indagado sobre as perspectivas para o futuro, Jacó revela sua subjetividade, em permanente construção, contraditória, ressaltando sua condição humana fundada na sua capacidade de sonhar,

³ Mostra pedaços de carne, costela bovina estendida no arame que cerca seu barraco azul, assim como é chamado o pequeno cômodo construído na periferia da cidade, perto da ponte do Rio Pardo.

de propor projetos, sair da alienação imposta pelas condições de trabalho, na busca de resgatar a relação com a natureza, consigo próprio, com os outros homens:

Eu tenho muita, muita, tenho muita mesmo!! Em primeiro lugar eu estou trabalhando aqui nessa região, o pouco que eu ganho eu estou sabendo as dificuldade que tem lá por fora, pras grandes cidades, pras capitais, entendeu como é que é? Eu sei, eu estou trabalhando aqui, trabalho pra um, num dá certo, trabalho pra outro, trabalho pra outro, dá errado, mas de uma hora pra outra alguém dá certo. Sempre nem todo mundo é igual, né? Há um ano atrás, faz um ano agora, eu cheguei aqui e comprei esse terreno, paguei 600 reais, depois de 3 meses que eu fui pro mato, eu vim aqui e comprei o material, depois de 3 meses eu vim aqui e levantei esse barraquinho e estou aqui dentro, nesse barraco... É um barraco mas eu estou dentro, não estou no meio da rua, né? Vou pro mato e vou trabalhar novamente, vou voltar, vou fazer mais dois ou três ali e eu quero ver se daqui há um ano, ou dois, ou três, eu estou aqui sabe com quê? Ganhando hoje aqui, amanhã acolá, um dia pr'aqui, outro pr'acolá, Deus me dando vida e saúde, porque eu não vou deixar a peteca cair, eu quero ver é vocês chegarem aqui e nós estarmos ali com um bom botezinho ali, um barco bom ali, isso aqui coberto de casa boa, uma lanchonetezinha na beira do rio pra nós tomarmos o nosso vinho, a nossa cerveja e dar um passeio dentro desse rio de barco pra lá e pra cá. Isso é o que eu peço, entendeu como é que é? Porque eu estou lutando, eu estou lutando. O meu dia a dia é uma luta, não tenho ajuda de ninguém, só de Deus. (...) cachaça? Eu vou pro mato e fico três, quatro meses e não bebo uma dose de pinga, entendeu? Quando eu chego aqui na cidade eu bebo meio litro todo dia, não tem problema. ... Até mais, ao longo do dia não atrapalha não, come, dorme, então não vai atrapalhar. E outra, isso não é direto, três ou quatro dias que a senhora vê eu aqui, eu sei os perigos, eu sei dos perigos que corre e não só ocorrem. Ai é que eu sei, eu sei, porque o perigo eu sei onde

está, se chegar aqui ou ir trabalhar onde for e isso é aquilo, porque os grandes desempregos dentro da cidade grande já foram perdidos por grandes potências aí, e é o quê? A bebida. Mas sabe o quê que é isso? É esse que tem patrão aqui e os patrões daqui se aproveitam, se o coitado do homem entra nessa ele vai pro mato trabalhar só a troco da bebida, entendeu? Bebeu, bebeu, o lucro fica pra eles e pra o bolso do homem, nada, ele fica sempre com esse chinelinho no pé, entendeu como é que é? E essa é a grande força que tem aqui dentro, mas eu, Graças a Deus, até hoje não me atingiu em nada e nem vai atingir, entendeu como é que é?

No mais, a palavra da juíza Sueli Garcia, em Ribas do Rio Pardo, possibilita vislumbrar alguma mudança no poder público, refletindo sobre o papel do judiciário, descobrindo, na experiência com os peões, homens carentes, não de esmolas, mas de serem enxergados como homens:

Quando nós começamos a trabalhar junto à Prefeitura, à promoção social, ficando com essas pessoas, dando para elas uma passagem, detectando o lugar de onde elas vieram para mandá-las de volta para a família, foi esse o trabalho que no fim a gente terminou fazendo com a Polícia, com a Promoção social, e então daí nesse momento é que eu comecei a observar que aquelas pessoas, na verdade, não tinham aquele grau, aquela potência de periculosidade que eu imaginava no princípio, e que também não eram bandidos e que também não eram perigosos para estarem soltos na rua, tá Comecei a observar que na verdade tratava-se de miseráveis, e como eu disse antes então, relacionando aqueles que tinham algum mandado de prisão expedido por comarcas outras ou Estados outros também, da federação, nós começamos a observar que para cada 100 homens, 1, só uma vez, na verdade, muito mais de 100 homens foram trazidos para as delegacias, só uma vez é que a gente encontrou um que tinha mandado de prisão por uma pronúncia, ou seja, ele ainda era, tecnicamente primário, ele não era

condenado por nenhum crime. Então a partir desse momento a minha visão também passou a ser outra sobre eles.... Então quando eu via esses homens aqui pelas ruas, deitados, bêbados, sem roupa, sem família, a visão que eu passei a ter deles, até como representante aqui do Poder Judiciário já não era mais aquela visão de: "Oh! Os bandidos, que perigo para a sociedade", não era nada disso, mas na tentativa de tentar sempre estar resolvendo o problema deles, estar encaminhando para as famílias e tudo mais. ...o que nós precisamos é que o Estado atenda as necessidades dessas pessoas, respondendo essa expectativa que eles têm, porque afinal de contas eu acho que eles são mesmo mais vítimas do que agentes de cometimento de delitos. ... A visão que eu tinha deles mudou sobremaneira (...) esse aspecto de primeiro encarar com muito preconceito e depois convivendo na comunidade passar a humanamente enxergar essas pessoas como gente e não como bandidos ou como pessoas que visam () portanto vamos tirá-las da nossa frente como a sociedade faz com os presos, por exemplo, estão lá estocados, mas de forma alguma a pena está atingindo alguma finalidade. De forma alguma nós estamos conseguindo alguma coisa condenando uma pessoa à prisão, nós estamos apenas segregando e afastando da sociedade, nós não estamos, absolutamente, atendendo o que a Lei da Execução Penal diz, que a pena teria também a finalidade de ressocializar. Nós não estamos ressocializando ninguém, o preso quando adentra no sistema ele não sabe viver entre muros e depois, se um dia libertado, ele já não sabe mais viver em sociedade... Foi, em um primeiro momento, com esse preconceito que eu vi essas pessoas. Num segundo momento eu penso que eu me tornei muito mais humana e muito mais gente vendo o drama que essas pessoas vivem e eu penso que o Poder Judiciário, absolutamente, não pode continuar com esses juízes bem vestidos e dentro dos gabinetes se negando a ver uma realidade que nós temos tanto nos presídios como nas ruas, principalmente no interior do Estado do Mato Grosso do Sul. Eu acho que os

juizes precisam urgentemente acordar para uma realidade que nós temos que enfrentar de frente e encarar de perto a situação da comunidade em que nós estamos vivendo e não simplesmente vivermos isolados como foi a tendência dos magistrados e da Magistratura muito mais antiga e por que não dizer decadente! Eu penso que se o Poder Judiciário e os juizes mais modernos tiverem uma atuação mais concreta na comunidade no sentido de descer aí desse pedestal que sequer existe, que é uma imaginação apenas, vai chegar o momento em que a própria comunidade, a própria população vai perceber que o Poder Judiciário já não tem mais nem porquê existir. Portanto eu acho que é hora do Poder Judiciário acordar e dos juizes despertarem para enxergar as pessoas como gente, como seres humanos, porque afinal de contas nós não podemos nada e nós não somos nada sem o próximo. É, eu acho que seria um momento, pra minha vida foi muito especial, muito bom ter passado por aqui e ter vivenciado tudo isso dentro dessa comunidade; eu acho que eu me tornei mais humana, mais gente e portanto melhor magistrada. Esse é o recado que eu deixaria!

Ao desvendar a violência, peões e não-peões se descobrem e descobrem o humano, coisificado, clivado, mutilado, pelas condições materiais de existência, pronto a renascer, não das cinzas, mas em cada projeto, em cada sonho.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. Da violência. In ARENDT, Hannah. *Crises da república*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- _____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília: Ed. UNB, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3 ed., São Paulo: Cortez/Ensaio, 1990.
- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, Campinas – SP: Editora UNICAMP, 1995.
- _____. *Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina, PR: Ed. UEL, 1997.
- ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado,
- BARRIGUELLI, José Cláudio. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870 – 1956)*. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos/Arquivo de História Contemporânea, 1981, 3 vol.
- BARROZO, João Carlos. Trabalho escravo nas agropecuárias de Mato Grosso. *Cadernos do NERU*. Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos/Universidade Federal de Mato Grosso, nº2, dez. 1993.
- BERTRAND, Michèle. O homem clivado — A crença e o imaginário. In SILVEIRA, Paulo e DORAI, Bernard (orgs.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. A precariedade está hoje por toda a parte. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BOURDIEU, Pierre (coord.) et. al.. *A miséria do mundo*. Vários tradutores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*.

- Com a colaboração de Aldo Paviani *et al.*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRUIT, Héctor H. Essência e aparência das relações de produção no campo. *Economia & desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, ano I, nº3, jun, 1992.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAGAS, Zélia Dupim Casado. *Trabalho precário, violência e criminalidade: Levantamento de dados junto ao Ministério Público Estadual e às Juntas de Conciliação e Julgamento, envolvendo peões do trecho na região de Três Lagoas/MS. Relatório Final do Plano de Iniciação Científica apresentado ao UFMS/PIBIC, ago/2001.*
- CHAMPION Papel e Celulose. Estudo de Impacto Ambiental — Empreendimento Florestal e Industrial. Vol. 1 — Apresentação do Projeto.
- CHAUI, M. A não-violência do brasileiro é um mito interessantíssimo. *Almanaque; Revista de Literatura e ensaios*, nº 11, 1980.
- _____. Uma ideologia perversa. In Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 14/03/1999.
- COGGIOLA, O. Fordismo, toyotismo e novas tecnologias. In SECCO, L. e SANTIAGO, C. *Um olhar que persiste*. Ensaios críticos sobre o Capitalismo e o Socialismo. São Paulo, Ed. Anita, 1967.
- COMISSÃO e SUBCOMISSÃO Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul. Ação conjunta no Mato Grosso do Sul. In VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Loyola, 1999.
- CORRÊA, V. B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 1995.
- _____. *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. O mercado de trabalho na década perdida. In: *São Paulo em perspectiva*, 4(3-4):6-15, julho/dezembro, 1990.
- DADOUN, Roger. *A violência: ensaio acerca do "homo violens"*. Tradução Pilar Ferreira de Carvalho, Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço. *Cadernos CERU, FFLCH/USP, Série 2 – nº 8 – 1997.*
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social* Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. Estrutura do espaço regional. In *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*. Vol. 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. MARX, K. e ENGELS, F.. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.
- ESTERCI, Neide. Peonagem na Amazônia. *Dados*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 20, p. 123-133, 1979.
- _____. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- _____. *Escravos da desigualdade: Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi/Koinonia, 1994.
- _____. A dívida que escraviza. In VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*.

- Goiânia, GO/São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Loyola, 1999.
- FERRANTE, Vera L. Botta. *FGTS: Ideologia e Repressão*. São Paulo: Ática, 1978.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- _____. Condenados à escravidão. In VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia, GO/São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Loyola, 1999.
- _____. Por que trabalho escravo? *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, VOL. 14, nº 38, jan/abr, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 19 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FRIEDMANN, Georges. O objetivo da sociologia do trabalho. In FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P. (orgs.); com a colaboração de TREANTON, J.. *Tratado de sociologia do trabalho*. Tradução Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. Tese (Doutorado Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP, 1995.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 3 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1981.
- _____. *A era do globalismo*. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*. Vol. 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.
- JURADO, Mayre Márcia dos Santos. *Trabalho Precário, Violência e Criminalidade: Levantamento e análise de dados junto ao Ministério Público Estadual e às Juntas de Conciliação e Julgamento envolvendo peões do trecho na cidade de Três Lagoas*. Relatório Final do Plano de Iniciação Científica desenvolvido no período 1999-2000, CEUL/UFMS.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Tradução Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEME, M. C. V. Trabalho escravo: um relato de casos. *Travessia; revista do migrante*, III (8):39-42, set-dez, 1990.
- LINHARES, Temístocles. *História Econômica do mate*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- MARTINS, J. S.. *Expropriação & Violência: a questão política no campo*. 2 ed., São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. A escravidão hoje no Brasil. In *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Linchamentos: a vida por um fio. *Travessia*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, II (4): 21-27, mai-ago, 1989.
- _____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 (editado em jun.1995).

- _____. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 8(2): 11-26, out, 1996.
- _____. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação (Reflexões sobre riscos da intervenção subinformada). In VV.AA. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. Goiânia, GO/São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Loyola, 1999.
- MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos – Terceiro manuscrito. Tradução de José Carlos Bruni. In MARX, K. *Os Pensadores*. 2. Ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O capital*. Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe, coord. e revisão Paul Singer. São Paulo, Abril Cultural, 1984, vol. I.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2000.
- MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução liberal-conservadora. In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L.. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (Des)Construção das (Des)Ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945*. São Paulo, FFLCH/USP, 1991, tese de doutorado, v. 1 e 2.
- MESQUITA, Olindina Vianna. Agricultura. In *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*. Vol. 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. O Código do Sertão e as Várias Faces da Violência. In Santos, José Vicente Tavares (org). *Violência em Tempos de Globalização*, São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES SILVA, M. A. e FERRANTE, V. B.. "Bóia-fria": vida, trabalho e luta. UNESP, Araraquara, 1978, mimeografado.
- MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma Mulher Impossível*. Com Philip Evanson, PhD. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1999.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In DINIZ, E., LOPES, J. S. L., PRANDI, R. (orgs.) *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- NASSER, Ana Cristina Arantes. *"Sair para o mundo": Trabalho, Família e Lazer: relação e representação na vida dos excluídos*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996, tese de doutorado.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: Globalização e neoliberalismo na América Latina. In OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores no Rio Paraguai (1917-1926)*. Porto Alegre, RS: FFCH/PUC, 2000, Dissertação de Mestrado.

- OSÓRIO, Luiz Carlos. Agressividade e violência: o normal e o patológico. In POLLAK, Michael. Morte, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53-102.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997.
- RIZEK, Cibele Saliba. Prefácio. In CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 12 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Sueli S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SALES, Teresa. *Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil*. Tese de livre-docência apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH/UNICAMP, nov/92.
- _____. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências sociais*. 9, nº 25, 1994.
- _____. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SALSA CORRÊA, Lúcia. *História e fronteira: O Sul de mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 1999.
- SANTOS, José Vicente (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 9 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SILVA, Graziela Gonçalves. *A violência denunciada: análise de processos criminais envolvendo peões do trecho nas Comarcas de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo-MS*. Relatório Final do Plano de Iniciação Científica apresentado à UFMS/PIBIC, ago/2001.
- SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo — formas de subjetivação e de objetivação. In *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. In SILVEIRA, Paulo e DORAI, Bernard (orgs.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. In SECCO, Lincoln e SANTIAGO, Carlos (orgs.). *Um olhar que persiste*. Ensaios críticos sobre o Capitalismo e o Socialismo. São Paulo: Editora Anita, 1997.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: Um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola/Anti-Slavery International, obra co-editada por:: CÁRITAS/CEDI-Koinonia/CONTAG/CUT-DNTR/FASE/IFAS/MNDH/MST/OAB, 1994. Coord. CPT – Comissão Pastoral da Terra
- TAQUES, L., SILVA, E., JÚNIOR, D. Carvoarias no MS: regime de trabalho do século 18. *Folha de Londrina*, 05/04/1992.
- TARSITANO, M. A. A. O desenvolvimento da agricultura mato-grossense: 1970/85. *Perspectivas*, São Paulo, v, 14, 1991.

- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *As alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul*. Faculdade de Ciência e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, SP, 2001. Dissertação de Mestrado.
- TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal, do que se trata? In TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia/Editora 34, 2001.
- THOMPSON, E.P.. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Loyola, 1999.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Memorial da violência*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1994.